UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO –USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

SILVANA DE SOUSA SILVA

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
EM MARABÁ (PA)

Versão corrigida

São Paulo (SP)
2020

SILVANA DE SOUSA SILVA

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
EM MARABÁ (PA)**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do Título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana.

Orientadora: Prof^a Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

São Paulo (SP)
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586p Silva, Silvana de Sousa
Programa Minha Casa Minha Vida e produção do espaço urbano em Marabá (PA / Silvana de Sousa Silva ; orientadora Ana Fani Alessandri Carlos. - São Paulo, 2020.
231 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Espaço. 2. Habitação. 3. Programa Minha Casa Minha Vida. 4. Marabá (PA). I. Carlos, Ana Fani Alessandri, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Silvana de Sousa Silva

Data da defesa: 04/09/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Ana Fani Alessandri Carlos

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, __05__/_10__/_2020__

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: Silvana de Sousa Silva

Título: Programa Minha Casa Minha Vida e produção do espaço urbano em Marabá (PA).

Tese apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra.: Isabel Aparecida Pinto Alvarez

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____

Profa. Dra.: Paola Verri de Santana

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Julgamento: _____

Prof. Dr.: Antônio Cardoso Façanha

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Julgamento: _____

Para minha família, pelo apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Integrada por práticas que demandam, em diversos momentos, atividades solitárias de reflexões e escrita, a construção de uma tese perpassa profusos desafios, abdicções, além da dedicação, de longos recortes temporais, para a pesquisa. Todavia, ao longo dessa trilha diversas pessoas surgem com contribuições diretas para a pesquisa, ou ainda com colaborações em momentos importantes no âmbito da vida.

Reconhecendo a relevância do outro, ao longo desses quase 4 anos, seguem os agradecimentos:

À família: Rosa, Adriana e Pedro Henrique, pelo apoio e compreensão diante da ausência, ainda mais frequente após o ingresso no curso, por acreditarem na conclusão e no significado do doutorado.

À professora Ana Fani, pela capacidade singular de conduzir as orientações e indicar os caminhos possíveis para as reflexões sobre a pesquisa, mesmo quando diversas incertezas levavam a inseguranças, quanto aos rumos do trabalho. Todas as reuniões para orientações e sugestões, efetuadas na escrita, constituíram possibilidades de aprendizados que ultrapassaram a construção da Tese. Foram momentos que representam, também, uma oportunidade indescritível de estar sob a orientação de uma pessoa, cujas leituras me acompanham desde a Graduação.

A pessoas importantes para a minha vivência em Marabá:

Vinicius, pelo companheirismo, afeto, e os inúmeros auxílios desde a chegada em Marabá. Por me acompanhar ao longo das práticas de observações de campo, além das discussões que subsidiaram os caminhos que eu poderia seguir, para a construção dos olhares sobre Marabá, e por estar sempre disponível diante das minhas demandas.

Juliano Sistheren, por ter possibilitado a minha participação nas disciplinas do Curso, mediante disponibilidade para as substituições dos dias de aulas entre as disciplinas Filosofia e Geografia, exercendo um papel fundamental para os meus deslocamentos, com vistas ao cumprimento dos créditos obrigatórios.

Ederson (*in memorian*), que não pôde acompanhar o restante dessa trajetória, mas que foi alguém que sempre acreditou no êxito dos meus planos, por isso eu sei que, onde você estiver, a torcida pela conclusão da pesquisa se manteve. Serei sempre grata pelos bons momentos dessa amizade em Marabá.

Dayane, por compartilhar as angústias que envolviam a construção das nossas teses, mesmo em áreas do conhecimento diferentes, os apoios recíprocos nos faziam resgatar o ânimo para continuar e pelos momentos de descontração.

Ao professor Antônio Augusto, pela pronta disponibilidade para os contatos realizados, junto à Prefeitura de Marabá, no processo e busca de informações relevantes para a pesquisa, como aquelas que subsidiaram a elaboração de alguns mapas.

À Érika, pela paz transmitida e a dedicação de extensas horas voltadas para ouvir as minhas angústias, confortando-me com suas palavras.

Aos colegas que ultrapassam os “muros” do trabalho e que sempre estão disponíveis para apoios: Andreza, Gilcimar, Fabrício, Mayra, Daniel e Weliton.

Aos amigos que estão no Piauí, mas sempre acompanhando minha trajetória.

A todos (as) os (as) discentes do Campus Marabá Industrial (IFPA), que vivenciaram a ausência da disciplina de Geografia (em decorrência da falta de professor substituto), durante os 9 meses em que estive em São Paulo.

Aos Coordenadores de Curso, Colegiados e Direção de Ensino do IFPA que aprovaram o afastamento integral, para período em São Paulo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de Bolsa durante os 9 meses de atividades em São Paulo.

Aos professores Wagner Costa e Marcus Mariano, pelo atendimento eficaz de todas as demandas que compuseram o curso.

À Unifesspa e, em especial, aos funcionários da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica, pelo atendimento de excelência prestado todas as vezes em que surgiram dúvidas que envolviam o Curso, e ao Instituto Federal do Pará.

Aos alunos que possibilitaram o trabalho inicial de construção de aproximações com os moradores do Residencial Jardim do Éden, sem dúvidas, um dos maiores desafios da pesquisa, que não teria sido ultrapassado sem a ajuda indispensável dos discentes.

Aos entrevistados, que dedicaram tempo, organizaram horários, em meio à rotina diária, confiaram na pesquisa, especialmente, em momentos tão difíceis para recepção de “estranhos” em casa. Esses momentos foram fundamentais, não apenas para a pesquisa, mas também por possibilitarem a construção de outros conhecimentos, sobre as múltiplas faces da vida em Marabá.

Ao presidente da Associação de Moradores do Residencial Jardim do Éden, pela pronta disponibilidade para a concessão de entrevista.

À SEGFAZ-Marabá, por viabilizar os dados solicitados.

Aos colegas de curso, por possibilitarem o acompanhamento de longas discussões, durante as disciplinas e, em especial aqueles, cuja convivência se estendeu para outros momentos: Naurinete, Abel, Priscila e Gleice.

À banca de qualificação composta pelas professoras Silvana Pintaui e Glória Alves, pelos questionamentos, e sugestões que auxiliaram nos rumos da pesquisa, em especial nas atividades de campo.

Aos professores, que ministraram disciplinas no curso, e que proporcionaram a elaboração de conhecimentos que ultrapassam a utilização na tese.

A aqueles que não foram citados, mas que contribuíram para a pesquisa.

Se a vida de todo o dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano [...] (MARTINS, 2017).

RESUMO

SILVA, Silvana de Sousa. **Programa Minha Casa Minha Vida e produção do espaço urbano em Marabá (PA)**. 2020. 226 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Analisar a produção do espaço urbano, com ênfase nos debates sobre a habitação, envolve a abordagem do espaço, como produto social, marcado por contradições que revelam uma produção desigual. Nessa perspectiva, a presente tese aborda a produção do espaço, em Marabá (PA), comprometida em analisar como a instalação do Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa 1, revela as contradições da produção do espaço urbano em Marabá (PA), a partir da lógica de produção da habitação, como mercadoria, mediada pela abordagem do cotidiano de seus habitantes, as características do Programa e as contribuições para a compreensão da dinâmica das (des) continuidades em uma cidade Amazônica. Para tanto, foram elaboradas discussões teóricas, envolvendo os temas centrais de habitação, produção do espaço e cotidiano, mediadas por leituras sobre as dinâmicas que atravessam a cidade de Marabá, inserida no contexto amazônico, mas com intervenções de um Projeto com atuação em escala nacional. Localizada no sudeste paraense, as compreensões das dinâmicas marabaenses foram auxiliadas, por observações diretas, durante atividades de campo, entrevistas com os moradores do Residencial Jardim do Éden e análises sobre os preços praticados para o m² dos terrenos em Marabá. As (des) continuidades verificadas, na produção da habitação, como mercadoria, foram mediadas, por meio de investigações, em escala metropolitana, adotando, como subsídio, os estudos realizados na Região Metropolitana de São Paulo. No que concerne ao Residencial Jardim do Éden, notou-se que se trata de um espaço concebido pela adoção de um projeto, que seguiu os preceitos das determinações em escala nacional, oriundo das associações entre Estado e Empresas que desconsideram as peculiaridades locais, tais como o sistema de drenagem, para uma região com fluxos pluviométricos expressivos em determinado período do ano. O cotidiano revela um processo de segregação, no âmbito do próprio residencial, marcado pelo acesso desigual aos outros espaços da cidade, e aos serviços essenciais. Notou-se, também, um processo de diferenciação, observado entre as UH, que engendraram alterações arquitetônicas significativas, e aquelas que, ainda, mantêm as características do projeto inicial. Este fato leva a reflexões acerca de uma valorização, não apenas nos terrenos do entorno, mas também no próprio residencial. A caracterização, da atuação do Programa Minha Casa Minha Vida, na Região Metropolitana de São Paulo, mesmo com o predomínio de análises sobre a modalidade Entidades, revelou similitudes e diferenciações, quando associadas à leitura, sobre Marabá, no contexto de uma cidade amazônica. Além disso, por se tratar de uma inserção, no mundo da mercadoria, mesmo em um Programa habitacional, prevalece a capacidade de compra, permanecendo sem acesso uma parcela da população que não possui recursos para a aquisição da mercadoria, reforçando a lógica contraditória da produção do espaço mediado pelos interesses de grupos específicos.

Palavras chaves: Espaço. Habitação. Programa Minha Casa Minha Vida. Marabá (PA).

ABSTRACT

SILVA, Silvana de Sousa. **My House My Life Program and production of space in Marabá (PA)**. 2020. 226 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Analyzing the production of urban space with an emphasis on debates on housing involves the approach of space as a social product marked by contradictions that reveal an uneven production. In this perspective, this thesis addresses the production of space in Marabá (PA), based on the central question of analyzing how the installation of the My House My Life Program, track 1, reveals the contradictions of the production of urban space in Marabá (PA), from the logic of housing production as a commodity mediated by the approach of the daily lives of its inhabitants, the characteristics of the program and the contributions to the understanding of the dynamics of (dis) continuities in an Amazon city. To that end, theoretical discussions were elaborated involving the central themes of housing, production of space and daily life, mediated by readings on the dynamics that integrate Marabá inserted in the Amazon context, but with interventions of a Project acting on a national scale. Located in the southeast of Pará, the understandings of the debates in Marabá were aided by direct observations during field activities, interviews with the residents of Eden's Garden Residential and analyzes of the prices charged for the m² of land in Marabá, added to the analysis of the (des) continuities verified in the production of housing as a commodity, mediated by investigations on a metropolitan scale, adopting as a subsidy studies carried out in the Metropolitan Region of São Paulo. Thinking about Eden's Garden Residential, we noticed a conceived space marked by the adoption of a project that followed the precepts of determinations on a national scale, originating from the associations between State and Companies that disregards local peculiarities, such as the drainage system for a region with expressive rainfall flows at a certain time of the year. A routine that reveals a process of constituting segregation in the residential itself, marked by unequal access to other spaces in the city, and to essential services, but also a process of differentiation observed between Housing Unit that show significant changes, and those that still maintain the characteristics of the initial project, a fact that leads to reflections on an appreciation not only in the surrounding land, but also in the residential itself. The characterization of the My House My Life Programs performance in the Metropolitan region of Sao Paulo, even with the predominance of analyzes on the Entities modality, revealed similarities and differentiations when associated with the reading about Marabá in the context of an Amazonian city. In addition, because it is an insertion in the world of merchandise, even in a housing program, the purchasing capacity prevails, with a portion of the population that does not have resources for the purchase of the merchandise remaining without access, reinforcing the contradictory logic of the production of the product. space mediated by the interests of specific groups.

Key words: Space. Housing. My House My Life Program. Marabá (PA).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Localização espacial do município de Marabá (PA).	34
Figura 2 - Enchente em Marabá com ênfase para o Núcleo Marabá Pioneira.	40
Figura 3- Evolução da ocupação urbana em Marabá.	48
Figura 4- Núcleos urbanos que compõem Marabá (PA).	49
Figura 5- Renda per capita por Setor Censitário em Marabá (PA).	51
Figura 6- Vista da Orla no Núcleo Marabá Pioneira.	54
Figura 7- Plano de expansão urbana de Marabá com ênfase para a Nova Marabá.	56
Figura 8- Plano elaborado para a construção do Núcleo Nova Marabá.	57
Figura 9- Proposta de desmembramento núcleos São Félix e Morada Nova.	64
Figura 10- Espacialização dos empreendimentos privados em Marabá (PA).	67
Figura 11- Espacialização das ocupações em Marabá (PA).	68
Figura 12- Localização dos empreendimentos do PMCMV em Marabá (PA).	72
Figura 13- Construtora HF Engenharia.	75
Figura 14- Municípios com empreendimento do PMCMV construídos pela HF Engenharia.	76
Figura 15- Construtora Centro de Minas.	78
Figura 16- Distribuição dos empreendimentos do PMCMV Faixa 1 no Pará.	80
Figura 17- Espacialização dos empreendimentos do PMCMV em estudo.	84
Figura 18- Localização do Residencial Vale do Tocantins.	86
Figura 19- Vista do Residencial Vale do Tocantins.	87
Figura 20- Características do Residencial Vale do Tocantins.	88
Figura 21- Localização do Residencial Tiradentes.	90
Figura 22- Características do Residencial Tiradentes.	93
Figura 23- Localização do Residencial Jardim do Éden.	97
Figura 24- Aspecto das atividades desenvolvidas no terreno do entorno.	98
Figura 25- Aspecto das Unidades entregues.	103
Figura 26- Aspecto de uma rua no período da entrega.	103
Figura 27- Características do Residencial Jardim do Éden.	105
Figura 28- Localização da sede da Associação de Moradores.	121
Figura 29- Indícios de não funcionamento.	121
Figura 30- Horta comunitária.	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução da população total de Marabá.....	39
Tabela 2- Evolução da população urbana e rural de Marabá.....	50
Tabela 3- Empreendimentos do PMCMV em Marabá na modalidade Faixa 1.....	73
Tabela 4- Modalidades do PMCMV.....	155
Tabela 5- Preços médios do m ² Residenciais Vale do Tocantins e Tiradentes entre os anos de 2010 e 2020.....	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Síntese da atuação dos agentes na promoção de habitação no PMCMV	156
Quadro 2- Distribuição dos preços por m ² das quadras na cidade de Marabá no ano de 2010.	171
Quadro 3- Distribuição dos preços por m ² das quadras na cidade de Marabá no ano de 2011.	174
Quadro 4- Distribuição dos preços por m ² das quadras na cidade de Marabá no ano de 2020.	176

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -Atividades desenvolvidas pelos entrevistados	107
Gráfico 2 -Local anterior de moradia dos entrevistados.....	109

LISTA DE SIGLAS

ALPA	Aços Laminados do Pará
APP	Área de Preservação Permanente
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIS	Brigada de Infantaria da Selva
BNH	Banco Nacional de Habitação
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo
CEF	Caixa Econômica Federal
COHAB	Companhia de Habitação Popular
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FJP	Fundação João Pinheiro
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HIS	Habitação de Interesse Social
IAP	Institutos de Aposentadoria e Pensão
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA	Instituto Federal do Pará
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MOHAS	Movimento Habitacional e Ação Social
MPF	Ministério Público Federal
OGU	Ouvidoria Gera da União
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento residencial
PDU	Plano de Desenvolvimento Urbano
PLANHAB	Plano Nacional para a Habitação
PMM	Prefeitura Municipal de Marabá
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RET	Regime Especial de Tributação
RMS	Região Metropolitana de Santiago do Chile
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos
SEGFAZ	Secretaria Municipal de Gestão Fazendária
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SFI	Sistema Financeiro Imobiliário
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TLC	Termo de Livre Consentimento
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 MARABÁ (PA): DINÂMICAS DE UMA CIDADE AMAZÔNICA E HABITAÇÃO	32
2.1 Marabá no contexto da cidade e do urbano na Amazônia.....	32
2.2 Reflexões sobre o urbano em Marabá.....	46
2.2.1 Núcleo Marabá Pioneira.....	53
2.2.2 Nova Marabá: do plano inicial aos dias atuais.....	55
2.2.3 Núcleo Cidade Nova	60
2.2.4 São Félix e Morada Nova.....	62
2.3 Habitação em Marabá: olhares para o Programa Minha Casa Minha Vida.....	69
2.3.1 Residencial Vale do Tocantins	85
2.3.2 Residencial Tiradentes	89
2.4 O espaço “vivido”: Jardim do Éden.....	96
3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, COTIDIANO E PMCMV.....	124
3.1 Espaço urbano e cotidiano: abordagens teóricas.....	124
3.2 Trajetória da provisão de habitação no Brasil.....	136
3.3 Programa Minha Casa Minha Vida: histórico, características e valorização do espaço urbano.....	152
4. (DES) CONTINUIDADES NA PRODUÇÃO DO URBANO: OLHARES PARA O PMCMV NA METRÓPOLE E NA CIDADE AMAZÔNICA	183
4.1 Produção do espaço e desenvolvimento geográfico desigual: olhares para o território brasileiro a partir da questão habitacional	183
4.2 Múltiplas escalas: região metropolitana de São Paulo e PMCMV	189
4.3 Continuidades e discontinuidades espaciais: olhares para Marabá associados às dinâmicas na RMSP.....	201
CONCLUSÃO.....	207
REFERÊNCIAS	214
APÊNDICES	224
ANEXOS	229

1. INTRODUÇÃO

A análise da produção do espaço urbano, com ênfase nos debates sobre a habitação, parte da compreensão do espaço, como um produto social, marcado por contradições que revelam uma produção desigual, implicando em uma apropriação diferenciada, pelos indivíduos, numa sociedade de classe. Para tanto, ganha relevo as argumentações sobre os usos e os conteúdos que compõem a prática socioespacial.

Para Lefebvre (1999), a casa e a linguagem são aspectos complementares ao humano, nessa perspectiva, o ser humano só poderia habitar como poeta, se não lhe é dada a possibilidade de habitar poeticamente, ele fabrica, conforme a sua maneira. Nessa lógica, mesmo o cotidiano irrisório, possui grandeza, exceto quando não é composto, apenas, pela publicidade e pelo mundo da mercadoria. Nesse contexto, ganha destaque o papel exercido pela habitação como demanda que compõe a vivência humana.

Dessa maneira, sobressai-se a relevância da análise das alterações efetuadas, no processo de provisão habitacional, a partir de regressões, assim como a transformação desta, em mercadoria, sob a lógica capitalista. Por esse viés, o direito ao habitar passa a ser possibilitado a aqueles que podem pagar pela mercadoria.

A perspectiva da abordagem, do acesso à habitação, remete ao debate sobre produção e relações socioespaciais. Assim, Carlos (2011) defende que a cidade, nos enfoques da produção, demonstra a indissociabilidade entre espaço e sociedade, pois as relações sociais se materializam, em concretude, uma vez que, ao produzir os elementos, que auxiliam a vida, a sociedade atua produzindo/reproduzindo o espaço, através da prática socioespacial.

Ademais, Carlos (2011) destaca que, a noção de produção do espaço assinala a passagem do espaço, como produto da ação humana, para o espaço como condição, meio e produto da ação humana, convergindo para o espaço marcado pelo movimento, que o transforma em condição, meio e produto da reprodução social. Logo, o sentido do espaço estaria interligado à ação humana, fato que o associaria ao debate sobre a atividade e o trabalho, recebendo influências do “[...] modo como o trabalho se divide, a partir da hierarquização do grupo, de sua orientação, das relações de propriedade que comandam a divisão de seus frutos, a técnica e o conhecimento [...]”.

Quando pensada a produção do espaço urbano e a habitação, diferentes contextos são constituídos, conforme o momento vivido, no entanto são verificadas, também, continuidades, especialmente aquelas que implicam no uso mediante a compra – o que significa que o acesso à habitação tem, necessariamente, a medição do mercado (direta ou indiretamente). Isso

posto, no Brasil, tem-se uma trajetória de atuação de incorporadoras e a produção de habitação para a população com maior poder de aquisição, mas também é possível identificar as relações, muitas vezes contraditórias, entre o Estado e as empresas, do ramo imobiliário, que atuam, na composição de alianças, visando a produção de habitação, mas, frequentemente, desconsiderando as reivindicações pelo habitar.

No contexto de uma trajetória da produção do espaço urbano brasileiro, com ênfase na moradia, delimitou-se, para a presente abordagem, o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, objetivando a produção de Unidades Habitacionais (UH), a realização de intervenções em imóveis existentes ou em habitações rurais. O Programa envolve, também, as ações de Governo para a Habitação de Interesse Social, a partir dos subprogramas e modalidades destinadas a perfis diferenciados das famílias que compõem os déficits habitacionais, compreendendo, ainda, as carências de habitação em cada município (BRASIL, 2013).

O recorte da pesquisa, aqui apresentado, considerou a atuação recente das relações entre Estado e Incorporadoras, as dimensões quantitativas -naquilo que se refere às UH construídas- assumidas pelo Programa, no cenário nacional, os objetivos previamente divulgados, tal como as metas, que foram constatadas, em um momento de crise do Capitalismo. Para tanto, buscou-se a investigação, desse Programa, no âmbito da cidade de Marabá (PA). São analisadas as contradições, do processo, entre as características das casas construídas, em meio às demandas impostas numa produção em larga escala, - voltadas para a população, com menor poder aquisitivo, assim como as inter-relações com as necessidades cotidianas, daqueles contemplados com uma UH do Programa - e a necessidade de obtenção de lucros que proporciona a coexistência de alterações, no planejado, para a elaboração e a execução de projetos.

Diante dos caminhos da investigação, o objetivo geral foi organizado em: analisar como a instalação do Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa 1, revela as contradições da produção do espaço urbano, em Marabá (PA), a partir da lógica de produção da habitação, como mercadoria, mediada pela abordagem da vida cotidiana, do cotidiano e da valorização, as características do Programa, pensado em uma totalidade, e as contribuições para a compreensão da dinâmica, das (des) continuidades espaciais, em uma cidade Amazônica.

E os objetivos específicos em:

- Verificar se o PMCMV constitui um Programa Habitacional de produção da moradia, como mercadoria, englobando as pessoas que não viviam, radicalmente, o cotidiano, mas também aquelas que já estavam inseridas, contribuindo para a manutenção do habitat, em detrimento ao habitar.
- Caracterizar a dinâmica de produção do espaço urbano, com ênfase para a questão habitacional e as contradições desse processo, por meio dos programas habitacionais.
- Abordar, a partir do espaço urbano da cidade de Marabá, a construção dos projetos associados ao PMCMV, no movimento do processo de valorização espacial.
- Analisar como a produção do espaço urbano, mediada pela instalação dos empreendimentos do PMCMV, em uma cidade amazônica, representa faces do processo continuidade e/ou descontinuidades espaciais, de um programa habitacional de âmbito Nacional, a partir associação com as leituras sobre a escala metropolitana.

A justificativa, para a efetivação das investigações que englobam a pesquisa, parte dos olhares para Marabá, que culminaram na busca pela análise da produção espacial, mediada pela função de mercadoria, exercida pela habitação, como geradora de contradições, na dinâmica dos processos que atuam no urbano, composta por usos diferenciados, a partir de leituras sobre os objetivos da valorização. Deste modo, são constituídos subsídios para as discussões que envolvem o tema e seus desdobramentos, sobressaindo-se os processos existentes em Marabá (PA), pensada enquanto cidade Amazônica, prática que possibilita refletir, acerca de um momento do processo de construção habitacional pelo PMCMV, elaborado para contemplar intervenções em escala nacional.

As discussões desenvolvidas possibilitaram o reconhecimento da (in) existência da realização do habitar, em suas diferentes nuances, de modo igual, tem-se a busca pela compreensão das características que integram a produção do espaço urbano em escala local, possibilitando a associação, com os processos em escala nacional, visando à constatação de similitudes e diferenciações, quando abordados os programas e demandas habitacionais.

Nessa perspectiva, na construção de um panorama das investigações sobre a habitação em Marabá, são encontrados trabalhos que versam sobre a questão habitacional e a expansão urbana, empreendida pelo processo de constituição dos Núcleos Urbanos; debates sobre o papel da centralidade, exercida pela cidade, no âmbito regional, além de abordagens que envolvem os diferentes períodos, em escala temporal, do processo de expansão urbana. Tem-se, ainda, resultados de pesquisas sobre Programas de Habitação de Interesse Social, e

trabalhos que abordaram os residenciais do PMCMV, sob o viés da expansão e da inserção urbana. Refletiu-se, também, acerca das desigualdades sociais, a partir de abordagens que envolvem questionamentos, aos moradores, sobre a presença de equipamentos urbanos e relações desenvolvidas com os demais Núcleos, acesso a serviços básicos, como escolas e hospitais e a caracterização da infraestrutura, e a associação com o debate sobre o direito à cidade.

Nesse sentido, ao envolver a produção do espaço urbano sob a lógica da localização e valorização, mediante abordagem dos temas da vida cotidiana, cotidiano, processo de valorização e abordagens em diferentes escalas, a pesquisa apresenta subsídios para indicar, como a produção de conjuntos habitacionais influenciou as transformações no espaço urbano em Marabá. Contribui, ainda, para a compreensão da dinâmica urbana recente e as novas configurações espaciais que são verificadas em Marabá, buscando subsidiar também o entendimento acerca das (im) possibilidades de efetivação do habitar, em detrimento ao habitat. A presente pesquisa realiza, também, um levantamento acerca das continuidades e/ou descontinuidades do PMCMV, em diferentes escalas, a partir da associação com as reflexões ensejadas, em uma cidade amazônica, e, na metrópole, englobando o debate sobre o PMCMV, no contexto de uma totalidade, considerando que os processos, que envolvem o Programa, possuem similitudes, em todo o território Brasileiro, mas se realiza, na cidade, em tempos diferenciados, englobando as especificidades do lugar

Dessa forma, construiu-se a hipótese de que o PMCMV, na modalidade composta pela Faixa 01, contemplou uma parcela da população que compunha os índices do déficit habitacional em Marabá (PA), porém as características, de localização dos conjuntos e das condições de habitabilidade, apontam para a reprodução da lógica da produção do espaço como mercadoria, reiterando a valorização do solo e da habitação, como necessidade da acumulação do capital, implicando na manutenção de contradições espaciais e um cotidiano marcado pela contemplação parcial do direito ao habitar, ao ser composto pela inserção precária dos moradores, no projeto inicial, mas também uma dinâmica de transformações das unidades habitacionais, representando, ainda, faces do movimento espacial desigual, quando pensado em uma totalidade, marcado pelas continuidades/descontinuidades de um Programa que não considera as especificidades do lugar.

As questões norteadoras buscaram conhecer: o PMCMV constitui um Programa Habitacional, que englobou as pessoas, que não viviam radicalmente o cotidiano, contribuindo para a manutenção do habitat, em detrimento ao habitar, na produção da moradia

como mercadoria? Como a instalação dos conjuntos habitacionais do PMCMV, em Marabá (PA), influencia a produção do espaço urbano, sob a lógica da valorização e constituição do preço da terra? Como a produção do espaço urbano, mediada pela instalação dos empreendimentos do PMCMV, em uma cidade amazônica, permite a leitura das (des) continuidades espaciais, no contexto de um desenvolvimento desigual, com destaque para o papel da habitação no Brasil?

O percurso metodológico, envolvendo a problemática de estudo, possuiu o intuito de construir entendimentos sobre as questões que compõem os processos delimitados nos objetivos. Fundamentando-se nas discussões iniciais, as atividades teóricas e de campo versam sobre as dinâmicas que integram o PMCMV, em Marabá, para tanto, foi empreendida uma reflexão, acerca do processo de constituição das cidades na Amazônia, com vistas, à elaboração de indicativos sobre a dinâmica econômica e inter-relações, com as peculiaridades da região, como forma de situar Marabá nesse contexto.

Os procedimentos metodológicos foram constituídos por pesquisa de referencial teórico, para análises sobre os debates realizados em torno dos temas relacionados à produção do espaço urbano, questão habitacional no Brasil, valorização, segregação socioespacial, cotidiano, PMCMV e subsídios para as investigações nas atividades de campo em Marabá.

A caracterização da dinâmica urbana de Marabá é composta pela exposição do processo de instalação e formação dos Núcleos Urbanos, que representa, por um lado, diferentes momentos da/na cidade, e de outro, as influências exercidas por fatores como os ciclos econômicos e a atração de expressivos contingentes populacionais, que, se de um lado atuavam como mão de obra, por outro, enfrentavam questões como dificuldades para o acesso à moradia, expondo as faces da intensa concentração de terras que se configurava, desde a ocupação inicial de Marabá, concorrendo para a instalação dos migrantes, em locais desvalorizados, que eram, por exemplo, alvo das frequentes enchentes.

Para o trabalho, com o PMCMV, foram realizadas ações orientadas, para a identificação de processos relacionados à localização dos empreendimentos, na lógica de produção espacial em Marabá, além de observações diretas, durante atividades de campo, nos meses de julho, agosto e setembro de 2018, e setembro, outubro e novembro de 2019, após as reflexões construídas, na qualificação realizada no período de estágio em São Paulo (SP). As observações em campo seguiram um roteiro estruturado, que visava identificar os aspectos da morfologia das UH, as características dos equipamentos urbanos instalados, ou a ausência destes, mas também representaram momentos de reaproximação do objeto, em estudo, que

possibilitaram reconhecer semelhanças e diferenciações entre os Residenciais do PMCMV, tais como: dificuldades quanto ao acesso a equipamentos urbanos, presença ou ausência de intervenções do poder público, em ações como limpeza de vias, maior ou menor quantidade de pessoas nas ruas, comércio, escolas, transporte público, permitindo, ainda, o registro fotográfico dessas vivências.

A indicação de uma reaproximação, com o campo, se justifica, em decorrência do fato de que, no período de elaboração do projeto para seleção, já haviam sido realizadas observações orientadas para o reconhecimento do objeto que constituiria o cerne da pesquisa. No entanto, as reflexões realizadas, ao longo das leituras, demandaram a efetuação de novas observações.

Nesse momento, destaca-se que o uso de um roteiro estruturado não funcionou como um instrumento limitador da capacidade de observação, uma vez que, segundo Lakatos e Marconi (2009), mesmo com a adoção de uma sistematização, as normas não visam o emprego da rigidez, na medida em que as situações, objetos e objetivos podem exprimir diferenciações. Portanto, a cada identificação de fatos, que não estavam no roteiro, estes eram anotados, e quando possível, fotografados considerando a cautela, para evitar a exposição de imagens de moradores sem autorização.

Além disso, destaca-se que a observação sistemática constitui subsídio, no trabalho de fundamentar ou “documentar” características da realidade, dessa forma, a observação conteria elementos da amostragem; ou seja, a capacidade de ultrapassar a si mesma. No entanto, existiria uma tensão, entre a estrutura, na qual o pesquisador considera que ele faz uma amostragem, ou aquela em que ele tem a impressão de tudo abranger, exigindo, assim, atenção aos limites e às possibilidades oferecidos pelo ato de observar (PIRES, 2012).

Compreendendo que apesar das observações, em diferentes recortes temporais e horários, capazes de apreender diversos momentos dos Residenciais, estas ações não seriam suficientes para a identificação dos elementos relevantes do cotidiano, com o objetivo de realizar análises sobre o cotidiano, e, especialmente, de construir conhecimentos sobre os Residenciais, no universo de estudo composto por Marabá, foi delimitada a realização de entrevistas considerando as reflexões de Poupart (2012), para quem o entrevistado constitui um informante chave, pois ele pode informar, não só, sobre as suas próprias práticas e as suas próprias maneiras de pensar, mas também possibilita refletir sobre um grupo, ou fração deste, uma vez que ele passa a ser adotado como representativo.

Verifica-se a associação, com as observações diretas, como oportunidade de aproximação dos moradores que vivenciam e/ou produzem as dinâmicas, inerentes ao dia a dia, nos Residenciais. No entanto, após a reflexão, sobre a necessidade de efetivação das entrevistas, alguns questionamentos surgiram, e, em especial, relacionados aos entraves que compunham a tarefa de acessar os moradores. Dessa forma, considerando a existência de três residenciais, que compunham o critério de delimitação (Faixa 01), assim como as dimensões quantitativas de UH e o acompanhamento que o trabalho com o cotidiano exigiria, tornou-se necessário realizar delimitação do Residencial, no qual seriam efetuadas as entrevistas, para tanto, foram considerados aspectos como os caminhos que possibilitariam a aproximação dos moradores.

Nesse momento, sobressai-se a reflexão acerca dos limites e das possibilidades apresentados pelo trabalho de campo, uma vez que a atividade de entrevistas correspondeu a uma prática realizada, unicamente, pela pesquisadora, que, compreendendo a necessidade de acesso aos dados, precisou considerar, também, aspectos como questões relacionadas à segurança associada aos possíveis riscos que estão envolvidos, na inserção, em um recorte, cuja pesquisadora constitui agente externo e, por conseguinte, “estranha” à rotina dos moradores. Além do fato de desconhecimento dos agentes, que poderiam ser abordados, em uma inserção sem acompanhamento.

Do exposto, surgiram dúvidas relacionadas às dificuldades para acessar aos moradores, uma vez que, entre outros, fazia-se necessário a existência de um “vínculo” inicial, que possibilitasse a construção da ideia de confiança para a realização de relatos à pesquisadora. Fundamentando esse momento, sobressaem-se as observações:

O processo de construção de confiança com os entrevistados envolve a busca por tranquilizar quanto as boas intenções e o uso das palavras obtidas. Primeiramente eles se apresentam- ainda que esse não seja o caso em todas as pesquisas- em garantir aos entrevistados o anonimato, de modo que estes não tenham a temer pelas eventuais consequências de seus depoimentos. Em seguida, eles tentam convencê-los de sua “neutralidade”, insistindo, por exemplo, no fato de que sua pesquisa é “independente”, principalmente dos grupos e das organizações das quais os entrevistados poderiam depender, ou com as quais eles poderiam ter um conflito de interesses. Os entrevistadores também podem ser levados a aplacar os receios de seus interlocutores quanto à utilização que poderá ser feita de suas falas, assegurando-lhes que estas serão apresentadas corretamente e de forma anônima [...] (POUPART, 2012, p 232).

Essas inquietações foram dirimidas pelas contribuições recebidas, na oportunidade do exame de qualificação, as quais apontaram para caminhos possíveis, capazes de proporcionar uma aproximação inicial com os entrevistados. Foram considerados os elementos que permitiriam a inserção, nesse universo de análise, compondo, ainda, um subsídio para a delimitação do Residencial, no qual seria efetuada a tarefa de abordagem do cotidiano. Assim, foi considerada a perspectiva de aproximação, mediada pela contribuição dos discentes, que constituem público da pesquisadora, e que representaram, no momento, a oportunidade efetiva de acessar às pessoas que residiam nos Residenciais, além do caminho que apontava para a possibilidade de construção dos caminhos para as entrevistas, considerando o cenário anteriormente descrito, sobre aspectos relativos à segurança e a confiança.

Diante do retorno das atividades, em sala de aula, no Instituto Federal do Pará (IFPA), após estágio em São Paulo, foi efetivado levantamento com os discentes, acerca da existência daqueles que residiam em algum dos residenciais do PMCMV. O questionamento foi realizado informalmente, como recurso para evitar possíveis exposições dos discentes que cursam o Ensino Médio, e que, portanto, são em maioria menores de 18 anos. A partir do contato com alguns, a pesquisadora foi recebendo indicações de outros (as) que moravam nos residenciais. Dessa forma, foram realizadas aproximações, com diálogos, durante intervalos de aulas, onde foi realizada breve explicação acerca da pesquisa desenvolvida e a necessidade das entrevistas, momento em que foi solicitado contato com os responsáveis pela UH, com o intuito de verificar se eles estariam disponíveis para receber a pesquisadora.

Os questionamentos apontaram, inicialmente, que a maior parcela daqueles que se dispuseram a contribuir com a pesquisa, por intermédio de contato com a família, estava nos residenciais Vale do Tocantins e Jardim do Éden. Em muitos casos, mesmo não residindo nos residenciais, os discentes moravam nos Núcleos São Félix e Morada Nova, com parentes que haviam sido contemplados no PMCMV. Além disso, com o passar dos dias, e o aprofundamento dos diálogos, constatou-se que alguns discentes, mesmo residindo no PMCMV, optavam por indicar que residiam nos Núcleos São Félix e Morada Nova, considerando as construções existentes sobre os residenciais.

A elaboração dos possíveis caminhos para as entrevistas, com predomínio de dois residenciais, associados às atividades de observações diretas que apontaram, entre outros, a coexistência de modificações significativas, nas UH, assim como, o distanciamento dos Núcleos Urbanos já consolidados, concorreram para a delimitação do Residencial Jardim do Éden como recorte para a abordagem sobre o cotidiano.

Mesmo com os levantamentos iniciais e os contatos, disponibilizando informações sobre a pesquisa para os responsáveis pelos discentes, tais como o roteiro de entrevista e objetivos da pesquisa, a inserção no Residencial Jardim do Éden foi composta por uma série de percalços, especialmente, no que concerne às dificuldades que envolvem a construção de “confiança”, junto aos entrevistados, além de considerar a possibilidade de questões como os (as) entrevistados (as) não serem mais os sorteados, inicialmente, pelo Programa, situação, na qual, a presença da pesquisadora pode ter sido associada ao ato de uma atividade investigativa, junto aos órgãos de fiscalização e que, portanto, dificultava a recepção.

Somam-se, ainda, as demandas do dia a dia, realidade que converge para as reflexões de Poupart (2012) para quem, as entrevistas são porta de acesso às realidades sociais que, no entanto, não se deixam facilmente apreender, uma vez que envolvem jogos e questões relacionadas à interação social, demandados pela entrevista, além das múltiplas possibilidades de interpretações que coexistem na abordagem dos discursos.

Para a realização das entrevistas, consideraram-se, ainda, as observações do autor, supramencionado, ao indicar que os métodos qualitativos, de entrevista, ainda são compreendidos como um recurso, para contemplar o ponto de vista dos atores sociais, considerados como um meio para interpretar a realidade destes, uma vez que, as condutas sociais não podem ser entendidas sem a perspectiva dos atores sociais.

Do exposto, considerou-se a efetivação de uma abordagem qualitativa, para tanto, foram realizadas entrevistas com 28 (vinte e oito) moradores, a partir da adoção de uma amostra não probabilística, que envolveu o uso de uma “mostra por fileira”, em cascata, ou em “bola de neve” (*snowball sample*) que, segundo Pires (2012), designa, geralmente, um modo de constituir a amostra, por homogeneização, ou a amostra de acontecimentos (estudo de caso único). Além disso, essa técnica é importante, quando o acesso, aos dados, é difícil, como em casos, em que estão presentes problemas que podem ser decorrentes da mobilidade ou dispersão particular de certos grupos, aspectos da natureza delicada de algumas questões, ou a adoção de uma atitude de autodefesa do grupo. Dessa forma, parte-se de um primeiro informante ou um especialista, e, a partir deste, o pesquisador tem acesso ao próximo, procedendo, então por contatos sucessivos.

Assim, a partir do contato e da entrevista, com os responsáveis pelas UH onde residem os discentes, a pesquisadora solicitou indicações de contatos, com vizinhos, ou outras pessoas, com os quais os responsáveis possuíam vínculos (em outros locais do Residencial), essa ação

foi adotada como subsídio para evitar, entre outros, os possíveis riscos do contato porta a porta.

A delimitação, da quantidade de entrevistas, considerou fatores, como: a dificuldade de acesso aos moradores - seguindo os caminhos pensados para se chegar ao campo - dispostos a contribuir com a pesquisa; a repetição das respostas, além de considerar elementos como o tempo disponível para a realização das atividades de campo, que converge, principalmente, para as dificuldades de organização dos horários disponíveis, uma vez que a inserção, para conhecimento das realidades, demandou, em sua maior parte, o tempo disponível do entrevistado, no entanto, com as atividades concomitantes de docência, muitas vezes, o horário indicado, pelo entrevistado, correspondia àquele em sala de aula.

Nesse momento, tem-se o trabalho de organização da agenda, que culminou no fato de que, para que algumas entrevistas acontecessem, se fez necessário o deslocamento ao Residencial, no período do intervalo entre aulas, como recurso para não perder a oportunidade de realizar uma entrevista, além da inserção em finais de semana. Nessa perspectiva, a maior parcela das entrevistas foi realizada aos sábados, e, em horários, como o intervalo para almoço.

Considerando a escolha de deixar o entrevistado indicar a opção que possibilitaria a construção de confiança, durante a prática, além do Termo de Livre Consentimento (TLC), cuja leitura foi realizada, em conjunto com a pesquisadora, que, entre outros, esclarecia a natureza da pesquisa, assegurando o anonimato e a autorização para o trabalho com as informações coletadas. Foi levantada a possibilidade de gravações, mas não se obteve o aceite, de nenhum dos entrevistados, assim como, também, se optou pela não divulgação de nomes, endereços ou qualquer outra forma de identificação, especialmente, para resguardar possíveis exemplos, onde eles não seriam mais os beneficiados, e por não ter a pesquisa caráter denunciante. Além disso, a escolha foi pautada no entendimento de que seria construída, mas também como outro recurso, capaz de auxiliar a confiança para exposição, uma vez que, como já relatado, mesmo com a identificação acadêmica e profissional da pesquisadora, alguns entrevistados associaram a alguém integrante de fiscalizações. Após a efetivação das entrevistas com os moradores, surgiram inquietações associadas nos agentes representantes.

Foi realizada, também, entrevista com o presidente da Associação de Moradores do Jardim do Éden, como subsídio para o conhecimento de uma “visão geral” do Residencial, assim como das relações estabelecidas, ou previstas com representantes do poder público.

Sobressaindo-se, ainda, a busca pelo reconhecimento do papel assumido pela Associação, diante da realidade configurada e observada durante as sucessivas visitas ao Residencial. Diante da ausência de funcionamento de uma sede, durante as observações diretas, realizou-se o levantamento, com os entrevistados, para a identificação da existência de uma Associação e o nome do representante.

Os levantamentos de informações, acerca do preço do m², foi realizado junto à Secretaria Municipal de Gestão Fazendária (SEGFAZ), por intermédio de ofícios e protocolos no Sistema E-sic. Os dados fornecidos correspondem à Planta Genérica de Valores, utilizada pela Prefeitura Municipal de Marabá (PMM), para o cálculo destinado à cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). As tabelas fornecidas não apresentaram informações sobre o Residencial Jardim do Éden, situação atribuída à inexistência da cobrança do referido imposto até o ano de 2020, por essa razão, as análises foram realizadas considerando os processos que se efetivam nos demais residenciais.

A análise sobre a valorização, em Marabá, associada à instalação dos Residenciais do PMCMV, encontrou empecilhos no processo de obtenção de dados, fato que pode ser atribuído às relações que envolvem o acesso e a concentração de terras, mesmo no urbano. Diante do fato, as solicitações iniciais foram compostas por pedidos de acesso aos valores venais dos imóveis, no entanto, foram disponibilizados, somente, os dados relativos à Planta Genérica de Valores, cuja tabulação auxilia a leitura dos processos que envolvem o preço do m² nos Núcleos Urbanos, incluindo aqueles, onde estão instalados os Residenciais do PMCMV, mas não possibilita a espacialização dos dados, uma vez que, estes, não especificam a localização exata dos terrenos, para evitar a exposição dos proprietários (conforme justificativa apresentada pela PMM, para a não disponibilização do valor venal dos imóveis). É importante salientar, também, que os preços, fornecidos pela PMM, possuem diferenças dos preços praticados por imobiliárias, quando estas apresentam os preços para algumas residências em Marabá, na medida em que, estas, adotam o preço de mercado.

Após a atividade realizada em campo, considerando os debates com os teóricos, foram realizadas transcrições e análises, com o uso de citações das falas obtidas, durante as entrevistas, além da elaboração de tabelas e gráficos para a apresentação de informações que estavam organizadas de forma mais geral. Somam-se, ainda, as retomadas de discussões teóricas e a elaboração de instrumentos cartográficos, para fins de promoção das espacializações dos processos em estudo.

As análises, que compõem o trabalho, estão organizadas em capítulos, que buscam apresentar as atividades de reflexão acerca do tema investigado. Inicialmente, é realizada a discussão que engloba a caracterização das cidades, no contexto amazônico, com vistas à indicação do papel exercido por Marabá, tarefa mediada pela regressão constituída pelo breve levantamento da trajetória de instalação do município, com ênfase nos principais acontecimentos, e a busca pela identificação do papel assumido pela habitação. Essa análise é associada aos aspectos que integram a dinâmica urbana na atualidade, com destaque para a caracterização do PMCMV, e, ainda, a apresentação das práticas realizadas, no Residencial Jardim do Éden, visando o reconhecimento de faces do cotidiano, que se apresentaram à pesquisadora durante as atividades em campo.

No terceiro capítulo, são apresentados debates teóricos, em associação com a realidade encontrada em Marabá, englobando um olhar sobre a produção do espaço urbano e o cotidiano, onde ganha relevo a trajetória da provisão de habitação do Brasil, com vistas ao reconhecimento das contradições que englobam esse processo, assim como os principais agentes e os interesses envolvidos. Na oportunidade, são expostas as características assumidas pelo PMCMV, visto, sob a ótica de instalação, as contradições e o papel da política habitacional brasileira. Momento que é composto, também, pela apresentação de leituras, acerca das influências exercidas, pelo processo de valorização dos espaços, a partir da produção habitacional.

O quarto capítulo surge das discussões que apontam a questão habitacional, associada ao PMCMV que, em Marabá, não se apresenta de maneira uniforme, gerando inquietações acerca dos desdobramentos, dessa questão, em outras escalas. Com vistas à realização dessas análises, são abordados estudos realizados sobre o PMCMV, adotando, como recorte de investigação, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com vistas às reflexões acerca das (des) continuidades espaciais do Programa, quando pensado em associação com as características que integram uma cidade inserida no contexto da Amazônia brasileira.

Para essa tarefa, é reconhecida a existência de empreendimentos, que compõem a Faixa 1- objeto desta tese- na RMSP, conforme tabelas disponibilizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), por meio do sistema E-Sic. Porém, diante da necessidade de aprofundamento, sobre as características que integram o Programa, foi necessário efetivar uma delimitação, que culminou no caminho composto pelo estudo e apresentação dos resultados, que compõem três pesquisas, na modalidade Tese, analisadas em ordem cronológica crescente da conclusão dos estudos.

Considerando as particularidades da abordagem dos objetos, foram analisadas, em cada estudo, as informações diretamente associadas ao contexto de implantação e aos desdobramentos do PMCMV na metrópole paulista. Ainda que, a totalidade dos trabalhos não verse, exclusivamente, sobre a Faixa 1- FAR, envolvendo, prioritariamente, a modalidade Entidades, eles possibilitaram reconhecer os caminhos trilhados, pelo Programa, iluminando as reflexões sobre as realidades encontradas, em Marabá, e, na metrópole, mediadas pela produção de UH no âmbito o PMCMV.

A delimitação do número de trabalhos considerou a disponibilidade de pesquisas publicadas nas bibliotecas de teses e dissertações. Nesse momento, salienta-se que também foram catalogados dissertações e artigos que trabalharam com a atuação do PMCMV na RMSP, envolvendo as diferentes modalidades, no entanto, estes não foram utilizados para a composição do capítulo, em decorrência da delimitação adotada.

A construção das reflexões, que integram esse capítulo, considerou as leituras teóricas sobre produção espacial e programas habitacionais, que, continuamente, remetiam à metrópole, além dos processos que envolvem a produção do território nacional, enquanto uma totalidade, com vistas à identificação da existência de um descompasso entre os diferentes momentos da implementação do Programa, visando, também, reconhecer a coexistência de (des) continuidades que poderiam revelar as peculiaridades, da produção espacial, em uma cidade amazônica, constituindo caminhos, para a investigação da (in) existência de similitudes e diferenciações, à luz das reflexões acerca de um desenvolvimento espacial desigual, em um Programa Habitacional, pensado para instalação de unidades em escala nacional.

2 MARABÁ (PA): DINÂMICAS DE UMA CIDADE AMAZÔNICA E HABITAÇÃO

Partindo das propostas analíticas, que compõem a pesquisa, salienta-se a abordagem de autores que versaram sobre ângulos essenciais, para a compreensão das dinâmicas que englobam a produção do espaço urbano, e, em especial, às particularidades do objeto, em estudo, em diferentes escalas, possibilitando o exercício de reflexão acerca dos desafios que se impõem às análises em Marabá (PA).

A exposição tem início, com análises sobre as características das cidades na Amazônia, envolvendo os processos de constituição e as configurações espaciais, que se desdobram, em Marabá (PA), para entendimento do urbano e da inserção do PMCMV, nesse contexto.

2.1 Marabá no contexto da cidade e do urbano na Amazônia

Pensar a cidade e o urbano demanda o reconhecimento do lugar, onde eles estão inseridos, como caminho para a abordagem das influências recebidas, ao longo da constituição por processos, como a migração e as atividades econômicas realizadas, e, todas essas questões auxiliam, no reconhecimento do papel assumido, na atualidade, por programas, como o PMCMV, que são capazes de promover alterações, nos usos dos espaços que compõem a cidade, e que ultrapassam o âmbito da produção de Unidades Habitacionais englobando, também, outros aspectos da vida cotidiana.

Nessa proposta, parte-se das leituras que versam sobre as cidades, na Amazônia, abrangendo um conjunto de reflexões que remetem aos processos que compõem a instalação destas. Nessa perspectiva de abordagem, a leitura de autores, que trabalharam com a cidade e o urbano na Amazônia, aponta para a reflexão sobre o debate que envolve as “cidades da floresta” e as “cidades na floresta”, como termos que auxiliam na compreensão das peculiaridades ou dos modelos, que envolvem o processo de constituição destas cidades.

Essa reflexão inicial situa o debate sobre os processos que se desdobram nas características que envolvem Marabá, como subsídio para se pensar as similitudes e as diferenciações existentes, na cidade em estudo, e de que forma, esta, incorpora os processos que são efetivados, no contexto amazônico, mas também as influências de processos que se desenvolvem, externamente, à realidade amazônica. Nesse momento, tem-se uma regressão para tratar das influências recebidas, pela cidade de Marabá, em uma trajetória de instalação, marcada pelo papel dos ciclos econômicos, mas também, por intervenções de projetos

governamentais, para posterior debate sobre as características desta, com ênfase para a abordagem da habitação, nesse percurso, como elemento auxiliador da compressão do significado de programas advindos de ações governamentais como o PMCMV.

O processo de ocupação, da Amazônia brasileira, foi marcado por dinâmicas que possibilitam a identificação de particularidades, quando comparado com os demais componentes do território latino-americano. Merece destaque, a ocupação tardia e disputada, por múltiplos atores; a valorização momentânea de produtos no mercado internacional, o posterior período de estagnação; e uma geopolítica composta pelo controle de um extenso território, utilizando poucos recursos, uma vez que os interesses econômicos apresentaram insucessos, naquilo que versa sobre a implementação de uma base econômica e populacional estável (BECKER, 2009).

Quando pensadas as dinâmicas, que se processam na Amazônia, Castro (2008, p. 15) salienta que as análises, sobre o povoamento da região, nos últimos quarenta anos, constituem cerne de diferentes trabalhos. Entre os temas mais trabalhados, sobressaem-se as “[...] relações entre capital e trabalho, avanço da fronteira, novas configurações de poder e de conflitos, dinâmicas socioeconômicas e demográficas, formação de elites, experiência social de segmentos bastante diversos de trabalhadores e identidades sociais [...]”. Estes, por sua vez compõem estudos, mas também as discussões e os encaminhamentos de movimentos sociais urbanos, na interpretação da relação entre desenvolvimento capitalista e a precarização dos direitos à cidade.

Diante da síntese inicial, sobre os caminhos que orientam a leitura da cidade e do urbano, na Amazônia, realiza-se breve abordagem sobre Marabá. O olhar para os aspectos geográficos da localização, revela que, esta integra a região do Sudeste paraense, com uma área de 15.128,058 km², caracterizando-se como uma capital regional. Os dados do Censo Demográfico de 2010 demonstraram a existência de uma população de 233.669 hab., predominando famílias com três residentes no domicílio, densidade demográfica de 15,45 hab./km² e taxa de urbanização de 79,72% (IBGE, 2010) (Figura 1).

Do ponto de vista político, Marabá ganha existência, no mapa da região Sudeste do Pará, a partir do desmembramento do município de Baião, efetivado no ano de 1913. O referido município incorporava, também, os municípios que, atualmente, são denominados de São João do Araguaia, Conceição do Araguaia e o Distrito de Alcobaça (hoje Tucuruí). (MARABÁ, 2013).

Figura 1- Localização espacial do município de Marabá (PA).

Fonte: Elaborado por Silva, S., 2018.

Pensar a formação de Marabá, no contexto dos grupos que constituíram, inicialmente, a população, e da construção de demandas por habitação, envolve o reconhecimento dos papéis exercidos, pelos diferentes ciclos econômicos de produção, entre eles, àqueles que assumiram expressividade: a castanha, a madeira e o ouro, responsáveis pelo fortalecimento da economia, mas que, também, contribuíram para a implementação de processos marcados pela dimensão do contingente de imigrações, e que atuaram influenciando a expansão dos processos de ocupação. Nesse enredo, Rodrigues (2010) explicita que a importância comercial, assumida por Marabá, no século XX, implicou na efetivação de ciclos migratórios, além do estímulo à estruturação de uma rede de relações comerciais entre Marabá e outras cidades paraenses.

Para entender as dinâmicas que se construíram em Marabá, retomam-se as leituras sobre o processo de urbanização da Amazônia, como forma de localizar o papel das influências externas e internas, em Marabá, convergindo para a coexistência de demandas habitacionais nesse período. Nessa tarefa, destacam-se as leituras que versam sobre a configuração das “cidades da floresta”, ao apontarem para a predominância desta configuração, na região, até a década de 1960. Estas, eram marcadas pela presença de cidades de pequeno porte e associadas à circulação fluvial, caracterizando-se pela existência de vínculos expressivos com a natureza e à vida rural não moderna. No âmbito dessas cidades, ganha relevo as articulações estabelecidas com os entornos ou localidades próximas compostas por vilas, povoados e comunidades ribeirinhas. Atualmente, verifica-se a tendência à modificação dessas características relacionadas à vida da floresta, porém estas cidades, ainda, constituem subsídios para a caracterização de algumas sub-regiões da Amazônia (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

Quando comparadas com as “cidades nas florestas”, o autor, em debate, observa que elas não são excludentes entre si, uma vez que possibilitam pensar a complexidade da vida urbana, na região, revelando a coexistência de diversas temporalidades e espacialidades, que são marcadas por uma e por outra, notadamente em realidades, relativamente, mais transformadas. Dessa forma, é possível constatar que Marabá, como se verá, apesar das influências externas imponentes, ainda mantém atividades que possibilitam constatar o vínculo com o “natural”, como pode ser visualizado em comunidades que, ainda, utilizam a pesca como importante meio de sobrevivência.

Complementando essas observações, Becker (2009) salienta que as cidades, na Amazônia, exerceram um papel logístico essencial no processo de ocupação. Assim, em 1996,

a Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada, com 61% da população e 69%, em 2000, que estavam localizadas nos núcleos urbanos. Foi constatado, também, um processo que se deu, por meio da desconcentração urbana, marcado pelo crescimento dos números populacionais nas cidades com menos de 100 mil habitantes.

Ainda, para entender as cidades no contexto da Amazônia, verificam-se os estudos que trabalham com o avanço da fronteira, especialmente, em decorrência da presença pública. Nesse momento, o Estado desenvolvimentista, na concepção keynesiana, foi capaz de formular um projeto de intervenção, do qual resultaria a abertura da fronteira no norte de Mato Grosso, de Rondônia e no Sudeste do Pará, nos anos de 1970 e 1980 [...] (CASTRO, 2008). A autora ressalta ainda que é necessário entender que

[...] a experiência de urbanização da Amazônia não se restringe aos processos decorrentes do avanço da fronteira a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, e muito menos se trata apenas de núcleos urbanos surgidos na fronteira. O modelo estratégico aplicado para abrir novos territórios ao mercado integrou antigas cidades- notadamente as pequenas, mas com influência regional devido as práticas tradicionais de organização da economia e das relações com o *interland* rural- ao povoamento induzido pelos planos governamentais a exemplo de Porto Velho, Rio Branco, Altamira, Itaituba, Santarém, Marabá, Tucuruí e São Felix do Xingu (CASTRO, 2008, p. 23).

Logo, é possível identificar que as dinâmicas, associadas ao papel do mercado, influenciadas, ou não, pela intervenção governamental, resultaram em intervenções, em diversas cidades da Região amazônica, ganhando relevo aquelas que assumiam posições estratégicas, quando pensadas, sob a ótica da localização espacial.

Fundamentando esse momento, no contexto da Amazônia, Becker (2009) reflete acerca dos modelos de ocupação territorial implantados na Região. Essas ações estavam marcadas pela existência de duas concepções distintas, onde a primeira era composta por uma visão externa ao território, com predomínio das relações com a metrópole, privilegiando as intervenções externas. E a outra, marcada pela presença de uma visão interna do território, a partir das ações de projetos missionários, sendo mediada pelo contato com os habitantes locais, com ênfase para o crescimento endógeno e a autonomia local.

Nesse momento, evidencia-se a análise do período, no qual o padrão de ocupação e povoamento, verificado na Amazônia que ocorreu a partir de 1966, obtendo maior ênfase nos anos de 1970 e 1980, a partir da interferência de programas governamentais de expansão da fronteira agrícola, associados às estruturas urbanas, sejam aquelas existentes ou, ainda, as que

foram planejadas e receberam investimentos públicos, além do fortalecimento das Instituições. Esse momento foi marcado pela concentração de demanda por mão de obra, cuja maioria foi composta por migrantes que constituíram fluxos intensos e crescentes e que, por conseguinte, influenciaram a dinâmica urbana de muitas cidades, na Amazônia, envolvendo, por exemplo, as demandas elementares para vida, tais como habitação e serviços básicos de saúde e educação (CASTRO, 2008).

Ao refletirem sobre os processos de busca pela ocupação na Amazônia, Cardoso e Lima (2009) indicam que a dispersão da população, pelo território, implicou na ideia da difusão do pensamento de que a Região era um vazio demográfico demandando, portanto, o povoamento e a integração às demais regiões do país. Assim, a implantação dos grandes projetos, tais como a Transamazônica, a exploração mineral em Carajás e a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, levaram à constituição de novas frentes de trabalho que, em sua maior parcela, foi preenchido por mão de obra advinda de outras regiões.

Especialmente a partir de 1968, foi verificada uma ênfase nos mecanismos fiscais e creditícios que permitiram a efetivação do fluxo de capital do Sudeste. Além disso, foi estimulada a migração, através de mecanismos como os projetos de colonização, que objetivava a efetivação de povoamento, possibilitando a formação de um mercado de mão de obra local (BECKER, 2009).

Nesse momento, as estradas possibilitaram a mudança no padrão de ocupação do território, uma vez que, novas cidades surgiram, nas margens destas, deixando de predominar a acessibilidade por rios, passando a vigorar outras formas de mobilidade (como as estradas). Pensada a partir das lógicas de ocupação, verifica-se que Marabá compõe o grupo de cidades no qual existiu uma superposição dos modos de acessibilidade rodoviária e fluvial, esse fato constitui elemento que contribuiu para a ampliação das funções comerciais e administrativas (CARDOSO E LIMA, 2009).

Reforçando essa reflexão, Velho (2009) afirma que, quando se observou as atividades relacionadas à extração do caucho, as dificuldades de acesso ao local e os poucos canais de comercialização, surgiu a figura do comerciante com origem nacional e, ainda, sírio-libanesa, cuja maioria já trazia algum recurso e realizava investimentos na área comercial. Considerando as características do caucho, cuja existência estava atrelada às demandas do mercado, que não era local, e que não possuía para os produtores, praticamente, nenhum valor de uso, os comerciantes passam a ser a camada social que adquiria maior importância,

demonstrando que, inicialmente, a posse do capital e dos meios e canais de comercialização ultrapassava a questão da posse da terra.

Associando a realidade existente em Marabá, no contexto da leitura para a Amazônia, verifica-se que, nesse período, as interações entre vilarejos, vilas e cidades possuíam dependência da cadeia de exportação/importação da borracha. A cadeia era formada pela substituição da circulação de dinheiro, pelo fluxo de mercadorias, por intermédio da compra e venda a crédito das mercadorias (aviamento). Se, por um lado, tinha-se a facilidade de expansão da atividade comercial, por outro, dificultava a captação do excedente em cada lugar, inibindo a diversificação das atividades produtivas (MACHADO, 1999).

Do exposto, verifica-se que as cidades na Amazônia, em um primeiro momento, estavam associadas à dinâmica da vida, marcada pela relação com os elementos naturais. No entanto, alterações foram constatadas quando estas começaram a receber as intervenções dos denominados Grandes Projetos Governamentais, que concorreram para a atração de migrantes, que se deslocavam para compor a força de trabalho, incrementando o aumento populacional. Nesse contexto, ganha relevo cidades como Marabá, que foi marcada pelo papel dos ciclos econômicos, como a mineração, além de possuir uma acessibilidade que possibilitava chegadas pela estrada ou pelos rios, e que atraiu significativo contingente populacional, gerando, também, as necessidades básicas nem sempre ofertadas na cidade, expondo, ao mesmo tempo, demandas infraestruturais, como aquelas relacionadas à habitação, conforme será abordado adiante.

Adotando como recorte a cidade de Marabá, com o aprofundamento da análise do ponto de vista dos impactos dos ciclos econômicos, observa-se que, entre as atividades que assumiram função relevante, no decorrer destes ciclos, destaca-se a borracha, especialmente, associada às exigências internacionais, que foram fundamentais para a promoção de transformações, na rede urbana amazônica, e no percurso de povoamento do território paraense, com a ascensão de áreas que, ainda, possuíam pouca exploração. A conjuntura descrita assevera a associação de fatores que convergiram para que o “Vale do Itacaiúnas”, nas proximidades da confluência entre os rios Tocantins e Itacaiúnas, passasse a exercer função de relevância estratégica (TOURINHO, 1991).

Essa reflexão é reiterada por Velho (2009), ao observar que, mesmo com o deslocamento dos grupos ligados ao ciclo do caucho, para áreas que não alagavam, a foz do Itacaiúnas passou a compor novo interesse, associado ao fato de que estavam ali localizados, os rios Tocantins e o Itacaiúnas, com seus afluentes, que constituíam as duas principais vias

de escoamento da região. Por essa característica, os barracões de comércio passam a ser instalados nesse ponto de confluência dos rios.

Os dados sobre a população, em Marabá, revelam dinâmicas associadas, por exemplo, ao processo de desmembramento para a criação de novos municípios, o que representou uma redução territorial e de população, do município, em fins oficiais a que esteve submetido, o município de Marabá, entre as décadas de 1940 e 1950 (TABELA 1).

Tabela 1-Evolução da população total de Marabá.

Ano	População Total	Variação populacional
1940	12.553	-
1950	11.130	-11%
1960	20.089	80%
1970	24.474	22%
1980	59.881	145%
1991	123.668	107%
1996	150.095	21%
2000	168.020	12%
2010	233.669	39%

Fonte: IPEA (2019).

Nesse momento, realiza-se a abordagem do urbano, em Marabá, mediado por um retorno aos debates e práticas que influenciaram a formação de uma cidade dividida em Núcleos, com características particulares, para a caracterização, destes, na próxima seção. Dessa forma, quando englobadas as reflexões, sobre o viés da integração nacional e a atratividade de migrantes, em larga escala, Tourinho (1991) observa que o Núcleo Pioneiro, marcado pelas enchentes constantes e as limitações para a instalação de habitações impostas pela presença dos rios, pelas áreas alagadas ou alagáveis, pelas fazendas de criação de gado, e pelo regime de propriedade privada da terra, voltada para a especulação fundiária, passou por pequenas alterações naquilo que envolve equipamentos, serviços e traçado urbano (Figura 2). Assim, os diversos debates indicam que, no processo de formação da cidade de Marabá, as enchentes eram apontadas como o principal entrave ao desenvolvimento do Núcleo Urbano Pioneiro, embora esse tivesse se mantido, e até crescido, por causa da localização privilegiada do sítio, para a economia da castanha dado o papel do deslocamento fluvial.

Figura 2-Enchente em Marabá com ênfase para o Núcleo Marabá Pioneira.

Fonte: Casa da Cultura de Marabá, 1997.

As transformações verificadas, no processo de ocupação de Marabá até a atualidade, remetem ao fato de que, como em muitas cidades amazônicas, a concentração de terras surge como uma prática que produz contradições e conflitos. Logo, ao abordar Marabá, a partir dessa realidade, Tourinho (1991) aponta que, a década de 1960 foi marcada pelas ações da União, na esfera da concessão de incentivos fiscais e creditício, ganhando ênfase, também, o processo de abertura da fronteira econômica amazônica que concorreu para transformações na estrutura produtiva e para alterações no espaço urbano. Dessa forma, os incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento Urbano da Amazônia (SUDAM) e Banco da Amazônia (BASA), para fazendeiros e latifundiários, atraíram capital produtivo e especuladores para a região.

A presença do expressivo quantitativo de migrantes, a partir da década de 1960, é corroborada por Machado (1999), que, durante as análises sobre a Amazônia associadas ao crescimento do número de cidades, aponta que essa atratividade foi exercida por intermédio de processos, como a concentração da propriedade da terra e os investimentos agrários, uma vez que, a alocação de massas de trabalhadores, diante de espaços cada vez mais privatizados, só poderia ser efetivada em espaços “abertos” à socialização, que correspondem, aqui, aos espaços urbanos. Por essa razão, povoados, vilas e cidades amazônicas surgiram ou cresceram em decorrência da existência de um quantitativo de imigrantes “sem-terra”. Além disso, foi comum, também, a realização de extensos desmatamentos, promovidos por grandes

proprietários, utilizando a mão de obra assalariada, implicando no fato dos trabalhadores (e suas famílias) estarem instalados nas aglomerações, ao invés das fazendas; dinâmica que caracterizou o sudeste do Pará.

Contribuindo para esse processo, tem-se a acessibilidade, a partir da abertura de estradas, como pode ser verificado no fato de que a articulação, com outras regiões, foi acentuada pela construção do primeiro trecho da PA-70 em 1962 (atualmente BR-222, que liga Marabá à rodovia Belém-Brasília). O conjunto dessas ações auxiliou o aumento da atração de migrantes, para o médio Tocantins paraense, possibilitando, de forma concomitante, a ampliação dos exemplos de usos da terra, marcados pela concentração fundiária.

A construção das estradas atuou como prática capaz de modificar as condições de mobilidade e de ocupação do território. Quando analisado, esse processo, à luz de Marabá, constata-se que a passagem das estradas BR-230 (Transamazônica, principal eixo de articulação estadual no sentido Leste-Oeste) e PA-150 (principal eixo de articulação estadual no sentido Norte-Sul), além da Ferrovia de Carajás, (construída para viabilizar o escoamento do minério de ferro extraído da região) constituíram fatores que potencializaram a adoção de Marabá, como um nó regional (CARDOSO; LIMA, 2009).

Verifica-se, portanto a existência de propaganda e incentivos governamentais, que culminaram na transformação do município em uma das principais portas de entrada dos fluxos de trabalhadores e de capital. Isto posto, a cidade passou a ser o principal centro de apoio ao novo padrão de ocupação e acumulação que se implantava, orientado pela atuação do Estado na região amazônica.

Nesse curso das transformações, foi possível examinar que, o fim das terras, que não eram assoladas pelas enchentes, na Marabá Pioneira, levou ao adensamento populacional, em outras áreas, que constituiriam os Núcleos Amapá e São Félix, além do processo de edificação, em lotes vazios, orientada para o processo de valorização fundiária mediante venda ou aluguel.

Essas circunstâncias convergiram para a ocupação, especialmente, pelos migrantes, das áreas alagadas que integravam o bairro Santa Rosa e as localidades do Amapá, que exerciam atração pela proximidade do Núcleo Pioneiro e, futuramente, pela existência do aeroporto, além de equipamentos de infraestrutura como uma escola. Sublinha-se, ainda, o Núcleo São Félix, que concentrava a possibilidade da existência de empregos em bares, pensões e hospedarias, cuja presença estava relacionada à inexistência de uma ponte, para

ligar a PA-70 ao Núcleo Pioneiro, resultando, assim, no fato de que poderia a transposição do rio ser efetuada somente durante o dia (TOURINHO, 1991).

O Núcleo Pioneiro apresentava obstáculos para a sua expansão, marcados pela presença de áreas alagáveis que não eram utilizadas na concentração de terras, pelas fazendas de gado, e a presença da propriedade privada da terra, dessa forma, a população migrante passou a ocupar as áreas alagadas, além do Amapá e São Félix.

Dessa maneira, nota-se a coexistência de contextos marcados pelo agravamento da ocupação de áreas alagadas, dificuldades para gerência e instalação de infraestrutura em três Núcleos dispersos, além das necessidades impostas pela crescente quantidade de imigrantes, compostos, inicialmente, por frentes camponesas que não conseguiam produzir, em outras regiões do país, e eram atraídas pelos incentivos fiscais disponibilizados pela União. Esses fatores levaram a uma série de debates, voltados para a avaliação sobre as direções adequadas para a expansão do Núcleo Pioneiro, cujas características físicas, associadas às concentrações de terras, implicavam na impossibilidade de comportar a quantidade de pessoas que demandavam habitação (TOURINHO, 1991).

Corroborando esse pensamento sobre disputas, as constantes enchentes imprimiam à vida, na cidade, um caráter instável, e, em função dos novos projetos, que estavam sendo implantados, e da inadequação do sítio original, implicaram na necessidade de construção de uma “nova cidade”. Nesse momento, sobressaem-se as discussões, entre os diversos grupos que compunham a cidade, e que assumiam notoriedade nas decisões, e vislumbravam a instalação do projeto de um novo Núcleo, a partir das intervenções governamentais, como uma oportunidade para satisfação de interesses próprios. Assim, nesse debate, se destacam os proprietários das fazendas, situadas além do varjão, que defendiam a expansão da malha urbana em direção ao núcleo do Amapá (TOURINHO, 1991).

Já o grupo formado por comerciantes atacadistas e habitantes do São Félix, defendia que a expansão, para esse recorte, facilitaria a interligação da cidade com o restante do país, diante da presença da rodovia PA-70. A expansão, para o São Félix, era defendida por um número menor, composto por comerciantes atacadistas e pelos moradores, sem apoio de outros grupos, que exerciam expressividade no cenário político local. Esse fato está associado à expressiva distância existente entre São Félix e os núcleos Pioneiro e do Amapá, além de desconsiderar a necessidade do controle dos fluxos na foz do rio Itacaiúnas (TOURINHO, 1991).

Ainda, compondo a tentativa de definição do local onde seria instalado o novo Núcleo, estavam os proprietários das terras, localizadas além do varjão, os donos das áreas situadas no Amapá e moradores do Núcleo Pioneiro. Estes defendiam o aterramento de áreas alagadas ou a construção de viaduto, com a ocupação das fazendas, existentes no Núcleo, com a justificativa de que seria uma área da Prefeitura e as indenizações seriam menores. A proximidade com o Núcleo Pioneiro e a intensiva defesa, dessa localização, apontam para os vínculos com este Núcleo, além do desejo de permanência neste, mesmo com o enfretamento dos problemas que eram agravados com as enchentes recorrentes.

Com um posicionamento da gestão municipal, influenciado por pessoas que detinham o poder econômico do período, em 1967, a Prefeitura de Marabá reservou uma área para a expansão urbana que beneficiava os donos de castanhais, na medida em que não seriam realizadas intervenções nas terras destes; estes, na época, eram responsáveis pelo controle do poder municipal. Assim, foi elaborado, através de convênio entre Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e Projeto Rondon, um relatório que pronunciava o bairro Amapá, como ideal para o crescimento da cidade, recomendando a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para o município (TOURINHO, 1991).

A manipulação do território, pela apropriação de terras dos Estados, foi um elemento fundamental da estratégia do Governo Federal, que criou, por decreto, territórios, sobre os quais, exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade (BECKER, 2009).

Considerando as necessidades de intervenção, no espaço urbano em Marabá, o Estado iniciou a desapropriação de terras para a instalação das infraestruturas, visando à construção de instituições públicas, além da busca pela execução de um plano de desenvolvimento urbano. As ações previstas estavam orientadas para solucionar os problemas decorrentes das enchentes periódicas, no Núcleo Pioneiro, mediadas pela disponibilização de mais espaço para expansão.

No entanto, os problemas surgiram quando o Governo Federal passou a demandar terras para a construção de um porto, a 52ª Brigada de Infantaria da Selva (BIS) e a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano para a cidade. Nesse momento, a Câmara de vereadores, composta, em sua maioria, por representantes da elite local, apresentava-se contrária às desapropriações, propostas pelo Governo Federal, demonstrando os problemas que envolvem o debate sobre acesso à terra, em Marabá, característica que ultrapassa décadas. Diante do contexto, e visando realizar as intervenções previstas, o Governo Federal nomeou prefeitos desarticulados das elites locais em 1971.

A análise do Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) revelou a existência de objetivos que ultrapassavam a resolução dos problemas sofridos, pela população, em decorrência das cheias dos rios Tocantins e Itacaiúnas (TOURINHO, 1991). Destacam-se, entre outros:

- a) Atender aos interesses do grande capital envolvido no Projeto Carajás, que via no estabelecimento, às proximidades da Serra de Carajás, de imigrantes e dos empregados de construção civil que viriam trabalhar na instalação da infraestrutura desse Projeto, um risco para a segurança do empreendimento e para a garantia da manutenção do controle sobre as jazidas minerais (BECKER 1990);
- b) Abrir novas frentes de trabalho para as empreiteiras
- c) Absorver os excedentes populacionais do país- para redistribuí-los depois entre as diversas atividades que seriam instaladas no espaço regional
- d) Abrigar os contingentes que não conseguissem ser alocados no campo pelo programa de colonização oficial.
- e) Obter, através da oferta de lotes urbanizados em áreas livres do problema das enchentes periódicas, o apoio da população necessário à legitimação do poder instituído, e evitar que imigrantes sem-terra e trabalhadores expropriados viesse a reforçar os quadros do PC do B, em luta, na guerrilha do Araguaia. (TOURINHO, 1991, p 252-253).

As leituras de Becker (1990) permitem a compressão dessas dinâmicas, como integrante dos projetos pensados para a Amazônia, uma vez que as estratégias fundamentais, para a ocupação, foram marcadas pela implantação de redes de integração espacial, compostas pela rede rodoviária ampliada e marcada, especialmente, pelos grandes eixos transversais, como a Transamazônica e a Perimetral Norte, além daquelas, de escala intrarregionais, como Cuiabá – Santarém e Porto Velho – Manaus. Soma-se, ainda, a rede de telecomunicações, responsável pela difusão de informações sobre a TV e a instalação de rede telefônica. A busca pela integração foi marcada, também, pela rede urbana, que constitui sede das redes de instituições estatais e organizações privadas, e, ainda, a rede hidroelétrica, importantíssima para o fornecimento de energia, com vistas ao atendimento da indústria.

No contexto dos grandes projetos de intervenções, implantados em Marabá, verifica-se o papel do plano para a construção do Núcleo Nova Marabá na década de 1970, que ultrapassou a busca pelo atendimento à demanda, por habitação, para aqueles que residiam em áreas alagadas, no Núcleo Marabá Pioneira, revelando, também, interesses de atendimento às demandas do ciclo econômico da mineração, absorção populacional de outras regiões do país, na medida em que a existência de um núcleo planejado poderia representar indicativos de qualidade de vida, além de atuar sobre questões políticas da época, como a busca pelo combate à ampliação da atuação do PC do B, na composição da Guerrilha do Araguaia, que

poderia se fortalecer a partir da atração de imigrantes sem-terra e trabalhadores expropriados de Marabá.

Observados os elementos, que concorriam para a intervenção em Marabá, era possível notar, ainda, um quadro marcado pela pressão aos prefeitos e ao Governo Federal para construção da nova cidade, com a instalação dos serviços e instituições federais, além da demanda por implantação de melhorias nos Núcleos já existentes, enfatizando os problemas que envolviam o assentamento dos imigrantes que, ao chegarem a Marabá, não encontravam lotes, com preços acessíveis e sem alagamentos, para a ocupação (TOURINHO, 1991).

É importante observar que, mesmo com o andamento das providências para a formulação e a implantação do plano da Nova Marabá, os núcleos existentes permaneciam com crescimento acentuado, com destaque para a presença de imigrantes, além de instituições públicas e militares (TOURINHO, 1991).

Nesse período, a SUDAM iniciou o projeto urbanístico com características que diferiram da Velha Marabá. Embora, com um plano de instalação inicial, a interrupção da atuação da SUDAM na implantação do Núcleo Nova Marabá, implicou na ocupação espontânea que abandonava os critérios técnicos integrantes do projeto (CARDOSO; LIMA, 2009).

No entanto, como será caracterizado na próxima seção, diversas questões envolvem a diferença entre o projeto elaborado e a implantação deste, uma vez que, com a saída do Governo Federal da região, a SUDAM abandonou o projeto, transferindo-o para o município. Quando este ficou responsável, por realizar a ocupação ordenada das Folhas, tem início a prática do desvirtuamento da proposta original. As transformações, em curso, nos âmbitos político, econômico e social, resultaram em dificuldades na ação de gerenciamento, assim, o plano mostrou-se inútil, incapaz de aplicar os mecanismos de espacialização do capital na cidade, ao espaço projetado (CARDOSO; LIMA, 2009).

Com o aprofundamento das pesquisas minerais, na Serra dos Carajás, e a extração de minérios, na década de 1980, Marabá passa a ser considerada, um amortecedor de fluxos populacionais que se deslocavam para a região, evitando, dessa forma, que estes se instalassem nas áreas de extração mineral.

Além disso, sobressai-se o processo de obstrução do rio Tocantins, realizado após a construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, na década de 1980, e que impactou, negativamente, o transporte fluvial, uma vez que muitas embarcações, de grande porte, ficaram impossibilitadas de trafegar pelo rio. Por outro lado, a ferrovia da Estrada de Ferro

Carajás ganha ênfase, na medida em que atuou, como reforço para atração dos fluxos migratórios do Nordeste, que já se configuravam desde a instalação da cidade. Essa situação de nó, auxiliado pela coexistência de modais de transporte, que permitiam a interligação com outros municípios, além dos ciclos econômicos, que atraíram fluxos populacionais de diferentes regiões, geravam pressões, sobre o processo de expansão urbana, que acompanhou as demandas por habitação, como uma das condições fundamentais para a vida na cidade (CARDOSO; LIMA, 2009).

Em síntese, é possível constatar que, o processo de formação socioespacial de Marabá é marcado pela presença das oligarquias da borracha e da castanha, portanto, com uma base econômica apoiada no extrativismo vegetal até os anos de 1960. Após esse período, ganha evidência o processo de reestruturação do território, que implicou em mudanças nas relações entre campo e cidade, por isso, as configurações urbanas, recentes, apontam para a coexistência de funcionalidades para o meio rural, que implica na reprodução ampliada do capital, com destaque para a expansão do agronegócio. Desse modo, observa-se que, a condição de espaço policêntrico revela a (co) existência de múltiplos padrões de organização espaciais, refletindo as especificidades da formação socioespacial (RODRIGUES, 2010).

Do exposto, verificam-se, inicialmente, os processos que marcaram a constituição de Marabá, e as influências exercidas, pelas dinâmicas de ocupação, e que se desdobravam, na região amazônica, mediada, em sua maior parcela, por influências externas, mas englobando, também, nuances dos processos que compõem o modo de vida, marcado pela presença de elementos, tais como a floresta e os rios. Essa superposição, quando abordada em Marabá, permite a constatação de dinâmicas diversificadas, marcadas pela presença de pessoas migrantes de diversos Estados do Brasil, ciclos econômicos que assumiram expressividade, na influência sobre a configuração do urbano, além das questões que englobam demandas presentes em outras cidades brasileiras, como a busca pela habitação. Essa regressão inicial subsidia a busca pela construção de análises, sobre o urbano, nos diferentes períodos vivenciados em Marabá.

2.2 Reflexões sobre o urbano em Marabá.

A análise do processo de ocupação e constituição dos Núcleos que compõem Marabá, na atualidade, associada aos diferentes contextos de agentes internos e externos à cidade, leva ao reconhecimento dos diversos momentos que concorreram para a configuração de uma

cidade polinucleada, cujos Núcleos atraíram a instalação de atividades voltadas ao atendimento de demandas básicas dos moradores, gerando particularidades. Dessa forma, a busca pelo reconhecimento das características que compõem cada Núcleo, com vistas à identificação do papel exercido pela e para a habitação, assim como, para a influência de Programas, cujas intervenções são expressivas, será efetuada, a partir de uma breve descrição das características de cada Núcleo.

O pensamento sobre o urbano, em Marabá, perpassa as reflexões de Lefebvre (2008, p.57) ao acentuar que, as contradições do espaço não estão relacionadas à sua forma racional, mas ao conteúdo prático e social, especialmente, associados à atuação capitalista, uma vez que, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional, mas, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Por isso, “ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele aparece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional”.

Quando observado o perímetro urbano, em Marabá, é possível perceber a prática da concentração de riquezas e os investimentos na cidade. Logo, a trajetória da cidade revela que, esta, se tornou um mosaico de Núcleos, que, quando associados a gestões ineficientes, resultaram em ocupações informais, sem estruturas básicas gerando, entre outros, problemas ambientais (CARDOSO; LIMA, 2009).

A figura 3 representa o processo de expansão da ocupação do espaço urbano em Marabá, possibilitando a identificação dos recortes espaciais que foram incorporados ao urbano até o ano de 2004. Os dados revelam um processo contínuo de alteração do perímetro urbano, que foi acompanhado por uma série de dinâmicas, tais como: a chegada de imigrantes, a elaboração de projetos e a instalação dos Núcleos urbanos, assim como a ocupação de novas áreas que passam a ser incorporadas aos núcleos urbanos existentes, e a criação de Núcleos decorrentes da necessidade de novas áreas para os contingentes de imigrantes que chegavam à cidade.

Figura 3-Evolução da ocupação urbana em Marabá.

Fonte: adaptado de GEOMarabá (2012).

Pensada, na atualidade, sob o ponto de vista das características da disposição dos bairros, Marabá é dividida, oficialmente, em cinco Núcleos Urbanos, denominados: Marabá Pioneira, Cidade Nova, Nova Marabá, São Félix e Morada Nova (Figura 4).

Figura 4-Núcleos urbanos que compõem Marabá (PA).

Fonte: Disponível em Marabá (2018).

A dinâmica socioeconômica assinala que a cidade de Marabá compõe, hoje, o centro econômico e administrativo de uma extensa região e, quando analisado o incremento da população, ao longo dos anos, em Marabá, observa-se que, especialmente, em decorrência dos ciclos econômicos que atuaram como fatores de atração de grandes fluxos migratórios, as taxas de crescimento populacional apresentam saltos expressivos, constatadas, especialmente, nas décadas de 1970 e 1980.

Tabela 2-Evolução da população urbana e rural de Marabá.

Ano	População urbana	Variação populacional urbana	População rural	Variação populacional rural
1940	4.027	-	8.526	-
1950	4.920	22%	6.210	-27%
1960	8.342	70%	5.938	-4%
1970	14.585	75%	9.889	67%
1980	41.657	186%	18.258	85%
1991	102.364	146%	21.233	16%
1996	123.378	21%	26.717	26%
2000	134.373	9%	33.647	26%
2010	186.270	39%	47.399	41%

Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>.

Sob o ponto de vista de rendimentos e economia, os dados disponibilizados, pelo IBGE, revelam que, para o ano de 2017, o salário médio mensal era de 2,6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, era de 18.0%. Ocupando as posições 10 de 144 e 8 de 144, respectivamente, quando comparado com os demais municípios do Estado (IBGE, 2010).

Durante a década de 1970, com os investimentos governamentais associados às atividades econômicas que eram desenvolvidas no período, tem-se um processo de estruturação de Marabá, marcada pela presença de migrantes e expansão urbana.

Figura 5- Renda per capita por Setor Censitário em Marabá (PA).

Fonte: Elaborado por Silva, S., 2019.

Assim, averigua-se que, a noção de produção revela os conteúdos do processo produtivo, o papel dos sujeitos produtores, os agentes da produção material do espaço, assim como, as finalidades que orientam essa produção, no conjunto de determinada sociedade, sobressaindo-se, também, as formas como essa produção é apropriada. “Essa produção distingue-se das outras, em seu significado, e apresenta novas implicações. Se ela tem, por conteúdo as relações sociais, tem uma localização no espaço, portanto, as atividades humanas se localizam diferencialmente no espaço, criando uma morfologia” (CARLOS, 2013, p. 62).

As dinâmicas que compõem os Núcleos Urbanos, em Marabá, apontam para as análises sobre as centralidades urbanas, na medida em que o olhar, que antecede a abordagem de cada Núcleo individualmente, leva a reflexões teóricas, que auxiliam a leitura desse processo de formação de diferentes centralidades.

Nessa proposta, os debates para definição da área central e centralidade são auxiliados por Villaça (2001, p. 240, grifos do autor) ao alertar que “[...] nenhuma área *é* ou *não é* centro; como fruto de um processo - movimento - *torna-se centro*. [...]”. Além disso, a configuração da área central está associada a uma aglomeração, na qual podem ser encontradas relações sociais convergindo para a existência de atividades, organizadas em torno da produção e do consumo. O panorama exige a existência de instituições comuns, em um processo combinado com os deslocamentos espaciais, motivados pela dinâmica social. Assim, a área central representa um ponto capaz de facilitar os deslocamentos.

Nesse direcionamento, descrevendo apontamentos sobre o Centro, Tourinho (2006) destaca que ele é um espaço qualificado, especialmente se considerado os aspectos simbólicos e formais que atuam possibilitando a continuidade temporal e permanências nos usos coletivos, permitindo a construção de imagens que o identifica com a cidade.

No processo de produção do espaço urbano, tem-se o movimento da centralidade, marcada pelos diferentes modos e relações de produção, das diferentes relações de produção, mas também, a policentralidade, que corresponde à ruptura do centro e instaura, na prática, a constituição de centros diferentes e possibilitam a efetivação de processos relacionados à dispersão e, ainda, à segregação (LEFEBVRE, 2008).

O olhar para as múltiplas centralidades é auxiliado, também, pelas reflexões de Lopes Júnior; Santos (2010), ao observarem a constituição de novas áreas, com atividades comerciais, e fluxos que permitem a constatação de novas centralidades. Dessa forma, a concentração de atividades passa a ser efetivada, também, em recortes espaciais que não compreendem aquele que, tradicionalmente, é apontado como área central, possibilitando o

atendimento de demandas da população, que passa a não necessitar da efetivação de expressivos deslocamentos.

2.2.1: Núcleo Marabá Pioneira

Iniciando com a caracterização do Núcleo Pioneiro, Raiol (2010) observa que, a malha urbana possui um desenho marcado pela ocupação espontânea, pois a configuração está associada aos limites impostos pela orla dos rios Tocantins e Itacaiúnas, além de contar com uma estrutura radial, que converge para o encontro dos rios, no ponto onde se iniciou a cidade, que corresponde ao bairro do Cabelo Seco. A análise paradigmática aponta para a reprodução de um modelo, que segue as características históricas de ocupação, pautado nas necessidades econômicas da época, que utilizavam os rios como entrepostos. O olhar para a atualidade revela que, com exceção das ruas Antônio Maia, Getúlio Vargas e a Beira-Rio, que correspondem às avenidas principais, as outras possuem pouca largura, revelando faces de um momento, onde não existiam fluxos expressivos de veículos e pessoas.

Além disso, a praça central exerce um papel de articulação entre os usos formais e informais ao longo das calçadas. O comércio, realizado no Núcleo, é formado por estabelecimentos de varejo especializado, como vestuário, farmácia, serviços e eletrodomésticos, sendo encontradas, também, escolas. Nesse momento, tem-se a configuração de um Núcleo, que guarda as características da dinâmica de instalação, capaz de agregar diferentes serviços, mas também, atividades que lembram outros momentos da cidade, como o uso de praças, especialmente pelos idosos (CARDOSO; LIMA, 2009).

Ainda, sob o ponto de vista das atividades comerciais, constata-se que a Marabá Pioneira, apresenta um comércio marcado pela concentração na Avenida Antônio Maia, que corresponde àquela onde o trânsito de pedestres se desenvolve de forma intensa. Assim, a rua comercial, supramencionada, concentra edifícios públicos e comerciais e, partindo desta, estão as ruas paralelas e perpendiculares, que englobam, geralmente, na modalidade mista, o uso comercial e o residencial (CARDOSO; LIMA, 2009).

Destaca-se, ainda, segundo Lima (2016, p. 271), que a orla possui formas de apropriação, do espaço, diferenciadas e/ou conflituosas, sendo “a primeira, mais antiga e de origem ribeirinha; e a segunda, mais recente e ligada ao processo de apropriação capitalista do espaço das cidades” (Figura 6). A Marabá Pioneira é marcada, também, pela implantação da estrutura da orla, inaugurada em 2003, que é um espaço pensado para atividades turísticas,

contando com alguns hotéis, estabelecimentos comerciais, restaurantes e bares, funcionando, também, como ponto de embarque e desembarque para aqueles que frequentam as praias, de água doce, no Rio Tocantins, durante o período de férias. Constitui um recorte expressivamente frequentado, principalmente, ao longo dos finais de semana.

Ao trabalharem com a orla e outras características do Núcleo, Bibas e Cardoso (2016) afirmam que são encontradas áreas livres e verdes, nas quadras, e espaços públicos voltados para o convívio social. Com um espaço constituído por calçadas largas, bancos e guarda-sol, atividades formais e informais, o projeto da orla resultou na construção de um muro que limitou a acessibilidade ao rio, contudo, ainda, é um dos espaços mais importantes e democráticos do Núcleo e da cidade.

Figura 6-Vista da Orla no Núcleo Marabá Pioneira.

Fonte: Marabá (2018).

A análise da Marabá Pioneira revela que a configuração, desta, sempre respeitou os limites do terreno, fato relacionado às inundações periódicas, uma vez que a população considerou o rio e os seus tempos, já que, nesse momento, era a origem do sustento dos moradores, além de constituir canal para transporte e o escoamento da produção, nos períodos em que predominava o extrativismo. Os espaços, que permanecem sem ocupação, correspondem às várzeas em que são realizadas funções de serviços, de balneário, praias e

orlas. Assim, conclui-se que a Marabá Pioneira possui um espaço denso, com ocupação horizontal em lotes pequenos, onde a população utiliza o espaço público, como extensão da casa, para várias funções conforme a hora do dia (BIBAS, CARDOSO, 2016).

Ao refletir sobre o papel dos rios e da Orla, verifica-se que os rios atuam orientando a sociabilidade e o lazer da cidade, para suas margens e praias, sendo importante, também, para a pesca e as atividades cotidianas que demandam o uso da água. As análises revelam ainda que o Núcleo preserva:

[...] os limites naturais e identidade urbana típica da região como: a) as várzeas internas; b) as beiras dos rios que serviam como suporte para as atividades cotidianas, de lazer e mobilidade; c) a pequena escala que atendia ao pedestre; d) as atividades extrativas que davam condições ao sustento das famílias; e) os espaços verdes que sombreavam quintais e espaços públicos beneficiando o conforto térmico; f) a disposição de edificações nos lotes delimitando a rua – características essas que qualificavam o espaço e lhe conferiam urbanidade [...](BIBAS, CARDOSO, 2016, p.6).

A rua separa atividades informais, na calçada da orla, de atividades formais, no outro lado da rua. Várias atividades, ao longo da orla, abrangem esportes, passeios, ciclismo, comércio etc. Ainda que não realize todo o seu potencial, a orla é muito procurada pela população, inclusive os que descem pelas rampas para pescar ou trabalhar no rio, e seus turistas, com centralidade intimamente ligada à identidade deste Núcleo, ao surgimento da cidade e à cultura ribeirinha amazônica (BIBAS, CARDOSO, 2016).

É possível inferir, portanto, as permanências e as alterações que compõem o Núcleo, no qual foi efetivado o processo inicial de ocupação de Marabá, e que, até os dias atuais, ainda, exerce um papel associado à função comercial, de moradia e de serviços, como o turismo, assim como as inter-relações estabelecidas com os rios, como práticas que remetem às atividades ribeirinhas iniciais como a pesca, mas também o uso do rio para o lazer, apontando para a característica de um núcleo que exerce atração de agentes internos e externos à Marabá.

2.2.2: Nova Marabá: do Plano inicial aos dias atuais

Quando pensadas as dinâmicas no Núcleo Nova Marabá, Cardoso e Lima (2009) indicam que, a adoção das “Folhas”, como parâmetros para análise das contradições, e, não apenas das porções periféricas, aponta que a segregação apresenta expressividade quando

comparada a outros núcleos. Uma observação das Folhas aponta a existência de Folhas “melhores” e Folhas “piores”, em função do sucesso na implantação da infraestrutura viária e de saneamento, ou da ausência destes.

Pensando as análises das dinâmicas do Núcleo, retoma-se, brevemente, a concepção do projeto inicial, assim, Raiol (2010) descreve que a malha urbana, da Nova Marabá, é composta por uma tendência que revela as influências modernistas mundiais, a partir da metáfora com a estrutura orgânica dos vegetais (Figura 7). Esse modelo considera a assimilação formal da distribuição hierárquica dos seus componentes, formados por tronco, galhos e folhas.

Figura 7-Plano de expansão urbana de Marabá com ênfase para a Nova Marabá.

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2010).

Descrevendo as características do projeto, Raiol (2010) indica que cada “Folha” do Projeto envolvia um círculo de raio igual a 500 metros, correspondendo a uma distância capaz de ser percorrida a pé, com áreas que variavam de 15 a 25ha (Figura 8). O acesso entre Folhas era realizado, mediante os eixos viários principais e um uso do solo marcado pela baixa densidade. Mas, com o projeto instalado, aconteceram alterações nos usos do solo, que passaram de habitacionais para serviços e comerciais, promovendo ligações diretas entre as vias locais de diferentes Folhas. O sistema viário possui interseções que ocupam grandes áreas, abandonando a escala do pedestre. Para os eixos viários principais, foram previstos

canteiros centrais e uma faixa de terra, a que deveria preservar, entre si, e os lotes, para a passagem da rede de distribuição de água. No entanto, ao longo dos anos, esses recortes passaram a ser ocupados pelos proprietários dos lotes contíguos. As áreas de preservação ambiental, também, foram ocupadas, sem possuir infraestrutura, e geraram uma série de impactos (RAIOL 2010).

Figura 8-Plano elaborado para a construção do Núcleo Nova Marabá.

Fonte: Tourinho (1991).

A possibilidade da construção de um novo Núcleo Urbano, em Marabá, concorreu para a efetivação de arranjos políticos, cujas características de privilégios e de interesses acabaram por culminar no abandono das diretrizes estabelecidas, no projeto, que embora apresentando uma concepção moderna, trazia uma proposta relativamente coerente, mesmo com características exógenas, que desconsideravam as peculiaridades de uma cidade na Amazônia.

A ausência de implantação do projeto, em sua totalidade, revela que o urbanismo acadêmico foi ultrapassado pelas demandas apresentadas, pelo dia a dia da população, gerando ações de improvisação no projeto, inicialmente, elaborado, fato marcado pela ocupação das folhas que não seriam destinadas para a habitação. Além disso, tem-se uma ruptura com os cenários vividos, no Núcleo Marabá Pioneira- que possuía maior proximidade com os elementos da natureza- quando a Nova Marabá assumiu a proposta de adotar a rua, como espaço de circulação, com predomínio de carros e ausência de locais para pedestres, nas vias principais, com uma transposição de serviços para setores privados como *shopping centers*, academias e condomínios (BIBAS e CARDOSO, 2016).

Essas assertivas são reforçadas por Bibas e Cardoso, (2016), ao revelarem que

O plano não foi completamente implementado e as adaptações sofridas assumiram um programa inadequado. As áreas de reflorestamento não foram respeitadas, as ruas foram tomadas por carros com prioridade dada aos novos fluxos, o que associado à grande escala acabou por excluir o pedestre. A densidade foi reduzida e estabelecida a partir da grande escala das vias e do grande lote, as áreas de drenagem foram ocupadas por “praças rotatórias” pavimentadas, os canteiros drenantes foram ocupados por estacionamentos ou edificações e as áreas de mata e várzea foram estigmatizadas e escondidas, diante da valorização das áreas lindeiras às grandes avenidas e das ruas da cidade planejada que, no entanto, geraram uma paisagem árida (BIBAS E CARDOSO, 2016, n.p.).

A descrição ajuda na identificação de um projeto que, durante a implantação, manteve alguns traços do modernismo, cuja ocupação observou diferenciação que resultam em um Núcleo que difere das nuances das relações estabelecidas, até então, na cidade.

Sobre a infraestrutura, merecem destaque as dificuldades para acessibilidade, pautada no predomínio do uso de veículos, que dificultam o uso dos espaços pelos pedestres. Outra questão, que surge, está relacionada ao endereçamento, pois as quadras apresentam descontinuidades, e algumas não foram concluídas (BIBAS e CARDOSO, 2016).

O debate que engloba a existência de um projeto não finalizado, apresentado também na reportagem intitulada “Nova Marabá: sobram folhas e faltam nomes”:

Quem é de Marabá já se acostumou, mas quem vem de fora acha estranha a designação dada para as vias da Nova Marabá. São as chamadas VP, VE, VS, que cruzam as famosas “Folhas” e que representam os bairros desse núcleo habitacional. A questão é que não se trata apenas de ser estranho, mas a ausência de nome nas vias e de identificação também pode ser um problema para encontrar endereços e consequentemente dificultam uma boa prestação de serviços, ou até mesmo para que a prefeitura tenha um

diagnóstico sobre o perfil dos bairros”. [...] Acontece que, depois disso, nenhuma administração municipal deu continuidade ao processo, encaminhando um projeto para a Câmara Municipal de Marabá (CMM) para nomear e identificar as vias da Nova Marabá, conforme explica o titular da Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) de Marabá, Mancipor Oliveira Lopes. “Ainda que ficasse a nomenclatura de Folha para definir o nome dos bairros, mas cada Folha teria suas ruas nomeadas”, explica Mancipor. [...] O pior é que, para resolver este problema, não basta apenas criar projetos de lei dando nomes às vias. A tarefa é bem maior do que se pensa. Segundo Mancipor Lopes, da SDU, já existe uma cobrança por parte do Ministério Público, da Agência Brasileira de Correios e Telégrafos e da própria comunidade para que isso se resolva. “Só que a resolução disso não é tão simples como se pensa, por conta da complexidade e do custo, ainda mais neste momento de crise financeira nacional, que diminuiu a arrecadação dos municípios”, argumenta. [...] (FILHO, 2018).

Observa-se, assim, que mesmo no Núcleo Nova Marabá, com um recorte espacial de implantação relativamente extensa, são encontradas questões que envolvem desde aspectos relativos às dificuldades na conclusão do processo de instalação, até aspectos da disposição de organização das ruas que dificulta os usos para pedestres.

Sob o ponto de vista das orientações, contidas no processo de instalação da Nova Marabá, é possível verificar mais um elemento que denota as influências externas recebidas pela cidade, considerando aspectos da morfologia que, embora tenha se utilizado, como modelo, uma árvore símbolo da região, a castanheira, mostrava-se desconexa com os processos de ocupação existentes no Núcleo Pioneiro.

Esse fato causa implicações, por exemplo, no debate de Cardoso e Lima (2009) ao identificarem que, quando consideradas as populações, inicialmente, instaladas na Marabá Pioneira, verificou-se que os aspectos culturais e as condições socioeconômicas, da população, implicaram na recusa pelas habitações, o comércio e os serviços, localizados na Nova Marabá, fato que resultou na negativa, por parte dessa parcela da população, da transferência para o projeto que possuía ideais progressistas da Nova Marabá. Esse fato é passível de ser verificado quando, mesmo com as constantes possibilidades de enchentes, os comerciantes locais mantêm as filiais em outros núcleos e a matriz, na Marabá Pioneira. Logo, o projeto da Nova Marabá, atraiu grupos de migrantes compostos por funcionários públicos, militares, entre outros.

A caracterização atual demonstra, também, que o eixo que envolve a rodovia PA-150 é formado pela predominância do comércio especializado em revenda e manutenção de veículos, equipamentos para atividade agropecuária e postos de gasolina. Nesse caso,

comumente, são construções de grande porte realizadas sobre cursos d'água, dada a proximidade com o rio Itacaiúnas (CARDOSO; LIMA, 2009).

A ferrovia representa um obstáculo para a expansão da cidade na direção leste. Nesse recorte, é possível encontrar a presença de assentamentos informais ocupando a outra margem da ferrovia. No entanto, predomina o perigo para a circulação, uma vez que seria necessária a construção de pontes, mas, diante da ausência destas, a circulação sobre os trilhos é frequente (CARDOSO; LIMA, 2009).

A Nova Marabá, na atualidade, é composta por um comércio que apresenta dispersão pelas diferentes Folhas, com algumas vias, nas quais predominam a concentração comercial, sobressaindo-se, também, a presença de dois *shoppings centers*, supermercados de redes varejistas e atacadistas que atuam no Pará, Maranhão e outros Estados. Estão localizados, também, os três campi da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), o Instituto Federal do Pará (IFPA), faculdades particulares, concessionárias automotivas, a sede da Prefeitura Municipal e Secretarias Municipais, agências bancárias. Somando-se, ainda, os Hospitais Regional e Municipal, dois terminais rodoviários intermunicipais, as vilas militares, além dos residenciais, que contemplam a Faixa 3, do PMCMV.

Portanto, o Núcleo Nova Marabá acabou constituindo uma área que exerceu atratividade para moradia de grupos específicos, assim como a alocação de comércios e serviços básicos constituindo, também, atrativos para a população, de outros núcleos, que, além da resolução de demandas, atuam como mão de obra nas atividades ofertadas.

2.2.3 Núcleo Cidade Nova

Quando pensados os Núcleos, verificava-se, também, a instalação do denominado Complexo Integrado Cidade Nova, acentuando-se a presença do aeroporto, a instalação de uma vila para abrigar os funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a abertura de um loteamento (Vila Transamazônica), além da ampliação da ocupação do bairro Amapá. Nesse período, observa-se que, mesmo com a continuidade da ausência de serviços de abastecimento de água, energia elétrica, pavimentação asfáltica nas vias etc., o recorte constituía grande atrativo para imigrantes que não conseguiam pagar terrenos, em áreas dotadas de serviços e equipamentos urbanos, mas que não objetivavam morar nos recortes alagadiços do Núcleo Pioneiro (TOURINHO, 1991).

Sob o aspecto da configuração espacial, o Núcleo da Cidade Nova apresenta uma tipologia racionalista, cuja estrutura está organizada de forma ortogonal, marcada pela ausência de conexão viária adequada, entre algumas áreas, refletindo a presença de ocupações e loteamentos, cuja razão principal era a maior lucratividade possível, para tanto desconsideraram as restrições legais, como destinação de percentuais, da área total, para áreas de lazer e equipamentos, assim como hierarquia viária, conectividade urbana, entre outros pontos, reproduzindo um modelo morfológico gerado pelo interesse de obter a maior área habitacional possível para comercialização (RAIOL, 2010).

O trabalho com o Núcleo Cidade Nova aponta, segundo Cardoso e Lima (2009), para a existência de um desenvolvimento pautado no processo de ocupação rural que integrou a área, sendo marcada, principalmente, pela presença da agrópole do INCRA, terras que pertenciam a fazendeiros e que, mais tarde, se tornaram loteamentos, mas que, em alguns casos, nunca foram completamente ocupados e mantêm-se como extensos vazios urbanos, assim como pela instalação do aeroporto e a construção do conjunto Cidade Nova pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB). A ligação, com os demais núcleos, é realizada por intermédio da ponte da rodovia Transamazônica.

A descrição é corroborada por Bibas e Cardoso (2016) ao salientarem que o Núcleo está associado ao processo de recebimento do fluxo migratório, especialmente, de pessoas que vinham para atuar na implantação de projetos como a Nova Marabá, do aeroporto e da vila Agropólis, além de ser o recorte que abrigou os funcionários do INCRA. Diferente dos núcleos Marabá Pioneira e Nova Marabá, o desenho da Cidade Nova é formado pela aglutinação de loteamentos formais e informais, além de ocupações localizadas, em sua maior parcela, na proximidade do Rio Itacaiúnas.

Segundo Raiol (2010), o Núcleo Cidade Nova, em comparação com os demais, possui pequena vulnerabilidade às enchentes, se analisado sob a ótica da Marabá Pioneira, e uma organização espacial tradicional, que difere da existente na Nova Marabá. Por outro lado, as observações revelam que o Núcleo é composto por padrões de segregação, mais expressivos, a partir da observação de lotes. Com possibilidades de expansão, as restrições estão associadas ao perímetro de proteção do aeroporto, mas também é importante salientar que a maior parcela das terras disponíveis é controlada pelo setor privado.

A dinâmica econômica do Núcleo possibilita a identificação de diferentes centralidades, onde é possível constatar a presença de um centro comercial, localizado ao longo da rodovia Transamazônica e subcentros nas ruas internas dos loteamentos. Além disso,

tem-se uma concentração de residências, com custos elevados, voltadas para o atendimento do público com elevado poder aquisitivo, uma vez que, estas, possuem qualidade na construção e acabamento. Saindo da região contígua à transamazônica, em direção às quadras mais afastadas, marcadas pelas dificuldades de infraestrutura, está localizada a parcela da população mais pobre, que corresponde às áreas onde se localizavam as serrarias, hoje desativadas em decorrência do esgotamento da madeira. A Prefeitura Municipal elaborou um projeto, para a construção de habitação popular, nas proximidades das antigas serrarias, no entanto, a área foi ocupada, antes da efetivação do projeto, resultando na criação, do hoje denominado, bairro Bela Vista (CARDOSO; LIMA, 2009).

Assim, verifica-se que o Núcleo Cidade Nova surge de ocupações espontâneas, associadas ao rural, guardando características comerciais, além da concentração de clínicas e hospitais, hotéis, aeroporto, agências bancárias, escolas, da sede da Universidade Estadual do Pará (UEPA), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), poder judiciário, terrenos comercialmente valorizados, mas também ocupações, especialmente, em áreas pertencentes ao poder público.

2.2.4 São Félix e Morada Nova

Além dos Núcleos trabalhados, ganham destaque os Núcleos São Félix e Morada Nova, marcados nos momentos iniciais por comporem o rural em Marabá. O processo de expansão do São Félix revela que, na década de 1990, as ocupações começaram a se instalar no São Félix Pioneiro, Geladinho, São Félix I e São Félix II, na margem leste da PA-150, e que originou o, hoje denominado, São Félix III, além do São Félix IV, também conhecido como Francolândia. Os dados apontam que o processo de expansão, no São Félix, se dá com as contribuições de processos de ocupação ribeirinha e, posteriormente, com as ocupações de terrenos de forma irregular (LEÃO, 2014).

A abordagem da expansão do processo de ocupação, no Núcleo Morada Nova, revela que, quando considerado o final da década de 1990 e início de 2000, o recorte recebeu loteamentos, que não eram registrados na Prefeitura Municipal, resultando na configuração de ocupações de caráter irregular, a exemplo dos casos do Coelho (loteado por Edson Coelho) e da Nativa (antiga sede da empresa homônima) (LEÃO, 2014).

Quando comparados aos processos de instalação, ocupação e expansão urbana, em Marabá, os relatos apontam para a coexistência de uma distinção, entre os processos de

expansão urbana, em São Félix e Morada Nova, e na Nova Marabá e na Cidade Nova. Leão (2014) observa que, mesmo que os núcleos sejam marcados por uma expansão constituída por ocupações informais, a Nova Marabá apresenta particularidades relacionadas à concentração institucional. Por outro lado, a Cidade Nova, foi marcada pelo projeto de colonização do INCRA, ocupações espontâneas e a presença do aeroporto que reforça a existência de um caráter que não é unicamente informal. Essa abordagem, para o São Félix, aponta para o papel dos aspectos logísticos que envolveram a construção da ponte rodoferroviária que abriga a estrada de ferro Carajás. Já o Núcleo Morada Nova tem associação com as atividades informais e a acomodação da mão de obra relacionada aos projetos de mineração.

Do exposto, os Núcleos São Félix e Morada Nova, quando comparados aos demais, possuem aspectos que apontam para uma quantidade reduzida ou ausência de equipamentos urbanos, associados a serviços básicos como saúde, educação, instituições bancárias e públicas, comércio, entre outros. Essa realidade demanda, em muitos casos, o deslocamento para os Núcleos Marabá Pioneira, Cidade Nova e Nova Marabá. Somam-se, também, as características dos terrenos do entorno, compostos por áreas verdes, em sua maior parcela cercadas, indicando a existência de propriedades privadas e que, mesmo inseridas no perímetro urbano de Marabá, essas áreas ainda guardam características do rural. Algumas sem uso aparente, mas, em outros, é possível verificar a presença de atividades como a criação de gado.

Nesse momento, observa-se, a partir dos estudos de Leão (2014), que não se deve restringir a definição do São Félix e Morada Nova, como áreas de expansão, somente, por conter uma quantidade inferior de equipamentos públicos, mas, pelo fato de que, quando postos em comparativo com os demais núcleos urbanos, tem-se a existência de processos recentes de expansão, demandas básicas de equipamentos para a vida cotidiana, e reivindicações ainda em curso.

Englobando a inserção recente como Núcleo Urbano, além do sentimento dos moradores de “não pertencimento” à Marabá, as análises, sobre os Núcleos São Félix e Morada Nova, apontam, também, para a configuração de processos que concorriam para as reivindicações em busca do desmembramento, destes territórios, constituindo um novo município que seria denominado de Paragatins (Figura 9). Esse debate ganhou ênfase durante os períodos, nos quais a busca pelo desmembramento de municípios e Estados, em escala nacional, ganhou relevo em Marabá, como pode ser verificado no levantamento de reportagens que revelam as mobilizações realizadas em prol deste objetivo.

Figura 9-Proposta de desmembramento Núcleos São Félix e Morada Nova.

Fonte: Paragatins Já (2011).

A campanha, em torno da tentativa de emancipação, era composta, também, por páginas, em redes sociais e *blogs*, que envolviam a busca pela elaboração do entendimento de que o desmembramento possibilitaria a aquisição e a aplicação de recursos, sem competição com os demais Núcleos de Marabá, fato que implicaria em intervenções na infraestrutura e na qualidade de vida da população e possibilitaria, aos núcleos São Félix e Morada Nova, a obtenção de recursos, que não eram viáveis no âmbito de Marabá, uma vez que as ações estavam voltadas para ao atendimento dos demais núcleos.

Por outro lado, também, são encontradas reflexões acerca dos impactos que essa ação causaria para Marabá, uma vez que se tratava da separação de um recorte que guarda importante reserva de recursos minerais, como pode ser visto:

[...] Recortando a terra de Francisco Coelho, a proposta é para criação de cinco municípios, desmembrados de território marabaense. São eles: Capistrano de Abreu, Brejo do Meio, Paragatins, Santa Fé do Rio Preto e Vilas União. [...] Aprovando Paragatins (Morada Nova, São Félix), o lado de lá do rio Tocantins deixa de pertencer a Marabá.

E, com a aprovação das demais localidades, a geografia de Marabá ficaria restrita a estreita zona da antiga Pa-150 (hoje BR-155), até o Km 70. O restante, no qual se situam Capistrano de Abreu, Brejo do Meio, Santa Fé do

Rio Preto e Vilas União, vai virar farelo: Marabá perderá a única área rural de rico poder agricultável e, certamente, jazidas minerais, entre elas, Buritirana e Salobo. [...] (BORGEA, 2013).

Os debates, em torno do desmembramento para a constituição de um novo município, revelam as articulações e os interesses políticos que, também, compuseram a trajetória de Marabá, em outros momentos, especialmente, quando associadas à coexistência de recursos minerais, como também o apoio da população, desses Núcleos, à ideia, apontam para o entendimento de que, em comparação com as outras áreas da cidade, eles receberiam menor parcela de investimentos, oriundos do poder público, além de não estarem integrados aos Núcleos Urbanos consolidados, fato que seria solucionado- segundo as visões propagadas- se um novo município fosse criado.

Uma das alterações mais expressivas da produção do espaço urbano, em Marabá, mediante a incorporação de novas terras, aconteceu no ano de 2009, por volta de um ano após a notícia da vinda da Aços Laminados do Pará (ALPA) para Marabá, quando foi aprovada a Lei Municipal 17.358, de 3 de julho de 2009, responsável pela alteração do Perímetro Urbano e a inclusão dos Núcleos São Félix e Morada Nova, até então compreendidos como áreas rurais. Essa alteração possibilitou o surgimento de diversos empreendimentos imobiliários (SOUZA, 2015).

Fundamentando as dinâmicas que se processam no espaço, Lefebvre (2008) defende que o espaço é político, ideológico e exerce papel estratégico. Dessa forma, se o espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo formal, se relaciona ao fato de ele já estar ocupado, ordenado, além de ter constituído objeto de estratégias antigas. Assim, a produção do espaço não pode ser comparada à produção de um dado objeto ou mercadoria, mas isso não significa que não existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço, associada a grupos particulares que se apropriam, para gestão e exploração deste.

Trabalhando com processos urbanos recentes, Souza (2015) discorre que as novas dinâmicas, referentes às lógicas de produção do espaço urbano em Marabá, sofreram modificações mediadas pela possibilidade da chegada do empreendimento siderúrgico ALPA. O anúncio da chegada da indústria foi responsável pela promoção da atração de fluxos de pessoas, mercadorias e investimentos. Nesse momento, foi possível constatar a configuração de um cenário marcado pela expansão do urbano de Marabá, a partir do aparecimento, de empreendimentos imobiliários compostos por loteamentos e condomínios fechados, condomínios fechados verticais e horizontais, mas também, pelo surgimento e ampliação das ocupações urbanas, ganhando ênfase também a implantação dos conjuntos do PMCMV. Essa

dinâmica levou, entre os anos de 2009 e 2013, ao crescimento de 35% da área urbana de Marabá.

Em uma comparação, Fix (2011) salienta que as mais de 4,4 milhões de unidades, financiadas pelo SFH, promoveram alterações significativas na paisagem das cidades brasileiras. Passados mais de 30 anos, o PMCMV encontrou dificuldades maiores para a aquisição de terras, nos municípios, levando os empreendimentos para áreas como as periferias, no contexto das grandes cidades, e, no âmbito das demais, ultrapassou os limites entre o rural e o urbano.

Esses empreendimentos foram atraídos, dentre vários fatores, pelo baixo preço da terra em recortes espaciais que integravam um dos eixos da expansão urbana em Marabá. Observa-se, nesse momento, as contribuições de Volochko (2015) ao afirmar que o PMCMV se torna uma alternativa para as construtoras que trabalham com absoluta na metragem dos imóveis e um maior afastamento (terrenos baratos) e não do valor do m². Além disso, a elevação da área total dos empreendimentos revela uma mercantilização das famílias reduzindo, ainda, as metragens das unidades habitacionais ao mínimo.

Nesse momento, retomam-se as discussões sobre a propriedade da terra, em Marabá, onde Lima et al (2015), assinalam que, até 1970, grande parte das terras do município era de domínio do poder público, fato que facilitou as estratégias de planejamento urbano, marcadas, especialmente, pela implantação do núcleo Nova Marabá que foi pensado, no PDDU, para abrigar 50.000 pessoas, visando abarcar o contingente migratório e a população que habitava em áreas precárias. Porém, a crescente articulação política, entre o setor público e os integrantes da elite local, transferiu, paulatinamente, terras municipais a agentes privados, possibilitando a concentração de grande parcela das terras da cidade. Esses proprietários passaram a atuar como loteadores formais e informais, estabelecendo relações com outros agentes que viabilizaram os grandes empreendimentos imobiliários.

Dessa forma, é possível verificar que em Marabá foram vivenciados especialmente durante o período militar e de grandes projetos, a atuação do Estado mediante a elaboração de plano urbano e o reconhecimento da demanda por habitação, visando contemplar o contingente de pessoas atraídas para a região, por exemplo, pelo projeto Carajás. No entanto, foi possível constatar também o processo de concentração de terras voltadas para a construção de loteamentos privados (Figura 10), mas também, ocupações, algumas delas atualmente estão legalizadas e desempenham função de bairro (Figura 11).

Figura 10- Espacialização dos empreendimentos privados em Marabá (PA).

Fonte: Elaborado com dados da PMM e visitas de campo.

Figura 11-Espacialização das ocupações em Marabá (PA).

Fonte: Elaborado com dados da PMM.

Na trajetória recente do urbano em Marabá, os dados permitem identificar a instalação de loteamentos urbanos privados nos Núcleos Nova Marabá, Cidade Nova e São Félix. Esses loteamentos revelam, entre outros, as associações entre poder público e proprietários de terras, em Marabá, que, para atender as demandas dos empreendimentos, promovem alterações na Legislação, fato não verificado, por exemplo, para atender, anteriormente, a população que já vivia nos Núcleos São Félix e Morada Nova.

A figura 10 possibilita a identificação da espacialização dos empreendimentos privados, em Marabá, muitos destes, mesmo afastados dos Núcleos Urbanos consolidados, são compostos por uma infraestrutura básica desde a instalação, outros estão em processo de construção e alguns apresentam obras inacabadas.

No entanto, é possível constatar, também, a existência de ocupações, especialmente, localizadas nos Núcleos Urbanos consolidados. Algumas destas passaram por processo de regularização, e, atualmente, são delimitadas como Bairros, como exemplo de algumas Folhas, no Núcleo Nova Marabá, que correspondem às Folhas não ocupadas, no projeto inicial, ou localizadas próximas a áreas de inundação, e, ainda, o caso do Núcleo São Félix.

Por outro lado, outras áreas de ocupação ainda estão em impasses com os proprietários e a PMM que envolvem, desde questões judiciais, até a busca da Prefeitura pelos proprietários, e o não comparecimento destes. Essa realidade culmina no predomínio de carências e na falta de intervenções sobre os equipamentos urbanos e de infraestrutura, que são alvos constantes de reivindicações.

Nessa dinâmica de construção de Unidades Habitacionais, em Marabá, ganha relevo o debate sobre os empreendimentos do PMCMV, com o expressivo quantitativo de unidades, mas também, ensejando questionamentos acerca dos possíveis impactos provocados, na dinâmica da cidade, assim como, as reflexões sobre a vida dos moradores no olhar para o cotidiano.

2.3 Habitação em Marabá: olhares para o Programa Minha Casa Minha Vida.

A análise dos Núcleos Urbanos e da trajetória de constituição do urbano, em Marabá, aponta contextos marcados pela configuração da concentração de terras, influências de processos como as enchentes, para a instalação de novas unidades habitacionais, atuação governamental, por meio de projetos como a construção do Núcleo Nova Marabá, além da

manutenção de áreas vazias ou com usos que remetem ao desenvolvimento de atividades rurais, ou ainda, sem usos aparentes, mesmo integrando o perímetro urbano.

Destaca-se, além disso, a presença de migrantes advindos de várias regiões e que, em conjunto com os ciclos econômicos, concorreu para gerar cenários que apontam para a concentração de renda, e, também, a coexistência de condições precárias de sobrevivência não apenas em ocupações, mas, até mesmo, no Núcleo Nova Marabá que possuía um projeto pautado em elementos da modernidade, levando à reflexão sobre um Plano que não foi efetivado, em totalidade, e que, até a atualidade, convive com o inacabado, por exemplo, no que diz respeito à instalação de infraestruturas elementares, como a manutenção das vias que, em muitos exemplos, encontram-se sem paralelepípedos ou asfalto.

Nesse cenário, está situado o debate sobre os caminhos da habitação, assim como o papel do PMCMV, no contexto da oferta de UH, a (des) valorização dos espaços, após a instalação dos Residenciais, e as implicações para os Núcleos que estão localizados próximos, e o debate sobre a valorização de intervenções, via projetos, em Núcleos que já careciam de equipamentos urbanos básicos.

Apura-se, com Carlos (2015a), que “a produção do espaço se realizou sob a égide da propriedade privada do solo urbano”. Por consequência, o espaço fragmentado foi sendo reunido à cidade através da incorporação e venda, a partir do crescimento da malha urbana. Em pedaços, o espaço torna-se intercambiável, a partir de operações que se realizam através do e no mercado. Nessa trajetória, tem-se a ampliação da propriedade privada da riqueza, sob a forma de propriedade do solo urbano, e o espaço assumindo a dimensão da mercadoria.

A abordagem do PMCMV será detalhada nas seções subsequentes, a priori, destaca-se que a demanda pela habitação constitui algo inerente às atividades humanas, no entanto, parcela significativa da população não possui acesso a esse recurso. Entre as possibilidades de provisão habitacional são elaborados Programas, como o PMCMV, que utiliza o discurso sobre a população sem acesso à moradia, mas também concorre para a reprodução de processos como a segregação.

Para a aprovação dos empreendimentos do PMCMV, nas instâncias municipais de controle urbanístico e ambiental, foi efetuada a fragmentação, mediada pelo fracionamento dos empreendimentos em lotes de 500 unidades. Deste modo, quando pensados os empreendimentos do PMCMV, sobressai-se a homogeneidade das ruas, das tipologias e do uso do solo e, por outro lado, a ausência de racionalidade de acesso, diversidade de usos e de espaços públicos. Além disso, tem-se a adoção de um modelo único, com uso de modulação

das tipologias e soluções espaciais, sem uma preocupação com o sítio físico ou índices pluviométricos (LIMA et al, 2015).

Destaca-se, portanto, o debate já existente, em torno da produção de moradias, mediadas pelo PMCMV. Dessa forma, ao efetuar a análise do período de 2008 a 2014, Souza (2015) frisa a função dos conjuntos habitacionais, instalados em Marabá, através PMCMV, que proporcionaram ocupações urbanas, mediante o estabelecimento de moradia permanente, mas também, influenciando o acréscimo na quantidade da demanda sobre os equipamentos e serviços públicos.

Segundo os dados da Fundação João Pinheiro (FJP), Marabá possuía, em 2010, um déficit habitacional de 10.969 unidades. Nesse conjunto, a abordagem da atuação do PMCMV, em Marabá, mostra que o Programa contemplou a construção de empreendimentos das faixas 1 e 3. Os empreendimentos da Faixa 1, destinados à parcela da população que recebe até três salários mínimos, estão caracterizados pela instalação, em zonas de expansão do perímetro urbano da cidade, a partir da Lei nº 17.358, de 3 de julho de 2009.

Em estudo realizado por Souza (2015), com o olhar para questões de infraestrutura e inserção destes, o autor relata que, no período inicial do PMCMV, foram criados dois conjuntos em Marabá. Além disso, é possível constatar a existência de dificuldades para a inserção urbana destes, pois, apesar da localização próxima à BR-155, o transporte público coletivo não consegue atender as demandas de quantitativo e horários, assim como de rotas.

Atualmente, percebe-se, em Marabá, a elaboração de quatro projetos para empreendimentos do PMCMV, e a entrega de três destes situados na Faixa 01, pois o Residencial Magalhães lida com impasses referentes ao término da obra e da ocupação das UH concluídas, por pessoas não sorteadas (Figura 12 e tabela 3). A localização dos empreendimentos aponta para coexistência de vazios, no tecido urbano consolidado, quando pensados os Núcleos Nova Marabá, Marabá Pioneira e Cidade Nova sugerindo, entre outras, características dos apontamentos de Volochko (2015) para quem, a valorização do solo urbano e dos imóveis está relacionada a processos complexos, cuja localização ganha ênfase.

Figura 12- Localização dos empreendimentos do PMCMV em Marabá (PA).

Fonte: Elaborado por Silva, S. (2018).

Para a Faixa 1 do Programa, na modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), foram contratados quatro residenciais, destes, somente o Residencial Magalhães sofreu atrasos na construção, e foi ocupado por famílias antes do processo de sorteio. Somente, após o processo de decisão judicial e desocupação, a PMM passou a realizar os trâmites para iniciar a distribuição das UH.

Tabela 3-Empreendimentos do PMCMV em Marabá na modalidade Faixa 1.

Nome do empreendimento	Faixa	Modalidade	Unidades Habitacionais	Construtora	Ano de entrega
Residencial Vale do Tocantins	Faixa 1	FAR	1090	HF Engenharia e empreendimentos	2012
Residencial Tiradentes	Faixa 1	FAR	1410	HF Engenharia e empreendimentos	2013
Residencial Jardim do Éden	Faixa 1	FAR	968	CCM Construtora	2015
Residencial Magalhães	Faixa 1	FAR	3000	HF Engenharia e empreendimentos	Não entregue

Fonte: adaptado de Brasil, 2014.

Observa-se, nessa associação com Souza (2015), que, no sentido da produção contraditória do espaço urbano, são comuns a coexistência de vazios orientados para a constituição de uma valorização, mediada pela instalação de novos conjuntos, assim como os equipamentos urbanos, orientados para o funcionamento destes.

A observação, da localização dos Residenciais, aponta para a predominância de grande área que corresponde a terrenos que indicam a possibilidade de uso rural, mas também indicativos de um processo de mudança do uso do solo, em um processo que integra base para o aumento dos preços. Nesse processo, se antes a terra estava ligada à especulação; a incorporação do trabalho humano e a instalação de equipamentos permitem um salto qualitativo no valor de uso, concorrendo para um elevado valor de troca do solo. Dessa forma,

a valorização fundiária constitui condição, meio e produto para a valorização imobiliária (CARLOS, 1992).

As reflexões sobre o processo de implantação do PMCMV, em Marabá, demonstram, para Leão (2014), que a expansão urbana, mediada pelos empreendimentos, poderia significar incremento, em alguns elementos de infraestrutura, fato que não seria possível se a expansão ocorresse por ações espontâneas, uma vez que, apesar das demandas existentes, os empreendimentos contam com abastecimento de água em poço, esgotamento sanitário, e energia elétrica, abordagem que levanta, portanto, aspectos positivos nas residências.

Ao trabalhar com os processos, que se desdobravam com o início da implantação do PMCMV, Leão (2014) analisa os benefícios que poderiam ser construídos, no contexto do PMCMV, em Marabá, que previa a instalação de lotes para uso comercial, uma vez que, por não estarem destinados ao uso habitacional, não seriam adquiridos com recursos do FAR e, também, não seriam doados ao poder público, permanecendo, assim, com o proprietário. Dessa forma, a existência de lotes, que poderiam ser comercializáveis, no entorno de um empreendimento, somados às influências dos elementos do entorno, mas também, no interior dos próprios empreendimentos.

Ao versar, sobre a atuação das empresas, na construção desses conjuntos, Fix (2011) frisa que a ideia inicial de uma dispersão, no PMCMV, não condiz com a prática caracterizada pelo elevado grau de concentração, marcada pela assinatura de contratos pelas maiores empresas ou outras menores, a elas subordinadas. Somam-se, ainda, as alianças entre empresas menores com outras grandes, para ampliar sua participação em um mercado regional.

O perfil das empresas apresenta variação, conforme a faixa de renda do Programa, especialmente, quando comparadas a faixa de 0 a 3 salários mínimos, à de 3 a 10. Para a faixa de 0 a 3, as empresas são contratadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), a remuneração se faz conforme a construção. Para a segunda Faixa, as empresas ficam encarregadas da incorporação do empreendimento e com os riscos decorrentes da ausência da venda.

Os empreendimentos de 0 a 3 salários mínimos, em sua maior parcela, são assumidos por construtoras ou empreiteiras que já realizaram contratos com o Governo. Essa ação é explicada, por exemplo, pela necessidade da compra do terreno a preço baixo, e, em muitos casos, a obtenção da terra mediante doação da Prefeitura; fatos que exigem a existência de boas relações com o setor público, além disso, nesse processo, muitas pressionam as

prefeituras para mudar a legislação urbanística, como subsídio para viabilidade do projeto ou ampliação de ganhos (FIX, 2011).

Illuminando a lógica de uma produção habitacional que segue as diretrizes de mercado, a abordagem das Construtoras, que atuaram no PMCMV, em Marabá, demonstra a expressiva atuação da HF Engenharia, que, segundo informações do site da empresa, foi inaugurada em 1997, em Rio Verde- Goiás, visando atuar na construção civil, englobando o setor público e o industrial, realizando trabalhos como manutenções, reformas e construções de usinas e grandes indústrias no Sudoeste goiano, e sublinha-se nos anos 2000, a larga atuação no setor industrial, em Rio Verde, demonstrando a capacidade de atuação no mercado, com o atendimento de obras em larga escala.

Figura 13-Construtora HF Engenharia.

Fonte: HFEngenharia (2019)

Ainda, conforme informações presentes no site da Construtora, a partir de 2008, com o início do PMCMV, a HF Engenharia se adequou para atuar na construção de casas populares, contabilizando, no final de 2009, mais de 500 mil metros quadrados.

Figura 14- Municípios com empreendimento do PMCMV construídos pela HF Engenharia.

Fonte: Elaborado por Silva, S. 2018 com dados do site da HF Engenharia.

A figura, acima, apresenta a distribuição espacial das construções realizadas pela HF Engenharia, no âmbito do PMCMV, podendo ser constatados empreendimentos em Estados de diferentes regiões brasileiras, corroborando as reflexões acerca da atuação de construtoras que assumem expressividade no cenário nacional, e a concentração de projetos do Programa por essas Construtoras.

Apresentando reflexões sobre a atuação da construtora no Pará, Lima et al (2015) mostram que, em Marabá e Parauapebas, esta empresa foi responsável pela construção de empreendimentos, no período compreendido entre os anos de 2012 a 2013, com valor de operação ultrapassando os R\$ 400 milhões, totalizando 8.851 unidades habitacionais, entre as Faixas 1 e 2 do Programa. Esses números representam quase 90% (88,13%) do total de unidades habitacionais previstas para os dois municípios, através do PMCMV, possibilitando à empresa, nesse período, o título de maior construtora de unidades habitacionais, do PMCMV, no Pará.

Já a Construtora Centro de Minas, responsável pela construção do Residencial Jardim do Éden, é uma empresa com sede em Contagem-MG e, em seu site, não aparecem informações detalhadas sobre a quantidade e características dos empreendimentos edificadas. Diante da pequena quantidade de informações, destacou-se a reportagem elaborada em 2015, que versa sobre a extensão da atuação da empreiteira:

[...] A lista das dez empreiteiras que mais receberam dinheiro de forma direta do governo federal em 2014 traz uma empresa pouco conhecida de Belo Horizonte em posição privilegiada. A Construtora Centro Minas (CCM) alcançou o cobiçado segundo lugar do setor no ranking após ocupar o espaço no mercado antes detido pela construtora Delta.

Com R\$ 602,5 milhões recebidos ao longo de 2014, a CCM só ficou atrás da Construtora Norberto Odebrecht (CNO) – maior do país. A campeã recebeu ao todo R\$ 1,13 bilhão, principalmente pela instalação de um estaleiro para construção e manutenção de submarinos para o Ministério da Defesa. A CCM ficou na frente até da construtora Camargo Corrêa, terceira maior do país (e também a terceira empreiteira no ranking das recebedoras) – que recebeu pagamentos por obras de rodovias e de ferrovias (como trechos da ferrovia Norte-Sul).

No caso da "revelação" CCM, todos os recursos recebidos de forma direta foram pagos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Os serviços se referem à manutenção de trechos rodoviários em diferentes regiões do país. Os contratos do governo foram fundamentais para a CCM registrar números que a colocam hoje acima de vários nomes famosos da construção pesada. Em 2014, a empresa faturou R\$ 900 milhões, o que representa uma alta de 1185% comparado com 2010, quando apurou R\$ 70 milhões.

Na sede da companhia, no oitavo andar de um edifício discreto na região central de Belo Horizonte onde as salas são delimitadas por divisórias

comuns, é onde trabalha Luiz Otávio Fontes Junqueira – um dos sócios da companhia. Ele diz que a especialidade da CCM é conservação, manutenção e restauração de vias e estradas. Seu principal cliente é o Dnit, mas a empresa também constrói residências enquadradas no Minha Casa Minha Vida. "Principalmente no governo Dilma, aumentou o investimento do Dnit e nós aproveitamos esse espaço", afirma [...] (CBIC, 2015).

Figura 15-Construtora Centro de Minas.

Fonte: www.centrominasconstrutora.com.br.

Revelando características desse momento, Shimbo (2015) observa que, para atuar no segmento de casas populares, as empresas promoveram alterações na sua estrutura administrativa e societária. Além disso, como observa Oliveira (2003), as empresas se apropriaram das políticas sociais, e, diante da demanda por eficiência e produtividade nas políticas, tem-se, como resultado, uma exclusão mais acentuada.

Ao efetuarem análise das características do PMCMV, no Pará, a partir da abordagem dos empreendimentos na região metropolitana de Belém e nos municípios de Marabá e Parauapebas, Lima et al (2015) indicam que no Sudeste paraense aconteceu um movimento com diferenciações, quando comparado à região metropolitana. Esse fato pode ser apurado na atração de novos agentes para o segmento imobiliário, ação que não aconteceu na região metropolitana de Belém, cuja produção foi marcada pela atuação de empresas locais. A dinâmica, em Marabá e Parauapebas, revela faces da tendência observada na atuação de incorporadoras e construtoras externas, que foram atraídas pelo dinamismo econômico dessas cidades, ligado aos setores de mineração e agropecuária.

Assim, é possível identificar as características da atuação das incorporadoras, oriundas de outros Estados, atraídas pela presença de atrativos, tais como a disponibilidade de terrenos

que se reverbera na facilidade de acesso, com menor investimento monetário, disponibilidade que já não é encontrada em larga escala, por exemplo, em Belém e a influência exercida pelos processos econômicos locais.

A exposição acerca das características das construtoras, que atuaram na construção dos Residenciais, em Marabá, revela faces das análises de Rolnik (2015), ao observar as influências exercidas pela conjuntura do setor imobiliário brasileiro, que ultrapassava as necessidades habitacionais, fato demonstrado, por exemplo, no processo de formulação do Programa, marcado pela intensa participação de representantes dessas empresas. Dessa forma, a atuação, em larga escala, pode ser fundamentada no fato de que várias das principais empresas, desse segmento, possuíam capital aberto, na bolsa de valores, nos anos anteriores à crise. Nesse cenário, muitas delas formaram grandes bancos de terra, que passaram a significar possibilidades de quebra, diante da mudança do cenário econômico, que apontava para a tendência de retração da disponibilidade de crédito, para a produção e a compra de imóveis. Logo, o PMCMV representou uma saída para evitar a falência generalizada de empresas de grande porte, do setor imobiliário, na medida em que atuou, na manutenção da oferta de crédito necessário, para a manutenção das atividades do setor.

Ao versar sobre a atuação das empresas, na construção desses conjuntos, Fix (2011), frisa que a ideia inicial de uma dispersão na participação das empresas no PMCMV na prática é marcada pelo elevado grau de concentração, constituída pela assinatura de contratos pelas maiores empresas ou outras menores a elas subordinadas. Somam-se ainda as alianças entre empresas menores com as grandes para ampliar sua participação em um mercado regional.

O perfil das empresas apresenta variação, conforme a Faixa de renda do Programa, especialmente, quando comparadas as faixas de 0 a 3 salários mínimos a de 3 a 10. Para a Faixa de 0 a 3 as empresas são contratadas pela CEF, a remuneração se faz conforme a construção. Para a segunda Faixa, as empresas ficam encarregadas da incorporação do empreendimento e com os riscos decorrentes da ausência da venda.

Os empreendimentos de 0 a 3, em sua maior parcela, são assumidos por construtoras ou empreiteiras que já realizaram contratos com o Governo. Essa ação é explicada, por exemplo, pela necessidade da compra do terreno a preço baixo, e, em muitos casos, a obtenção da terra, mediante doação da prefeitura. Para que essas benesses ocorram, é necessária a existência de boas relações com o setor público, além disso, nesse processo muitas pressionam as prefeituras para mudar a legislação urbanística, como subsídio para viabilidade do projeto ou ampliação de ganhos (FIX, 2011).

Figura 16-Distribuição dos empreendimentos do PMCMV Faixa 1 no Pará.

Fonte: Elaborado por Silva, S. com dados do Ministério das Cidades, 2018.

A figura apresenta a expressividade assumida pela instalação de empreendimentos da Faixa 01, que em alguns municípios paraenses chegou à construção de vinte conjuntos habitacionais, apontando a amplitude assumida pelo Programa.

Na abordagem das dinâmicas, que compuseram as construções do PMCMV, Faixa 01, em Marabá, no momento inicial, ressalta-se com Leão (2014) ao trabalhar com o processo de expansão urbana, em Marabá, e ao abordar as características de instalação, além das dinâmicas que integram os núcleos urbanos de São Félix e Morada Nova, inseridos no perímetro urbano de Marabá, em 2009, e receberam, nas proximidades, os empreendimentos do PMCMV.

Essas observações são corroboradas por Lima et al (2015) ao debaterem que, em Marabá, o papel exercido pelos grandes proprietários de terras, associados aos agentes públicos e imobiliárias, levaram à instalação dos empreendimentos nos núcleos urbanos mais afastados compostos pelo São Félix e Morada Nova, pois eles conciliam a possibilidade de facilidade nas negociações das grandes áreas de terra, permitindo o acesso à terra mais barata além de influenciar o fortalecimento político dos núcleos, por meio do aumento de população, e o previsível acréscimo do número de votos para as lideranças dos núcleos.

Ainda, segundo os autores, as atividades de campo, realizadas durante a pesquisa, permitiram a observação acerca do acesso à casa própria, e das mudanças nas condições de acesso à renda e aos equipamentos e serviços urbanos para os beneficiários. Em Marabá, significou, também, uma oportunidade de reorganização da estrutura imobiliária, na cidade, uma vez que a Habitação de Interesse Social (HIS) está situada, no extremo de um processo, no qual predominava, até então, no âmbito da produção imobiliária, a execução de empreendimentos caracterizados pelos condomínios fechados e loteamentos de luxo no outro extremo.

Ao trabalhar com os contextos que marcaram as delimitações dos terrenos que seriam utilizados para o PMCMV, em Marabá, Leão (2014) observa que a necessidade de produzir unidades habitacionais mais baratas, considerando os limites impostos ao Programa, levou à implantação de grandes glebas, acompanhadas da dificuldade de acesso à infraestrutura urbana, que refletiam a reprodução de processos advindos do período do Banco Nacional de Habitação (BNH) como, por exemplo, a localização periférica dos empreendimentos. Essa prática, em Marabá, foi reforçada pelo fato de que os valores dos terrenos, decorrentes da intensa especulação imobiliária encontrada na cidade, causaram dificuldades para que o

PMCMV fosse implantado nos Núcleos urbanos consolidados de Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova.

Essas características influenciarão o entendimento acerca das relações estabelecidas entre os residenciais do PMCMV e os Núcleos Urbanos que estão mais próximos espacialmente que, como será apresentado posteriormente, passam a receber pessoas em busca do atendimento às necessidades básicas que não são encontradas nos residenciais, uma vez que estes não verificam a presença de equipamentos básicos, como postos de saúde, agências bancárias, mas que, também, apresentam peculiaridades, principalmente, quando analisadas as percepções dos moradores.

A produção do espaço urbano revela um conjunto de contradições que concorrem para a configuração de desigualdades na produção e apropriação. Nesse sentido, são verificados contextos marcados pelo uso do espaço como mercadoria, que geram ênfase para o consumo e a ampliação da obsolescência, refletindo a dinâmica das práticas orientadas para o atendimento do mercado, implicando nas abordagens em escala local.

A leitura dos estudos, já realizados sobre o PMCMV, em Marabá, em conjunto com o levantamento de reportagens, revelam a coexistência de problemas, em sua maioria, relacionados aos aspectos de infraestrutura que envolvem a qualidade dos imóveis construídos, assim como dos espaços em comum, como ruas e locais destinados ao lazer, acesso ao transporte coletivo, dependência de deslocamentos para outros núcleos.

Na abordagem da produção dos imóveis do PMCMV, Volochko (2015) enfatiza que é comum a existência de problemas na construção dessas unidades habitacionais, associados à velocidade empregada na construção e à baixa qualidade dos materiais utilizados nas casas e apartamentos, representando a lógica da necessidade por uma grande quantidade de imóveis a ser produzida e comercializada, de forma rápida, para possibilitar a lucratividade do empreendimento. Dessa forma, a tecnologia construtiva, que envolve a maior parcela dos empreendimentos, foi voltada para a otimização da construção, utilizando formas e materiais pré-fabricados que permitiram uma montagem mais rápida e padronizada. O processo de aprovação de condomínios, desse porte, junto ao poder público costuma representar, em muitos exemplos, maior permissividade dos órgãos municipais.

Dessa forma, abrem-se parênteses para apresentar reflexão das pesquisas já realizadas, partindo-se dos dados apresentados por Souza (2016) para quem a atuação do Estado, na produção do espaço urbano, em Marabá, mediada pela instalação dos conjuntos habitacionais do PMCMV, colabora para a diminuição do déficit habitacional, possibilitando à população

economicamente mais desfavorecida, a oportunidade de deixar o aluguel e ter acesso à casa própria.

Nesse momento, destaca-se que a população, entendida como economicamente desfavorecida, é composta, mesmo no âmbito de um programa social, por aquela parcela que possui condições de pagar pela habitação, mesmo que em parcelas com valores mais baixos, uma vez que ela corresponde a uma mercadoria.

No entanto, essa provisão de habitação não tem sido acompanhada da oferta de recursos elementares para as atividades diárias, como o transporte público, além de contribuir para ampliar as desigualdades socioespaciais, no espaço urbano de Marabá, uma vez que reflete a escolha dos lugares de instalação dos empreendimentos, a partir das lógicas das alianças entre o poder público e o capital imobiliário – o que sinaliza um caráter periférico de sua localização em áreas sem infraestrutura e de difícil acesso aos demais núcleos da cidade. Essas afirmações são justificadas pelo fato de que a construção dos residenciais foi realizada, em antigas propriedades, exigindo entre outros, a mudança na legislação municipal objetivando a ampliação do perímetro urbano, com vistas à inserção desses recortes espaciais (SOUZA, 2016).

Ao discutir os dados sobre a pesquisa efetuada nos residenciais, Souza (2016) realça o papel do PMCMV para o atendimento à questão do acesso à moradia. As condições de vivência, no local, não são caracterizadas como boas, fato reiterado, especialmente, pela ausência ou precariedade dos equipamentos públicos de consumo coletivo nos residenciais. Nessa perspectiva, não foram entregues equipamentos elementares como escolas e postos de saúde, exigindo deslocamentos para os demais Núcleos que compõem a cidade. Essa realidade reproduz as características que compõem as deficiências, em infraestrutura, verificadas nos residenciais do PMCMV em escala nacional, pois, como destaca Maricato (2009), o Programa não considerava os temas da habitação social, além da ênfase aos interesses empresariais.

Essa realidade reproduz as características que compõem as deficiências em infraestrutura verificadas nos residenciais do PMCMV em escala nacional, pois como destaca Maricato (2009), o Programa não considerava os temas da habitação social, além da ênfase aos interesses empresariais.

A análise, realizada pelo autor, adotando um dos residenciais do PMCMV, revela um contexto marcado pela localização que se distancia de núcleos consolidados, mas também pela construção de um elevado quantitativo de UH, sem a provisão de demandas que serão

encontradas, também, nos Núcleos com maior proximidade, indicando, portanto, a necessidade de deslocamentos que são dificultados, diante da ineficiência do transporte público coletivo que atende Marabá.

As observações realizadas, em campo, nos três Residenciais, apontaram a existência de uma escola de Ensino Infantil (NEI Raimunda Oliveira Rocha), e outra no Vale do Tocantins. Foi possível constatar, também, a presença da Estação do Conhecimento - projeto da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), onde são desenvolvidos trabalhos associados à educação, cultura, esportes e social, que está localizada no São Félix, atendendo, também, aos moradores do Residencial Vale do Tocantins.

Essas análises ensejaram, ainda, inquietações entorno do reconhecimento de características dos residenciais, a partir de visitas de campo, inicialmente, com o intuito de promover a observação sistemática das informações teóricas, já conhecidas, mediante as leituras dos materiais disponibilizados em artigos ou reportagens, além de verificar a possibilidade de efetivação da obtenção de novos dados, ou uma releitura destes. Assim, segue exposição sobre os residenciais abordados.

Figura 17-Espacialização dos empreendimentos do PMCMV em estudo.

Fonte: Google Earth, 2019.

Nesse momento, sobressai-se a demanda pelo levantamento das ações que compuseram o processo de definição do terreno para a instalação, assim como o reconhecimento de características morfológicas da área construída. Para tanto, serão expostas considerações sobre as características que integram os três Residenciais, com ênfase para as atividades de campo desenvolvidas no Residencial Jardim do Éden, como recorte capaz de possibilitar a construção das análises sobre o cotidiano.

2. 3.1. Residencial Vale do Tocantins

A reflexão sobre o Residencial está fundamentada em leituras de trabalhos teóricos e técnicos que auxiliam na compreensão das características relacionadas à infraestrutura e demandas dos moradores, associada, ainda, às visitas realizadas, pela pesquisadora, com o intuito de realização de observações diretas, seguindo um roteiro orientado, para o levantamento de infraestrutura e processos que poderiam ser verificados, sem contato direto com os moradores.

Do ponto de vista das relações estabelecidas para a aquisição do terreno que foi utilizado para a instalação do Residencial, Leão (2014) salienta que os dados informados, pela CEF, indicam que, dois meses antes da apresentação da proposta, foi efetuada a averbação do parcelamento existente no São Félix para a instalação do Loteamento Vale do Tocantins. Isto posto, os lotes, que compunham o parcelamento supramencionado, foram os adquiridos pelo FAR para a construção do empreendimento. Durante a proposição do empreendimento, o proprietário da gleba realizou a oferta de venda dos lotes à construtora por R\$ 4.142.000,00 (quatro milhões e cento e quarenta e dois mil reais); preço, este, aceito pela avaliação da CEF e custeado pelo FAR.

Apresentando informações acerca das ações para aquisição de terreno, assim como as características do local destinado para a construção do residencial Vale do Tocantins, verifica-se que este está localizado no Bairro São Félix, e foi implantado em uma área total de infraestrutura de 139.986,69 m². A fase de implantação contou com a instalação de uma Estação de tratamento de esgoto, estação de tratamento de água, ruas pavimentadas, praças, playground e quadras poliesportivas. Assim, contando com uma área total edificada de 42.840,00 m², o Residencial possui 1.090 UH, e casas com área de 40,8 m² compostas, ainda, por um espaço de quintal (MPF- PARECER TÉCNICO N° 15/2016 – SEAP).

Figura 18-Localização do Residencial Vale do Tocantins.

Fonte: Adaptado de Google Earth, 2019.

A figura possibilita observar que localizado de forma continua ao Núcleo São Félix, o Residencial apresenta proximidade de áreas verdes correspondentes ao terreno do qual ocorreu a venda para loteamento.

As UH, na ocasião da entrega, apresentavam padronização composta por sala, dois dormitórios, circulação, cozinha, área de serviço e banheiro. Nesse momento, ganham relevo as observações de Kopper (2016) ao relatar que, ao ser lançado, o PMCMV incluía questões políticas em torno do debate que envolvia a pobreza e mudança social. Esses aspectos estão presentes, por exemplo, ao se perceber como esses empreendimentos estão presentes em diferentes territórios urbanos, ao longo do país, formando conexões entre os discursos das políticas públicas e dos argumentos em torno da superação da pobreza. Constituindo dessa forma, as *cartografias induzidas* que têm, na experimentação criativa do espaço e dos sujeitos que o ocupam, sua realização permanentemente inacabada (KOPPER, 2016)

Figura 19- Vista do Residencial Vale do Tocantins.

Fonte: <http://hfengenharia.com.br/portfolio>. Acesso em: 12 out. 2019.

O projeto inicial indicava que a planta original previa a existência de lotes para fins comerciais que ocupariam sete quadras do empreendimento. Estes lotes seriam adquiridos com recursos do FAR, por não se tratar de lotes voltados ao uso habitacional. Verifica-se assim que a previsão de lotes para usos que não eram unicamente habitacionais poderia representar o objetivo de atração de atividades as quais poderiam auxiliar pelo menos momentaneamente as demandas dos moradores o que concerne aos aspectos comerciais sem deslocamentos para outros Núcleos.

Figura 20- Características do Residencial Vale do Tocantins

Fonte: Elaborado por Silva, S. 2020 com dados das atividades de campo.

As figuras revelam características da morfologia com destaque para os aspectos que indicam a configuração de problemas. Nessa perspectiva, destaca-se a realização de levantamento e pelo Ministério Público Federal (MPF), que resultou na elaboração de um Parecer Técnico do MPF, versando sobre a situação do Residencial,

Segundo relato dos moradores, inúmeros problemas surgiram nos imóveis após a entrega para ocupação, principalmente fissuras, infiltrações, falta de estruturação adequada e desnivelamento do forro em PVC, mau cheiro oriundo do esgoto, problemas no fornecimento de água e no esgotamento sanitário, caixas coletoras e fossas entupidas (MPF-PARECER TÉCNICO Nº 15/2016 – SEAP, p.4).

Dessa forma, constata-se que, além dos problemas em infraestrutura, as unidades habitacionais foram compostas, também, por um processo de construção que desconsiderou, por exemplo, a qualidade do material empregado.

Trabalhando com o Residencial Vale do Tocantins, Souza (2016) destaca dados de campo que indicaram a necessidade de deslocamento pela busca de emprego, a maioria no núcleo Nova Marabá, recorte que atinge maior destaque na oferta de emprego aos moradores do Residencial e que pode ser compreendido, diante da proximidade com o bairro, mas também, pelo fato de ser uma das áreas mais citadas, quando se questiona a moradia anterior da população do Residencial.

Dessa forma, é possível observar que, além do deslocamento diário para o trabalho, o uso dos equipamentos públicos de consumo coletivo, também influencia os trânsitos entre o Residencial e os outros Núcleos urbanos que, considerando o tipo de demanda, pode não se restringir aos mais próximos, pois nos Núcleos São Félix e Morada Nova não existiam, por exemplo, agências bancárias. Destarte, a população destes núcleos, e não apenas do Residencial Vale do Tocantins, realiza deslocamento para a outra margem do rio Tocantins, quando é necessário utilizar algum serviço bancário que demande a presença em uma agência (SOUZA, 2016).

2.3.2 Residencial Tiradentes

As leituras sobre o Residencial Tiradentes, realizadas em campo, apontam para a configuração de análises que revelam a existência de um conjunto de problemas relacionados à localização e à infraestrutura, pois, enquanto os outros residenciais abordados estão em

áreas contíguas aos Núcleos Urbanos, cuja instalação anterior possibilitou, mesmo que em pequena quantidade, a existência de equipamentos urbanos como escolas e comércio com maior diversificação. O Residencial Tiradentes está rodeado de terrenos que apontam para usos relacionados ao rural, localizado no perímetro urbano, como pode ser observado na figura 21.

Figura 20-Localização do Residencial Tiradentes.

Fonte: adaptado de Google Earth, 2019.

Essa localização reelabora usos que remetem a atividades rurais, como a criação de animais, e a existência de terrenos baldios, que colaboram para a reflexão acerca do uso dos empreendimentos, para fins de especulação fundiária, mas também compõem os primeiros apontamentos para reflexão acerca das dificuldades que estão presentes no dia a dia do Residencial, uma vez que, quando pensadas as questões como o quantitativo de ônibus disponíveis para o deslocamento, por transporte público, em Marabá, tem-se realidades marcadas, por exemplo, pela existência do monopólio de apenas uma empresa, que acaba concentrando rotas nos núcleos urbanos que correspondem a aqueles que acompanham os momentos iniciais do povoamento de Marabá, e quando considerado que, mesmo com os núcleos São Félix e Morada Nova, essa área ainda carece de fluxos de transporte.

Ao avaliar os rumos do processo de construção de moradias, a partir do PMCMV, em um contexto de planejamento do Programa, Bonduki (2009) observava, já naquele momento, que, diante da desconsideração das orientações contidas no Planab, a localização dos empreendimentos apresentava possibilidades de inadequações marcadas pela priorização de áreas carentes de emprego, infraestrutura e equipamentos. Além disso, destacava-se a perspectiva e efetivação de impactos negativos, relacionados à elevação do preço da terra, concorrendo para a transferência do subsídio para a especulação imobiliária.

Essas observações apontam para os desdobramentos do Projeto e implantação do Residencial Tiradentes. Constituído por 1.410 UH, o projeto do Residencial foi anunciado, em 2010, pela HF Engenharia. Embora esteja localizado entre os Núcleos São Félix e Morada Nova, oficialmente ele integra o Núcleo Morada Nova. Diferente dos demais empreendimentos, este possui localização com entorno sem quaisquer infraestruturas urbanas, demandando, portanto, a construção desta para o próprio empreendimento. Versando sobre o terreno, tem-se a conversão de terra rural em urbana, com a proposta para a aquisição da área de 493.171, 91 m² foi de 3.300.000,00. O projeto também previu a delimitação de lotes comerciais, dispostos, especificamente, nas faces de quadras voltadas para a rodovia e a avenida interna no empreendimento (LEÃO, 2014).

Sobre as questões que envolvem os aspectos físicos das casas entregues, destacam-se assim como no Vale do Tocantins, a adoção do mesmo padrão para a construção de todas as unidades habitacionais. Além disso, são utilizadas janelas e portas metálicas, piso cimentado e piso cerâmico na área de banheiro, e reservatório de água em caixa de PVC de 500 litros (MPF-PARECER TÉCNICO Nº 15/2016 – SEAP)

Segundo relatos dos moradores, durante o estudo para a elaboração de Parecer Técnico, realizado pelo MPF, inúmeros problemas surgiram, nos imóveis, após a entrega para ocupação, principalmente fissuras, infiltrações, falta de estruturação adequada e desnivelamento do forro em PVC, mau cheiro oriundo do esgoto, problemas no fornecimento de água e no esgotamento sanitário, caixas coletoras e fossas entupidas (MPF PARECER TÉCNICO Nº 15/2016 – SEAP P.4).

Além disso, o levantamento indicou a coexistência de muitos problemas relacionados à infraestrutura, sobressaindo-se o sistema de drenagem urbana, onde é possível verificar a ausência de boca de lobo, sarjetas, além da inclinação inadequada do sistema viário para coleta de águas pluviais. Tem-se, ainda, uma pavimentação, com danos, composta por buracos, afundamentos, ausência de revestimento. A estação para tratamento de esgoto, possuía vegetação nas caixas de tratamento, bem como infiltrações e entupimentos nas tubulações e caixas de coleta (MPF-PARECER TÉCNICO Nº 15/2016 – SEAP P.4/5).

Foi constatada, também, a ausência de hidrômetros nos imóveis, sendo informado, pela construtora, que a CEF não previa a instalação de hidrômetros. O relatório apresentado, pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), apontou que o Residencial conta com reservatório de 500 m³, sendo bombeado para um reservatório apoiado para distribuição, mas, apesar da logística envolvida, o abastecimento ocorre somente 4 h por dia: das 06 às 08 h e das 16 às 18 h. Além disso, a água disponibilizada encontra-se suja de ferro e chega apenas para 25% de todo o residencial (MPF-PARECER TÉCNICO Nº 15/2016 – SEAP P.27).

O Residencial Tiradentes é marcado por um conjunto de problemas de infraestrutura, fato corroborado pelas observações de campo, realizadas em julho e setembro de 2018 e outubro de 2019, que apontam precariedades nas ruas, assim como as dificuldades de acessibilidade à serviços básicos, uma vez que, mesmo integrando, oficialmente, o Núcleo Morada Nova, o residencial não está localizado em área contígua.

As visitas, em campo, revelam também que, no universo dos residenciais do PMCMV, este apresenta a maior parcela das residências no formato originalmente entregue, ou com pequenas transformações em infraestrutura, além de situações como casas abandonadas.

Figura 22- Características do Residencial Tiradentes.

Fonte: Elaborado por Silva, S. 2020 com dados das atividades de campo.

As figuras apresentam faces dos aspectos que apontam questões associadas à infraestrutura constatada no Residencial durante as atividades de observação. Sobressaiu-se o reconhecimento da coexistência de problemas técnicos que envolvem a implantação do projeto que implica em dificuldades, por exemplo, para a drenagem das ruas, além da ausência de ações para manutenção de áreas comuns como as ruas, canais de escoamento e galerias, o despejo inadequado de resíduos e a observação de UHs em situação de abandono.

O levantamento de reportagens, para a caracterização da coexistência de situações relacionadas ao dia a dia, no Residencial, no que concerne à (in) satisfação relacionada à infraestrutura entregue pela Construtora responsável, além da manutenção de espaços públicos que deveria ser ofertada pelo poder público, revela a predominância das reclamações, junto aos órgãos públicos, sobre as condições encontradas no Residencial que levou a leituras como a relatada abaixo que apresenta a insatisfação de moradores representados pelos responsáveis pela Associação de Moradores do período da reportagem:

O grupo foi recebido pelos vereadores Alecio Stringari, Pedro Correa e Beto Miranda, este último presidente interino da Casa. Eliete Almeida, moradora do Residencial Tiradentes relatou o grama dos moradores das casas populares do conjunto Tiradentes, entre São Félix e Morada Nova, construído pela HR Engenharia com financiamento pela Caixa através do programa Minha Casa Minha Vida. Eliete contou que o sistema de esgoto sanitário está muito danificado e as fezes ficam expostas nas ruas, causando um mau cheiro infernal. Além disso, relata, há ainda problemas com fornecimento de água, pois foram cavados quatro poços artesianos, mas o produto está impróprio para o consumo por causa do excesso de ferrugem. “Houve discussões, acordos, mas não cumpriram com nada. A água é imprópria até para lavagem de roupa, imagine para beber. Foi dito que quem tivesse dinheiro, que cavasse sem poço, mas o que dizer de quem não tem, que é a maioria. Estamos procurando colaboração da Câmara Municipal para ajudar”, clama ela. Ela também reclama que as moradias não são dignas e algumas ruas estão em estado crítico, praticamente intrafegáveis. Na chuva, ninguém sai de casa porque fica ilhada. A moradora diz que a HR põe culpa na Caixa, e vice-versa, o mesmo acontecendo com a Prefeitura Municipal. “Mas todos têm suas responsabilidades, desde que foi assinado um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) no Ministério Público. “Estamos buscando solução para os dilemas. Os moradores estão indignados e já falam de novo em interditar a rodovia. Antes, viemos pedir colaboração”, avisou. Vera Lucia Silva dos Santos – presidente da Associação de Mulheres do Bairro Tiradentes, reclamou também da falta de ações de saúde para o Residencial, além de segurança e dignidade. “Prometeram pra gente que o local teria qualidade de vida, mas foi uma mentira. Estamos pedindo socorro. Os jovens estão entrando na criminalidade porque estamos abandonados de ações sociais” (CÂMARA MUNICIPAL DE MARABÁ, s.d.).

Como pode ser observado nos relatos, diversas questões se mantêm no Residencial, apontando para uma produção, em larga escala, que desconsidera aspectos como as condições dos materiais empregados nas construções, além da desconsideração de normas básicas como aquelas relacionadas à drenagem de vias, elemento importante no âmbito de uma cidade localizada em região amazônica, cujo período chuvoso atinge níveis elevados de precipitação e que, por isso, implica em dificuldades imperiosas para o deslocamento.

É possível perceber também que as questões envolvendo infraestrutura são discutidas e reivindicadas desde os momentos que sucederam a instalação do Residencial como pode ser constatado no fragmento abaixo que aborda o relato de um protesto realizado em 2014:

Na manhã desta segunda-feira (25), moradores do Residencial Tiradentes interditaram a Rodovia BR-222, entre São Félix e Morada Nova, contra as precárias condições do bairro, que integra o programa Minha Casa Minha Vida, em Marabá. A interdição da rodovia, que passa em frente ao residencial, começou por volta das 4h da madrugada. Um enorme engarrafamento se formou dos dois sentidos da BR. A principal queixa é quanto à falta de água, que é uma constante, assim como as ruas esburacadas devido ao asfalto mal feito e ainda a falta de coleta de lixo, como denunciou Alex Burjack, morador do bairro. [...] **Secretário aponta problemas.** Segundo o secretário municipal de Obras, Antônio de Pádua Andrade, tanto o Residencial Tiradentes, quanto o Vale do Tocantins (também do Minha Casa Minha Vida), foram construídos em áreas alagadiças e não passaram pelo processo necessário que o terreno merecia para comportar residências. Ele observa que, nesse processo, as falhas foram cometidas pela HF Engenharia, que se precipitou e talvez não tenha feito o projeto técnico adequado; pela Caixa Econômica, cuja equipe de Engenharia recebeu a obra e liberou o pagamento; e a prefeitura, que na gestão passada (do então prefeito Maurino Magalhães) concedeu o “Habite-se” para a área, embora faltassem condições para isso. (MARABÁ NOTÍCIAS, 2014, grifos no original).

Mesmo com as observações, levantadas pelos moradores, constata-se que, as reivindicações perpassaram desde a entrega do Residencial até a atualidade, como se verifica em reportagem realizada em 2019:

Moradores do Residencial Tiradentes procuraram a Reportagem do Jornal Correio para denunciar a situação precária a qual estão sendo submetidos no próprio local onde vivem. São diversos problemas, desde dejetos de fossas descendo as ruas, até enormes poças de lama tornando as vias intransitáveis. Em alguns pontos do bairro o matagal toma conta e nem é possível reconhecer como ruas algumas vias públicas, cada vez mais deterioradas. [...] A rua está tomada por um lago de esgoto, acumulando sujeira e atraindo, assim, animais e mosquitos, como relata o morador Leonardo Mourão. “Sempre a gente teve esse problema aqui, principalmente no inverno, quando chove, fica nessa situação aí, o esgoto, praticamente tem, mas não dá

certo né, porque sempre acontece esse tipo de infiltração aí, fica esse mau cheiro e é um problema para gente que tem criança né, sem falar na muriçoca, rato, essas coisas que incomodam e diminuem a qualidade de vida da gente”, explica Leonardo. Ainda assim, as equipes estão fazendo a revitalização da praça do Residencial Jardim do Éden, seguirão para este residencial conforme o cronograma. Não há de forma alguma, abandono da prefeitura com relação a este local” (OLIVEIRA, 2019).

Diante das descrições apresentadas para as situações encontradas no Residencial, recorre-se a Alvarez (2015), para quem, a cidade produzida como negócio, também é, ao mesmo tempo, produzida como segregação. Tal processo pode ser constatado quando a cidade, produzida como negócio, é capaz de possibilitar a realização da propriedade privada, além da produção e circulação do valor de uso e do valor de troca, mas, ao mesmo tempo, ela é produzida como uma luta pela cidade e marcada pela busca da apropriação e do uso. Nesse contexto, os movimentos organizados e/ou manifestações, quando ocupam ruas e praças e com exigências diversas, podem ser entendidos como a negação de uma cidade produzida para o lucro, revelando os anseios pela configuração de uma cidade produzida para as pessoas.

Os relatos convergem para o reconhecimento de que o Residencial congrega problemas relacionados à localização e estruturais, que advém do período de entrega das UH, resultando em intervenções do MPF, orientadas para a investigação da legitimidade do emprego dos recursos na construção, perpassando, também, reivindicações ao poder público municipal, que, frequentemente, afirma estar realizando intervenções, ou, em alguns casos, atribui os problemas ao projeto e à Construtora. Não raro, os moradores realizam protestos, com interdições de rodovia, como recurso para alertar sobre a vida no Residencial.

Esses apontamentos revelam que o Residencial Tiradentes congrega faces expressivas do processo, no qual as empresas responsáveis pelos empreendimentos do PMCMV, não utilizaram materiais adequados para as construções, além do descumprimento das atribuições do Estado no provimento de equipamentos elementares para a população.

Os levantamentos realizados, nas atividades de campo, nos residenciais trabalhados, até o momento, correlacionados com as reportagens apresentadas, possibilitam o resgate dos elementos da hipótese da pesquisa que sugeriam, inicialmente, que a localização dos residenciais do PMCMV, associada às observações sobre as condições oferecidas para os moradores, apontam para a manutenção da lógica da produção do espaço como mercadoria, com a habitação utilizada para a obtenção de lucro, pelas construtoras, que constituiu a lógica que caracteriza o PMCMV, na medida em que produziu a mercadoria habitação.

2.4 O espaço “vivido”: Jardim do Éden

O trabalho de construção dos caminhos, para uma aproximação que permitiria a busca pelo reconhecimento de fatos do cotidiano no Residencial Jardim do Éden, foi constituído pela elaboração de informações, acerca dos processos que compuseram a instalação deste, além da busca por dados que possibilitariam a elaboração de conhecimentos sobre as dinâmicas existentes no local em estudo.

O Residencial está assentado em terreno que, antes da aprovação da Lei Municipal nº 17.358, de 3 de julho de 2009, era delimitado como rural, uma vez que até 26 de junho de 2013, a gleba, ainda, constava no registro de imóveis como Fazenda São Raimundo, lote 80, Gleba Geladinho Praia Alta. Naquilo que tange às características da construção, assim como os demais residenciais, a proposta do Jardim do Éden, também, apresenta lotes comerciais. Do total de 431.987, 28 m², do terreno do empreendimento, 4.699,04m² correspondem a lotes para fins comerciais, que permanecerão com o mesmo proprietário (LEÃO, 2014)

Figura 23- Localização do Residencial Jardim do Éden.

Fonte: Adaptado de Google Earth, 2019.

Como é possível visualizar na Figura 23, o Residencial apresenta localização contínua ao Núcleo Morada Nova, mas possui o entorno composto por áreas de propriedade privada que ainda guarda aspectos do rural como a presença da pecuária e áreas verdes sem cultivo (Figura 24), que corresponde ao terreno cuja parcela foi adquirida para a construção do Jardim do Éden.

Figura 24-Aspecto das atividades desenvolvidas no terreno do entorno.

Fonte: observações de campo, outubro 2019.

Ao trabalhar com a produção da cidade, Lefebvre (1991) salienta que as relações sociais, na cidade, correspondem a uma reprodução de seres humanos por seres humanos, devendo ultrapassar uma produção de objetos. Logo, nota-se que a cidade é constituída por uma história, por conseguinte ela é obra de uma história, formada pelas ações de pessoas e de grupos que consumam essas práticas ao longo do tempo. Ademais, a leitura da cidade exige que seja realizado exame do texto, mas também da situação, uma vez que o ato de uma construção de metalinguagem da cidade não corresponde à elaboração do conhecimento da cidade e do urbano. Portanto, seria necessário decifrar o texto, considerando a vida cotidiana composta pelas relações imediatas às ações desenvolvidas nos espaços habitados, as Instituições e as ideologias.

Reiterando essa leitura, Martins (2017, p. 52) revela que

se a vida de todo o dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais.

Por isso, é concebível inferir que a leitura das dinâmicas que compõem o urbano, deve ir além dos objetos, envolvendo as características que integram as relações entre seres, concorrendo, dessa maneira, para o reconhecimento da história da cidade que corresponde a uma história das ações empreendidas por pessoas.

Ao analisar as características do modo de pensar a habitação, Carlos (2011) observa que o *habitar* está relacionado à produção de formas espaciais materiais, além de uma forma de habitá-las e de percebê-las. Integra, portanto, um termo de natureza poética, na medida em que envolve o tempo de criação, nos modos de apropriação, além de atuar na organização e determinação do uso. Desse jeito, são produzidas limitações e possibilidades, envolvendo um lugar determinado no espaço que implica na ideia de localização e uma distância, além de relações com outros lugares da cidade. Assim sendo, o espaço do habitar possui sentido, mediado pela reprodução da vida, estando relacionado, ao espaço concreto que envolve os gestos, o corpo e que, assim, constrói a memória mediada pela formação de identidades. Quando pensado por este viés, é possível inferir que o mundo humano é objetivo, e se caracteriza por ser povoado por objetos que fazem com que a casa, a rua, a cidade, possuam um conjunto múltiplo de significados.

As questões que envolvem o Residencial estão relacionadas ao debate sobre infraestrutura, fato comum aos demais residenciais, no entanto, pesquisas em portais de notícias de Marabá, também apontaram questionamentos que envolvem a lisura do processo de sorteio das UH, como pode ser verificado no fragmento abaixo:

Um grupo de pessoas que se sentiram prejudicadas por não terem recebido casas no Residencial Jardim do Éden, em Morada Nova, foi à sessão da Câmara na manhã desta quarta-feira, 22, para pedir ajuda dos vereadores no sentido de acompanharem as denúncias que eles fizeram sobre unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida que teriam sido repassadas para pessoas que não se enquadram no perfil do programa: baixa renda. Quem abriu a discussão na tribuna sobre o assunto foi o vereador Ubirajara Sompré, que acompanhou as manifestações em Morada Nova no último sábado e garantiu que elas são justas e coerentes. “As pessoas que estavam no movimento estão indignadas – com razão – porque algumas das moradias entregues foram direcionadas para pessoas com alto poder aquisitivo”, denunciou (CÂMARA MUNICIPAL DE MARABÁ s/d).

Diante das manifestações dos não contemplados que podem indicar a ausência de atendimento para a parcela da população que demanda moradia e que se enquadram nas normas do Programa, as pesquisas apontam para a Nota da Prefeitura Municipal que engloba as observações acerca das responsabilidades pelo processo de seleção:

A respeito da manifestação ocorrida nesta segunda-feira (20), por grupo de pessoas que se dizem prejudicadas por não terem sido contempladas no sorteio de casas no Residencial “Jardim do Éden”, alegando que famílias cujo perfil não condiz com o exigido pelo Programa Minha Casa Minha vida, foram beneficiadas, a Prefeitura de Marabá esclarece:

1 – Todos os beneficiários sorteados com unidades residenciais do “Jardim do Éden”, no Bairro Morada Nova, obedeceram aos critérios exigidos tanto pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura (Seasp) quanto pela Caixa Econômica Federal, que coordena o processo do Minha Casa Minha Vida em todo o país.

2- Para que a Caixa admita o interessado, primeiramente faz uma busca nos cartórios de registro de imóveis e também nos bancos e outras instituições financeiras do país, a fim de verificar se não há casas ou financiamentos para aquisição de imóveis no nome da pessoa cadastrada.

3 – Já a Seasp faz uma busca na Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) para constatar se o interessado não possui imóvel no seu nome; são priorizadas as mães chefes de família; as famílias que tem maior número de filhos com idade entre zero e 12 anos; famílias que morem há pelo menos três anos em Marabá; famílias cuja renda seja de zero a três salários mínimos.

4- Vale esclarecer também que a Prefeitura, por meio da Seasp, apenas cadastra as famílias candidatas às unidades residenciais do Minha Casa Minha Vida, com informações fornecidas pelos interessados.

5 – Quem faz o cruzamento dessas informações é a Caixa, que define quem vai participar do sorteio. Ou seja, a Caixa é a gestora do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e cabe à Prefeitura apenas o cadastramento das famílias dentro dos critérios do PMCMV por Portaria do Governo Federal.

6- A Administração Municipal refirma sua disposição em implementar políticas habitacionais no município, levando em conta o déficit de moradias em Marabá, e de continuar buscando com o Governo Federal a construção de novos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade. Ressalta, ainda, que mais 3 mil unidades residenciais estão sendo construídas nos Residenciais Magalhães Barata I e II, o que, por si só, já vai contemplar mais famílias de marabaenses carentes.

7 – A Prefeitura de Marabá está disposta a dialogar com a comunidade e afirma que não pactua com qualquer ilegalidade e tem colaborado, por meio da Secretaria de Assistência Social, dentro de sua competência, com investigações a fim de detectar qualquer irregularidade no processo do sorteio das unidades residenciais.

8- Antes mesmo do sorteio do “Jardim do Éden”, a Seasp recebeu 10 denúncias segundo as quais pessoas que já possuem casa haviam se cadastrado para o sorteio de unidades residenciais do Minha Casa Minha Vida.

9 – As denúncias foram encaminhadas à Caixa e ao Ministério Público Federal. Feitas as diligências, das quais a Seasp também participou, inclusive

entrevistando vizinhos dos denunciados, foi constatado que todas as denúncias eram vazias. Ou seja, não eram verdadeiras.

10 – Por fim, a Prefeitura de Marabá afirma que é a favor da retirada dos benefícios daqueles que, comprovadamente, fraudaram informações ou documentos fornecidos ao Programa Minha Casa Minha Vida, pelo fato de já serem proprietários de casa ou outro tipo de moradia (BORGEA, 2015).

Como pode ser constatado, apesar de não terem sido encontradas novas reportagens, versando sobre a comprovação das denúncias, tem-se a presença dos debates acerca dos limites do processo de seleção dos contemplados com UH, em programas governamentais como o PMCMV, gerando reflexões acerca da existência de uma prática de especulação que não envolveria somente os terrenos localizados no entorno, mas também, no âmbito das UH que integram o Programa, uma vez que, este deveria contemplar pessoas que não possuem possibilidade de adquirir residência, sem os subsídios do Governo, através de programas voltados para pessoas em faixa de renda baixa, estende-se as indagações sobre a manutenção da dificuldade de acesso à moradia para essa parcela da população.

Na abordagem da provisão de habitação para população que possui dificuldades de acesso à moradia, Maricato (2011), salienta que o acesso via políticas públicas, sem ampliação do estoque geral de habitações, indica que dificilmente ela reterá esse bem, logo, a transferência da residência para camadas de maior poder aquisitivo será inevitável, uma vez que a própria classe média tem dificuldades de acesso ao mercado residencial privado.

Sobre as possibilidades da existência de moradores que não sejam os sorteados inicialmente, as orientações da CEF indicam que para a Faixa 01, seria necessário considerar o intervalo de dez anos para a efetivação do ato de alugar, vender, ceder sendo estes permitidos mediante o pagamento de todas as parcelas do imóvel, fato que implicaria na necessidade de pagamento do saldo restante além do subsídio do Governo.

As práticas de campo, com o intuito de realização das observações, possibilitaram a identificação de expressivas alterações nos aspectos físicos (quando comparados aos padrões das unidades entregues) que são encontradas nas residências. Esse fato pode corresponder a uma ascensão de renda, após a contemplação no Programa, mas também poderia estar relacionado a faces da reportagem supramencionada, que converge para um processo de valorização, no interior do Programa que não atenderia, em alguns exemplos, o público para o qual Faixa 1 do Programa está destinada.

Além disso, como é abordada por Volockho (2012), a valorização fundiária, mediada pela existência de grandes terrenos, se caracteriza pela busca de se estabelecer em espaços

distantes e os envolvidos são representados pelas frações populares e frações inferiores das classes médias. Esse movimento constrói a possibilidade de afastar, para mais longe, os mais pobres entre os empobrecidos. Assim, seria vivenciada uma espoliação potencial do solo urbano para aqueles empobrecidos e da centralidade urbana para as frações populares.

Ademais, é possível observar que os programas de habitação popular influenciam o aumento desmesurado da sua superfície total, colaborando para a execução das ações de especulação. Nesse processo, é possível observar que, na maioria dos casos, os pobres não permanecem nas casas que fazem ou que lhes fazem, ou ainda, não podem manter, por muito tempo, os terrenos que adquirem ou lhes são doados, uma vez que predomina, na cidade, a lei do lucro (SANTOS, 2007).

A especulação diz respeito ao fato de que a construção do conjunto vem acompanhada por infraestrutura que, somada a sua presença, cria valor, implicando no aumento do preço da terra ao redor do estabelecimento.

Ao abordar o espaço, sob o viés dos planos institucionais, para intervenções espaciais, Lefebvre (2008) afirma que a burguesia, enquanto classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço: primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, pelo saber, pelo conhecimento, pela estratégia, pela ação do próprio Estado. Existem conflitos inevitáveis entre esses dois dados, e, notadamente, entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos mercadores de espaço.

A análise de imagens, que apresentam as características das unidades inicialmente entregues no Residencial Jardim do Éden, demonstra a existência de uma unidade, nas construções, marcada pela presença da mesma forma adotada para todas as casas, com modificações internas naquelas que seriam destinadas a pessoas com deficiência. Esse fato está associado à reprodução dos aspectos do PMCMV, em escala nacional, o qual estabelece uma padronização para as unidades construídas. Como pode ser verificado com Nahoum (1987, p.105),

También indiscutible, siempre que no se idealice el concepto al punto de olvidar que el diseño es una técnica que corresponde a especialistas, que los proyectos económicos siempre obedecen, más allá de las variantes que permitan, a tipologías determinadas, que las experiencias de diseño participativo no han conducido más que a un número limitado de soluciones tipológicas, y, en definitiva, que estamos hablando de vivienda popular. El peligro está aquí en que el entusiasmo exagerado por ese procedimiento de

diseño le introduzca a los ojos de los destinatarios posibilidades que no tiene, con la consecuente mayúscula decepción a la hora de recibir resultados que serán necesariamente uniformes y en los que difícilmente se reconocerán las aspiraciones individuales.

No entanto, mesmo diante da desconsideração das demandas individuais, o predomínio de um padrão para as UH, expressa o fato de que os ganhos que envolvem a qualidade do projeto, o padrão construtivo e os atributos urbanísticos do entorno dos empreendimentos, no âmbito do PMCMV, não atuavam como fatores capazes de influenciar positivamente a taxa de retorno das construtoras e, conseqüentemente, esses aspectos foram desconsiderados. Soma-se, ainda, o fato de que essa proposta permitiria a proliferação de grandes empreendimentos que, mesmo com impactos na maioria dos exemplos negativos, eles permitiriam a ampliação da margem de lucro das construtoras, mediada pelos expressivos ganhos em escala (ROLNIK, 2015b).

As considerações da autora apontam que, embora as orientações para a construção de UHs, no âmbito do PMCMV, englobassem exigências relacionadas à instalação de infraestrutura básica, a observação em escala geral, revelou o predomínio de desconsideração dessas demandas uma vez que, esse cenário, representaria a ampliação dos gastos, em detrimento dos lucros, e atuação das construtoras estava pautada na busca pela ampliação do lucro.

Além disso, merece destaque o fato de que as decisões que envolvem a localização dos terrenos, assim como as características dos futuros empreendimentos, bem como as estratégias de contratação de mão de obra, e a elaboração final do preço são atividades vinculadas ao papel de diretores e executivos que em suma, objetivam a extração máxima do lucro possível em um empreendimento (SHIMBO 2015).

Figura 25-Aspecto das Unidades entregues

Fonte: <http://arquitetosconsultores.com.br/project/maraba/>

Figura 26-Aspecto de uma rua no período da entrega

Fonte: <http://arquitetosconsultores.com.br/project/maraba/>

Nesse momento, destacam-se os aspectos das unidades entregues no Residencial Jardim do Éden, onde é possível associar às reflexões de Lefebvre (2006) ao indicar as características do espaço homogêneo que resultariam na existência do indiscernível. Característico do espaço arquitetural e urbanístico, na modernidade, ele corresponderia ao lugar da confusão e da fusão entre o geométrico e o visual, aspectos que concorreriam para a coexistência de um mal-estar físico. Nessa perspectiva, os significantes e os significados, as marcas, os índices são acrescentados, posteriormente, aumentando a impressão desértica, o mal-estar.

Quando pensadas, também, as características que compõem o mercado imobiliário nacional, verifica-se, com Volockho (2012), que as empresas privadas têm adotado práticas como a padronização arquitetônica e a repetição das formas na construção dos empreendimentos habitacionais, gerando impactos na morfologia urbana que passa a ser composta pela homogeneidade nestes empreendimentos. Essa característica se estende para os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado para as “classes populares”

As observações diretas, realizadas no Residencial em julho e setembro de 2018, juntamente com aquelas desenvolvidas durante a efetivação das entrevistas em 2019, revelaram similitudes e diferenciações quando comparadas aos outros residenciais, naquilo que se refere à infraestrutura instalada.

Figura 27- Características do Residencial Jardim do Éden.

Fonte: Elaborado por Silva, S. 2020, com dados das atividades de campo.

As figuras apresentam a paisagem que compõe o Residencial com ênfase para alguns aspectos de infraestrutura, com evidência para a indicação de problemas relacionados às vias, presença de alguns equipamentos urbanos e a observância das características dos terrenos, que estão localizados no entorno, compostos por grandes extensões de terras utilizadas para a criação de animais. Acompanhando as observações sobre a infraestrutura do Residencial, associadas às leituras sobre a questão da habitação no Brasil e em Marabá, procedeu-se a aproximação dos moradores, mediante roteiro que permitia, também, o apontamento de outras nuances que os entrevistados julgassem necessárias, com vistas à construção de conhecimentos acerca do cotidiano dos moradores no Residencial.

O cotidiano aparece como um produto histórico, fato que levaria à exigência de pensá-lo a partir de uma realidade concreta, uma base, um campo programado e programável da reprodução do modo de produção capitalista, com o controle exercido pelo Estado, sendo possível identificar que o espaço tem prioridade sobre a temporalidade. No entanto, concomitante a esse processo, o cotidiano abriga o resíduo desta dominação, o que lhe escapa, na vida cotidiana. Do exposto, o cotidiano se põe como mediação entre as escalas universal e o particular, o local e o global, mas com aspirações de erigir-se como sistema total. Ele figura entre as modernas produções do modo de produção capitalista (VOLOCHKO, 2015).

Adotando como categoria de análise o cotidiano, Carlos (2011) defende que, a partir dele, pode-se entender o processo social mais amplo, ganhando destaque a esfera da vida que se apresenta determinada pelo processo de reprodução das relações sociais capitalistas. Assim, a vida cotidiana, nessa perspectiva, se definiria como uma totalidade passível de ser apreendida nos momentos da realização do trabalho, da vida privada, do lazer, dos deslocamentos, essas ações seriam efetivadas em espaços-tempos e lugares diferenciados. Dessa forma, é possível observar que, no plano da prática social, ganha destaque a instauração do cotidiano, a partir da construção da sociedade, pautada em uma organização que segue uma ordem burocratizada, marcada pelas repressões e coações. Esses fatos tornam a vida atomizada e superorganizada, uma vez que surge como campo da autorregulação voluntária e planificada.

A busca pelo olhar, para o cotidiano, iniciou com indagações orientadas para o reconhecimento do recorte temporal de ingresso no Programa. Nesse momento, houve uma alternância entre as respostas que indicaram, em sua maioria, 4 (quatro) anos, mas foram encontradas, também, pessoas que residiam há 3 (três) anos. Destes, a maioria revelou ser autônomo, sendo entrevistados, ainda, moradores, cujas ocupações laborais estavam

associadas à dona de casa, babás, empregadas domésticas, funcionária pública, aposentados e desempregados (Gráfico 1)

Gráfico 1-Atividades desenvolvidas pelos entrevistados.

Fonte: prática de campo novembro, 2019.

Versando sobre o cotidiano, Lefebvre (1991) discute que, neste, tudo é contado: desde o dinheiro até os minutos, tudo é enumerado em metros, quilos, calorias, fato que engloba objetos, mas também os pensantes. Dessa forma, existe uma demografia das coisas, responsável por medir o número e a duração da sua existência. Ao versar sobre as pessoas, o autor salienta que é no cotidiano que eles ganham ou deixam de ganhar sua vida, englobando o não viver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente.

Considerando as características destacadas pelo autor acima, as observações realizadas, nos momentos das entrevistas e deslocamentos pelas ruas, revelaram que é comum encontrar anúncios de vendas de produtos nas residências, ou de serviços como manicure e cabeleireira. Essas características reiteram a ênfase nas atividades autônomas, fato que pode ser analisado, também, com uma prática que surge da existência das demandas comerciais existentes no Residencial. Essas atividades se apresentam como possibilidades de construção de um público, advindo do próprio Residencial, que, em muitos exemplos, sentem dificuldades de deslocamento para acesso aos serviços básicos em outros Núcleos.

Além disso, os percalços para a inserção no mercado formal podem ser abordados a partir de exposições como as realizadas pelos entrevistados 5 e 26:

- “Para nós do residencial é muito difícil conseguir emprego nos núcleos. Antes eu trabalhava no São Félix, fui demitida, e não consegui mais emprego. Vou atrás, mas quando falo que moro no PMCMV os patrões não aceitam” (ENTREVISTA 5).
- “Conseguir emprego na cidade é difícil, algumas pessoas pegam o comprovante de endereço de um amigo pra poder falar que mora de favor em outro bairro perto do lugar da vaga, porque se falar que é do residencial não consegue. O empregador já pensa logo que a pessoa vai chegar atrasada todo dia” (ENTREVISTA 26).

As exposições revelam faces que apontam para as dificuldades, muitas vezes, impostas pelos empregadores. Esse fato pode estar associado ao conhecimento das dificuldades de transporte em Marabá, levando-os a optar pela contratação de pessoas, cuja localização de moradia possibilita o acesso a um fluxo de transporte mais eficiente, ou, ainda, a independência de longos deslocamentos até o local de trabalho.

Ao trabalhar com a lógica de mercadoria, Pádua (2019) observa que esta não revela tudo sobre a reprodução da vida. Nessa discussão, as contradições demonstram que a reprodução da vida não está relacionada, apenas, à vivência das privações ou das possibilidades contidas no interior da lógica da mercadoria, mas envolve, ainda, a apropriação concreta do espaço, que leva à coexistência de negações, de privações programadas, assim como insurgências nos espaços da privação. Dessa forma, a reprodução nunca é reprodução ou repetição pura, pois envolve negação e criação.

Essas dificuldades são abordadas pelos olhares de Santos (2007) que, ao analisar as periferias brasileiras, afirma que, por se tratar de áreas nas quais correspondem ao destino dos pobres, são marcadas pela ausência ou precariedade dos serviços sociais, mesmo que seja realizado pagamento por estes. Nesse contexto, a realidade de precariedade se estende aos transportes que são caros, ruins e demorados. Esse cenário marca a coexistência de questionamentos que visam identificar as dificuldades em conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho, uma vez que estas correspondem a perdas diárias de horas. Esse fato está fundamentado na lógica de rentabilidade das empresas, uma vez que existem linhas de ônibus rentáveis e outras não, além dos arranjos entre o poder público e as concessionárias que, nem sempre, são bem-sucedidos ou claros. Além disso, é importante salientar a existência de uma lógica marcada pelo estímulo aos meios de transporte

individuais, que implicam na existência de políticas públicas que levam à instalação de um sistema que impede o florescimento dos transportes coletivos.

Embora, com as descrições de descontentamento face aos empecilhos para o acesso a empregos, em outros Núcleos, também foram encontrados relatos que revelam a opção pelo trabalho autônomo, mediado pelas dificuldades geradas para um trabalho externo ao Residencial, como o descrito:

- “Trabalho como autônoma, para fazer meus horários sem precisar sair do residencial todo dia, correndo risco de sair na madrugada para pegar ônibus, prefiro ficar aqui mesmo, já tenho minhas clientes e todo mês tiro um dinheiro que ajuda no sustento”. (ENTREVISTA 25).

Tem-se, portanto, a adoção do trabalho autônomo, como subsídio para a efetivação de atividades que não demandam deslocamentos diários, para além do Residencial. Essa aproximação possibilitou, também, a realização de investigações, acerca da origem dos participantes, quanto ao local de moradia que antecedeu o deslocamento para o Jardim do Éden, permitindo a organização dos dados no Gráfico 2:

Gráfico 2-Local anterior de moradia dos entrevistados.

Fonte: prática de campo novembro, 2019.

O gráfico permite observar que a origem dos entrevistados se mostra diversificada, englobando desde pessoas que residiam em outros Núcleos ou, até mesmo, em outros

municípios. Os dados possibilitam a reflexão acerca do debate sobre o déficit habitacional, revelando que as UH construídas podem não ter apresentado influência significativa, na redução do déficit em Marabá, por atender também pessoas advindas de outros municípios.

Na oportunidade, foram engendrados subsídios para o reconhecimento de uma (in) satisfação, quando comparados o cotidiano na localização anterior e no Residencial. A maior parcela dos entrevistados resumiu o questionamento com a afirmação de satisfação com a casa no Programa, no entanto, alguns relatos possibilitam entender os aspectos que fundamentam a (in) satisfação, como pode ser analisado com os moradores 1, 2, 3, 7, 26 e 27.

- “Aqui é melhor porque lá eu pagava aluguel” (ENTREVISTA 1).
- “Antes eu morava com meu filho, mas sabe como é, ele tem a vida dele, a família e as vezes eu achava que tava incomodando, por isso, só por isso aqui é melhor. Tenho meu lugar, sem incomodar mais ninguém” (ENTREVISTA 2).
- “Morava há muito tempo no bairro Liberdade, fui para a roça, mas minha mãe faleceu, quando voltei fiz minha casa nos fundos da casa da minha irmã com muita gente, ficava muito ruim, por isso sou muita agradecida pela minha casa aqui no residencial” (ENTREVISTA 3).
- “Aqui é melhor do que o Morada Nova, tem coleta de lixo, pago a energia e a taxa da casa, a casa é minha, não precisa ficar pagando aluguel, tem essa taxa, mas estou pagando por uma coisa que é minha por isso não tem problema se eu vou tirar esse dinheiro todo mês para uma taxa” (ENTREVISTA 7).
- “Eu sou satisfeita com a residência atual, porque antes eu pagava aluguel aí você sabe quando é aluguel a gente não pode mudar nada porque a casa não é da gente, e se a gente for embora, vai deixar a melhoria para o dono, aqui a casa é minha, e eu to ajeitando uma coisa e outra aos poucos, dá até gosto de cuidar porque eu sei que amanhã eu não vou precisar ir embora porque o dono vai pedir” (ENTREVISTA 26).
- “Aqui tem uns problemas, é longe da cidade, mas eu prefiro morar aqui porque o aluguel em Marabá é caro, se você aluga um lugar um pouco mais barato, é um lugar pequeno, apertado, só com um quarto, as vezes o dono não faz manutenção, ou é uma casa ruim. Eu não tinha como pagar um aluguel de mais de um salário para morar numa casa melhor, e para comprar,

você sabe que as casas em Marabá são só para gente rica, se não fosse o Jardim do Éden eu nunca teria minha casa” (ENTREVISTA 27).

Os relatos ajudam a compreender as análises de Fix (2011), ao revelar que a lógica do Programa denota que mesmo na Faixa 01, em que o pagamento da prestação é simbólico, ele possui o sentido de introdução da disciplina e a adesão à sua lógica, assim, esta Faixa, ficaria com as dívidas compostas pela prestação mensal, durante um período de dez anos, e a dívida política, marcada pela necessidade de retribuição, sob a forma de votos para quem “me deu a casa”.

Além disso, é por meio das possibilidades, mediadas pelos usos, e a realização da vida, através da moradia, que o cidadão se situa no mundo. Lugar provado, aquele da efetivação da vida privada, é o ponto a partir do qual o sujeito se relaciona com outros lugares (espaço-tempos da concretização da vida) e com uma comunidade, pelas múltiplas apropriações espaço-temporais. No capitalismo, o espaço produzido como mercadoria, totaliza e subsume as relações sociais, orienta a apropriação, pois institui a relação público/privado, o dentro e o fora delimitando e organizando a vida, concebendo-a na articulação entre formas de apropriação diferenciadas e totalizadoras das histórias particulares/coletivas. O público é o espaço dominado pelo Estado (através dos múltiplos processos de intervenção e vigilância), no qual prepondera a norma que rege os usos possíveis com suas interdições e permissões. (CARLOS, 2015a).

Dessa forma, Volochko (2015) salienta que a estratégia de investimentos imobiliários, para o atendimento das necessidades de moradia, para famílias historicamente excluídas do financiamento imobiliário formal, para a aquisição da casa própria, associa-se ao fato de que esse mercado é amplo apresentando, ainda, a característica de que, para o segmento popular, a moradia não deve ser encarada como bem de consumo, mas como um bem de necessidade que implica na troca da “dívida” do aluguel pela “dívida” do pagamento de prestações do financiamento da casa própria. A partir de 2009, com o PMCMV, esse mercado passa a ser subsidiado pelo Governo Federal, demonstrando a forte dependência, desse setor, em relação ao poder público formado pelo Estado.

Ademais, os relatos apontam que, a maioria dos entrevistados, se dizem satisfeitos com a residência, no PMCMV, pelo fato de representar a saída da situação de aluguel e acesso à casa própria. Sobressaem-se, nesse momento, os impactos dos preços elevados que são praticados, em Marabá, para aluguéis e aquisição de imóveis, constituindo uma realidade que dificulta, para a maioria das pessoas, a aquisição de moradias, levando à construção de um

papel de destaque para os Residenciais do PMCMV, uma vez que estes surgem como a forma de superar as dificuldades para o acesso à moradia no município.

Os preços elevados de venda e aluguel, praticados em Marabá, estão associados, entre outros, aos investimentos realizados a partir do anúncio da construção da ALPA iniciada em 2010. As possibilidades apresentadas, pela instalação da indústria, implicaram em uma corrida por investimentos, ganhando destaque o setor imobiliário e o setor terciário, com justificativa da necessidade de preparar a cidade para uma nova época 'de ouro'. O anúncio implicou, também, na ampliação dos fluxos migratórios que se dirigiam para Marabá (SOUZA, 2014).

É possível verificar que, embora os preços no âmbito do mercado imobiliário tenham verificado reduções, após a desistência de instalação da ALPA, Marabá ainda é marcada pela existência de supervalorização de terrenos e empreendimentos imobiliários. Logo, mesmo com a ausência da instalação da indústria, que seria responsável pela oferta de vagas de emprego, o preço elevado do solo, acompanhado pela predominância de baixos salários, associados a empregos informais, auxiliam o entendimento dos entrevistados ao apontarem a divisão da moradia, anterior, com familiares e, portanto, o PMCMV figura como a representação da possibilidade efetiva de acesso à casa própria.

Nesse momento, são resgatadas as afirmações de Volochko (2015) para quem, o possível acesso à casa própria, mediada pela propriedade privada do solo, constituiria momento importante na configuração da cotidianidade. A nova casa, composta pela possibilidade de moradia fixa de determinada família, pode fortalecer as articulações espaciais da vida cotidiana em um determinado lugar. Logo, o acesso à propriedade privada do solo aponta para a expectativa de superação da provisoriedade que integra o “viver de aluguel” ou na casa de parentes, da falta de “endereço fixo”, bem como os significados que essas realidades podem representar em nossa sociedade, além disso

Em um mundo em que a vida cotidiana é marcada pela estruturação do mundo da mercadoria, pelo consumo, a casa cada vez mais comprada e cada vez menos alugada ou autoconstruída representaria para certas frações sociais- para além de uma importância para o indivíduo e sua família- um signo de entrada definitiva na vida urbana- ou pelo menos de uma maior aproximação com uma vida mais estruturada- e mais do que isso representaria a possibilidade de uma entrada numa vida de maior consumo. Paralelamente à aquisição da casa (dívida financeira e nova materialidade presente) vislumbra-se, para os que conseguem manter-se pagando os financiamentos, a formação de um lastro para a aquisição de novas mercadorias, novos produtos para novas necessidades em um novo jeito de morar, um novo mobiliário, a sensação de uma nova inserção no mundo. A

nova casa requer novos objetos que combinam com ela, novos endividamentos. Mas essa nova coleção de coisas implica, em nossa realidade, a destituição da urbanidade pretensamente adquirida com a casa: novas distâncias, novas precariedades quanto aos serviços e equipamentos urbanos[...] (VOLOCKHO, 2015, p. 121/122)

Os relatos que versam sobre a importância da casa, obtida com o Programa, também foram acompanhados por pessoas que não se adaptaram à vida no Residencial e que recordam com saudosismo a localização da moradia anterior, mesmo que não seja viável voltar, especialmente, pelo impacto representado pelo aluguel na renda familiar. Assim, para alguns:

- “Lá (Cidade Nova) era melhor, eu pagava aluguel, mas tinha tudo pero, aqui é casa própria, mas o transporte é ruim” (ENTREVISTA 4).
- “Prefiro a residência anterior, não era minha, mas era bem localizada” (ENTREVISTA 18).

Essas afirmações estão associadas a uma realidade, composta por residenciais, cuja localização revela a separação entre o lugar de trabalho e a moradia, além da localização periferia-centralidade da oferta de serviços. A constatação de significados diferenciados, para as UH, no Residencial Jardim do Éden, envolvendo indicadores de (in) satisfação para os entrevistados, revela as diferentes perspectivas que abrangem a complexidade do ato de morar.

Sob o ponto de vista das diferenciações nos significados, Harvey (1980) expõe que o solo e as benfeitorias são dotados de usos diferentes que não necessariamente apresentam exclusividade para o usuário. Ao analisar o papel de uma casa é possível verificar a existência da simultaneidade de usos diferenciados, marcados pelo uso voltado ao abrigo; espaço para uso exclusivo dos ocupantes; privacidade; localização que é acessível aos lugares de trabalho, acesso a serviços sociais, família e amigos, e varejo, além da possibilidade de a casa ser o local de trabalho. A casa pode indicar, ainda, localização próxima de fontes de população, congestionamento, riscos, mas também, ser composta por uma localização com vizinhança composta por aspectos físicos, sociais e simbólicos, reveladoras de status. Além de ser uma possível constituição de um meio para lucrar e aumentar a riqueza.

Assim, quando englobados todos os usos de forma conjunta, tem-se o valor de uso da casa para seu (s) ocupante (s), que não significa ser o mesmo valor de uso para a totalidade das pessoas que estão em residências comparáveis, assim como não é constante para a mesma pessoa na mesma moradia, por isso é relevante observar que o real significado do valor de uso

é observado, apenas, quando se consideram as características das pessoas em conjunto, com as características da moradia (HARVEY, 1980).

Somam-se as afirmações de Alves (2017), ao destacar o papel exercido, pelo setor imobiliário, que utiliza as populações, em precariedade, como caminho para a ocupação de uma área, ainda mais distante, e sem infraestrutura. Embora os estudos da autora estejam relacionados ao processo de ocupação irregular, pode-se realizar a associação com as entrevistas que apontam o desejo de permanência na moradia anterior, e a impossibilidade, dadas as demandas por uma casa “própria”, cuja moradia se apresentou como possível, em um recorte espacial distante das atividades cotidianas realizadas em outros momentos.

Ainda, na busca pelo reconhecimento de aspectos do cotidiano no Residencial, foi efetivado um questionamento acerca dos laços de parentesco no Residencial e anteriormente, destacam-se os relatos:

- “Meus parentes não moram aqui no residencial, mas tenho muitos parentes no Morada Nova, como é perto, eu sempre vou lá e ele vêm aqui também” (ENTREVISTA 2).
- “Tem três pessoas da minha família morando aqui no Éden, o que já é uma quantidade boa, não é?” (ENTREVISTA 5).
- “Mudei de Parauapebas e não tenho parentes aqui, lá também meus parentes não moravam perto” (ENTREVISTA 8).

A maior parte dos entrevistados afirmou possuir parentes que residem nos outros Núcleos de Marabá. Diante do predomínio da ausência de laços familiares, no Residencial, foi realizado o questionamento sobre as relações estabelecidas com os vizinhos, como forma de construir entendimento acerca da (in) existência de outros laços de relações.

Nessa questão, predominou a afirmação de que as relações com os vizinhos são “boas” e “ótimas”, como pode ser constatado:

- “Tenho boa relação com a vizinhança, é raro sentar na porta porque a gente não tem tempo, mas as vezes a filha da vizinha quer vim brincar aqui em casa e eu deixo porque é como se fosse a minha filha” (ENTREVISTA 3).
- “A relação é boa, converso muito com meus vizinhos e sempre quando é sábado, junta muita gente para sentar na porta e conversar no final da tarde, se você ver fica lotado em todas as ruas” (ENTREVISTA 5).

- “A relação é ótima, a gente senta na porta, faz festas, e sempre chama os vizinhos porque as vezes a família não consegue vim” (ENTREVISTA 7).

Os relatos convergiram, em sua maior parte, para a afirmação de que as relações, com os vizinhos, são boas, demonstrando a existência de momentos de convivência, mas também foram apresentados relatos como os descritos abaixo, que apresentam faces de um cotidiano marcado pela aversão dos contatos com os vizinhos:

- “A relação com os vizinhos é maíos ou menos” (ENTREVISTA 9).
- “Não tenho relação com os vizinhos daqui é tudo fofoqueiro, desocupados” (ENTREVISTA 12).
- “Não sento na porta com vizinhos, eles gostam e fofocar, você sai na porta e eles já estão lá olhando o que você vai fazer, se chega alguém em casa eles já aparecem para perguntar quem é” (ENTREVISTA 20).
- “A minha relação não é boa nem ruim, ela não existe. Minha filha, eu não gosto de ficar falando com vizinho porque depois eles ficam entrando na tua casa e não querem mais sair. Quando tu senta na porta é só para fofocar e eu não gosto disso, aqui as pessoas gostam de falar mal dos outros” (ENTREVISTA 26).

Apesar dos relatos, que ilustram problemas ou ausência de relações com os vizinhos, o período de visitas ao Residencial revelou também que, embora nos horários que costumam apresentar menor movimento de pessoas como o horário de almoço e o turno da tarde em vários bairros, no Jardim do Éden, também, são encontradas poucas pessoas nas ruas, o final das tardes e as visitas no turno manhã, foram reveladoras de práticas cada vez menos comum, em vários lugares, como as crianças brincando nas ruas, ou andando de bicicleta, idosos sentados na parte externa da casa, em muitos casos, desenvolvendo diálogos com outros idosos, em um contexto marcado pelo silêncio da ausência de grandes fluxos de veículos, quebrado, apenas, por algumas eventuais propagandas de lojas localizadas em outros núcleos.

Em associação com as relações estabelecidas, buscou-se realizar levantamentos acerca dos aspectos do ambiente construído e, nesse sentido, quando questionados sobre as características das UH, no formato recebido inicialmente, muitos dos entrevistados optaram por afirmar que não existiam problemas.

Ao trabalhar com a habitação enquanto mercadoria, com realce para o PMCMV, Carlos (2015b) observa que o Estado contempla uma necessidade do mercado imobiliário de assegurar a expansão do mundo da mercadoria, marcada pela incorporação de uma parcela da sociedade, que vivia excluída desse mercado, mesmo incluída, precariamente, através da produção do espaço. Essa inserção possibilita o acesso, dessa parcela, ao cotidiano mediado pelo espaço-tempo, cuja organização se fundamenta na acumulação através do

consumo dos símbolos da riqueza amplamente veiculados pela mídia, que invadem a vida privada orientando comportamentos, a construção de uma nova cultura um modo de vida urbano etc. Assim, ao galgar outro patamar de renda, essa população se insere no mercado num outro plano-aquele do cotidiano, em que o mundo da mercadoria domina todas as relações sociais, reproduzindo a desigualdade, agora na esfera do consumo de produtos e do acesso aos espaços-tempos da realização da vida [...] (CARLOS, 2015b, p. 46)

A inexistência de problemas estruturais, sob a óptica dos entrevistados, pode estar associada ao fato de que a maior parcela, das UH visitadas, passou por alterações expressivas no projeto inicialmente entregue. O entendimento acerca dessas transformações é auxiliado pelas reflexões de Pádua (2019), para quem o habitar envolveria o nível do morar, mas também o modo como se vive a cidade, constrói-se, então, o entendimento de que, embora, a casa seja um elemento fundamental da vida, é necessário que ela seja pensada na relação com a cidade. Logo, a construção de análises sobre o habitar demanda o entendimento de que, este, não se reduz ao âmbito da casa, envolvendo, também, a vida na cidade, a vida urbana, a cidade e o espaço público, do encontro, da reunião.

No entanto, alguns entrevistados lembraram problemas, nos meses posteriores ao ingresso na casa, como pode ser observado:

- “Não tinham muitos problemas quando entregaram as casas, só muito vazamento, e quando chovia, apareciam goteiras, a firma ajeitou, mas não deu jeito, como eles sempre ajeitavam e voltava a gotejar, só foi resolvido quando meu marido deu um jeito por conta própria” (ENTREVISTA 1)
- “Quando recebi a casa algumas cerâmicas estavam quebradas, também tinha tomadas fora do lugar e nem energia tinha. Depois a gente reclamou, a construtora veio e arrumou” (ENTREVISTA 2).
- “Problemas no banheiro com infiltrações e o telhado gotejando (ENTREVISTA 13).”

- “Entregaram a casa com rachaduras e cerâmicas quebradas (ENTREVISTA 19).”

Os demais moradores destacaram ter recebido as casas em boas condições, e até realizaram comparações com as situações encontradas no Núcleo Morada Nova:

- “Aqui é melhor até que o Morada Nova que tá há muito mais tempo, se você observar, as ruas são asfaltadas e se você ver as ruas do Morada Nova perto do ginásio é muito precário, tudo de terra, nunca fizeram nada, tem muita casa no Morada Nova que é mais ruim do que as casas do residencial, se você fizer uma volta pelo Morada Nova, você consegue perceber isso que eu falei (ENTREVISTA 26).”

Assim, as falas apontam para a existência de problemas na estrutura, como foi identificado, também, nos outros residenciais, por meio de pesquisas teóricas e observações diretas. As observações apontam para uma aparente qualidade, nas vias, quando comparado, por exemplo, com o Residencial Tiradentes.

Nesse momento, buscou-se conhecer os usos realizados pelos entrevistados, naquilo que concerne aos espaços de convivência, comércio e acesso aos serviços básicos de saúde e escola:

- “Não utilizo as praças porque é perigoso hoje você ficar sentado na rua” (ENTREVISTA 1).”
- “As vezes vou na praça com as crianças” (ENTREVISTA 6).”
- “O espaço de convivência aqui é péssimo, tu vai na praça e não tem nada para fazer, por isso eu fico em casa mesmo” (ENTREVISTA 10).”
- “Tem essas praças aqui, mas quem usa mais são as crianças algumas pessoas passeiam com carrinhos de bebê ou com cachorro, tinha lá no final um local que seria um centro de convivência, mas não tem nada lá, só a construção abandonada, era bom se tivesse uma quadra coberta para os meninos, as vezes eles usam o ginásio que é do Morada Nova” (ENTREVISTA 25).

Predominou, portanto, a ausência de uso de espaços para a convivência, os existentes são constituídos, essencialmente, pelas praças que estão dispostas, em diversos locais do Residencial, nas quais é possível identificar a manutenção da limpeza, mas a inexistência de

outros equipamentos que poderiam funcionar como atrativos, a exemplo das academias populares. Acerca do comércio e outros serviços, verifica-se que

- “Uso o comércio do Morada Nova, mas quando preciso comprar alguma coisa que acaba e eu não quero ir no Morada Nova, comprar só uma coisa, eu compro no mercado daqui mesmo” (ENTREVISTA 4).
- “As vezes eu uso o comércio daqui, quando não uso o daqui e vou no da Nova Marabá, porque lá tem supermercados das grandes redes que não tem nem no Morada Nova, lá no Morada Nova a gente encontra muitas coisas que podem ser compradas aqui, por isso nem adianta ir lá as vezes” (ENTREVISTA 16).
- “Eu uso o comércio daqui e do Morada Nova porque não dá para ir no São Félix ou Nova Marabá, comprar muita coisa e voltar de ônibus, é muito ruim andar com sacolas no ponto de ônibus e depois no ônibus e quando chegar aqui ainda andar muito para chegar em casa, só se eu tivesse um meio de transporte como não tenho, vou no Morada Nova as vezes de bicicleta e trago as compras”. (ENTREVISTA 25).

Nesse quesito, predominou o uso do comércio de outros Núcleos pelo fato de que, nestes, não são encontrados supermercados no varejo e atacado, nos quais, segundo os entrevistados, são realizadas compras mensais.

Para o uso de serviços e saúde predominou o uso da oferta existente no Núcleo Morada Nova, apontado como sendo o de acesso mais rápido.

- “Quando preciso de algum serviço eu vou nos outros núcleos, é o jeito, porque não tem Banco ou lotérica aqui, nem no Morada Nova” (ENTREVISTA 5).
- “Tenho filhos que estudam no Morada Nova e na Nova Marabá, porque no Jardim do Éden não tinha a escola que ele queria” (ENTREVISTA 7).
- “Entrei no EJA no Morada Nova e para mim é muito bom, eu não sabia ler e escrever, se eu não tivesse morando no Residencial não estaria estudando, pois antes não tinha EJA perto de mim, e os professores daqui são muito pacientes” (ENTREVISTA 18).
- “Meu filho estuda no Nova Marabá, pois está fazendo faculdade e aqui não tem Universidade Federal, por isso ele estuda lá ele consegue ir todos os

dias, sai cedo para não chegar atrasado na aula, mas é assim mesmo se você quer algo tem que buscar, eu não posso comprar uma casa perto da faculdade” (ENTREVISTA 25).

É possível observar, portanto, que o acesso aos serviços de saúde e ensino é realizado nos Núcleos que possuem a maior oferta dessas atividades.

Quando questionados se frequentam outros Núcleos, as respostas, em sua maioria, corresponderam à afirmação positiva, sobressaindo-se os Núcleos Morada Nova, Marabá Pioneira e Nova Marabá, comumente, para acesso a serviços e comércio, mas também para visitas a amigos e parentes.

- “Trabalho no Nova Marabá, por isso todos os dias vou lá” (ENTREVISTA 5).
- “Faço curso profissionalizante na Nova Marabá, era a noite, mas eu transferi para a manhã porque a noite era muito perigoso chegar aqui sozinha tarde” (ENTREVISTA 7).
- “As vezes vou na Velha Marabá passear na orla, ou vou na praia lá é muito bom, tem muita gente e boas opções de lazer que não tem aqui e em nenhum Núcleo” (ENTREVISTA 16).
- “Quando quero comprar coisas como roupas e calçados, vou na Velha Marabá, porque as opções são melhores e os preços mais baratos. No shopping é tudo caro, ao invés de perder tempo passeando lá, eu vou na Velha, onde tem maior variedade” (ENTREVISTA 19).
- “Vou na Liberdade visitar minhas filhas, a única coisa que eu sinto falta aqui é de não tá perto das minhas filhas e eu gosto e visitar elas. É ruim porque é longe e já tenho dificuldades para andar, mas não posso morar com elas porque eles já têm a família delas. (ENTREVISTA 23).
- “Frequento os outros bairros para visitar amigos da faculdade, ou fazer compras, as vezes vou ao shopping no cinema, e as vezes também vou fazer favor levando alguém da família no Banco ou na Prefeitura” (ENTREVISTA 25).

O exposto revela que a diversidade de atividades, que compõem as práticas cotidianas, implica em demandas que concorrem para a efetivação de deslocamentos, para os outros núcleos, seja em um intervalo contínuo, especialmente para aqueles que possuem empregos

fora do Residencial ou, ainda, em momentos pontuais voltados ao atendimento de demandas específicas.

Como subsídio para pensar as relações no Residencial, a partir das organizações voltadas para a representação social, sobressaiu-se a entrevista com o presidente da Associação de Moradores, realizada em novembro de 2019, como tentativa de identificar outros elementos que subsidiariam a compreensão das dinâmicas que envolvem o Jardim do Éden.

Buscando compreender o papel desempenhado pela Associação, em um contexto temporal de atuação, a entrevista foi iniciada com o questionamento acerca do ano de início das atividades, sendo informado que

“ela foi criada aproximadamente há dois anos atrás, com outra pessoa responsável inicialmente, “só de boca”, sem a existência de documentação, dos parâmetros legais da criação de uma Associação, então essa pessoa não conseguiu prosseguir nós fizemos os procedimentos que prevê uma criação de Associação e fizemos e eu fui aclamado pela população como presidente”.

Nesse momento, foi questionado se a Associação possuía sede própria, com vistas à identificação das relações estabelecidas com os moradores, uma vez que, durante as entrevistas, algumas pessoas afirmaram desconhecer a existência de uma Associação, remetendo apenas ao nome do Presidente, buscou-se, ainda, conhecer quantas pessoas estavam associadas atualmente

“Ela tem um prédio, porém não está em condições ainda, nós buscamos recursos para terminar os trabalhos que tem que ser feitos mobiliário, inclusive já abrimos processo licitatório para poder estar executando esses trabalhos lá. Nós temos 968 famílias, em média 1000 associados”.

Figura 28-Localização da sede da Associação de Moradores

Fonte: observações de campo, outubro 2019.

Figura 29-Indícios de não funcionamento

Fonte: observações de campo, outubro 2019.

As figuras apresentam a estrutura, destinada para a instalação da sede da Associação de Moradores, fica localizada em uma praça. Porém, como relatado pelo presidente, as imagens não indicam a existência de atividades voltadas para o atendimento da população, uma vez que ela não possui nenhum equipamento ou mobiliário, por exemplo. Ao ser questionado sobre as ações realizadas, pela Associação, junto aos moradores, tem-se a descrição:

“Como eu citei anteriormente a nossa Associação é uma Associação bem jovem, nós estamos nos organizando para parcerias e até mesmo para a sede, mas já temos projetos voltados para a comunidade, inclusive estamos buscando o projeto do Jardim do Éden cujo valor prevê o mobiliário da associação, curso técnicos profissionalizantes, consertar demandas que estiveram dentro do bairro”.

Além disso, buscou-se identificar quais seriam os problemas encontrados no Residencial sob o olhar da Associação, sendo respondido que

“Hoje o nosso “calo no pé” seria o transporte público devido a distância do centro da cidade, porque a deficiência do transporte público é muito grave. Questões de infraestrutura até tem, mas está sendo sanada, no início a gente teve muito problema: esgoto a céu aberto, falta de água, problema na energia, ruas esburacadas, não sei se você observou, mas está bem melhor

que os demais, até porque a gente tem buscado parceria com a prefeitura e tem tentando melhor a qualidade de vida dos moradores”.

Por fim, foi indagado como aconteciam as relações com o Poder Público Municipal, como subsídio para identificar as características da atuação da Prefeitura, mediada pela Associação de Moradores, dessa forma, segue o relato:

“A gente constitui uma aliança com a Prefeitura, com o atual gestor e ele sempre esteve atendendo essa comunidade, em todos os pré-requisitos, infraestrutura, todas as nossas solicitações ele tem atendido com êxito”.

O retorno ao Residencial, nos meses de outubro e de novembro de 2019, com os novos olhares demandados pela pesquisa, possibilitou, também, a identificação de dinâmicas que apontam para uma transformação significativa em aspectos da morfologia externa das residências, levando, por exemplo, à dificuldade para encontrar residências que mantivessem o padrão de construção entregue, fato que, possivelmente, tenha contribuído para as reflexões acerca das respostas obtidas para as perguntas da entrevista.

Para Lefebvre (2006) ao trabalhar com o conceito de espaço social defende que ele se introduz no seio do conceito de produção e se torna o conteúdo, talvez essencial. E que este conceito gera um movimento dialético que modifica a relação “produção-consumo”, é possível constatar a existência de uma unidade entre os níveis que em muitos exemplos são separados da análise: as forças produtivas e seus componentes, as estruturas (relações de propriedade), as superestruturas (as instituições e o próprio Estado).

Partindo dessas observações, as reflexões em campo permitiram a identificação de uma atuação mais expressiva do poder público municipal no Residencial, quando comparado com os demais, como pode ser constatado nas interferências em infraestrutura, manutenção das vias e limpeza, mas também na elaboração de projetos sociais para o Residencial, conforme reportagem:

Na manhã desta quarta-feira (16), a Prefeitura de Marabá está realizando uma licitação para contratar empresa especializada na execução de projeto social específico para o Residencial Jardim do Éden, situado no núcleo urbano de Morada Nova. O residencial faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e a prefeitura quer desenvolver um trabalho técnico-social, obrigatório para os projetos habitacionais destinados à população de baixa renda e financiados com recursos do Governo Federal. [...] serão desenvolvidas ações nas áreas de mobilização, organização e fortalecimento

social, bem como em educação ambiental, patrimonial e desenvolvimento socioeconômico. A supervisão ficará a cargo da Secretaria de Viação e Obras Públicas (Sevop) e da Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU). O custo estimado do trabalho técnico-social é de R\$ 902.712,09. A empreitada vai abrir postos de trabalho com a contratação de três mobilizadores, um assistente administrativo, um engenheiro ambiental, um pedagogo e um assistente social. De acordo com a Prefeitura de Marabá, várias atividades serão realizadas para potencializar o desenvolvimento socioespacial do Jardim do Éden, que tem atualmente cerca de mil residências e 4 mil habitantes. A ideia é incrementar um projeto urbano socialmente construído, mediante participação comunitária e trabalho intensivo, que possibilite elevar a empregabilidade, a renda e a educação da população do residencial. O resultado poderá impactar positivamente a infraestrutura local e o acesso a equipamentos e serviços públicos. “Os cursos de capacitação profissional terão como prioridade pessoas desempregadas, mulheres chefes de família, jovens em situação de risco e menor renda per capita”, informa o governo de Marabá. (<https://www.zedudu.com.br/prefeitura-de-maraba-quer-engajamento-social-de-moradores-de-casas-populares/>, 2019).

Figura 30-Horta comunitária.

Fonte: Prática de campo, 2020.

Conhecidos os aspectos gerais que integram a implantação do PMCMV, em Marabá, será realizado o debate acerca das dinâmicas que constituem o espaço urbano e a produção habitacional, com ênfase para as análises das contradições que compõem um espaço marcado pela segregação e pela produção pautada na lógica do mercado e, por conseguinte, marcada por características excludentes da maior parcela da população.

3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, COTIDIANO E PMCMV

Abordar os processos, que se desenvolvem em escala local, a partir do espaço geográfico, consiste em atividade que pode ser realizada a partir da delimitação de diferentes percursos metodológicos e teóricos, delineamentos que influenciarão o olhar sobre o tema e, por conseguinte, as interpretações dos resultados possíveis. Partindo dessa indicação, são efetuadas as argumentações em torno dos pontos que integram a produção do espaço urbano, mediada por temas que permitam a elaboração de subsídios, para os questionamentos acerca das influências exercidas pela habitação.

Na busca pela efetivação dessa proposta, este capítulo é constituído pelos fundamentos teóricos que subsidiaram a construção de entendimentos acerca da trajetória dos debates sobre espaço, cotidiano e habitação, especialmente, englobando os projetos que, historicamente, estiveram orientados para a construção de moradia voltada para o atendimento da população com baixa renda, com destaque para as características do PMCMV, permitindo a retomada de reflexões sobre os processos trabalhados ao longo do Capítulo 2 e que envolvem este Programa em Marabá.

3.1 Espaço urbano e cotidiano: abordagens teóricas

O exame das dinâmicas que compõem o espaço geográfico demonstra que a compreensão da função exercida, por este, nas atividades sociais, sofreu alterações que denotam inicialmente, o estabelecimento do espaço, como palco da ação humana, pensado como quadro físico, com ênfase para a materialidade. Destarte, constata-se que os estudos estavam orientados pelo predomínio da preocupação com a localização das atividades humanas e como desdobramento, o entendimento sobre a ideia de organização (CARLOS, 2011).

O transcurso mostra, segundo a autora supramencionada, que as alterações promovidas nos métodos em Geografia, especialmente na década de 1970, com a inserção da dialética, confluíram para a ampliação de debates que possibilitaram a investigação das contradições do processo de produção espacial, o papel desempenhado pelos agentes, assim como, as influências exercidas no âmbito da produção social do trabalho. Então, o método dialético permitiu pensar as contradições do processo e, com isso, situar o lugar e a atribuição dessa produção na totalidade da produção social capitalista. Faz-se necessário notabilizar que esse

processo é permeado por contradições, uma vez que a noção de espaço denota dificuldades, na busca pela superação da materialidade, visando à análise como produção social.

Esse percurso revela, portanto, a proposição de alterações nas investigações em torno dos processos espaciais, que refletiam entre outros, as exigências impostas pelas dinâmicas sociais e que apresentavam complexidade, apontando para a necessidade de encaminhamentos orientados para a compreensão da crítica aos processos socioespaciais, em uma perspectiva que pudesse abarcar as lógicas contraditórias dessa produção.

Assim, seria realizada a abordagem da produção, a partir da análise dos processos que englobam espaço e sociedade, como termos que se realizam um no outro, logo, a produção da vida implica na produção do espaço, envolvendo, ainda, os modos de apropriação. Partindo do entendimento de que o espaço está imbricado na história da humanidade, e possui reprodução continuada, ao longo do tempo histórico, revelando também faces da sociedade, torna-se relevante a análise dos processos, envolvendo diferentes momentos e as peculiaridades que compõem os locais (CARLOS, 2011).

Lefebvre (1991) sustenta que, quando estudada a história da cidade, esta, sempre apresentou relações com a sociedade, considerando os elementos que concorrem para a constituição, desta, a partir do envolvimento de fatores como campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados outros, com sua história. Logo, é possível afirmar que a história permite elucidar a gênese da cidade, auxiliando na apreensão da problemática da sociedade urbana.

Dessa forma, quando pensando o termo produção, Lefebvre (1991, p 53) enfatiza que

[...] num sentido amplo (produção de obras e produção de relações sociais), houve na história uma produção de cidades assim como houve produção de conhecimentos, de cultura, de obras de arte e de civilização, assim como houve, bem entendido, produção de bens materiais e de objetos prático-sensíveis. Essas modalidades da produção não se dissociam, sem que se tenha o direito de confundi-las reduzindo as diferenças. A cidade foi e continua a ser objeto; mas não à maneira de um objeto manejável, instrumental: este lápis, esta folha de papel. Sua objetividade, poderia antes se aproximar da objetividade da linguagem que os indivíduos ou grupos que recebem antes de a modificar, ou da língua (de tal língua, obra de tal sociedade, falada por tais grupos).

Trabalhando com as relações entre cidade e urbano, Lefebvre (1991), observa que, mesmo no âmbito de contradições, confirmam-se as contribuições para a construção da cidade como obra. Isto posto, é possível afirmar que as lutas convergiam para a ampliação do

sentimento de pertencimento, assim, no âmbito do predomínio do valor de troca e da mercadoria, a cidade e a realidade urbana estariam vinculadas ao valor de uso.

O uso da produção como categoria para análise, possibilita a busca pelo desvendamento das características que integram a vida humana, onde a produção surge como ação fundamental, permitindo pensar a partir do processo constitutivo do humano. Assim sendo, tem-se as alterações que assinalam as transformações observadas pelo conceito de espaço, que passa da localização dos fenômenos, para a “organização do espaço” e, desta, para a ideia de que a sociedade produz seu próprio espaço (CARLOS, 2013).

Para Lefebvre (2008), ao se falar em “produção do espaço”, ter-se-ia a possibilidade de abordagem do conjunto da sociedade, indo além da arquitetura e do urbanismo, apontando que o espaço não seria apenas um dado *a priori*, sendo capaz, também, de envolver o desenvolvimento de uma atividade social, logo

Distinguimos, portanto, o espaço social do espaço geométrico, isto é, mental. Contudo, a expressão permanece ambígua. De fato, toda sociedade produz “seu” espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz “um” espaço. O que há de novo na sociedade em que a manutenção das relações de produção torna-se determinante, na qual, porém, as técnicas e as forças produtivas alcançaram um nível desconcertante? O que significa a palavra produzir? Significa coisas, objetos, mercadorias? Em termos marxistas, esse espaço seria uma superestrutura da sociedade dita industrial (capitalista ou não), como sugere a hipótese da falsa consciência? Seria somente uma representação mais próxima da prática do que as outras? (LEFEBVRE, 2008, p 55).

Tem-se, deste modo, um conjunto de reflexões para concepção de análises sobre a produção do espaço, a partir de uma abordagem que contempla as relações, pelo viés da produção, em seus aspectos materiais, de mercadoria, mas, também, de representações.

Ainda sobre os processos que estão em desenvolvimento na cidade, somam-se os debates sobre a expansão como subsídio, para verificar os desdobramentos da produção do espaço para além do núcleo central. Nesse momento, Lefebvre (1991) fala sobre os cenários que compuseram as noções inerciais desse processo, marcado pela mobilização da riqueza da terra, no entorno das cidades, mediante a ação de homens, filantropos e humanistas, que buscavam moralizar a classe operária, mediado pela consideração da promoção de benefícios, a partir da instalação em uma hierarquia distinta das que compunham as empresas, as propriedades e os proprietários, as casas e os bairros.

O autor aponta para o desejo de ultrapassar a condição de produtores assalariados, mediada pela constituição de uma vida cotidiana diferente daquela desenvolvida no mundo do

trabalho. Nesse ângulo, foi pensada a ideia do habitat, do mesmo modo como a ascensão à propriedade. Porém, é possível constatar que essas ações auxiliaram, ainda que indiretamente, a execução da especulação, a partir da mobilização da riqueza da terra, a entrada do solo e do alojamento sem restrição para a troca e o valor de troca.

Dessa forma, a promoção de expansão, mediada pela instalação do operariado, em terrenos localizados no entorno da cidade e afastado desta, assim como dos locais de produção disponíveis para empresas esparsas, a partir de um setor de habitat, foram os fatores que subsidiaram a dissipação da consciência urbana, culminando no abandono dos debates que poderiam levar à produção da cidade como obra, no sentido da promoção do sentimento de pertença, levando, por outro lado, à configuração de contextos marcados pelo predomínio de interesses de mercado que resultam, assim, na constituição prática da cotidianidade e do consumo, ainda que o objetivo inicial das construções, em áreas de expansão, estivesse orientado para a busca por um distanciamento do ritmo de trabalho nas empresas.

Partindo dessa contradição que assinala para a produção voltada ao mercado, ganha relevo os debates sobre a necessidade de se repensar segundo outras lógicas, no sentido de considerar os anseios que partem dos diferentes grupos sociais, especialmente, relacionados à habitação.

Nessa perspectiva, abordando a cidade, o urbano e o espaço como componentes de uma realidade global, Lefebvre (2008), aborda o direito à cidade a partir da recusa a práticas discriminatórias e segregadoras que acarretam o afastamento da realidade, uma vez que a exclusão do urbano, infligida a determinados grupos, classes, indivíduos, levaria à exclusão da civilização e, até mesmo, da sociedade. O direito à cidade implicaria em crise dos centros estabelecidos que concorrem para a segregação, envolvendo centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, os quais lançam, para os espaços periféricos, àquelas que não estão contemplados pelos privilégios políticos. Assim, o direito à cidade pressupõe o direito de encontro e de reunião envolvendo a vida social em seus aspectos lúdicos e simbólicos.

Do exposto, verifica-se que

O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação. Ele não elimina os confrontos e as lutas. Ao contrário! Essa unidade poderia ser nomeada segundo as ideologias: o “sujeito” (individual e coletivo) numa morfologia externa que lhe permite afirmar sua interioridade - a realização (de si, do ser) - a vida-o par “segurança-felicidade”, já definido por Aristóteles como finalidade e sentido da “polis”. Em todos esses casos,

sob todos esses nomes, os filósofos anunciaram e perceberam de longe a reconstituição do que foi fragmentado, dissociado, disseminado no curso da história social. Ainda que tenham definido o sentido, eles mal determinaram suas *condições*, das quais umas são políticas (implicando nesse termo a crítica de toda política) e outras são morfológicas, espaço-temporais (LEFEBVRE, 2008, p 32/33).

Seguindo o debate sobre o direito à cidade, é necessário pensar o espaço sob a ótica da relevância estratégica assumida por ele, para que, assim, seja possível construir entendimento acerca das contradições que dificultam à promoção real desse direito, permitindo, ainda, debater as lógicas que indicam as dificuldades impostas para acesso à moradia, com ênfase para o habitar.

O espaço não deve ser ponto de partida ou de chegada, mas um intermediário que o colocaria como um instrumento político intencionalmente manipulado sendo, portanto, um modo nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos como os tecnocratas, por exemplo. (LEFEBVRE, 2008).

Essa exposição permite pensar como o espaço é tratado pelos agentes que produzem o urbano, assim como o papel estratégico que este possui, no sentido de refletir as lógicas de atração capitalista, com vistas à obtenção de lucros, mesmo que a produção, deste, não seja como uma mera produção de um objeto, as relações são fundamentadas no uso como mercadoria em muitos exemplos.

Dessa maneira, se o espaço é condição da realização do processo produtivo, unindo os atos de distribuição, troca e consumo de mercadorias, ele se produz como materialidade, por meio da infraestrutura viária, da rede de água, luz e esgoto, e etc. Todavia, o espaço guarda o sentido do dinamismo das necessidades e desejos que marcam a reprodução da sociedade em seu sentido mais amplo, aquele da realização da vida para além de sua sobrevivência (CARLOS, 2013, p. 56).

Na abordagem das características, assumidas pela produção do espaço, destaca-se a contradição marcada pela produção realizada socialmente, com uma apropriação privada. Dessa forma, tem-se realidades marcadas pela produção social dos lugares de realização da vida, mas uma apropriação predominantemente marcada pela mediação do mercado imobiliário. Logo, o momento vivido é marcado pela expansão da propriedade privada do solo urbano e da terra, que concorrem para a transformação da cidade em mercadoria. (CARLOS, 2013).

Nessa linha de argumentação, Alves (2017) alerta para o fato de que a maior parcela da riqueza é produzida socialmente, porém quando estudadas as grandes cidades, principalmente aquelas localizadas em países nos quais não houve o Estado do Bem-Estar, a exemplo do Brasil, é possível observar que a distribuição dessa riqueza ocorre de forma concentrada, como característica imanente aos elementos que permitem a produção desta. Logo, pode-se afirmar que a desigualdade socioespacial é resultante do processo de reprodução capitalista que utiliza o desenvolvimento desigual nas ações de criação e articulação de espaços.

Por outro lado, Alves (2017) fundamentada na observação de que a necessidade de melhoria é incontestável, juntamente com a importância das lutas por políticas públicas capazes de contemplar maior parcela das necessidades da população com menor poder aquisitivo, defende a relevância do questionamento sobre a justiça social. Por conseguinte, atenta que seria necessário ir além, culminando no direito à cidade que permitisse um projeto de sociedade, levando “a lutar para além de suas necessidades essenciais básicas, a lutar pela apropriação de tudo que é socialmente produzido, como a arte, nas suas múltiplas dimensões; os espaços, em especial, os públicos; e os lugares de encontro, de trocas, em que o individual estaria assegurado como parte de um todo não homogêneo e não hierarquizado”.

Sob a lógica do capital, espaço e tempo assumem papéis relevantes no processo de valorização, ingressando na quantificação: “o espaço aparece como distância a ser percorrida e eliminada pelo tempo que se revela apenas como uma quantidade” (CARLOS, 2015a, p 46). Logo, a produção articula dialeticamente os níveis político, econômico e social e várias escalas espaciais definidas no seio do processo produtivo.

A autora sublinha que a produção do espaço como mercadoria, ocorre mediante a configuração de dois níveis (Carlos, 2015a, p. 50)

através da produção da habitação, uma mercadoria intercambiável no mercado imobiliário, sem o qual a função da moradia não se realiza; e através da produção da própria cidade pelo trabalho social presente e acumulado ao longo da história. Para o capital, a materialidade do espaço é o suporte do valor de troca, a forma como a natureza pela extensão do processo de urbanização, criou o espaço como produto imobiliário e como rede de infraestrutura, articulando o público e o privado numa morfologia diferenciada socialmente.

O espaço, pensado sob a ótica da mercadoria e da valorização, demonstra que, no sentido da busca pela moradia, existe o predomínio da capacidade de compra, obtida pelos agentes em análise. Nesse momento, a habitação surge como um elemento capaz de subsidiar

a exemplificação das contradições que marcam a associação entre público e privado, com vistas ao predomínio dos interesses daqueles que dominam o mercado.

Dessa forma, ganha destaque a análise das questões que buscam compreender a organização das atividades, no âmbito da vida cotidiana e o cotidiano, como subsídio para a construção de elementos à compreensão de como os processos concorrem para a promoção de inserções ou de segregações no âmbito do urbano. Essa proposta analítica indica que

O paradoxal é que a vida cotidiana, ao articular o viver e o vivido, integra todas as representações do mundo, espelhando o conjunto de valores e do ideário de uma época. E que, muitos dos estímulos e apelos que preenchem o vivido, ao serem transformados em desejos, alimentam um fluxo de necessidades sempre renovadas. Os desejos, mesmo sendo sociais, têm que se resolver no indivíduo particular enquanto satisfação de necessidade. O desejo cada um o sente. Entre o desejo e a necessidade situa-se a frustração que vai compor o universo de carências. Carências do homem urbano em geral traduzidas por pobreza de vínculos sociais, escassez de tempo, falta de dinheiro (relativamente ao dinheiro não há limite), entre um rol quase inumerável. A instrumentalização das carências integra o drama desta época, assolada pela violência urbana, o seu maior drama (SEABRA, 2004, p. 192).

Do exposto, depreende-se que a vida cotidiana envolveria a ideia de necessidade, representada pelos desejos que são constantemente recriados, concorrendo, também, para a construção da ideia de carência, diante da ausência de concretização de eventuais desejos. O conjunto dessas carências, geralmente, está associado ao fator dinheiro, revelando, portanto, faces da inserção do mundo da mercadoria, na edificação de demandas, muitas vezes, associadas à necessidade de reprodução do capital.

Essa reflexão é corroborada por Carlos (2015) ao alertar que, na atualidade, a mercadoria tem extensa penetração na vida cotidiana. Quando pensada a propriedade privada, é possível identificar a forte atuação, desta, na redefinição do lugar, de cada um, no espaço. Fato reforçado pela legitimação, mediante as normatizações, que permitem a configuração de acessos diferenciados e, portanto, o destaque na vivência de um momento que é marcado pelo predomínio da propriedade privada, reorientando e reorganizando o uso do lugar.

Ao pensarmos o cotidiano, a ênfase estaria associada ao campo da autorregulação voluntária e planejada que atuaram na construção da sociedade, esta, por sua vez, estaria pautada em uma organização que obedeceria a uma ordem fortemente burocratizada, marcada por repressões e coações imperceptíveis. Embora esse processo se concretize na escala do lugar, seria resultante de articulações espaciais, cuja amplitude levaria ao reconhecimento de

novas relações espaço-tempo, que se manifestam no plano do vivido, embora sejam produzidas em escalas diferenciadas deste plano.

Ao efetuar a caracterização do cotidiano, Lefebvre (1991, p. 31) destaca que este corresponde ao “humilde e sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego de tempo. E isso, sem que o interessado tenha que examinar as articulações dessas partes”. Nessa perspectiva, ele corresponderia aquilo que não tem data, com aparente insignificância e sem necessidade de ser dito. Além disso, ele representaria àquilo que se une à modernidade, compreendida como o que traz o signo do novo e da novidade. Ainda, na caracterização do cotidiano, é possível ver que este corresponde ao audacioso, ao efêmero, à aventura.

Nesse momento, ganha realce a noção de produção que, conforme Lefebvre (1991), na esfera do cotidiano, constata-se a ênfase ao sentido que aponta para a produção de sua própria vida pelo ser humano, nesse contexto, o consumo aparece como dependente da produção, mediado pela ideologia, pela cultura, pelas instituições e organizações. Haveria, portanto, *feedback* (equilíbrio momentâneo, provisório) dentro de relações capitalistas de produção que envolveriam produção e consumo entre estruturas e superestruturas, entre conhecimento e ideologia.

A vida cotidiana, por outro lado, estaria relacionada a um lugar desenhado e decisivo, compondo o resíduo (de todas as atividades determinadas e parcelares), mas também o produto do conjunto social. Seria composta tanto pelo equilíbrio, como pelos desequilíbrios ameaçadores. Desta maneira, chegar-se-ia ao cenário no qual as pessoas não podem mais continuar a viver a sua cotidianidade, iniciando uma revolução para que possam viver o cotidiano, possibilitando, dessa maneira, a reconstituição das antigas relações.

As abordagens possibilitam a identificação da análise do cotidiano como algo que transcende a escala local, recebendo influências de dinâmicas que se configuram, conforme a lógica do mundo da mercadoria, compostas por controles que são estabelecidos externamente.

Versando sobre os níveis de análise, quando trabalhado o cotidiano, Seabra (2004) ressalta a existência das separações originárias que se instalam ao revés do cotidiano banal, que faz referência à vida realizada em um dia a dia marcado pela coexistência de tradições, hábitos e costumes, onde podem ser recolhidos saberes e habilidades que podem ser transformados em produtos e coisas. No entanto, como nem tudo é passível de alterações, torna-se possível verificar a existência de resíduos em relação ao movimento do mercado, podendo, por vezes, integrar o folclore.

Logo, sob o viés do debate de um cotidiano marcado pelo mundo da mercadoria, é possível constatar que alguns resíduos podem ser encontrados, na medida em que a análise detalhada pode demonstrar a manutenção de elementos que não estão abarcados, em totalidade, ao cotidiano, como citado acima, as manifestações folclóricas que não estão colocadas como mercadoria.

Constata-se, na dinâmica do urbano, que os contingentes precariamente urbanizados ou não, além daqueles que continuam chegando, buscam a inserção nos territórios do urbano: “espaços profundamente recortados pela propriedade, divididos ou fracionados e que estão funcional e estruturalmente articulados ao nível do cotidiano, através do consumo de mercadorias” (SEABRA, 2004, p. 191)

Destarte, é importante observar o papel assumido pela alienação que atua produzindo o afastamento entre o cotidiano e a riqueza que ele guarda, além disso, ela contribui para dissimular, mediante ideologias, o lugar da produção e da criação, transformando a pobreza material em pobreza espiritual. Diante dessas ações, tem-se a impossibilidade de libertação impedindo que a riqueza seja libertada das relações constitutivas do trabalho criador, conectadas, diretamente, com a matéria e a natureza (LEFEBVRE, 1991).

Pensar o espaço urbano, a partir de uma produção pelo viés do predomínio da lógica da mercadoria, revela que este não está restrito ao mundo da forma, envolvendo, também, as ações inerentes às atividades dos agentes, representado no debate sobre o cotidiano e as manifestações do predomínio do material até mesmo nos desejos.

Os debates sobre o cotidiano apontam para os papéis exercidos pela configuração de valorização dos espaços no mundo da mercadoria. Isto posto, no conjunto de processos socioespaciais, ganham relevo as análises sobre as dinâmicas que envolvem os usos diferenciados dos espaços, capazes de gerar acessos contraditórios, resultantes da produção. Nessa lógica, evidenciam-se as questões sobre a segregação em suas diferentes facetas.

A segregação socioespacial assume função importante, no âmbito da reprodução em todos os níveis e dimensões da sociedade, diante das demandas pela reprodução das relações capitalistas que impõem a cisão, separação, impedimento do uso, rompimento dos laços de sociabilidade improdutiva. Esse processo atua no domínio do econômico, com vistas à expulsão daqueles que são entendidos como barreiras à homogeneização do espaço. A análise do nível político revela que a segregação fragmenta, visando à dominação, ao buscar o impedimento do encontro e da produção de um espaço de sociabilidade, atuando socialmente para o empobrecimento da vida material e imaterial dos habitantes da cidade, que serão

integrados de forma precária, com um vivido caracterizado pela existência de uma sociabilidade fundamentada pela propriedade privada e pelo consumo (RIBEIRO, 2015).

Desse modo, o sentido da segregação fundamenta-se na separação das práticas socioespaciais, com vistas ao impedimento da sociabilidade que poderia concorrer para a construção de resistências, frente ao processo de miserabilidade dos trabalhadores urbanos. Essa segregação seria encontrada em diferentes momentos compostos pelo acesso diferenciado aos recursos da vida, principalmente aqueles que são encontrados em áreas onde vive uma população de renda mais elevada, com maior poder político e capazes de criar as condições favoráveis para existência e para a reprodução. Soma-se a existência de unidades espaciais favoráveis à integração social, recorte no qual os indivíduos elaboram valores, expectativas e hábitos e se preparam para, como os adultos, ingressar no mercado de trabalho (CORRÊA, 2013).

Nessa perspectiva, a segregação seria um processo relacionado ao conteúdo econômico que implicaria em expulsões, diante dos objetivos delimitados para determinado recorte espacial. Além disso, quando instalada a segregação, seria comum a presença de dinâmicas marcadas pelas impossibilidades do encontro e da sociabilidade, priorizando, assim, o consumo individual como face de uma produção marcada pelo mundo da mercadoria.

Ao desenvolver análises sobre as características do conceito de segregação, Spósito (2013, p. 63) destaca a necessidade de atenção orientada para a distinção de outros conceitos ou noções que, possuem filiação teórica diferente, têm origens em tempos diversos do processo de urbanização e/ou ainda, têm estatuto teórico menor, porque são apenas termos genéricos ou, ferramentas metodológicas. É importante observar que a segregação apresenta complexidade, podendo apresentar interfaces com várias dinâmicas, exigindo a necessidade de evitar a confusão entre elas: “diferenciação espacial, produção de desigualdades espaciais, exclusão social e/ou espacial, discriminação social marginalização, estigmatização territorial, para citar alguns”.

Do exposto, tem-se a importância de construção do entendimento sobre o conceito, a partir da associação com uma escala geográfica de análise. Nessa lógica, a autora supramencionada advoga que a segregação se refere à relação entre uma parte e o conjunto da cidade. Pensada por essa ótica, a segregação seria distinta das atividades que buscam a identificação de áreas de inclusão/exclusão social, afirmação fundamentada no fato de que estas são efetuadas, mediante comparação entre as parcelas do espaço urbano com todas as

outras, objetivando a análise da distribuição das condições socioeconômicas, mas também, em muitos casos, comparam com os mesmos indicadores em várias cidades.

Pensada sob o viés do cotidiano, Lefebvre (2008) observa que o urbano reúne conflitos, correspondendo à inexistência de harmonia, mas a concepção desse urbano deve se dar em oposição à segregação, na medida em que este processo provoca a desagregação da vida social e mental, sendo praticada pelo urbanismo como ação voltada para o alcance da harmonia, mediada pela desagregação do laço social.

Ainda, segundo Lefebvre (2008, p. 121), é necessário refutar a confusão entre diferença, distinção, separação e segregação. Nessa proposta, a diferença é incompatível com a segregação, pois a “diferença”, está associada a relações percebidas e concebidas, inseridas, assim, em uma ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante. Por outro lado, quando trabalhada a separação e a segregação, verifica-se que estas rompem a relação na medida em que visam quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano e, por conseguinte, a segregação rasura e destrói a complexidade.

Posta como fenômeno urbano, presente na criação das cidades, em vários momentos de sua história, a segregação, no contexto do capitalismo, assume a forma da produção do espaço-mercadoria como momento da realização do processo de acumulação. A produção da cidade é posta como segregação, uma vez que se constitui como um mosaico diferenciado, que impossibilita a existência de pedaços homogêneos, revelando, portanto, uma contradição produzida pela relação entre a extensão da propriedade do solo urbano, submetido ao mercado - mediado pela presença da propriedade privada e as necessidades impostas pela reprodução da vida (CARLOS, 2006).

Pensada na dimensão do cotidiano, a segregação é constatada pela presença das diferenças existentes nas formas de acesso à moradia, em sua expressão da mercantilização do espaço urbano, ou ainda no transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas, assim como na deteriorização/cercamento/ diminuição de espaços públicos. Dessa forma, a diferenciação ganha realidade como separação/apartamento, atuando no condicionamento das relações sociais, assim como nas diversas formas de apropriação do espaço, apontando o surgimento da segregação em contradição à reunião (CARLOS, 2013).

Além disso, a segregação surge como característica da produção do espaço contemporâneo com fundamentos pautados na propriedade privada, concentração de riqueza, hierarquia social, numa sociedade de classes. Ao se pensar a segregação, sob o viés do acesso à moradia, ganha ênfase a submissão ao mercado e compra e venda dos “lugares de realização

da vida”. Tem-se, assim, a produção do espaço, sob a lógica do capital produzido como mercadoria, indicando a existência da contradição valor de troca/valor de uso. Diante do predomínio das necessidades de mercado, o cotidiano surge como o lugar da ação e do conflito, da consciência e da elaboração do projeto (CARLOS, 2018).

A segregação pode ser analisada segundo diferentes perspectivas dos elementos sociais. Ao trabalhar com a segregação residencial, Corrêa (2013) defende que ela pode ser considerada, como autosegregação ou, ainda, como segregação imposta e segregação induzida. Os processos apresentariam, como similitude, a política de classe que gera os tipos de segregação. A autosegregação representaria uma política de classe associada à elite e aos estratos superiores da classe média. Este processo perpetua os diferenciais de existência e de condições de reprodução dos grupos com maior poder aquisitivo e estes, por sua vez, encontrariam entre outros, a possibilidade de escolha das melhores localizações no espaço urbano. Ainda no âmbito da escolha, faz-se necessário destacar que elas possuem exclusividade uma vez que estão ligadas à possibilidade de aquisição dos elevados preços da terra urbana, bem como à construção de habitações com padrões arquitetônicos e presença de segurança que envolve técnicas de controle do espaço.

Mas a segregação possuiria outras origens, como no caso da segregação imposta, que engloba os grupos que residem, mediante imposições que impossibilitam a ideia de alternativa de escolha locacional, assim como, do tipo de habitação. Sobressai-se a segregação induzida que envolve aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, no contexto de limites orientados pelo preço da terra e dos imóveis (CORRÊA, 2013).

É possível constatar, portanto, que, quando é pensado o acesso ao solo e à habitação, a segregação representa uma manifestação das diferenciações impostas por uma produção do espaço, marcada pelo mundo da mercadoria e pela busca da valorização constante, que prioriza a constituição de condições favoráveis à reprodução, seguindo os objetivos dos agentes que detêm o poder.

Pensada sob a ótica da produção de habitação, observa-se a tendência a uma maior precarização da vida urbana, marcada pela necessidade de ultrapassar maiores distâncias, ausência de equipamentos urbanos, além da necessidade de busca pela casa própria, que implica no fato de que moradores, que já habitam espaços periféricos, procuram se tornar proprietários de suas casas, em outra faixa periférica mais distante, constituem práticas que contribuem para acentuar a segregação urbana (VOLOCHKO, 2015a).

Trabalhando com a segregação associada aos conjuntos habitacionais, Seabra (2004) sinaliza que a segregação se integra a práxis social, implicando na conformação a espaços de morar que formam conjuntos muito homogêneos. Essa homogeneidade pode ser observada na existência dos condomínios fechados, os conjuntos habitacionais, os centros empresariais, as ocupações das áreas periféricas das metrópoles, ou ruas e jardins que se fecham para o uso público.

Verifica-se, com o debate inicial, as características que integram o espaço urbano em suas contradições, pensado sob a lógica do consumo que transforma este, em mercadoria, com a apropriação mediada pela capacidade de pagar, implicando na configuração de processos como o predomínio de um cotidiano desigual, e a segregação. Demandando, portanto, a investigação sobre as dinâmicas que envolvem a habitação e o direito ao habitar no contexto brasileiro.

3.2 Trajetória da provisão de habitação no Brasil.

No conjunto das necessidades que compõem a vida urbana, ganha relevo a demanda pelo habitar que assume diferentes conotações, quando pensada no contexto da lógica capitalista e na transformação desta em mercadoria, cuja apropriação, na maior parcela dos exemplos, está condicionada à possibilidade de compra. Essa realidade implica na constituição de desigualdades e na promoção de alternativas com vistas à produção de moradias como a autoconstrução.

Ao abordar as transformações operadas com vistas à reprodução capitalista, Carlos (2015a) discorre que este processo passou a incorporar a dinâmica da reprodução do espaço, culminando num processo contraditório que encontra seus limites nas crises periódicas e implicam na necessidade de sua superação. À vista disto, foi possível observar a passagem da presença do capital industrial, que estava orientado para a produção de mercadorias destinadas ao consumo individual (ou produtivo) -à preponderância do capital financeiro- que produz o espaço como mercadoria. Essa alteração implicou na promoção de ênfase para a produção do imobiliário, logo, ao se tornar produto o espaço se revela na contradição valor de uso/valor de troca, tornando-se uma mercadoria.

Nessa conjuntura, ganha evidência a abordagem dos atos da vida cotidiana, com ênfase para a apropriação que se realiza no uso dos espaços-tempos da vida. Dessa forma, é possível identificar que um espaço é produzido em cada momento de análise, envolvendo a

multiplicidade de aspectos da vida. Logo, a sociedade deve ser compreendida em seu movimento mais amplo, indo além do plano econômico, mas envolvendo, outrossim, a produção do espaço em sua dimensão abstrata de mercadoria (CARLOS, 2013).

Do exposto, é possível apreender que o espaço do habitar é real e concreto, construindo memória, na medida em que cria identidades, uma vez que a vida se realiza criando, delimitando e exibindo a dimensão do uso, soma-se, ainda, o corpo e a sua presença real e concreta e o vivido. Logo, é possível observar que o sentido do termo *habitar* está diretamente relacionado à construção do sentido da vida, envolvendo a apropriação dos lugares desde a casa, mas também no emaranhado dos lugares comuns, habitados e usados por sujeitos comuns, na vida cotidiana.

Quando a habitação se transforma em mercadoria e o ato de habitar tem o seu sentido destituído, observa-se que o espaço aparece e é vivido de forma distinta, decorrente do fato de que os homens se tornam instrumentos, no processo de reprodução espacial, e suas casas se reduzem à mercadoria passíveis de serem trocadas ou derrubadas.

Observa-se que a ampliação do processo de funcionalização da habitação, implica em aprofundamento da possibilidade de manipulação do espaço, restringindo as perspectivas da apropriação. Tem-se, portanto, o movimento que aponta para um encadeamento marcado pelo indivíduo reduzido à condição de usuário, e o ato de habitar, se reduz ao de morar, ou seja, à simples necessidade de abrigo. Esse processo é constatado no plano do lugar associado ao vivido, enquanto a morfologia reproduz uma hierarquia social que caminha para a segregação socioespacial, fragmentação dos espaços-tempos da vida humana em seus acessos diferenciados, marcando as diferenças de classe (CARLOS, 2011).

Ao realizar a análise sobre a questão da habitação, Lefebvre (2008) indica que foram processadas modificações na abordagem realizada por Engels há um século, pois, a habitação tornou-se uma parte da questão urbana e, esta, passou a compor uma parte da questão do espaço. Sobre as contradições que integram esse processo, afirma-se que as alterações dessas questões seriam resolvidas, mediante à existência de uma gestão e por uma apropriação coletiva do espaço.

A exposição inicial apresenta questões importantes que possibilitam pensar a habitação, sob o ponto de vista de uma produção capitalista da mercadoria e, portanto, como algo que se encontra acessível, preponderantemente, a aqueles que podem efetuar o ato da compra, características que implicam na impossibilidade crescente da vivência do habitat. Nesse processo, são efetivadas associações entre os setores públicos e privados, em muitos

exemplos, visando a manutenção da reprodução do lucro, por meio dos subsídios aos agentes privados, em detrimento ao atendimento de parcela significativa das demandas pela habitação.

Quando pensada a realidade brasileira, Maricato (2011, p. 134) aponta para a existência de uma correlação entre o investimento público e o mercado fundiário/imobiliário, uma vez que é possível constatar que os investimentos públicos municipais são regressivos e “alimentam um mercado imobiliário restrito e especulativo, ao invés de ampliar as oportunidades de localizações, condições, dentre outras, para a democratização do acesso à cidade”.

O processo de deterioração, de determinados territórios, e a valorização de outros, constitui respostas a uma junção de interesses que buscam a captação da renda imobiliária e do lucro de construção (este, especialmente nas obras de construção pesada). Nessa perspectiva, os governos estaduais e municipais, seguindo a busca pelo atendimento à lógica desses agentes, orientam a dinâmica urbana, por meio de obras que não obedecem a nenhum plano explícito. Essas características revelam um urbano “dominado pelos interesses privados rentistas e lucrativos, de um lado, e pela ignorância em relação ao assentamento da maior parcela da população, de outro” (MARICATO, 2011, p. 134).

Essa realidade, associada às demais contradições entre os interesses na instalação de UH, converge para a coexistência de cenários marcados pela carência no número de UH, e evidencia as discussões que envolvem a mensuração desse total, através do déficit habitacional que comporta controvérsias na definição, delimitação, cálculos, levando, inicialmente, a questionamentos acerca da nomenclatura de déficit habitacional. O sentido tradicional leva à proposição de abordagem do problema da moradia de forma setorial, contribuindo para camuflar a complexidade que compõe o debate sobre a demanda por habitação, na medida em que prioriza a quantificação padronizada, atemporal e neutra (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

Segundo FJP (2018), para a composição da metodologia adota-se o conceito mais amplo de necessidades habitacionais: o déficit habitacional e a inadequação de moradias. Nesse momento, o déficit habitacional, considerando um dado recorte temporal e buscando a indicação de subsídios para a solução de problemas sociais com destaque para àqueles que envolvem a habitação, é entendido como a noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias.

Acentua-se que não apenas a falta, mas também a inadequação de moradias implica em problemas para qualidade de vida dos moradores, desse modo deve-se atentar para a

necessidade de ir além do dimensionamento dos estoques de habitações, salientando as especificidades internas do imóvel. A busca pelo dimensionamento das características das habitações seria orientada para o delineamento de políticas complementares à construção de moradias, estando voltadas para a implantação de melhoria dos domicílios.

Nesse ponto de vista, tem-se o debate sobre déficit como uma discussão que deve ir além da ausência de moradias, englobando, também, as condições encontradas naquelas existentes, uma vez que estas podem implicar em uma vivência precarizada.

Sintetizando as características das metodologias adotadas pela Fundação João Pinheiro para elaborar os números do déficit habitacional no Brasil, chegar-se-ia ao entendimento de que o

conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel nas áreas urbanas e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como *déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque* (FJP 2018, p. 20, grifo do autor).

Partindo dessa perspectiva, são delimitadas algumas conceituações que orientam o entendimento sobre o déficit habitacional no Brasil. Os domicílios carentes de infraestrutura seriam representados por todos os que não dispõem de, ao menos, um dos serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo (FJP, 2018).

Já a identificação do adensamento excessivo consideraria, apenas, os domicílios (casas e apartamentos) próprios, uma vez que os alugados compõem os cálculos do déficit habitacional. Para que um domicílio seja caracterizado como adensamento excessivo, o número médio de moradores deve ser superior a três por dormitório. Além disso, o número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem, em caráter permanente, de dormitório para os moradores do domicílio. Nessa classificação, estão incluídos aqueles utilizados para este fim, em função de não haver acomodação adequada na residência (FJP, 2018).

Ainda, compondo os elementos da metodologia, está a inadequação fundiária, composta pelos casos, nos quais, pelo menos um dos moradores do domicílio possui a

propriedade da moradia, mas não, total ou parcialmente a do terreno ou da fração ideal de terreno quando se trata de um apartamento. Por fim, a cobertura inadequada envolveria todos os domicílios que, embora possuam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, têm telhado de madeira aproveitada, zinco, lata ou palha (FJP, 2018).

As definições auxiliam o entendimento dos critérios adotados para a composição dos números disponibilizados para o déficit habitacional, no Brasil, no ano de 2015. Os números, para esse ano, mostram que o déficit habitacional correspondeu a 6,355 milhões de domicílios, dos quais 87,7% estavam localizados nas áreas urbanas e 783 mil unidades na área rural. Composto esses números, estão os domicílios particulares permanentes e improvisados do país, cujo déficit habitacional chegou a 9,3%. Uma síntese para o Brasil demonstra que o Maranhão foi a Unidade da Federação com maior déficit habitacional relativo do país, com 20% do estoque de domicílios do estado. Seguido pelo Pará, com destaque para a região metropolitana de Belém, que apresentou déficit de 15,3% do total brasileiro, acompanhado pelo Estado do Amazonas e Roraima, com 14,5% e 14,2%, respectivamente (FJP, 2018).

O mesmo estudo apresenta uma observação acerca das contradições que integram a demanda por habitação, no Brasil, pois as atualizações dos estudos sobre o déficit habitacional certificam que o número de domicílios vagos se apresenta elevado. Informação fundamentada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, que indicou a existência de 7,906 milhões de imóveis vagos, 80,3% localizados em áreas urbanas e 19,7% em áreas rurais. Desse total, 6,893 milhões estão em condições de serem ocupados, 1,012 milhões estão em construção ou reforma.

Ao analisar os números do déficit habitacional urbano, em Marabá, Souza (2015) afirma que ele correspondia no período de estudo a 10.969 domicílios, por outro lado, em 2010 os domicílios vagos correspondiam a 76% do déficit habitacional urbano. O autor conclui que se estas residências fossem ocupadas, seriam necessários mais 2.638 domicílios para acabar com o déficit urbano. Considerando os números dos conjuntos habitacionais do PMCMV seria possível, portanto, sanar a questão do déficit habitacional.

Nesse momento, revela-se o questionamento acerca da contradição entre o apontamento de números que demonstram a existência de um déficit de moradias, por um lado e, por outro, um número significativo de imóveis vagos. Ainda se tem como impossibilidade a obtenção de maiores detalhamentos sobre as condições, a localização, a situação de propriedade e o padrão da construção que estão enquadrados no estoque de

moradias, uma vez que se tem como possibilidade, apenas, a obtenção da distinção entre imóveis em construção ou reforma, em condições de serem ocupados e em ruínas.

As análises realizadas, na seção, discorrem sobre os encaminhamentos realizados para a promoção da construção de UH, que assume conotações contraditórias, passando de elemento necessário à mercadoria, cuja apropriação acompanha as lógicas do mercado, propiciando a manutenção de questões como o déficit habitacional, mesmo com a existência de imóveis vazios, levando ao entendimento de que os programas, orientados para a redução dos déficits habitacionais existentes, ou a promoção de melhorias nas condições em infraestrutura, podem compor medidas que contribuam para o atendimento das deficiências encontradas, mas também carecem de análises sobre os cenários contraditórios que se configuram na trajetória de construção e disponibilização de UH no Brasil.

A provisão de habitação no Brasil, sob o ponto de vista do mercado e da atuação do Estado através de grandes projetos, apresentou diferentes perspectivas conforme o período considerado, no entanto, alguns tópicos são centrais nos levantamentos acerca dessas características como subsídio para a contextualização da habitação, sob a ótica da atuação do PMCMV.

Em uma associação ao processo de urbanização brasileiro, Fix (2011) observa que, este sempre contou com soluções acomodatórias para o problema habitacional, que se configurou, de forma mais intensa, a partir da ampliação da urbanização e a formação de um mercado de trabalho urbano, fato que ganhou ênfase a partir de meados do século XIX. Com o crescimento das cidades e a diversificação econômica, foram criadas novas frentes de investimentos, marcadas pela construção de casas, de cômodos, vilas de empresas, vilas operárias, serviços e obras urbanas, como expressões de produtos do capital mercantil urbano.

Discorrendo sobre os aspectos que marcam a ação do mercado imobiliário privado no Brasil, Ferreira (2012) assinala que ele sempre esteve voltado para as camadas da mais alta renda. Logo, quando analisadas as políticas públicas para moradia, constata-se que estas não eram delineadas para atender efetivamente aos mais pobres, concorrendo para a constituição de cenários nos quais, a classe média e a classe média baixa, que não possuíam oferta de moradias pelo mercado, absorvessem os financiamentos públicos destinados à moradia social. Durante a segunda metade do século XX, a política habitacional brasileira não atendeu à população enquadrada nas faixas de renda abaixo de cinco salários mínimos, fato que influencia a constatação de que essas faixas de renda concentram, hoje, cerca de 90% do déficit habitacional brasileiro. Por outro lado, as classes médias acessaram os financiamentos

públicos do FGTS, implicando no impulso à verticalização, nas grandes metrópoles, durante 1970 e 1980.

O percurso assevera que, quando pensado o viés político, no início da urbanização brasileira, nota-se que o Estado não assumiu a habitação como algo a ser enfrentado pelo poder público, implicando na continuidade das acomodações como forma de provisão habitacional. Na relação com o pensamento hegemônico, a produção estatal e as regulamentações eram vistas como inibidoras da promoção privada. Mesmo quando aconteceu a prática da regulamentação, constata-se que esta foi implementada em favor do capital mercantil, fato que pode ser constatado nas intervenções em larga escala que seguiram o modelo arrasa-quarteirão, marcado pelas operações de embelezamento urbano acompanhadas da ideologia higienista (FIX, 2011).

Discorrendo sobre as características desse processo, constata-se que, durante o período da República Velha (1889-1930), o Estado privilegiou a produção privada de habitação em contexto no qual, ele não assumia a responsabilidade direta pelo provimento habitacional, sobressaindo-se, nesse momento, a produção de vilas operárias pelos industriais (BONDUKI, 2004).

No período do Populismo, surgem novos cenários marcados pela necessidade de políticas orientadas aos trabalhadores. Nesse momento, as massas populares urbanas assumem novos papéis. Além disso, ganham destaque, os empreendimentos construídos por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS) e a atuação da Lei do Inquilinato que, ao congelar os aluguéis, contribuiu para reduzir as construções de novos imóveis (BONDUKI, 2004).

Somente nos anos 1930, no Governo Vargas, as orientações sobre a habitação passaram a considerar que este problema não deveria estar sob a responsabilidade, apenas, da iniciativa privada, embora não tenha sido organizado um sistema de financiamento habitacional. Nesse período, algumas políticas sociais tiveram desdobramentos importantes na habitação como os IAP, mesmo que, nessa circunstância, o consumo e a produção de moradias não se tornaram centrais nos projetos político e econômico do governo (FIX, 2011).

Esse levantamento demonstra como a habitação foi pensada no Brasil, e delegada à produção privada, no maior intervalo de tempo que envolve, especialmente, os anos que se verificaram o acentuado processo de urbanização. Esse contexto apresenta alterações, a partir do surgimento e ampliação de reivindicações pelo acesso à moradia, período que corresponde

à expansão do processo de urbanização marcado pelo intenso êxodo rural e o aumento significativo dos números de habitantes nas cidades.

A partir dos anos de 1950, a intensificação do processo de urbanização implicou no aumento das demandas e na necessidade de repensar a questão da moradia, de forma diferenciada, ainda assim, não foi possível perceber a elaboração de uma política habitacional. Verifica-se que a indústria pesada recebeu impulso do Plano de Metas e o setor de edificações foi responsável por operações que assumiam maiores complexidades, excluindo uma fração do pequeno capital mercantil. A população que não possuía acesso à promoção imobiliária formal passou a realizar a produção da própria casa pelo sistema da autoconstrução, como subsídio para reduzir os custos de reprodução da força de trabalho. Além disso, destacaram-se, nesse momento, as lutas sociais que pressionaram por reformas, englobando diferentes esferas como, por exemplo, as reformas agrária e urbana (FIX, 2011).

Uma breve trajetória das ações para a provisão de habitação no Brasil aponta, conforme Rolnik (2015a, p. 282) que, desde a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), tem-se a configuração de um campo que permite a observação de convergências, mas também de conflitos entre as particularidades que envolvem a definição de um organismo financeiro, como responsável pelas formulações, a implementação da política habitacional e a busca por fazer de cada brasileiro um proprietário. Os três aspectos são compostos por:

Em primeiro lugar a política depende e incide sobre as estratégias monetárias e fiscais do país. Em segundo lugar, está a ideológica e politicamente alicerçada na ideia de combate ao “déficit habitacional”, ou seja, na ideia de que as necessidades habitacionais correspondem a uma demanda reprimida de “casas próprias” a serem construídas. Em terceiro lugar, trata-se de um instrumento de fomento à atuação de um setor- a indústria da construção civil- além de evidentemente, ser um dos motores do próprio setor financeiro.

Com o golpe de 1964, as reformas passaram a sofrer interferências do Estado e do capital, representados pelos grupos políticos no poder e das frações de capital que possuíam expressão política. Embora a criação do BNH tenha levado as questões habitacionais à escala nacional, isso aconteceu considerando a ótica das relações de poder, com destaque para o papel do Estado sustentando a estratégia desenvolvimentista de industrialização. O cenário formado apontou para a supressão de direitos civis, além da repressão a trabalhadores e militantes de esquerda, dessa maneira, a política habitacional combinou elementos de legitimação social e acumulação.

O circuito imobiliário, com bases fundamentadas no processo de criação de fluxos contínuos por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), este fundamentado no modelo norte-americano, culminou na ampliação da escala das operações do setor da construção. A instalação do sistema de crédito possibilitou a mediação de vários agentes econômicos, que se apropriaram de diversos tipos de rendimentos, alimentando o circuito imobiliário. Esse contexto fez com que a incorporação imobiliária assumisse a função de capturar terra e capital, com vistas à sustentação do circuito imobiliário, logo, o imóvel passa a ser tratado como valor de uso, e como reserva de valor (FIX, 2011).

No âmbito da economia política da habitação, o FGTS, que constitui uma poupança compulsória de todos os trabalhadores registrados, assumiu maior relevância. Assim, é possível notar que os interesses dos trabalhadores e suas reivindicações são capturados por ganhos que envolvem a valorização de medidas que garantem a lucratividade financeira das operações de habitação. Reiterando esse processo, desde 1989, as centrais sindicais passam a integrar o Conselho Curador do FGTS, juntamente com a representação dos empregadores e do Governo, gerando um cenário que se torna fundamental para a compreensão das ligações políticas entre o capital financeiro e a nova liderança sindical nos anos 1990 e 2000 (ROLNIK, 2015a).

Ao versar sobre o FGTS, Rodrigues (2014) acentua que as alterações na legislação trabalhista possibilitaram a organização de mecanismos, para que o FGTS, proveniente do mundo do trabalho, permitisse a aquisição da casa própria, para os trabalhadores que recebiam baixos salários. Dessa maneira, tem-se a alteração dos direitos trabalhistas para alicerçar a ideologia da casa própria, sendo possível afirmar que a propriedade de uma casa, que constitui um bem pessoal, foi, e ainda é, entendida como uma propriedade do modo de produção capitalista. Uma dessas faces está no fato de que a propriedade se efetiva, apenas, após o pagamento total, que geralmente chega aos 25 anos e, após o registro em cartório de imóveis. O exposto sugere que, mesmo que o acesso à casa própria tenha como predomínio o valor de uso, este valor atua como um delimitador da desigualdade entre os proprietários e não proprietários, ainda que se esteja versando sobre trabalhadores que recebem baixos salários.

Rodrigues (2011) salienta que a criação do BNH, em 1964, do FGTS e do Sistema Financeiro de Habitação – SFH –, em 1966, constituíram as bases para o estabelecimento das características assumidas pela política urbana que, embora tenham sofrido alterações no formato, seus desdobramentos permanecem até a atualidade. Nesse período, os recursos

obtidos foram empregados na execução de conjuntos habitacionais, com localização distanciada das áreas que possuíam infraestrutura instalada e meios de consumo coletivo, contribuindo para a aceleração da expansão horizontal da dinâmica de produção do espaço urbano, utilizados também para “investimentos” em grandes obras de infraestrutura como a ponte Rio – Niterói.

A partir da extinção do BNH as suas atribuições foram incorporadas à CEF, e a Política Federal para Habitação apresentou uma fragmentação na condução, marcada pela descontinuidade e pela descentralização, com repasse da atribuição da condução das políticas habitacionais, às municipalidades (PEQUENO, 2008).

Corroborando, foi possível verificar que a extinção do BNH, em 1986, implicou na desarticulação e fragmentação da política habitacional, que permaneceu pouco expressiva nos anos do ajuste estrutural e, ainda, durante os primeiros movimentos da política neoliberal. Assim, sublinha-se a existência de uma descontinuidade no sistema de crédito e o alargamento do circuito imobiliário, logo, a financeirização da economia não apresenta as mesmas bases da securitização imobiliária, presentes no modelo norte americano (FIX, 2011).

A leitura desse processo é reforçada no documento da ONU (2010, p. 129) que aborda o papel da intervenção do Estado na produção e financeirização da habitação social, dessa forma “Considerando la política sectorial, es preciso anotar que los modelos de gestión pública fundamentados en lós subsidios directos a la demanda, dentro de los principios del Estado facilitador, son los más comunes en la región, mientras que el correspondiente a la gestión directa por parte del Estado ha dejado de aplicarse en la mayoría de países”.

No Brasil, constatou-se que a paralisação do sistema organizado pelo BNH, associado ao período de recessão e estagnação econômica que marcou os anos 1980, causou implicações que culminaram na retração da atividade imobiliária e do financiamento habitacional. Esse cenário se altera, apenas, a partir dos anos 1990, com a implantação das reformas no modelo de regulação do crédito habitacional, mas também na estrutura e composição do capital das empresas envolvidas no mercado imobiliário residencial (ROLNIK, 2015a).

Nesse processo, após a promulgação da Constituição de 1988, foi reforçada a tendência de maior envolvimento do domínio municipal nos Programas voltados para a habitação. Sobressaindo-se a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), a implantação de programas para autofinanciamento e cooperativas, além de ações como o Projeto Moradia, a criação do Ministério das Cidades, no ano de 2003, e a aprovação do Fundo Nacional de Habitação de

Interesse Social-FNHIS (CARDOSO, 2013) que, segundo Maricato (2011), eram reivindicações que constituíam agenda dos Movimentos Sociais Urbanos.

Destarte, a Constituinte de 1988 embasou importante marco no contexto das lutas sociais e para a democratização política, destacando-se a inclusão dos artigos que abordam a função social da propriedade e, posteriormente, da Emenda que incluiu o direito à moradia entre os direitos sociais. Apesar disso, a Lei para regulamentação dos artigos, denominada Estatuto da Cidade, foi aprovada em outro ambiente político e econômico, depois de mais de uma década do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FIX, 2011).

Mesmo alçada a um patamar de direito social, a exposição supramencionada demonstra alguns dos empecilhos colocados à concretização desse fato, como pode ser constatado no intervalo entre a inserção na Constituição e a aprovação da Lei de regulamentação.

A partir dos anos de 1980 e principalmente 1990, verifica-se uma incipiente expansão geográfica de empresas de construção e incorporação, com a busca por estratégias de diversificação regional. Ganha destaque a atuação da falida Encolm, e de outras empresas ainda hoje atuantes, como a Rossi. Embora essa atuação ainda fosse incipiente, já constituía indicativos do cenário que viria a se consolidar na década seguinte. Além disso, foram regulamentados os fundos de investimento imobiliário, orientados para capturar recursos de investidores, no mercado financeiro, para investi-los em projetos imobiliários geradores de fluxos de renda (FIX, 2011).

Seguindo esse momento, verifica-se com Cardoso; Aragão; Jaenisch (2017) que, após o fim do BNH em 1986, o período que compreende os governos José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco naquilo que tange à habitação, foi composto por uma grande fragmentação institucional e poucos recursos investidos. Nesse momento, Bonduki (2008) ressalta que os programas habitacionais foram lançados, a partir da iniciativa de Municípios e Estados além da própria União, marcando um período de transição no qual, não existia uma estratégia nacional voltada para a habitação.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), tem-se a retomada dos financiamentos habitacionais, no entanto, com a crise econômica de 1998 e 1999 (em seguimento às crises asiáticas de 1997 e russa de 1998), o Brasil passa a vivenciar um contexto composto pela ênfase do “ajuste neoliberal” (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Bonduki (2008) observa que, nesse período, os referenciais da política de habitação estavam marcados pelos princípios da flexibilidade, da descentralização, da diversidade, do reconhecimento da cidade real, entre outros, como suporte para a compatibilidade com o ambiente e o debate nacional e internacional.

Os problemas do câmbio e da queda do Real vieram a impactar na política habitacional e na elevação dos juros, que ocasionou a retração geral do crédito e, por conseguinte, fez com que o custo dos empréstimos habitacionais apresentasse um aumento. Além disso, tem-se o estancamento do financiamento, ao setor público, com as restrições ao gasto e ao endividamento público.

A partir de 1999, foi adotado o PAR, que agrupava recursos do FGTS e OGU agregados no FAR, possibilitando a efetivação de subsídio, direto ao financiamento habitacional, para os segmentos de renda situados entre três e seis salários-mínimos. A distribuição dos recursos era efetivada, mediante a apresentação de projetos, por empresas do setor imobiliário e aprovados pela CEF, responsável pela operacionalização do Programa (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Reiterando as características desse curso, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, são lançados os programas de habitação social que assumiram as características:

No Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o empreendedor privado era responsável por toda a operação, da compra do terreno até a construção, passando pela elaboração do projeto; cabia aos governos municipais apenas a “seleção da demanda” e, ao governo federal o financiamento direto e subsidiado ao mutuário final através da Caixa Econômica Federal, herdeira do BNH. Pelo Programa Social de Habitação (PSH), também lançado no governo FHC, o Estado leiloava subsídios por região e bancos de segunda linha podiam adquiri-los para, em parceria com os municípios, construir as casas. No final de seu segundo mandato, o governo FHC esteve próximo também de fechar um acordo com o Banco Mundial para reestruturar o financiamento habitacional [...] (ROLNIK, 2015, p. 289a).

Nesse momento, os municípios atuavam no processo, mediante as ações voltadas para a flexibilização da legislação urbanística, incentivos fiscais às empresas, além da doação de terrenos e da implantação de obras de infraestrutura, além de promover a organização do cadastro dos possíveis futuros beneficiários. Para as administrações locais, esse Programa era visto com muito entusiasmo, já que envolvia um baixo custo operacional e favorecia um enorme ganho político, junto à população (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Além disso, em 1999, foi criado o Programa Habitar-Brasil BID, composto por um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com vistas à destinação de

recursos para o apoio a ações de urbanização de favelas, em municípios selecionados, e, em 2001, foi criado o Programa de Subsídio Habitacional, para subsidiar, de forma direta, a aquisição de moradia para os setores de baixa renda, composto, nesse momento, por aqueles que recebiam renda de até três salários-mínimos, mas situados fora da abrangência do PAR (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017)

Na análise das características dos Programas, elaborados durante o governo de Fernando Henrique, Bonduki (2008) ressalta que estes não significaram uma interferência positiva na redução dos números do déficit habitacional, principalmente quando pensados os segmentos de baixa renda, uma vez que foi verificada uma continuidade das políticas habitacionais brasileiras, naquilo que concerne à contemplação das camadas de renda média. A afirmação se fundamenta no fato de que, entre 1995 e 2003, 78,84% do total dos recursos foram destinados a famílias com renda superior a 5 SM e, apenas, 8,47% foram voltados para a parcela que integra a baixíssima renda (até 3 SM). Complementando a abordagem da habitação no governo Fernando Henrique, destaca-se a aprovação, pelo Congresso Nacional e promulgação presidencial, do Estatuto da Cidade, em 2001.

Após a descrição dessa trajetória, são fomentadas as discussões em torno das peculiaridades assumidas pela habitação, no contexto do mercado que será observado, sob o viés dos processos que se configuram em escala mundial. Com vistas à busca pela compreensão das influências desse processo, em diferentes escalas, entre elas as características do PMCMV ao analisar a financeirização da habitação, Fix (2011) realiza uma comparação com o sistema norte-americano, realçando diferenciações, inclusive, observando que o sistema norte-americano foi adotado como modelo, na constituição do BNH, e, posteriormente, na implantação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), além dos processos que envolvem a criação de inovações financeiras.

Observa-se, portanto que, quando o Estado constitui o principal agente de determinado tipo de produção, em muitos exemplos, para atender a uma demanda que não é solvável, ele atua como incorporador, na medida em que promove e articula as ações necessárias à produção da habitação. Assim, na “habitação de interesse social”, o Estado atua no agenciamento da aquisição de terras, na seleção da demanda, na origem dos recursos e na construção das UH sob responsabilidade de construtoras que são contratadas por ele. Além disso, tem-se, também, a possibilidade de o Estado delegar, para setores organizados da população, representados pelos movimentos sociais de moradia, a tarefa de realizar a seleção

da demanda e a construção da habitação, resultando em práticas de mutirão, autogestão e cooperativismo.

Essas observações são fundamentadas por Alvarez (2012) ao abordar a centralidade assumida pelo papel do Estado, na capacidade de mobilizar parcela do espaço e de grupos sociais, tanto naquilo que se refere à infraestrutura e moradia, quanto nas questões ambientais, que, no contexto da urbanização, promove modificações em usos e nos direcionamentos dos investimentos públicos.

Complementando essas observações, Harvey (2005) defende que, na maioria dos casos, o novo empreendedorismo urbano está fundamentado na parceria público-privada, que objetiva o investimento e o desenvolvimento econômico, intermediados pelas práticas que possuem objetivos econômicos imediatos, e possibilitam a construção especulativa, em detrimento da melhoria das condições num território específico.

Analisando o papel assumido pela indústria e a habitação como impulsionadores da constituição de um capital internacional no Brasil, observa-se que

Enquanto o capital internacional ganhava participação na indústria, o circuito imobiliário continuava como órbita reservada das elites brasileiras e mantinha seu caráter eminentemente mercantil, encontrando paralelo no setor bancário e na agricultura, até a abertura econômica nos anos 1990 e 2000. Os fluxos do setor imobiliário continuavam a passar ao largo da produção de parcela significativa das moradias, que ainda eram feitas sob encomenda ou pelas mãos dos próprios trabalhadores, em loteamentos periféricos clandestinos e nas favelas, constituindo sistemas imobiliários informais (FIX, 2011, p. 53).

A partir dos anos de 1990, passa-se à crescente internacionalização do mercado imobiliário brasileiro, fundamentando a modificação de um mercado que, por um longo período foi estritamente local, controlado, predominantemente, por empresas comandadas por famílias influentes que transferiam capitais acumulados, em outros segmentos, para investimentos em incorporação e construção. Logo, poucas empresas investiam capitais em projetos fora da sua região de origem, em um contexto, no qual o setor imobiliário funcionava como campo de acumulação auxiliar e que permitia a preservação e a expansão da riqueza excedente, produzida em outros ramos de negócios (FIX, 2011).

A trajetória desse processo demonstra que a consolidação ocorreria, apenas, ao longo da década de 2000, mediada pela articulação entre os circuitos de valorização imobiliária e dinâmica do mercado de capitais. Essa transformação foi impulsionada, por um grupo de incorporadoras e construtoras brasileiras, a partir da diversificação das fontes de

financiamento, no momento em que verificaram oportunidade para crescer, rapidamente, no quadro de uma necessidade crescente, marcada pelo volume de crédito habitacional. A atuação inicial foi marcada pela busca dos fundos de *private equity*, visando injetar recursos e a orientar seus esforços de reestruturação administrativa e operacional, além disso, auxiliou as incorporadoras a formularem planos de expansão atrativos aos mercados financeiros, como elemento basilar para a abertura de capital na bolsa de valores.

Ao versar sobre as atribuições dos investidores financeiros, para o mercado imobiliário brasileiro, Sanfelici (2015) salienta que a influência é exercida, principalmente, no âmbito da oferta imobiliária, pois o poder acionário exercido, direta ou indiretamente, sobre os grupos empresariais do setor imobiliário e suas decisões de investimento, assume relevância expressiva na influência do mercado de capitais na dinâmica da promoção imobiliária brasileira. Além disso, outro ponto relevante para pensar a habitação no Brasil está no fato de que o circuito de financiamento habitacional continua tendo como agentes fundamentais, os bancos públicos e privados, que funcionam em um modelo de crédito não securitizado.

A maioria dos investidores, que adquiriu participação acionária, nesse grupo de empresas, foi as instituições financeiras como os fundos de pensão, as seguradoras, os fundos mútuos, entre outros, sediados no Brasil e no exterior. Diferentemente dos bancos comerciais, os investidores institucionais, como são denominados os principais agentes da finança globalizada, operam em mercados secundários de papéis (bolsa de valores), em que os preços dos ativos são informados em tempo real. “Esse atributo dos mercados abertos lhes permite estabelecer comparações instantâneas, entre ativos lastreados, em uma gama variada de atividades econômicas (ações, títulos da dívida pública, títulos privados, etc.)” (FIX, 2011, p. 23).

As mudanças, na forma de provisão de habitação, causam impactos significativos na estruturação das cidades, uma vez que, com a atuação dos mercados fundiários e da regulação urbanística, a economia política da habitação implicou uma economia política da urbanização, aspecto que culminou em dinâmicas de reestruturação das cidades. Dessa forma, vai-se além de uma nova política habitacional, envolvendo um complexo urbanístico, imobiliário e financeiro, fatos que causam impactos profundos no redesenho das cidades e na vida dos cidadãos (ROLNIK, 2015a).

Em uma abordagem sobre esse processo, Rolnik (2015a) expõe que a mercantilização da moradia, e o uso desta como um ativo integrado a um mercado financeiro globalizado, causou implicações na prática do direito à moradia adequada. Foi possível constatar o

abandono de políticas públicas que compreendiam a habitação como bem social, a partir do momento que se percebe, que os mercados poderiam regular a alocação de moradia. Vivencia-se, portanto novos contextos centrados na habitação, como um meio de acesso à riqueza, onde a casa, antes entendida como um bem de uso, transforma-se em capital fixo, cujo valor é a expectativa de gerar mais valor no futuro, o que depende do ritmo do aumento do preço dos imóveis no mercado.

Nesse momento, focaliza-se nas observações de Ferreira (2012), para quem a unidade habitacional, em si, sempre foi valorizada, na conjuntura da habitação brasileira, em detrimento da importância da qualidade urbana onde, esta, se inseriria. Tem-se a busca constante pela perspectiva da “casa própria” que fundamentava os sonhos da classe média, que, não raro, estão associados aos apartamentos de alto padrão, em luxuosos condomínios nos bairros nobres. Observa-se que essa produção restrita de casas não possibilitaria pensar as cidades em uma ótica sustentável e justa. No entanto, é importante frisar que a má qualidade urbanística e arquitetônica não advém, apenas, das formas de atuação do mercado imobiliário e da construção, sendo, ainda, reflexo das atuações dos demais agentes envolvidos na aprovação dos projetos, nos órgãos designados para tal atividade, ou, ainda, nos trâmites para a liberação de financiamento para sua produção.

Segundo Volochko (2015), a partir de 2011, o processo de periferização/metropolização da atividade imobiliária implicou na configuração de um processo de valorização do espaço nas periferias, representando, para as incorporadoras, a elevação dos custos de construção, além do aumento do preço dos materiais e equipamentos utilizados e da mão de obra – que somada ao elevado nível de endividamento dessas companhias, implicou em atrasos das obras, cancelamento de vendas e aumento dos estoques.

Ao trabalhar com a acumulação do capital, Rodrigues (2014) salienta que o urbano se tornou uma importante atividade desse processo, com destaque para o produto imobiliário, principalmente, no contexto marcado pela taxa decrescente de lucro, em outras atividades, em especial, a industrial. Segundo a autora, a renda da terra seria crescente, em função do processo de urbanização, onde a propriedade asseguraria a renda do monopólio, cuja renda absoluta seria ampliada, mediante a expansão do padrão urbano, que atinge, de forma geral, todo o urbano e permite a incorporação no preço da terra e das edificações aos seus proprietários. Quando pensada a renda diferencial (ou renda de localização), seria possível verificar que ela leva a existência de preços diferenciados, em função do padrão de urbanização de cada lugar. Logo, a propriedade fundiária possibilita a apropriação da renda,

seja nos momentos de compra e venda, seja em parcelas mensais no aluguel. Dessa forma, no processo de produção e reprodução do espaço urbano, os juros e os lucros, decorrentes da atuação direta em parcelas do espaço urbano, são somados à renda da terra.

Nesse debate, Ribeiro (2015) defende que, na dimensão da propriedade privada da terra no Brasil, a sociedade brasileira foi eliminando a diversidade das formas de propriedade existentes, culminando na concentração da riqueza. Nesse momento, destaca-se a terra, inserida no âmbito da acumulação capitalista, a partir do momento em que a aquisição, desta, está condicionada ao ato da compra.

Essas características influenciaram a questão habitacional, que vivenciou diferentes contextos, conforme o período considerado, sendo encontrados desde o predomínio da produção habitacional de forma privada, até a configuração de demandas pela intervenção estatal (BONDUKI, 2004). Mesmo com a existência de leis e normas que regem o uso da terra urbana e que estipulam os princípios da função social da terra urbana, a propriedade fundiária da terra, no Brasil, ainda, constitui uma das bases do poder. Fato que pode ser observado no empenho para a efetivação de remoções forçadas que, ainda, assumem formas violentas, mesmo quando a propriedade está vazia ou subutilizada (RODRIGUES, 2014).

Essa trajetória caracteriza os aspectos assumidos pelo debate sobre a habitação, no Brasil, com ênfase para as relações estabelecidas entre os agentes públicos e privados, assim como as formas de pensamento orientadas para a busca pela inserção da habitação, a partir da ideia de função social, momento no qual ela passou a ser incluída, no âmbito da Constituinte de 1988, embora constituindo um direito, nem sempre efetivado na prática.

Além disso, quando trabalhada em uma escala mundial pensando a financeirização, é possível constatar a ênfase na busca pelo lucro, configuração de preços diferenciados, incorporação com vistas à valorização de recortes espaciais que apresentam maior distanciamento dos núcleos urbanos consolidados, demandando a identificação da destinação desses empreendimentos, à medida que, em muitos exemplos, a instalação de equipamentos básicos – para o desenvolvimento das atividades diárias- está associada às peculiaridades dos grupos que irão adquirir esses imóveis. Nessa perspectiva, será efetuada ênfase ao debate sobre o PMCMV, sob a ótica das características do processo de implantação.

3.3 Programa Minha Casa Minha Vida: histórico, características e valorização do espaço urbano.

No conjunto de programas fomentados para a construção de habitação no Brasil, evidencia-se o PMCMV lançado em 2009 objetivando a produção de UHs, intervenções em imóveis existentes ou em habitações rurais, envolvendo as ações de Governo para a HIS a partir dos subprogramas e modalidades destinadas a perfis diferenciados das famílias, compreendendo ainda as especificidades do município considerado (BRASIL, 2013).

No entanto, pensar o PMCMV exige ultrapassar o olhar centrado apenas no déficit habitacional, na medida em que ele foi pensado em um cenário marcado pela situação de crise financeira mundial, em associação com a atuação de empresas em conjunto com o Governo, carecendo, portanto de análises que buscam a compreensão dos objetivos propostos, como elemento basilar ao entendimento dos desdobramentos do Programa na escala local, sob a ótica das continuidades e descontinuidades quando consideradas as diversidades que compõem as diferentes regiões brasileiras.

Versando sobre o pacote do PMCMV, Fix (2011) salienta que este foi justificado pela situação de crise, com referência à crise mundial de 2008, assim ele foi lançado quando o Plano Nacional para a Habitação (Planhab) estava pronto. Reiterando o caráter de busca pela solução para a crise, é importante observar que antes do PMCMV o governo propôs a Medida Provisória nº 443, de 2008 que autorizou o governo, em especial a CEF, por meio da criação de uma subsidiária (Caixa Participações), a comprar ações de empresas da construção civil – construtoras e incorporadoras. Mas o setor imobiliário reivindicava apoio do Governo como condição necessária para produção de habitação de baixo custo, com liberdade para a construção das casas nos seus termos sendo contra a proposta da Medida, que foi apontada como busca pela estatização do setor.

Concebido com o diálogo entre o setor imobiliário e da construção civil, com a Casa Civil e o Ministério da Fazenda, com ausência das proposições voltadas para a questão da habitação de interesse social, objetivava-se com o Programa o enfrentamento da crise econômica do fim da bolha imobiliária americana e seus impactos na economia mundial (RISEK, 2018).

Esse cenário de crise é trabalhado por Harvey (2016), indicando que as crises são essenciais para a reprodução do capitalismo, uma vez que nesse momento as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas, permitindo que muita coisa seja derrubada e destruída para dar lugar ao novo. Assim, as crises no Capitalismo alteram as concepções de mundo e do lugar que ocupamos nele.

Harvey (2016, p. 90) ressalta ainda que para além da reconfiguração da paisagem física, são configuradas também “mudanças drásticas no modo de pensar e entender, nas instituições e ideologias dominantes, nos processos, alianças e subjetividades políticas, nas tecnologias e formas organizacionais, nas relações sociais, nos costumes e nas preferências culturais que permeiam a vida cotidiana”.

No percurso que antecede a implantação do PMCMV, ganha destaque em 2005 o apoio do presidente Lula na abertura da II Conferência Nacional das Cidades, para aprovação no Congresso do Projeto de Lei de iniciativa popular que criava o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), com um fundo (FNHIS) e um Conselho. A Lei previa que todos os recursos públicos destinados à habitação fariam parte do sistema, sendo submetidos à Política e ao Plano Nacional de Habitação. A escolha das famílias levaria em consideração o critério de menor renda através da concessão de subsídios, apresentando diferenciações conforme as peculiaridades de cada região.

Esse fato é reiterado por Amore (2015) que ao versar sobre as características do processo de implantação do PMCMV salienta que desde 2006 os fóruns já vinham perdendo incidência, concorrendo para que o “pacote” fosse elaborado pelo governo em mediação com os empresários e investidores envolvidos, além de buscar salvar as empresas da *débâcle* e, objetivava, além disso, funcionar como medida contracíclica, garantindo empregos e crescimento num cenário internacional desfavorável, logo, quaisquer ações pensadas deveriam possuir caráter de imediatismo sem a complexidade das políticas que exigisse longo tempo de manutenção ou que encontrasse resistências, a exemplo das políticas fundiárias.

Ainda nesse debate, Martins (2016) expõe que a crise de 2008 atuou como justificativa econômica para a implantação do PMCMV, apoiado na justificativa ideológica do déficit habitacional, que foi apresentado como medida que possibilitaria o desenvolvimento econômico e de forma concomitante, o atendimento de uma demanda social. No entanto, ficava oculta a busca pelo retorno da atratividade do capital internacional na esfera das incorporadoras.

A partir de meados de 2008, os efeitos da crise começaram a ser encontrados também no Brasil. Nesse momento são efetuadas revisões de metas quanto aos lançamentos imobiliários, resultando na saída dos investidores financeiros desse setor, ocasionando a desvalorizações das ações das incorporadoras listadas na Bovespa. Nesse momento de crise, muitas incorporadoras reavaliaram suas parcerias e estratégias de mercado. No entanto, mesmo arriscando menos, elas mantêm o processo de periferação/metropolização da

produção imobiliária da moradia, pautadas no modo como o Estado propôs lidar com a crise no Brasil: privatizando a política urbana no dia 25 de março de 2009 com o lançamento do Programa PMCMV, que conta com intensa participação de grandes incorporadoras em todas as fases (VOLOCHKO, 2015).

O Programa está organizado em diferentes modalidades que estão voltadas para ao atendimento de diferentes parcelas da população, com renda bruta de até R\$ 7.000,00, distribuído conforme a tabela 4.

Tabela 4-Modalidades do PMCMV.

FAIXAS	RENDA MÁXIMA	CARACTERÍSTICAS
Faixa 1 FAR ou Entidades	R\$ 1.800,00	Financiamento em até 120 meses e taxas mensais entre R\$ 80,00 a R\$ 270
Faixa 1,5	R\$ 2.600,00	Taxas de juros de 5% ao ano, até 30 anos e subsídio de R\$ 47,5 mil reais.
Faixa 2	R\$ 4.000,00	Subsídios de até R\$ 29.000,00.
Faixa 3	R\$7.000,00	Oferta de taxas de juros diferenciadas se comparadas ao mercado.
PMCMV Rural		Votado para agricultor familiar, trabalhador rural ou de comunidade tradicional.

Fonte: elaborada com dados da CEF e do MDR.

Os recursos supramencionados, cujos repasses seriam diretos para os fundos estaduais e municipais deveriam estar voltados para intervenções, como produção habitacional e de lotes urbanizados, urbanização, regularização fundiária, melhoria habitacional, reforma e conversão de imóveis para habitação. O modelo considerava que o Ministério das Cidades atuaria como gestor do FNHIS e a CEF, banco público de fomento, e agente operador. A estrutura do Conselho Gestor Nacional segue o modelo paritário com composição formada por vinte e quatro membros, metade deles representando o Governo Federal e metade, a sociedade civil como membros dos movimentos populares, empresários do setor, trabalhadores, ONGs e Universidades assumindo as competências de alocar os recursos, aprovar as diretrizes, prioridades e estratégias, regulamentar, estabelecer regras de repasse e concessão de subsídios (ROLNIK, 2015a).

Quadro 1-Síntese da atuação dos agentes na promoção de habitação no PMCMV.

Agente	Ações
Governo	Elaboração das diretrizes gerais da Política Urbana e da Política Habitacional nacionais. Responde pela elaboração do PMCMV e define sua operacionalização, as fontes e o montante de recursos mobilizados para sua execução e a forma de distribuição nacional. Estabelece diretrizes e fixa as regras para aquisição e produção das unidades habitacionais e acompanha e avalia o desempenho do programa, entre outras atribuições.
Estado	Aplicação das leis sobre uso e ocupação do solo, principalmente nas áreas de jurisdição estadual, como as áreas de proteção ambiental (APAs, APPs, Mananciais). Respondem pela aprovação dos projetos localizados nessas áreas sensíveis e de projetos de grande porte, com impacto em mais de um município. São muitas vezes responsáveis pela infraestrutura de transporte, saneamento, iluminação e, por isso, têm interferência em empreendimentos de maior porte ou em áreas ainda não atendidas pelos serviços urbanos.
Municípios	A Constituição de 1988 promoveu novo papel para os municípios, que assumiram a prerrogativa da condução da política territorial e urbana. Eles são hoje responsáveis pela elaboração dos planos diretores e das leis de uso e ocupação do solo urbano e, portanto, têm participação importante no mercado de terras e localização dos empreendimentos habitacionais, respondem pela aprovação dos projetos e definem as medidas mitigadoras a serem executadas pelo agente promotor, caso haja necessidade em função dos impactos provocados pelo empreendimento em aprovação.
Caixa Econômica	Agente financeiro que concede financiamento às construtoras, incorporadoras ou diretamente ao usuário, mediante avaliação e aprovação do projeto e/ou imóvel. Para isso, define os critérios técnicos indispensáveis à aprovação dos projetos e analisa a viabilidade técnica, jurídica e econômica financeira dos projetos. A Caixa se baseia em um conjunto significativo de normas (leis, decretos, instruções normativas, normas técnicas etc.) para a avaliação. Entre elas, destacam-se abaixo aquelas que têm maior implicação nas questões relativas aos parâmetros urbanísticos e arquitetônicos.
Bancos privados	Os bancos privados também podem atuar no PMCMV como agentes financeiros, ainda que a Caixa se mantenha como agente operador dos recursos do FGTS, que lastreiam parte dos recursos do PMCMV. Os outros bancos operam na faixa de três a dez salários mínimos, com recursos do FGTS, são agentes financeiros do fundo, enquanto a Caixa é agente operador e financeiro. Note-se que os empreendimentos de zero a três salários mínimos são administrados exclusivamente pela Caixa, pois são realizados com recursos do FAR.
Construtoras e incorporadoras	No primeiro capítulo foi ressaltado que, embora a competência sobre a regulação do uso e ocupação do solo urbano seja do Estado, em sua escala municipal, ainda assim compete às construtoras e incorporadoras a corresponsabilidade sobre os resultados da urbanização dos novos empreendimentos do PMCMV. Por isso, é imprescindível que a categoria incorpore a sua atuação – em movimento de conscientização para a questão – maiores preocupações quanto à qualidade da inserção urbana e acesso a redes de infraestrutura e transportes. Disso decorre que um empreendimento habitacional não tem como ser tratado como outro tipo qualquer de atividade econômica, pois não devem nortear-se apenas pelos possíveis resultados financeiros. Os ganhos imediatos de um empreendedor podem representar custos sociais muito maiores no futuro. Portanto, não há dúvida que a melhor urbanização no Brasil passa por profunda conscientização, por parte dos empreendedores e construtores, dos limites sociais e éticos que sua atividade pressupõe.

Fonte: adaptado de Ferreira (2012).

Ao versar sobre o papel da participação popular nesse processo, Fix (2011) afirma que embora tenham sido realizadas mais de 60 atividades participativas envolvendo governos estaduais e municipais, para construção do Planab, o PMCMV verificou trajetória diferente, sendo elaborado pela Casa Civil e pelo Ministério da Fazenda, abrangendo ainda representantes da Construção Civil, sem participação popular. Além disso, a estrutura do Ministério das Cidades, orientada para as políticas de habitação, saneamento, transportes e desenvolvimento urbano, não foi utilizada na ideia do projeto e não aconteceu consulta ao Conselho das Cidades, além da ausência do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que possibilitaria a concentração dos recursos da política habitacional levando à uniformização dos critérios de acesso, presente apenas na modalidade Entidades, destaca-se ainda que, os recursos utilizados para a faixa de 0 a 3 salários mínimos foram orientados pelo o FAR, sem regulação.

Os debates iniciais revelam, portanto que o PMCMV constitui um Programa vinculado ao pensar a habitação, a partir de uma ótica que considera os desdobramentos de uma crise financeira mundial, com destaque para o atendimento das necessidades que se impunham aos grupos associados ao mercado imobiliário que vivenciavam, por exemplo, a redução na obtenção dos lucros.

Como demonstrativo da atuação dos empresários atingidos pela situação de crise na organização do Programa, observa-se que estes foram liderados pela Gafisa e apoiados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), iniciando a intensificação do *lobby* junto à Fazenda, com o objetivo de implantar um “pacote habitacional” seguindo as características do programa mexicano, este, sido inspirado no modelo chileno. Inicialmente o governo viabilizou a compra das 200 mil unidades, mediante subsídio ao comprador final, unidades que já seriam lançadas pelas construtoras no mercado-operação e que estariam ameaçadas pela crise diante da ausência da intervenção estatal. Soma-se também o apoio aos créditos hipotecários com a introdução de um fundo garantidor dos empréstimos (ROLNIK, 2015a).

Estabelecendo um comparativo com o BNH, Fix (2011, p. 144/145), assinala que

Enquanto o BNH fez parte da tentativa de garantir emprego na recessão de 1964-67, o MCMV foi lançado sob a alegação de assumir um caráter anticíclico, diante da crise financeira mundial. As mudanças no financiamento foram mais significativas nos anos 1960, com a criação do FGTS e do SBPE. O SFH criou as condições de existência de um fluxo de crédito para a indústria da construção civil, que duraria até a crise dos anos 1980. Sem essa fonte permanente de recursos, o BNH poderia ter

permanecido restrito à tentativa que o antecedeu, de uma política habitacional centralizada, a Fundação Casa Popular. Esses dois fundos estão até hoje entre as principais fontes de recursos, inclusive no MCMV. A diferença, aqui, viria com o subsídio direto com recursos do orçamento, que assume dimensão importante.

Rodrigues (2011) realça os programas que mantêm a estrutura de políticas anteriormente desenvolvidas no Brasil e que estão desvinculadas dos pressupostos do PNDU, entre elas estavam o PMCMV; o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) com ênfase para o PAC-COPA, visando atender exigências da Federação Internacional de Futebol – FIFA, e o das corporações imobiliárias.

A análise do processo de elaboração e implantação sinaliza que PMCMV se configura como uma “marca”, que envolve diversos subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto “casa própria” que atua como unificador das diferentes experiências. A configuração da crise econômica, associada ao processo de enfraquecimento do Ministério das Cidades enquanto agente formulador e condutor da política urbana implicou na aceitação da proposta do setor da construção civil, pelo Governo que apostou no potencial econômico da produção de habitação em massa (AMORE, 2015).

Trabalhando com o ponto de vista da estratégia política assumida pelo PMCMV, Rolnik (2015a), aponta que algumas alterações são executadas no projeto inicial, pois o Presidente da República ao receber a proposta do “pacote habitacional” indicou modificações marcadas pela ampliação no número de unidades construídas que passaria de 200 mil casas, para 1 milhão, além do aumento da parcela do programa que seria destinada aos setores de mais baixa renda- inicialmente eram 20% das unidades, já que o principal foco era o “segmento econômico” (faixas de quatro a dez salários mínimos, a clientela potencial desse produtos). Anteriormente, a Caixa já operava o PAR que possuía modelo operacional semelhante, mas sem o aporte de subsídios dessa quantidade, logo a utilização do modelo do PAR seria mais simples do que criar um novo modelo operacional. A proposta de incluir uma faixa totalmente subsidiada e sem o crédito hipotecário, para a baixíssima renda, “Faixa 1”, que seria indicada por prefeitos e governadores, já constava de propostas para o “pacote” trazidas pela Caixa.

Para Bonduki (2009), o “pacote” habitacional do PMCMV não deve ser visto nem com exagerado entusiasmo nem como um desastre. A afirmação está pautada no fato de que se por um lado, 1 milhão de casas não impactam consideravelmente no déficit de mais de 7 milhões

de unidades no país, além do risco da produção de moradias precárias, em localizações inadequadas e com pequena contemplação do perfil daqueles inseridos no déficit, por outro, o Programa elevou os recursos orçamentários em habitação.

Realizando análise sobre esse processo Fix (2011) reitera que o embora o PMCMV tenha trabalhado com um problema nacional de primeira ordem, seguiu critérios do capital, ou da fração do capital representada pelo circuito imobiliário, e do poder, com destaque para a política eleitoral. Além disso, é importante observar que

O programa articula um problema social real e importante, a falta de moradias dignas, à mobilização conformista do imaginário popular e aos interesses capitalistas. Responde, a um só tempo, a problemas de *acumulação*, por meio da injeção de recursos no circuito imobiliário (construção de edificações e construção pesada, indústria de materiais e componentes, mercado de terras) e *legitimação*, ao responder à pressão das lutas sociais do ponto de vista da demanda por habitação e por emprego. Guardadas as diferenças – sem dúvidas significativas e importantes – são claros os paralelos com a história do BNH (FIX, 2011, p. 141).

Ainda versando sobre o viés político do PMCMV, Amore (2015) salienta que este foi pensado a priori para atender apenas as regiões metropolitanas e cidades com mais de 100 mil habitantes, uma vez que estas seriam as áreas de atuação do “segmento econômico” das incorporadoras, no entanto, como mais da metade das 308 emendas que o Projeto de Lei recebeu no Congresso era de autoria de deputados com base nos pequenos municípios, o Programa foi estendido para municípios com menos de 50 mil habitantes.

Sobre esses dados, apura-se que 45% da população brasileira vivem em municípios com menos de 50 mil habitantes, estes constituem 95% dos 5.565 municípios do país e possuindo expressivo peso político no Congresso Nacional, logo foi criada mais uma modalidade que seria destinada a municípios com menos de 50 mil habitantes, o Minha Casa Minha Vida-Sub 50.

As dimensões políticas assumidas no Programa podem ser corroboradas ainda na centralização dos recursos para financiamento que atuou como centralizadora por parte do Governo Federal das políticas habitacionais com implicações para o contexto político, dessa forma, destaca-se o fato de o PMCMV ter sido lançado em março de 2009, um ano e meio antes do período de disputa eleitoral para presidente (ROLNIK, 2015a).

O Programa não incluiu a promoção estatal, tais como projetos e licitações sob responsabilidade de órgãos públicos, nesse contexto, o FAR foi todo destinado à promoção das construtoras, que construíam unidades a partir das demandas colocadas pelas Prefeituras.

Por outro lado, O FGTS foi voltado para a faixa de 3 a 10 salários, com empreendimentos ofertados pelas empresas (FIX, 2011).

Na caracterização morfológica constata-se que o modelo proposto pelo Programa favoreceu para a faixa de 0 a 3 salários, principalmente a produção de casas térreas em grandes conjuntos nas periferias urbanas, e ainda em áreas até então delimitadas como rurais que passaram a integrar o perímetro urbano, sendo aprovadas pelas Câmaras Municipais e atendendo em muitos casos os interesses dos proprietários de terra, pois a simples mudança da venda da terra de hectares, para metros quadrados já forma importante mecanismo de apropriação de renda. Essas características implicam na produção de custos elevados para poder público, pois a incorporação de uma área até então rural, exigirá a ampliação da rede de infraestrutura (sistema viário, água, saneamento, energia, etc.), transportes e serviços (escola, cultura, lazer, etc.) terá que ser estendida (FIX, 2011).

Característica verificada em Marabá com a aprovação da Lei 17.358, de 3 de julho de 2009 que incorporou um recorte antes delimitado como rural ao perímetro urbano com vistas à implantação dos empreendimentos do PMCMV. Além disso, como constatado nas atividades de campo as localizações dos empreendimentos implicam na coexistência de dificuldades no acesso a serviços básicos, mediadas pelos problemas que compõem a mobilidade urbana na modalidade pública.

Do ponto de vista das especificações das formas que deveriam integrar o PMCMV, foram delimitadas as diretrizes que deveriam compor as obras. Salienta-se o limite de 500 unidades habitacionais por empreendimento, com até 250 unidades por condomínio; os apartamentos deveriam conter dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, com uma área útil mínima de 37 metros quadrados, além disso, as orientações possuíam uma tipologia de planta a ser adotada como padrão, com um custo unitário em 2009 em torno de R\$ 60 mil (KOPPER, 2016).

Constata-se que as medidas do Ministério das Cidades que antecederam o PMCMV auxiliaram a recomposição dos financiamentos em níveis que podem ser comparados àqueles do período de atuação do BNH. Em comparação, o atendimento manteve a diferenciação por três faixas de rendimentos da população, no entanto, o segmento mais popular, atendido pela Companhia de Habitação Popular (COHAB), passou a ser atendido por construtoras (oferta privada), mediante a solicitação cadastrada pela prefeitura (FIX, 2011).

Finalmente, ressalta-se que a distribuição das unidades por faixa de renda adotadas no Programa não obedece ao perfil do déficit habitacional. A análise leva em conta que o

governo Lula promoveu uma forte recuperação do salário mínimo, o que distorce fortemente a utilização desse indicador para fixar as faixas de atendimento. Por essa razão, o PlanHab eliminou o salário mínimo e adotou os valores nominais nas propostas.

Assim, a faixa até R\$ 1.395 (3 salários mínimos em 2009), que recebe subsídio integral no programa, corresponde, em valor real, a aproximadamente 5 salários mínimos no ano de 2000, último em que se dispõe de dados sobre o déficit por faixa de renda. Nessa faixa, concentram-se 91% do déficit habitacional acumulado, ou seja, cerca de 6,5 milhões de famílias (BONDUKI, 2009).

A meta de 1 milhão de unidades, atende 14% do déficit acumulado. No entanto, na faixa prioritária (até R\$ 1.395), que, de acordo com as diretrizes da PNH, deveria ser o foco do subsídio, com 400 mil unidades, apenas 6% do déficit deverá ser atendido, isso se essa meta for cumprida, o que parece ser um dos grandes desafios do programa. Já o déficit nas demais faixas (acima de R\$ 1.395) é reduzido e a meta do novo programa pode não só zerar as necessidades como atender à demanda demográfica ou, até mesmo, financiar uma segunda moradia (BONDUKI, 2009).

A implantação desses conjuntos em larga escala, implicou em alterações nas dinâmicas de cidades cuja maior parcela dos empregos, serviços e oportunidades econômicas e culturais estão concentradas em locais com predomínio da média e alta renda. A lógica do Programa, indicou que os conjuntos para a Faixa 3 foram aqueles que apresentaram maior proximidade das áreas centrais mais bem equipadas das cidades, por outro lado, os empreendimentos para a Faixa 1 ocuparam as periferias mais afastadas, próximo às margens das cidades em lugares que não apenas são distantes dos territórios privilegiados, mas também são homogêneos do ponto de vista social. Dessa forma, embora tenha englobado parcela da população que historicamente não era atendida pelas iniciativas federais na área habitacional, o Programa não chegou a interferir no lugar tradicionalmente ocupado por ela nas cidades, contribuindo para a reprodução do padrão periférico (ROLNIK, 2015b).

Nesse momento, retoma-se as leituras acerca dos processos constatados em Marabá, onde embora a Faixa 3 também esteja localizada com distanciamento dos Núcleos urbanos que compõem as centralidades na cidade, este empreendimento foi localizado próximo ao Núcleo Nova Marabá, que apresenta maior oferta de serviços. Por outro lado, embora atendendo as demandas por habitação, os residenciais da Faixa 1 estão em áreas mais afastadas.

A síntese das características morfológicas da instalação, demonstra que estes conjuntos assinalam uma ocupação que privilegiou a promoção da valorização dos vazios urbanos, com a construção em áreas de expansão, sem a promoção de estrutura capaz de contemplar os moradores. Considerando que o modelo de implantação foi previamente planejado para os empreendimentos, sobressai-se a possibilidade de desdobramentos dos problemas na maior parcela dos conjuntos.

Como pôde ser observado nos relatos sobre as dificuldades de deslocamento para a realização de algumas atividades no Jardim do Éden em Marabá, marcada pela precariedade do transporte público e um Residencial que embora esteja próximo a um Núcleo urbano, trata-se de um Núcleo que até 2009, estava inserido em área rural e hoje conta com atividades incipientes que também carece de instrumentos para o atendimento de demandas básicas como bancos, lojas e outros.

Sob as determinações para as construtoras no momento da execução de um empreendimento a CEF exigia a construção de quadra poliesportiva, salão de festas dimensionado por meio metro quadrado por unidade habitacional, *playground*, além de locais específicos destinados à convivência, ressoa a ideia de que providenciar o acesso à moradia implica produzir “inclusão social”, isto é, uma certa estética civilizatória de como viver em condomínio e de quais modelos familiares deverão ser priorizados na ocupação do espaço construído (KOPPER, 2016).

No período que compôs as apresentações oficiais de lançamento do Programa ganhavam relevo os dados quantitativos do déficit habitacional que no período estava calculado em 7,2 milhões de moradias, com 90% concentradas nas faixas de renda inferiores a três salários mínimos, destas 70% estavam nas regiões Sudeste e Nordeste. Era defendido que com os números do Programa haveria uma redução de 14% desses percentuais uma vez que o MCMV apresentava ênfase na preocupação com a produção para as rendas inferiores, nesse sentido, 400 mil unidades (40% da meta) deveriam ser destinadas a famílias com renda de até 3 salários mínimos (AMORE, 2015).

Os dados demonstram a expressividade dos subsídios não verificados sequer no PlanHab, sobressai-se ainda a proposta de distribuição regional concentrando a produção nos estados do Sudeste e Nordeste. Além disso, o Programa fazia uma leitura simplificada do “problema habitacional”, que, por exemplo, foi abordada no PlanHab por meio de uma grande diversidade de programas e produtos habitacionais, conforme as peculiaridades das onze

tipologias de municípios que o Plano havia organizado em função das características demográficas e das dinâmicas econômicas (AMORE, 2015).

Trabalhando com as dinâmicas que compuseram a realização do PMCMV, Amore (2015) indica que após o período de 2009 a 2011, com o alcance da meta quantitativa de 1 milhão de unidades contratadas, tem-se o lançamento da Fase 2 objetivando a contratação de mais 2 milhões de unidades. Nessa fase, foi realizada a revisão dos limites de cada faixa de renda, além do aumento dos custos máximos das unidades, bem como a incorporação de especificações mínimas que envolveram a obrigatoriedade da promoção de acessibilidade universal, em conjunto com o aumento das dimensões dos ambientes, e de padrões mínimos de acabamento.

Ainda sobre a Fase 2 do Programa, foram priorizadas as faixas inferiores de renda que corresponderam a 60% das contratações, em resposta aos dados do déficit que historicamente se concentra entre as famílias com renda de até três salários mínimos. As faixas de renda foram definidas em reais, sem correção desde o lançamento da Fase 2, cada uma associada a diferentes fundos, níveis de subsídio, tetos de financiamento e custos de produção, e não “indexado” pelo salário mínimo.

Como possibilidade para a Faixa 1, sublinha-se o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) previsto para as em operações contratadas com Entidades, Associações e Cooperativas que assumam a responsabilidade de realizar a gestão (direta ou indireta) dos empreendimentos. Nesse momento, tem-se uma modalidade voltada à incorporação dos discursos e práticas da produção habitacional auto gestonária, debatida por governos locais ao longo dos anos 1990 e início dos 2000 (AMORE, 2015).

Nas abordagens sobre o processo, observa-se que os sindicatos patronais e dos representantes diretos das grandes empresas constituíram a manifestação dos interesses dos promotores imobiliários na formulação de uma política pública, retomando o processo que se configurou durante a atuação do BNH. Mesmo com a participação de um líder do Partido dos Trabalhadores na presidência, ganhando ênfase as expectativas em relação ao enfrentamento da pauta da luta da Reforma Urbana, o PMCMV não possibilitou um processo participativo como estava sendo trabalhado no Conselho das Cidades e na elaboração do Planhab (ROLNIK, 2015a).

Além disso, o PMCMV não se propôs a enfrentar a questão fundiária, tema central na Reforma Urbana, não englobando os instrumentos do Estatuto da Cidade e cedendo espaço para que as empresas pudessem maximizar os ganhos por meio de operações especulativas

com a terra. Isto posto, a tendência é que parte do fluxo de capitais viabilizado com o aumento do crédito – inclusive os subsídios oferecidos com verba do orçamento público – seja capturada na forma de renda da terra.

É possível afirmar que tanto no BNH como no PMCMV, o circuito imobiliário pressionou pela elevação dos financiamentos. No BNH o sistema alternou entre fases com financiamentos mais voltados para a renda média alta e outras na qual há relativa popularização dos investimentos. No PMCMV, subsídios públicos maiores na camada de 0 a 3 salários mínimos possibilitam uma parcela da produção destinada para a baixa renda, nesse processo, os incorporadores voltados para a faixa de 3 a 10, conseguiram elevar os limites de financiamento atingindo uma população com rendimentos maiores, nessa situação, o preço da terra torna cada vez mais difícil a produção para renda mais baixa (FIX, 2011).

Refletindo sobre a função financeira e a função social, Fix (2011), analisa que a atuação do PMCMV aumenta a desproporção entre o poder das empresas e dos governos locais, com o poder do capital crescendo para impor seus requerimentos no reordenamento do território, nesse sentido, o imóvel passa a circular como um título e o preço é definido pelo valor presente do rendimento futuro esperado. Assim, emerge a contradição entre a garantia de ter onde morar com a necessidade de retomar os imóveis em caso de inadimplência, para que possam cumprir sua função de lastro da valorização financeira.

Sintetizando as relações que são estabelecidas para a provisão de habitação, Lefebvre (2001) destaca que embora nesse momento a função pública assuma função de relevância, a habitação não se torna um serviço público. Esse processo de crescimento gerava vazios, preenchidos pelos grandes conjuntos habitacionais.

Nesse momento, ganha relevo a investigação sobre as possibilidades de valorização estabelecidas com a construção em larga escala dos conjuntos do PMCMV.

A trajetória da CEF atuando junto a recursos destinados ao PMCMV reflete a presença da instituição nos projetos voltados para as classes sociais mais pobres e ao governo central, além da atuação nas cadernetas de poupança, operações de penhor, e promoção das obras de saneamento. Naquilo que versa sobre a habitação, o Banco passou a exercer importante papel a partir da extinção do BNH, momento no qual passou a ser a principal instituição para os financiamentos (D'AMICO, 2011).

Consequentemente ganha relevância a padronização construtiva presente nos projetos de grande parte das maiores incorporadoras, somada à terceirização (subcontratação) das

construções de partes das obras- contribuindo para acelerar o ritmo de construção, além de permitir o rápido ingresso nos mercados locais (VOLOCHKO, 2015b).

Recebe destaque a simplificação das plantas e da estrutura geral da obra, das instalações, do acabamento, que concorrem para a redução da qualidade dos materiais e métodos empregados, acarretando a piora global da moradia. Assim, torna-se recorrente que grandes incorporadoras adquiram empresas que já atuavam na construção de moradias para segmentos sociais, com faixas de rendimentos menores, comprando o modelo de distribuição da habitação popular de mercado (VOLOCHKO, 2015b).

No âmbito dos empreendimentos desse porte, uma parcela da população urbana composta por empregados do comércio, serviços, da própria indústria e da construção civil, que em sua maioria foi mantida durante décadas à margem dos circuitos de financiamento imobiliário e da propriedade privada formal do solo é deslocada para os novos condomínios, configurando um processo de reprodução urbana que transfere camadas da população entre as periferias. Esse processo ratifica que as configurações anteriores do espaço periférico, marcadas pela autoconstrução, informalidade do ponto de vista da propriedade privada do solo, e o “viver de aluguel” vai se tornando fonte para uma nova mercantilização habitacional, assim, eles passam a entrar na contabilidade dos novos negócios urbanos que envolvem os setores imobiliários e financeiros, além do Estado (VOLOCHKO 2015b).

Parcela dessa dinâmica é explicada segundo Martins (2016) pela corrida na busca de terras a partir da implantação do PMCMV, que assume conotações diferenciadas mediadas pelo novo caráter assumido no setor imobiliário. Então, a especulação foi ultrapassada pelo processo de finaceirização, alterando a função do banco de terras, que passa a atuar como fundamental para que as empresas consigam obter dinheiro.

Revela-se o predomínio da construção orientada para a obtenção do lucro em um contexto de crise, concorrendo para a construção de conjuntos marcados pela baixa qualidade das residências, numa escala que desconsidera as demandas particulares de cada família.

O processo demonstra a reprodução das periferias que soma ao tripé loteamento periférico- autoconstrução- casa própria, às favelas, aos conjuntos habitacionais e aos condomínios fechados luxuosos, configurando uma nova morfologia marcada pela produção imobiliária- financeira- estatista dos novos condomínios habitacionais populares. Ainda segundo o autor, essa dinâmica sinaliza a tendência de uma intensificação da contradição totalização/fragmentação do espaço urbano (VOLOCHKO, 2015b).

O setor imobiliário formado por grandes empresas construtoras e incorporadoras e o setor financeiro no domínio da produção intraurbana do espaço, opta por concentrar suas ações na produção de bairros nobres e bem localizados, servidos com equipamentos urbanos voltados à moradia das elites políticas e econômicas. Embora existissem empresas e proprietários com negócios imobiliários voltados à construção e locação de moradias populares para os trabalhadores, a produção imobiliária privada hegemônica se concentrava especialmente em bairros centrais e/ou que iam se tornando centrais, sendo as periferias o lugar onde essa produção imobiliária financeira não atuava de modo contundente até pelo menos a última década (VOLOCHKO, 2015b).

No entanto, a dinâmica de produção do espaço impõe outras necessidades ao longo do tempo, orientadas para a manutenção das características que integram a lógica capitalista da busca continuada pela obtenção do lucro. Dessa forma, observa-se que diante das

[...] necessidades de continuidade de produção ampliada da acumulação urbana, e dadas algumas barreiras como a raridade do espaço em certas regiões valorizadas e densamente ocupadas das cidades e metrópoles, o setor imobiliário de ponta e o capital financeiro com auxílio do estado, passam atualmente a investir pesadamente na produção habitacional nos espaços periféricos- mas não apenas aí –onde a pobreza historicamente constituída vem sendo mobilizada lucrativamente. Por isso, o que se observa hoje nas periferias integra o que se pode pensar como uma nova rodada espacial da reprodução do capitalismo imobiliário no Brasil, que se liga estreitamente à chamada mundialização financeira (VOLOCHKO, 2015a, p. 112).

Para o autor, o PMCMV seria uma representação do processo no qual a política urbana vem sendo abandonada ou está sendo entregue nas mãos dos interesses imobiliários e financeiros privados, refletindo desse jeito um enredo marcado por uma nova e ampliada escala e do poder de atuação do setor privado na urbanização atual, e faz parte daquilo que chamamos de novo patamar da reprodução espacial do capitalismo.

A análise do papel exercido pelo Estado revela que este se coloca como um campo de mediações e disputa entre o social e o econômico. No entanto, mesmo as Legislações como o Estatuto das Cidades são abandonadas por Programas de Governo que se colocam como pacotes anticrise, com o objetivo de dinamizar o mercado imobiliário, possibilitando-o chegar a novas fronteiras no urbano, representadas pela construção dos condomínios fechados voltados às frações populares e às frações inferiores das classes médias nas periferias. Assim, constituem-se contextos que revelam maior articulação aos interesses privados, dando mais potência ao protagonismo econômico juntamente com a naturalização e fortalecimento da ideia de empreendedorismo e de governança, nessa perspectiva, o Estado no plano do poder

político se coloca como representante natural dos interesses econômicos, e não dos interesses da maioria da população (VOLOCHKO, 2015b).

Ao discorrer sobre a valorização do espaço, Volochko (2015b) salienta que esta ocorre através de melhorias em infraestruturas que fortalecem a centralidade do lugar, e a capitalização se liga a um processo de caráter fictício associado ao aumento de preços considerando uma especulação sobre a valorização futura de algumas áreas. Os processos descritos levam à intensificação da transformação da habitação em investimento financeiro, fazendo com que a moradia seja forçada a se distanciar cada vez mais dos seus conteúdos sociais.

Portanto, mediando as relações sociais, encontra-se hoje em todos os níveis de realização da mercadoria um plano mais avassalador com o aprofundamento da sociedade de consumo, em que tudo e todas as relações a ela se subordinam, gerando um processo que se realiza com o empobrecimento e deterioração da vida social. Nesse sentido, o “combate” à desigualdade reitera-a de forma perversa: a “inclusão” numa sociedade que “exclui” constantemente é feita pela mudança da condição social frente ao mercado; agora, essa população periférica, que vivia fora do mercado formal da habitação é consumidora do espaço-mercadoria através do contrato formal da compra da moradia, o que revela que o desenvolvimento da sociedade não se reduz ao aumento de salário nem se mede pelo acesso ao mundo do consumo, mas pelo processo que reproduz todas as relações sociais pela mediação do mundo da mercadoria (CARLOS, 2015a).

Os debates reforçam as associações estabelecidas com o poder público, assim como os desdobramentos dessa prática, uma vez que quando pensado o PMCMV é possível constatar o favorecimento daqueles que estão ligados à realização do processo de produção, atendendo a população que demanda por moradia, de forma parcial, na medida em que se observa a precariedade de localizações distantes de serviços básicos otimizados por contextos marcados por ausência de transporte público eficiente, além da baixa qualidade dos materiais empregados, fato que implica em problemas estruturais nas residências.

Na maior parcela do mundo capitalista, a moradia é construída como uma mercadoria com fins especulativos para ser vendida no mercado para aqueles que precisam e podem pagar por ela. Nessa perspectiva, o valor de troca é determinado pelos custos básicos de produção da casa que englobam o trabalho e a matéria prima, somam-se ainda a margem de lucro do construtor que disponibiliza o capital inicial necessário mais o custo de aquisição, aluguel ou arrendamento da terra. Já o valor de troca envolve os custos reais de produção em conjunto

com o lucro, os juros sobre empréstimos e o aluguel capitalizado (preço da terra). O processo de criação do valor de uso nesse contexto, um meio para atingir o valor de troca uma vez que o objetivo do produtor não é o valor de uso. Quando ganha ênfase o aspecto especulativo da produção habitacional. O valor de troca assume o comando da provisão habitacional mesmo com a possibilidade de o construtor ganhar ou perder dinheiro, mas as atividades são organizadas de forma que as perdas não aconteçam (HARVEY, 2016).

No entanto, mesmo no universo especulativo, o valor de troca da habitação não é algo fixo, na medida em que este sofre variações associadas à diversidade de forças e condições sociais. Fatores que influenciam essa dinâmica são compostos pelo valor de troca das casas vizinhas, uma vez que o valor da casa pode apresentar reduções diante da existência de casas ao redor que estiverem em mau estado ou as pessoas “erradas” se mudarem para lá. Por outro lado, as intervenções na vizinhança tais como os processos de gentrificação implicam em aumento no valor da casa aumentar. Portanto, verifica-se que o mercado habitacional é caracterizado por aquilo que os economistas chamam de efeitos da “externalidade” (HARVEY, 2016).

O autor destaca que os novos moradores dos condomínios habitacionais produzidos nesse processo em sua maior parte são procedentes de espaços já periféricos, embora de periferias menos distantes, mostrando a configuração de um maior afastamento, decorrente, por exemplo, da tentativa de tornarem-se proprietários formais de suas casas, fato possibilitado apenas nos espaços distantes e menos valorizados.

Nessa perspectiva, Kopper (2016) assinala que o PMCMV atua no cenário dos reassentamentos e regularizações de ocupações ilegais de terra, mediante a execução de parcerias público-privadas com agentes de mercado. Ele coloca em jogo um modelo de governo da pobreza, que se fundamenta na efetivação de intervenções espaciais que assumem caráter de seletividade e difusão, nesse sentido, tem-se o deslocamento da execução no âmbito da instância federal do Governo para as unidades locais, mediado pela capacidade de iniciativa de empresas privadas em desenhar e atender as necessidades de um beneficiário-consumidor de baixa renda. Assim, o PMCMV adotou um modelo de política pública que utiliza alianças difusas entre Estado e mercado para concessão dos benefícios. Nesse modelo, tanto as construtoras quanto os beneficiários dependem de uma participação ativista na demanda e proposição ativa desses bens, ambos mediados por um Estado de bem-estar minimalista. Dessa forma, a transformação do acesso à casa própria em um benefício limitado

e escasso, indica a atuação do Estado influenciando a inserção na sociedade de consumo com o acesso à cidadania.

O PMCMV constitui produção habitacional em escala, subsidiada para as famílias de baixa renda, visando o incentivo econômico para o setor da construção civil, influenciando os vínculos entre o capital financeiro e o capital imobiliário, levando à alta dos preços de imóveis e aluguéis, assim como, a produção de novas periferias e aprofundamento da segregação socioterritorial (RIZEK, AMORE, CAMARGO, 2015).

Do exposto, pode-se afirmar que a valorização do solo urbano e dos imóveis engloba processos socioespaciais complexos, que envolve múltiplos elementos sociais, ganhando realce a localização. Logo, na trajetória do aumento de preços que provoca nova articulação da propriedade, com o espaço construído, está a mudança de uso do solo. Nessa transformação, se a terra possuía um valor de uso ligado à especulação ou a outras atividades, como a industrial, quando ocorre a incorporação ativa de trabalho humano, representada pela edificação de novos imóveis e suas ligações com o restante do espaço urbano, mediante a conexão com a rede elétrica, viária, de saneamento, ao comércio, às centralidades diversas etc., possibilita a verificação de alterações qualitativas no valor de uso do terreno, realizando a valorização do solo, cujo preço se eleva (VOLOCHKO, 2015).

Por ser fruto do trabalho social materializado, o espaço urbano é produzido, de forma socializada, mas a apropriação ocorre de forma diferenciada. Na sociedade capitalista, o acesso ao solo urbano ocorre, mediante orientação do mercado, que atua como mediador fundamental das relações, produzindo limitações nas escolhas e condições de vida, especialmente, quando considerada a existência da propriedade privada que culmina na determinação do acesso à vida urbana, mediante a imposição de um preço para o solo urbano (CARLOS, 2015a).

A constituição desse preço está ligada à inserção da área considerada, no espaço urbano global, ganhando ênfase inicial a localização do terreno e a acessibilidade proporcionada, por este, em relação aos lugares considerados privilegiados, somam-se o acesso à infraestrutura como água, luz esgoto, asfalto, telefone, vias de circulação, transporte, a privacidade e os fatores vinculados ao relevo. Por outro lado, as modificações, que serão verificadas nesses preços, estão relacionadas às condições oferecidas para a reprodução do espaço urbano, envolvendo, igualmente, as características de produção das condições gerais de reprodução, os custos gerados pela concentração no solo urbano, e, ainda, os instrumentos

orientados para a promoção de zoneamento ou de reservas territoriais, acrescentando-se as modificações do poder aquisitivo dos habitantes (CARLOS, 2015a).

Verifica-se, portanto, que as dinâmicas que integram a produção sobre o espaço urbano, sob o viés do debate da valorização, apontam para a coexistência de contradições no contexto de uma produção coletiva e apropriação privada, com uma valorização fomentada pela instalação de infraestruturas básicas, em muitos casos, pelo poder público, com vistas ao atendimento de interesses de grupos voltados para a produção de habitação e para atender a parcela da população que pode pagar. Essas alterações iluminam o olhar para a habitação como mercadoria, na medida em que a instalação dos Residenciais do PMCMV constitui, também, materialidade exposta na demanda pela instalação de rede de água, esgoto, calçamento, escolas, influenciando a produção do valor.

Iluminando as dificuldades que integram o acesso a informações sobre o setor imobiliário, Lencioni (2014) afirma que, além da pequena quantidade de dados disponíveis, eles não possuem periodicidade. Além disso, é comum que as fontes dos dados sejam oriundas de registro de transações de compra e venda em cartórios, nos órgãos de financiamento e em sites na internet.

Diante das dificuldades para a obtenção de dados em Marabá, considerou-se aqueles fornecidos, pela PMM, sobre os terrenos, a utilização desses dados se assenta, ainda, nas observações de Lencioni (2014, p. 31) para quem “o imóvel construído contém um terreno e o próprio terreno é uma mercadoria. O terreno é uma condição básica da produção imobiliária e previamente necessária para se realizar a construção”

Do exposto, a abordagem sobre os fatores que concorreram para a instalação dos residenciais, considerando a ótica dos preços dos terrenos, em Marabá, é auxiliada pelos dados presentes nos quadros: Quadro 2, Quadro 3 e Quadro 4 que apresentam os histogramas descritivos das faixas de preço, por m² das quadras (designação adotada na cidade de Marabá para estratificar os terrenos), para cada um dos cinco Núcleos que compõem o espaço urbano.

Quadro 2-Distribuição dos preços por m² das quadras na cidade de Marabá, no ano de 2010.

Fonte: Marabá, 2020 (Dados da Planta Genérica de Valores).

No ano de 2010 (o ano anterior a implantação dos residenciais), as quadras estavam estratificadas, considerando o preço do metro quadrado, de acordo com o Quadro 2. Nesse recorte, nota-se que o Núcleo Velha Marabá apresentava 161 quadras, que representam, aproximadamente, 47% das existentes nesse Núcleo; na época, com preço situado, na faixa compreendida, entre R\$ 7,27/m² a R\$ 11,09/m². Por sua vez, o Núcleo Nova Marabá possuía dois estratos mais relevantes, que compreendiam a totalidade de 600 e 604 quadras, estas correspondem, aproximadamente, à 25% das quadras totais cada, ou seja, aproximadamente, 50% do total das quadras, presentes no Núcleo, estão contidas nessas duas faixas que apresentam os valores compreendidos entre R\$ 5,76/m² a R\$ 8,50/m² e R\$ 8,50/m² a R\$ 11,24/m², respectivamente.

No Núcleo Cidade Nova destacaram-se dois estratos, um que corresponde a 1.153 quadras, que representa aproximadamente 27% do total, e apresentam preços de metro quadrado, situados entre R\$ 7,86/m² a R\$ 9,40/m², e outro com 614 quadras, que representam, aproximadamente, 14,3 % do total, e que possuem preços presentes na faixa de R\$ 15,53/m² a R\$ 17,06/m². Assim sendo, aproximadamente 41,3 % das quadras do Núcleo estão situadas nessas faixas.

Por sua vez, o Núcleo São Félix apresentou 537 quadras, que representam aproximadamente 69,4% das quadras do Núcleo, e possuem preços situados entre R\$ 0,83/m² a R\$ 11,82/m². Ainda, sobre o Núcleo São Félix, notou-se que há quadras que possuem preços mais elevados, mais especificamente, um quantitativo de 107 e 55 quadras que correspondem, respectivamente, a aproximadamente 15,22% e 7,82% do percentual de quadras disponíveis, ou seja, essa parcela equivale a 23,04% do total e a faixa de preço, dessas parcelas, é de R\$ 44,79/m² a R\$ 55,78/m² e preços superiores a R\$ 55,78/m², respectivamente. Vale ressaltar, que esse quantitativo de quadras corresponde a menos de 25% do total de quadras disponíveis.

O Núcleo Morada Nova apresentou duas faixas de interesse, as quais apresentam 200 e 126 quadras, uma que representa aproximadamente 45% das quadras e que apresentou preços de metros quadrados situados entre R\$ 7,19/m² a R\$ 10,39/m², já a outra faixa, que representa, aproximadamente, 28,4% das quadras, possuía preços situados entre R\$ 10,39/m² a R\$ 13,59/m², ou seja, praticamente, 73,4% das quadras que compõem esse Núcleo estão presentes nessas faixas.

Ao analisarmos, comparativamente, os Núcleos, considerando as faixas que se destacaram, pode-se inferir que, nesse período, o Núcleo Velha Marabá possuía uma

quantidade de quadras com preços de metros quadrados superiores aos dos demais, seguido pelo o Núcleo Cidade Nova, o Nova Marabá, o Núcleo Morada Nova e São Félix.

Assim sendo, percebe-se que, os Núcleos Morada Nova e São Félix apresentaram um quantitativo maior de quadras com preços de m² inferior aos demais Núcleos, e isso pode ter influenciado na instalação dos Residenciais nesses recortes, além disso, como observado, os Núcleos, em análise, quando abordados no contexto da produção do urbano em Marabá, sempre apresentaram uma certa descontinuidade do tecido urbano, até meados da década de 80, os Núcleos São Félix e Morada Nova eram, fisicamente, separados dos demais pelo Rio Tocantins e que tal “barreira” era transposta por intermédio de balsas e, só posteriormente, pela ponte rodoferroviária.

Além disso, mesmo após a inserção no perímetro urbano, nos Núcleos São Félix e Morada Nova, ainda, predominam terrenos com características rurais. Tal cenário não se repete nos outros Núcleos, fato que pode ser explicado com a análise do processo de ocupação do espaço urbano, uma vez que a gênese da cidade ocorreu no Núcleo Velha Marabá e, tanto o Núcleo Nova Marabá, quanto a Cidade Nova, decorrem de Planos urbanos ou, ainda, projetos para a ocupação.

Quadro 3-Distribuição dos preços por m² das quadras na cidade de Marabá, no ano de 2011.

Fonte: Marabá, 2020 (Dados da Planta Genérica de Valores).

O Quadro 3 apresenta as faixas de preço, por metro quadrado, no ano de 2011 (ano de implantação do primeiro Residencial- Vale do Tocantins). Nota-se que o Núcleo Velha Marabá apresenta um recorte, que se destaca, com um total de 164 quadras, que corresponde, aproximadamente, a 47% das quadras totais presentes nesse Núcleo, tais quadras possuem preços de metros quadrados compreendidos na faixa de R\$ 7,39/m² a R\$ 11,34/m². O Núcleo Nova Marabá apresentou dois extratos que ganham destaques, uma vez que possuem 668 e 658 quadras, os quais representam aproximadamente 25% das quadras totais, para cada um dos grupos, ou seja, essas parcelas correspondem a 50% das quadras presentes no Núcleo e as faixas de preço para os metros quadrados são R\$ 5,74/m² a R\$ 8,48/m² e R\$ 8,48/m² a R\$ 11,2/ m², respectivamente.

O Núcleo Cidade Nova apresentou três faixas, que merecem destaque, com um quantitativo de quadras de 1.003, 786 e 637, respectivamente. Quanto ao total de quadras, essas faixas correspondem, em relação ao todo, aproximadamente a 14,4%, 11,3% e 9,2%, respectivamente, tais extratos estão contidos em faixas de preço de R\$ 7,86/m² a R\$ 9,40/m², R\$ 9,40/m² a R\$ 10,93/m² e R\$ 15,53/m² a R\$ 17,06/m², respectivamente. Com relação a esse Núcleo, percebe-se uma pequena alteração de preços, se comparados ao ano de 2010, uma vez que algumas quadras passaram da faixa que tem a maior magnitude, para a de segunda maior, portanto, com um maior preço, além disso, uma terceira faixa se destacou para observação e com preços monetários, ligeiramente, superiores as das duas já destacadas.

A avaliação dos núcleos São Félix e Morada Nova - aqueles nos quais foram implantadas as residências referentes ao programa - demonstra que, no primeiro caso, há apenas um extrato que se destaca e que engloba 573 quadras, o que corresponde a aproximadamente 70,3% das quadras totais do Núcleo. Essa faixa possui preços que variam entre R\$ 0,83/m² a R\$ 11,82/m². Por sua vez, o Núcleo Morada Nova apresentou dois extratos relevantes, um com 200, e outro com 127 quadras, que correspondem a, aproximadamente, 48% e 28,5% das quadras totais, respectivamente, e as faixas correspondentes são R\$ 7,19/m² a R\$ 10,39/m² e R\$ 10,39/m² a R\$ 13,59/m². A observação dos dois Núcleos demonstra que a implantação do residencial Vale do Tocantins não gerou alterações apreciáveis nas quadras, em destaque, no ano inicial.

Quadro 4-Distribuição dos preços por m² das quadras na cidade de Marabá, no ano de 2020

Fonte: Marabá, 2020 (Dados da Planta Genérica de Valores).

No ano de 2020, as quadras estavam estratificadas, considerando o preço do metro quadrado de acordo com o Quadro 4. Nota-se que o Núcleo Velha Marabá apresenta, apenas, uma faixa que agrega a maior parte das quadras, no caso a que se refere a 160 quadras, ou seja, corresponde a aproximadamente 44,2% do total de lotes, e a faixa de preço está situada em R\$ 14,97 m² a R\$ 23,84 m².

O Núcleo Nova Marabá demonstra três extratos que merecem atenção, já que apresentam 697, 697 e 973 quadras, o que, em termos percentuais, equivale a aproximadamente 18,72%, 18,72% e 26,13%, respectivamente. Essas parcelas de quadras representam cerca de 63,57% do percentual de quadras contidas no núcleo. As faixas de preço apresentadas, por essas parcelas, são R\$ 9,79/m² a R\$ 14,54/m², R\$ 14,54/m² a R\$ 19,29/m² e R\$ 19,29/m² a R\$ 23,84/m², respectivamente.

Por sua vez, o Núcleo Cidade Nova apresentou, nesse período, três parcelas que merecem destaque e que fazem alusão a 648, 1.469, 650 e 824 quadras, as quais, em termos percentuais, equivalem a aproximadamente 12,9%, 29,3%, 12,9% e 16,4% do percentual das quadras presentes no Núcleo. O somatório desse quantitativo de extratos equivale a 71,5% do total de quadras, as faixas de preço, para essas parcelas, são R\$ 10,06/m² a R\$ 14,99/m², R\$ 14,99/m² a R\$ 19,92/m², R\$ 19,92/m² a R\$ 24,85/m² e R\$ 24,85/m² a R\$ 29,78/m², respectivamente.

O Núcleo São Félix apresentou um extrato que representa, em números absolutos, um total de 588 quadras, os quais equivalem a cerca de 63,84%, do percentual total, de quadras presentes no Núcleo. Essa parcela está situada na faixa de preço compreendida entre R\$ 0,83 a R\$ 18,73. Por sua vez, o Núcleo Morada Nova apresentou dois extratos representativos, os quais contam com 161 e 208 quadras. Essas parcelas representam, respectivamente, cerca de 33,7% e 43,6% das quadras, ou seja, cerca de 77,3% do total das quadras, que compõem o Núcleo, e possuem faixas de preço que vão de R\$ 14,26/m² a R\$ 26,76/m² e R\$ 26,76/m² a R\$ 64,26/m².

Em linhas gerais, é visível, mesmo em subgrupos da amostra de menor magnitude, um aumento considerável no preço das quadras de quase todos os Núcleos, especialmente, se for efetuado o exercício de verificar como os preços aumentam, ao longo do eixo que determina as faixas, uma vez que se alcançou preços elevados. Tal fenômeno pode ser explicado pela intervenção do poder público com o intuito de melhorar a infraestrutura, correções tributárias, agregação de bairros aos núcleos (ocupações passaram a constituir bairros), especulação

imobiliária (em muito oriunda da possibilidade da implantação na cidade de grandes projetos, construção e consolidação de loteamentos privados, entre outros).

Ao se destacar os Núcleos, nos quais foram implantados os loteamentos populares, percebe-se que, desde de 2010 até o ano de 2020, ocorreu um aumento expressivo no preço que, em partes, está associado à instalação dos residenciais, assim como a instalação de loteamentos privados. Tanto no caso do Núcleo São Félix, assim como do Núcleo Morada Nova nota-se o surgimento de parcelas de quadras com preços de m^2 semelhantes ao de Núcleos que integravam o urbano desde outros momentos. Ganha destaque o Núcleo Morada Nova que, mesmo sendo o mais afastado dos demais Núcleos, apresenta a maior parcela de suas quadras com preços de metro quadrado oscilando entre R\$ 51,76/ m^2 a R\$ 64,26/ m^2 , faixa que supera o preço genérico dos maiores quantitativos de quadras do Núcleo Cidade Nova e Velha Marabá.

O olhar para os Núcleos urbanos consolidados aponta, também, para o debate sobre a raridade do espaço que, para Lefebvre (2008), ao ser mobilizado pela valorização capitalista, o espaço passa a compor as novas raridades. Ou, ainda conforme Lefebvre (1999), o capitalismo passa a enfocar a especulação imobiliária, as grandes obras e a compra e venda do espaço.

Esse fato possui leitura nas observações de Volochko (2012), ao salientar que a construção gera a valorização como condição e como meio do negócio, em processo, que, também, pode se realizar em outros espaços que podem não ser contíguos. O processo de valorização ocorre, nos espaços onde se constroem os condomínios, e dos terrenos por serem ocupados. Nesse momento, ocorre a valorização no interior do próprio empreendimento, e a valorização excessiva das áreas vizinhas, já construídas, também ocorre, mas de forma mais lenta.

Embora trabalhando com um empreendimento que não compunha a Faixa 01 do PMCMV, as atividades de campo, especialmente, no Residencial Jardim do Éden, apontaram para um processo intenso de transformações no interior do próprio Residencial.

A Tabela 5 apresenta os preços médios para o m^2 do terreno, dos residenciais Vale do Tocantins e Tiradentes. Percebe-se que não há um desvio padrão tão significativo, e que para o caso do Vale do Tocantins (Núcleo São Felix) só há variação dos preços, a partir do ano de 2011, assim podemos inferir que, o preço do m^2 desse empreendimento, foi de R\$ 51 por m^2 , já para o residencial Tiradentes (Núcleo Morada Nova), pode-se afirmar que o m^2 do empreendimento foi de R\$ 45,00 e o desvio padrão só foi significativo a partir de 2015.

Tabela 5-Preços médios do m² Residenciais Vale do Tocantins e Tiradentes entres os anos de 2010 a 2020

Ano	Valor médio do metro quadro por residenciais (R\$)	
	Residencial Vale do Tocantins (Núcleo São Felix)	Residencial Tiradentes (Núcleo Morada Nova)
2010	51 ± 0,00	-
2011	50,8 ± 2,16	45,00 ± 0,00
2012	50,91 ± 1,38	45,00 ± 0,00
2013	58,09 ± 1,58	51,34 ± 0,00
2014	64,17 ± 1,75	56,72 ± 0,00
2015	37,08 ± 12,2	35,92 ± 9,36
2016	39,25 ± 12,91	38,02 ± 9,91
2017	44,23 ± 14,55	42,85 ± 11,17
2018	44,23 ± 14,55	42,85 ± 11,17
2019	48,93 ± 16,08	47,42 ± 12,36
2020	48,93 ± 16,08	47,42 ± 12,36

Fonte: Marabá, 2020.

Nota-se que o desvio padrão, contido na Tabela 5, demonstra a variação dos preços entre as quadras, de um mesmo Residencial, ao longo dos anos, tal fato pode ser atribuído a possíveis melhorias efetuadas pelos próprios moradores, bem como às obras de infraestrutura custeadas pelo poder público. Além disso, algumas quadras podem ter adquirido uma característica mais comercial, ou seja, abrigarem pequenas lojas e/ou comércios, assim como templos religiosos. É importante destacar que o Residencial do Núcleo São Felix (Residencial Vale do Tocantins) apresenta um metro quadrado com preços mais altos e maior desvio padrão (heterogeneidade), se comparado ao Residencial localizado no Núcleo Morada Nova (Residencial Tiradentes).

Abordando o processo de valorização, na escala da metrópole e para loteamentos privados, Volochko (2012) defende que há um processo de capitalização geral dos terrenos, cuja elevação dos preços pode acontecer antes mesmo de qualquer construção. Nessa análise, a construção produz a valorização como condição e como meio do negócio, além disso, o processo pode se estender para outros espaços próximos não contíguos. Assim, há uma valorização expressiva que se dá, no interior do próprio empreendimento, e a valorização das áreas vizinhas, já construídas, acontece de forma mais lenta.

Ao trabalhar o processo de valorização no âmbito do PMCMV, Rodrigues (2011) salienta que entre os problemas que compõem o Programa se mantém entre eles o aumento do preço da terra, que se processa não apenas nas imediações do terreno no qual foi realizada a construção das unidades habitacionais, mas também de uma forma geral.

Os dados, inicialmente fornecidos para Marabá, não possibilitaram a confirmação de uma valorização nos terrenos, nos quais foram instalados os residenciais da Faixa 1 do Programa, mediante informações sobre preços. No entanto, as observações associadas às reflexões teóricas, e à construção das médias quantitativas de preços, possibilitam a construção de análises que demonstram a existência de um processo, em curso, que é marcado pela alteração na legislação, instalação de empreendimentos privados (mesmo com o decréscimo quantitativo, após as crises que levaram ao fechamento de empreendimentos industriais em Marabá) e o PMCMV que, ao passo que implica em demanda por equipamentos urbanos, instalados nos Núcleos São Félix e Morada Nova, revelam também um processo, mesmo lento, de implantação de alguns equipamentos, como agências bancárias, no Núcleo São Félix, a ocupação de terrenos utilizados para atividades rurais, ou ainda, sem uso aparente e a possível valorização deste, a partir de equipamentos que são instalados, paulatinamente, em decorrência do crescimento do processo de ocupação, em direção a esse vetor de expansão.

Essa reflexão encontra subsídio, também, em Volochko (2015a), para quem a abordagem desse processo revela que a valorização do espaço se torna mais completa, uma vez que, quando o novo condomínio possui uma vizinhança já consolidada por áreas de autoconstrução, a valorização se apresenta restrita ao interior do grande empreendimento, por estar cercado por bairros periféricos com amplas extensões de desvalorização, esse recorte não poderia valorizar como um todo e tão rapidamente. Por outro lado, quando o condomínio é construído em meio a bairros autoconstruídos, com localizações mais centrais cercados por terrenos vazios estes podem atrair novos investimentos. Ampliando a escala, se a região possuir grandes glebas e terrenos localizados próximos a rodovias, este espaço inteiro se capitaliza, ficticiamente, pela simples compra de terras ou pela simples perspectiva das incorporadoras construírem nesses locais.

Durante o lançamento do Programa, foi possível certificar a existência de argumentos e usos políticos, em torno da superação da pobreza, em conjunto com diretrizes que convertiam atributos técnicos e estéticos em indicadores e precipitadores de mudança social. Considerando essa realidade, tem-se na metragem quadrada e nos arranjos limitados de uma arquitetura repetida das plantas, as demonstrações de uma *materialidade política* que busca reinscrever práticas de sociabilidade no e através do espaço construído. Além disso, a implantação dos empreendimentos, em diferentes lugares, contribuiu para a composição de

zonas que ligam os discursos das políticas públicas e os argumentos em torno da superação da pobreza (KOPPER, 2016).

Nas periferias, esse processo de valorização do espaço, a partir dos problemas fundiários e imobiliários, é fragmentado, não atinge de modo contíguo os espaços empobrecidos. Nessa lógica, nota-se que o processo de valorização fundiária/imobiliária surge de forma contraditória, como uma possibilidade e, ao mesmo tempo, uma barreira ao próprio setor imobiliário, diante da elevação dos custos de construção (preço dos terrenos), resultando, assim, na diminuição das margens de lucro. Nesse momento, programas como o PMCMV encontram facilidades para a aquisição de terrenos (VOLOCHKO, 2015a).

Sanfelici (2015) salienta que, a partir de 2009, os fundos de investimento imobiliário, conseguiram levantar recursos para diversificar as carteiras de investimento, em ativos imobiliários, com uma diversificação regional menos expressiva. Essa prática não teria sido possível, se os bancos comerciais não tivessem direcionado recursos, das cadernetas de poupança e do FGTS, para crédito habitacional, ampliado pelas mudanças macroeconômicas no primeiro governo Lula (2003-2006), junto com a política de estímulo ao financiamento habitacional do Minha Casa Minha Vida.

Ainda, segundo o autor, a dispersão territorial das incorporadoras visando ampliar mercados levou à instalação de relações com inúmeros agentes locais, tais como proprietários de terrenos, pequenas e médias incorporadoras regionais, empresas subcontratadas, fornecedores de materiais, escritórios de arquitetura etc. Assim, ultrapassando os vínculos entre agentes financeiros globais, com grupos empresariais brasileiros que atuam em escala nacional, tem-se a constituição de relações novas entre o que sucede nas escalas nacional e local.

A caracterização dos processos, que envolveram a elaboração dos projetos do PMCMV, revela o predomínio de busca pela contemplação de interesses financeiros de incorporadores que enfrentavam os efeitos da crise econômica mundial, aliada a objetivos que denotam a meta de promoção política verificada, por exemplo, nas alterações dos municípios que seriam contemplados pelas unidades do Programa, pautado no discurso sobre os elevados percentuais do déficit habitacional brasileiro. Envolvendo uma parte desses números, pela construção de conjuntos com uma expressiva quantidade de casas, passam a ganhar relevo, também, os problemas que refletem o emprego de práticas orientadas para o lucro e valorização de terras, fato que leva à coexistência de problemas para os contemplados por essas unidades.

Essas questões, demonstram os desdobramentos do espaço produzido como mercadoria que implica na necessidade constante de uma valorização que gera contradições marcadas, por exemplo, pelo acesso desigual ao direito de morar, representando ainda a priorização do habitat em detrimento ao habitar que implica na ampliação da inserção da mercadoria na vida cotidiana.

Considerando as observações de Lefebvre (2006), para quem o local não desaparece, e não é absorvido pelo regional, pelo nacional, ou pelo mundial, e ainda que diversos fluxos atravessam esses espaços, a próxima seção é composta pelas reflexões acerca da atuação do PMCMV, na RMSP, e, em Marabá, com vistas à constituição de subsídios para a identificação das continuidades e descontinuidades da produção do espaço, mediadas por um Programa projetado para a implantação em escala nacional.

4. (DES) CONTINUIDADES NA PRODUÇÃO DO URBANO: OLHARES PARA O PMCMV NA METRÓPOLE E NA CIDADE AMAZÔNICA

Nossa proposta para o desenvolvimento deste capítulo, é pensar se há similitude dos processos analisados, em um contexto territorial mais amplo, integrado por uma leitura da produção do espaço, a partir de uma totalidade. Para tanto, é efetivada a análise da realidade metropolitana de São Paulo, como exemplo. O ato de abordar os desdobramentos do PMCMV, na metrópole, visa demonstrar um possível descompasso entre tempos de acumulação de técnicas entre a metrópole e uma cidade do sudeste paraense, iluminando processos que apontam as diferenciações e/ou coexistência de similitudes.

As análises efetivadas, em Marabá, concorreram para a coexistência de inquietações associadas às reflexões sobre as características assumidas pela questão habitacional com ênfase para o PMCMV, mediado pelo olhar para a atuação de uma iniciativa que coloca o território nacional, sob o contexto de um único Programa com subsídios estatais, composto pela integração do objetivo de produção de UH, mas também orientado para o atendimento das demandas provenientes da crise que assolava entre outras, as empresas associadas ao mercado imobiliário.

Partindo dessas observações, são considerados os desdobramentos na escala da metrópole, como subsídio para a construção de reflexões sobre como o PMCMV contribuiria para a busca pelo reconhecimento da (in) existência de um desenvolvimento espacial desigual.

Salienta-se que o debate sobre a habitação, na metrópole, considera aspectos gerais que subsidiam uma leitura dos processos que integram a instalação e o acesso à habitação, no entanto, as leituras estão concentradas na atuação do PMCMV.

4.1 Produção do espaço e desenvolvimento geográfico desigual: olhares para o território brasileiro a partir da questão habitacional

A abordagem da produção do espaço, mediada pela leitura de um Programa elaborado para o atendimento de demandas em escala nacional, perpassa o debate sobre as (des) continuidades espaciais, mediadas pelas leituras sobre os processos que se desdobram, na escala metropolitana e, em uma cidade Amazônica, com vistas à identificação das possibilidades de coexistência de dinâmicas semelhantes, uma vez que as leituras teóricas apontaram, frequentemente, para a reprodução dos percalços que compuseram o PMCMV,

como ações que envolviam a totalidade dos espaços que receberam a atuação do Programa, mas também a busca pela identificação da configuração de particularidades.

Inicialmente, ganha relevo a reflexão acerca das relações estabelecidas pelo processo de acumulação capitalista. Para tanto, Harvey (2016) observa que a paisagem geográfica, construída pelo capital, apresenta modificações que seguem regras práticas, possuindo lógica autônoma, porém contraditória. Essas transformações, na paisagem, afetam a acumulação de capital e as manifestações das contradições do capital e do capitalismo no espaço, no lugar e no tempo. Nesse momento, defende-se que, sem a existência do desenvolvimento geográfico desigual e das contradições que acompanham esse processo, o capital teria se tornado caótico.

Ainda, segundo o autor, a coexistência de desenvolvimentos geográficos desiguais atua como máscaras para a natureza do capital, possibilitando a presença da esperança que permanece fundamentada no fato de que há sempre um bairro, uma região ou um Estado onde, mesmo com inúmeras calamidades, as coisas “vão muito bem”.

Observa-se, portanto que embora pensado em uma totalidade, a produção espacial possui diferenciações que constituem subsídios para a reprodução do capital, fato que implica em diferenciações entre as paisagens que revelam, entre outros, a atuação diferenciada do capital que leva aos debates acerca do desenvolvimento espacial desigual.

Abordando o desenvolvimento desigual, Smith (1984) afirma que o capital é investido no ambiente construído, com vistas à produção de mais-valia e expansão de sua base, mas também é possível verificar que o capital enfrenta contextos, nos quais é retirado do ambiente, inicialmente, construído de forma que ele possa se deslocar para outra parte, possibilitando, assim, o acesso a taxas de lucro mais altas.

Ainda, segundo Smith (1984, p. 139), a coexistência de escalas espaciais distintas resultaria no padrão do desenvolvimento desigual, como um produto específico da dinâmica contraditória da produção do espaço, logo, seria possível observar que o “desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo”.

O padrão de desenvolvimento desigual envolve a tendência, do capital, voltada para o movimento "em vaivém" deste, uma vez que a acumulação do capital gera o desenvolvimento geográfico com a direção guiada pelas taxas de lucro. No percurso do movimento do capital, este se move para onde a taxa de lucro é alta, compondo uma mobilidade que leva ao desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e de outras, marcadas pelo subdesenvolvimento que é identificado pela baixa taxa de lucro (SMITH, 1984).

As análises são reiteradas por Soja (1997, p. 132), ao salientar que o ponto fundamental é que, na busca pelos lucros, o capitalismo se fundamenta nas desigualdades regionais ou espaciais, que constituem meio essencial para a sobrevivência. Esse desenvolvimento diferenciado é marcado pelas taxas de lucro além da composição orgânica do capital, a produtividade do trabalho, assim como “os índices salariais, o custo de materiais necessários a reprodução da força de trabalho, os níveis de tecnologia e mecanização, a organização do trabalho e a incidência da luta de classes”.

A presença de diferenciais está assentada nas distribuições geográfica e setorialmente desiguais que regem os investimentos de capital e da infraestrutura social, da concentração localizada de centros de controle de mão de obra e dos meios de produção, dos circuitos entrosados do capital e do processo de urbanização (SOJA, 1997).

Percebe-se, portanto, que o processo de produção do espaço, sob a ótica da atuação do capital, converge para a promoção de diferenciações naquilo que versa sobre a ocupação. Ao trabalhar com as características do processo de formação do território brasileiro, Cruz (2020) aborda as ideias de desenvolvimento geográfico desigual, mas também a existência de um desenvolvimento geográfico denominado pela autora de “à brasileira”, que revelaria a coexistência de particularidades no processo de produção do espaço, concorrendo para o fato de que as determinações históricas gerais fariam do Brasil um caso único. Além disso, esse processo de formação territorial constitui uma expressão das transformações políticas, econômicas, socioculturais e espaciais processadas, em escala mundial, refletindo, também, aspectos particulares do território em sua formação socioespacial.

Dessa forma,

o desenvolvimento geográfico desigual em território brasileiro manifesta-se de diferentes formas, entre as quais destacamos, de um lado, as configurações geográficas, que espelham a desigual distribuição espacial das condições gerais de produção pelo território nacional, as quais, por sua vez, são resultantes das relações sociais de produção no desenrolar de processos históricos, sociais e econômicos materializados no território. Além disso, o desenvolvimento geográfico desigual não pode ser descolado da desigualdade de renda como dimensão da iniquidade em sentido amplo (CRUZ, 2020. p.41).

A produção espacial, quando analisada no âmbito do território brasileiro, apresenta diferenciações que envolvem aspectos históricos, sociais e econômicos, e quando associada às reflexões acerca das características da produção do espaço na Amazônia, realizada no capítulo dois. Será efetuada, neste momento, uma breve exposição, acerca das dinâmicas que compõem a caracterização teórica sobre a constituição e dinâmicas das metrópoles, com

ênfase para as leituras que envolvem a RMSP, mediada pelos processos correlatos à construção e ao acesso às UH como elementos que atuam, na configuração de novos olhares, sobre a produção espacial.

Discorrendo sobre a trajetória da constituição das metrópoles no Brasil, Davidovich (2015) observa que o tema, sob a égide do Regime Militar (1964-1985), possuía uma regulação federal com a Lei Complementar nº 14 de 1973, período no qual foi efetivada a institucionalização e a base jurídica e legal das primeiras regiões metropolitanas. Essa institucionalização foi mediada pela definição de nove “polos de desenvolvimento”, delimitados por ocasião do seminário “Polos de Desenvolvimento”, realizado em Recife, em 1966. Composto as primeiras regiões metropolitanas no país estavam: São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, além de Rio de Janeiro a partir da Lei de 1974. Nessa trajetória, com o advento da Constituição de 1988, a formulação e implementação de Regiões Metropolitanas passou a constituir atribuições das Constituições estaduais.

A metrópole não constitui uma unidade política, no entanto, revela-se como espaço fundamental na dinâmica econômica do país, especialmente pelo papel desempenhado na economia nacional e a nas grandes regiões brasileiras. Pensando as metrópoles, constata-se que, mesmo com a composição de novos instrumentos para a promoção da governança compartilhada das funções públicas, o Estatuto das Metrópoles não significou avanço nas definições apresentadas, remetendo às definições contidas na Lei de 1973. Dessa forma, não se tem orientações sobre as políticas públicas que deveriam ser trabalhadas, em conjunto, pelos municípios (CLEMENTINO, 2016).

Por seu turno, Lencioni (2011) defende que a metrópole contemporânea, constitui uma manifestação socioespacial da globalização no âmbito do urbano. Nessa perspectiva, na atualidade, a metrópole apresenta uma forma territorial marcada pela ampliação da metrópole moderna, herdada do processo de urbanização e industrialização.

Ao realizarem a caracterização do processo de metropolização brasileiro, Santos e Silveira (2007, p. 202) apontam subsídios que revelam a importância desse processo, no âmbito do território nacional, atrelada à concentração da população e da pobreza, além da concentração de atividades consideradas modernas, dispersão geográfica da produção física, coexistência de atividades com diversos níveis de capital e organização do trabalho, assim como a concentração dos meios de difusão das ideias e construção de materialidade, voltada para a realização de objetivos econômicos e socioculturais.

Nesse momento, surge o debate entorno do processo de metropolização, que corresponderia a uma metamorfose do processo de urbanização. Para Lencioni (2019), esse processo esteve atrelado, inicialmente, às relações estabelecidas com a concentração populacional ou de atividades que implicavam no crescimento da metrópole. Além disso, a metropolização passou a corresponder a conteúdos associados ao processo de globalização, em conjunto com a desconcentração, na sua afinidade com a constituição de regiões de grandes dimensões territoriais. Quando associado ao processo de globalização, o conceito passou a ser inserido no contexto de hegemonia do capital financeiro, em conjunto com a planetarização do urbano.

Para Di Méo (2008), a metropolização está relacionada a processos em conjunto com as formas e as funções, além das dinâmicas que envolvem os maiores agrupamentos humanos. Na busca pelo apontamento dos caminhos assumidos pelo processo de metropolização, Lencioni (2019, p. 137) observa que este é

[...]um conceito polissêmico, mas que vem encontrando um substrato comum, o de se referir às transformações recentes da produção do espaço e, portanto, relacionado à globalização e ao contexto neoliberal. Situado numa nova lógica, na lógica planetária em todos os sentidos, e especialmente na planetarização do urbano, é a expressão máxima das metaformoses na produção do espaço.

Quando pensado no contexto de São Paulo, a autora acima defende que a compreensão do processo de metropolização do espaço perpassa o reconhecimento da formação de um novo tipo de metrópole, marcado pela coexistência de processos como a desconcentração industrial, com origem na década de 1970, que implicou no crescimento da industrialização em áreas próximas à cidade de São Paulo, gerando um grande aglomerado metropolitano.

Constituída por 39 municípios, divididos em 5 sub regiões, com população estimada no ano de 2018, de 21,6 milhões de habitantes (EMBLASA, 2019), a RMSP, quando pensada sob a discussão da produção do espaço com direcionamento para a questão habitacional, é marcada pelo fenômeno da raridade do espaço que envolve a existência da propriedade privada do solo, a centralidade do capital e o grau de ocupação na elaboração de uma ideia de escassez que exige a elaboração de novos padrões construtivos, envolvendo redes de circulação e comunicação capazes de atender às demandas apresentadas pelo ciclo do capital. A busca pelo crescimento carece da criação de mecanismos que ultrapassem a condição de raridade, sem questionar a propriedade privada do solo urbano, que envolve a intervenção do Estado (CARLOS 2015a).

Abordando esse processo, Pádua (2015) assinala que São Paulo constitui uma metrópole, que apresenta inserção expressiva nas redes e nos fluxos mundiais, ganhando relevância entre os mecanismos gerais da economia global, que culmina, em contextos, nos quais, as antigas regiões industriais se apresentam como novos eixos de incorporação imobiliária. Diante da escassez de terrenos, o setor imobiliário se expande nas regiões menos valorizadas de São Paulo e, em outros municípios da região metropolitana que possuem terrenos disponíveis, formando novos eixos de valorização que implicam na configuração de novas fronteiras da urbanização como negócio.

Carlos (2015b) afirma que o processo de urbanização na metrópole de São Paulo, é marcado pela passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro, onde, na atualidade, as necessidades de acumulação do capital encontram uma barreira na construção da metrópole que se apresenta densamente povoada e sem possibilidade de expansão, mediante a ocupação de áreas rurais ou naturais. Tem-se, assim, um movimento onde, inicialmente, se destacava a incorporação destinada ao mercado imobiliário, onde as antigas fazendas foram subdivididas, mediante a expansão da macha urbana.

Com o processo de industrialização, essa dinâmica de incorporação constituía oportunidade para a classe operária ocupar os terrenos mais baratos, formando periferias como áreas insalubres, assim como o estabelecimento das relações centro-periferia. Com as transformações que culminaram na hegemonia do capital financeiro, o processo de urbanização passa a ser marcado por alterações nas parcelas dos espaços compostas por mudanças nos usos. Tem-se então, a explosão do centro e expansão da periferia que passa a contemplar várias classes de renda e diferentes formas de ocupações (CARLOS, 2015b).

As leituras provocam o entendimento de que a metrópole, assim como os processos que integram as dinâmicas nessa escala, apresenta-se como constituída por uma dinâmica reveladora da forte presença das influências exercidas em escala global. Marcada pela intensidade de fluxos e ocupações, assim como pela passagem do papel exercido pelo capital industrial para o capital financeiro, a vida nas metrópoles, quando pensada sob a ótica da habitação, é acompanhada pela raridade do espaço, a constituição de preços elevados, a expressividade da ocupação de áreas periféricas, além das imposições cotidianas de dificuldades que envolvem longos deslocamentos, ou o acesso a serviços básicos.

Diante das características, das dinâmicas e das transformações que compõem o espaço metropolitano, serão expostos os levantamentos acerca do papel exercido pelo PMCMV¹, na RMSP, buscando destacar as modalidades, cuja produção se sobressaiu, as especializações da construção das unidades habitacionais, as implicações das localizações projetadas para o Programa, o predomínio das formas adotadas, assim como os significados assumidos pelo Programa para as famílias contempladas.

4.2 Múltiplas escalas: Região Metropolitana de São Paulo e PMCMV

Para o desenvolvimento da seção serão apresentadas três pesquisas que contemplaram os processos de implantação do PMCMV na região metropolitana de São Paulo. Para tanto, serão expostos os resultados que envolvem a questão habitacional, com ênfase para o PMCMV, mantendo as particularidades das pesquisas realizadas.

Abordando a perspectiva do PMCMV, Jesus (2015) trabalhou com a região metropolitana de São Paulo, partindo do reconhecimento de que a existência de questões associadas ao preço e ao custo dos terrenos poderiam inviabilizar os produtos na Faixa 1, e implicou na delimitação dos empreendimentos inseridos na modalidade Entidades.

Além disso, o estudo contemplou a busca pela identificação das inspirações ideológicas, institucionais e operacionais do Programa, envolto na comparação com os modelos de inspiração formados, notadamente, pelos estudos de caso da produção imobiliária, mediadas por Programas no México, momento que não foi considerado para a proposta desta seção, além da discussão teórica sobre movimentos sociais e a atuação destes no contexto da produção habitacional.

A autora aponta que, no caso da modalidade Entidades do PMCMV, a pesquisa evidenciou a presença de uma contratação expressiva, no município de São Paulo (em comparação com o Estado de São Paulo e com os outros Estados da federação), fato que estaria relacionado ao capital político das Entidades e não propriamente às necessidades do déficit habitacional. Ainda, compondo as possibilidades de construções da modalidade Entidades, podem ser encontrados edifícios requalificados, doação de imóveis públicos, ou impedimentos legais.

¹ Os dados disponibilizados no Sistema Esic (BRASIL, 2020), revelaram a existência de 208 empreendimentos contratados na RMSP até o ano de 2018, na Faixa 01, distribuídos nas modalidades Entidades e FAR.

Ao analisar a inserção das famílias, no Programa na modalidade Entidades, Jesus (2015) observa que, diante do aumento do salário mínimo nacional, algumas famílias que estavam, inicialmente, inseridas na demanda junto à Entidade Organizadora, foram excluídas da contemplação pelo PMCMV, uma vez que o valor estabelecido de R\$ 1.600,00 havia sido ultrapassado. Esse fato implicou em reivindicações das Entidades que demandaram a volta das faixas por salário mínimo; ou que um número específico de famílias pudesse ultrapassar os R\$ 1.600,00 e, ainda, apresentaram a proposta de criação de uma faixa intermediária entre a Faixa 1 (cujo teto é R\$ 1.600,00) e a Faixa 2 (cujo teto é R\$ 3.275,00), contudo todas as sugestões foram recusadas.

A autora verifica que a modalidade Entidades apresentou sugestões e ajustes ao longo do tempo, no entanto, mesmo no contexto de um governo que apresentava maior alinhamento com os anseios e proposituras dos movimentos populares, isso não significou a ausência de conflitos. Além disso, as contradições estiveram presentes nas próprias atuações das quatro Entidades Nacionais pesquisadas, assim como as bandeiras de luta defendidas, características que levaram a diferenciações nos números de Projetos do PMCMV Entidades na RMSP. Como exemplo, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) com o foco de viabilização de moradia, possuía, durante a pesquisa, a maior quantidade de projetos encaminhados, selecionados e contratados, não apenas na RMSP, mas também em outros Estados brasileiros.

No momento da pesquisa, a maior parcela das propostas selecionadas e aprovadas pelo Ministério das Cidades e pela CEF, ainda, não estavam com as obras iniciadas até o primeiro semestre de 2014, portanto foi realizada, somente, a análise dos projetos contratados sem a abordagem do período pós-ocupação. Os números revelam que, dos 44 projetos com propostas contempladas no PMCMV- Entidades no Estado de São Paulo, somente 4 não estavam localizadas na cidade de São Paulo e sua região metropolitana (JESUS, 2015).

A análise foi organizada por Jesus (2015, p. 188, grifos da autora) em “nove empreendimentos: **um** coordenado por Entidade Organizadora filiada à CONAM, **um** coordenado por Entidade Organizadora filiada ao MNLM e **sete** coordenados por Entidades Organizadoras filiadas à UNMP”. Os empreendimentos estavam concentrados nos distritos situados na zona leste da cidade de São Paulo, além dos municípios de Itaquaquecetuba, Guarulhos e Mauá. Soma-se, ainda, o município de Diadema no extremo sudeste. Para a tese da autora, foram trabalhados empreendimentos localizados na zona leste, zona sul e zona noroeste, além dos municípios metropolitanos de Guarulhos, Suzano, e Taboão da Serra.

Analisando os contratos dos projetos, a autora observou que os empreendimentos, com localização mais periférica, previam maior número de UH, justificado pelas entrevistas realizadas, como decorrente da busca pela otimização entre a demanda e o custo do terreno. Uma vez que, mesmo os terrenos localizados nas franjas da metrópole, possuíam custos elevados, logo, deveriam ser utilizados para a produção de um maior número de unidades habitacionais. Fato que implicou, também, na prioridade pela edificação de apartamentos. Os empreendimentos que previam uma pequena quantidade de unidades habitacionais, como em Suzano com 80 unidades residenciais, não apresentaram custo tão elevado do terreno.

Na análise dos empreendimentos, foi abordado o empreendimento Santa Sofia que está localizado no Jardim Turquesa, zona sul da cidade de São Paulo. Com a previsão de instalação de edificação com 192 apartamentos de 50 m², em três edifícios, de seis pavimentos, mediante a Aquisição de Terreno e Construção pela Entidade Organizadora. Na composição da demanda das famílias, para o empreendimento Santa Sofia, estavam 85% de pessoas residentes no seu entorno, mesmo distante da sede da Entidade Organizadora, representada pelo Movimento Habitacional e Ação Social (MOHAS). A divulgação de um projeto que dista da sede da Entidade foi realizada “boca a boca”, com o uso de panfletos e folhetos, no entorno do terreno, e também na igreja católica local (JESUS, 2015).

A entrevista, realizada com a liderança da Entidade, apontou alterações na proposta, inicialmente, encaminhada ao Ministério das Cidades, composta por dificuldades de enquadramento no teto de R\$ 1.600,00, além da falta de participação das famílias nas assembleias, reuniões e atividades propostas pela Entidade Organizadora (JESUS, 2015).

Já o empreendimento Barra do Jacaré está localizado no bairro da Vila Zatt, zona noroeste da capital paulista, em terreno de cerca de 30.000m², com previsão de edificação de 597 apartamentos, sendo 295 no lote 1 e, 297 no lote 2. Segundo entrevista realizada, com as lideranças, o processo de aquisição do terreno foi efetuado através de observação inicial das lideranças da Entidade Organizadora (Associação dos Trabalhadores do Conjunto Residencial Vale das Flores), que buscaram informações junto ao caseiro do local, depois com um suposto administrador, até chegar à imobiliária. No entanto, as lideranças enfrentaram a resistência de venda do terreno pelo proprietário, que se recusava a vender a propriedade para um movimento popular, situação ultrapassada somente com a presença da CEF (JESUS, 2015).

O projeto encontrou empecilhos relacionados ao terreno, mas também naquilo que concerne à construção de 300 casas do tipo sobrado, que foi recusado pela Prefeitura Municipal, pois o proprietário realizou a poda de árvores, no local, sem prévia autorização.

Havia, ainda, a demanda de um projeto de paisagismo, arborização e compensação ambiental, como decorrência das podas. Sobre os serviços presentes no entorno, destaca-se a existência de escolas de ensino fundamental e médio, além de creches, sendo encontrados também três hospitais (JESUS, 2015).

Com um entorno marcado pela predominância residencial, os empreendimentos Florestan Fernandes e José Maria Amaral estão localizados no Cidade Tiradentes, zona leste da cidade de São Paulo, com terreno de 28.000 m², marcado pela presença de declividade e uma área remanescente de vegetação, que deverá ser preservada, demandando, também, uma estação elevatória de esgoto e o prolongamento do abastecimento de água e esgoto. Sobre os equipamentos e serviços existentes, no entorno do terreno, são constatados serviços de educação básica e saúde, sendo efetivado, ainda, o Trabalho Técnico Social dos projetos, com vistas à identificação da demanda por esses serviços, diante do aumento no número de moradores (JESUS, 2015).

O empreendimento Alexius Jafet se localiza no Jardim Ipanema – Jaraguá, zona noroeste. A aquisição do terreno foi mediada pela participação conjunta da Associação Anjos da Paz da Vila Santista, Associação por Habitação com Dignidade, Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste e Noroeste. A presença das Entidades, atuando em associação, foi justificada pela grande dimensão do terreno que tornaria inviável a elaboração do projeto por apenas uma Entidade (JESUS, 2015).

O empreendimento agregou a demanda de 400 famílias, organizadas em 56 grupos, com origem na Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste e Noroeste, cuja maioria era residente no noroeste da cidade de São Paulo, mas também envolveu famílias de outros municípios da região metropolitana, tais como Osasco, Taboão da Serra, Carapicuíba e Caieiras. Essas famílias eram compostas por pessoas que pagavam aluguel, ou estavam em favelas e áreas ocupadas, além daquelas que moravam em casas de parentes (JESUS, 2015).

Já o empreendimento Zorilda Maria dos Santos localizado no Jardim Santa Inês, em Suzano, com início das obras em 2013, é composto por 80 casas térreas de 43 m². Com previsão inicial de utilização de uma área com 130 unidades habitacionais, o terreno possuía 10 mil m² de Área de Preservação Permanente (APP), fato que implicou na redução de UHs. A demanda foi composta por 50% de famílias do município de Suzano e 50% de famílias do município de São Paulo, entre eles Itaim Paulista, São Miguel Paulista, Antônio Estêvão Carvalho, e, ainda, Campo Limpo (zona sul), Taboão da Serra e Itapevi (JESUS, 2015).

O Residencial Cidade Tiradentes previa a construção de 894 unidades divididas em lotes pelo Movimento pelo Direito à Moradia, filiado à CONAM e destinados a 450 famílias e, ainda, o Movimento de Moradia dos Encortiçados, Sem Teto, e Catadores de São Paulo filiado à CMP para o atendimento de 216 famílias; além da atuação da Associação dos Mutuários e Moradores da COHAB, responsável por 228 famílias. O entorno é marcado pela presença de unidades residenciais autoconstruídas, sem oferta de comércio. Os equipamentos de saúde e educação estão presentes, mas são insuficientes para os moradores que já residem no bairro, constando, no projeto, a necessidade de construção de uma Unidade Básica de Saúde e uma creche (JESUS, 2015).

Para a construção do empreendimento Santa Teresinha, voltado para o atendimento da demanda de 500 famílias oriundas, predominantemente, de Taboão da Serra, tem-se o diferencial no fato de que, o proprietário buscou a Liderança para ofertar o terreno, localizado em uma ZM1 (zona mista), com a presença de uma infraestrutura constituída por rede de água, esgoto, energia elétrica, drenagem e pavimentação. Além de hospitais, Unidade Básica de Saúde (UBS), Escolas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio. O entorno é composto, também, por outros empreendimentos, incluindo construções viabilizadas pelo PMCMV, modalidade FAR (JESUS, 2015).

O Residencial Parque Estela passou por migração do Programa Crédito Solidário para o PMCMV- Entidades, sendo o único, da modalidade, concluído e entregue no momento da pesquisa. Com oferta de equipamentos de esporte, cultura, educação e saúde, estando próximo, também, de um centro comercial e do *Shopping Bom Sucesso*, possuindo, ainda, rede de água, esgoto, drenagem, asfaltamento, energia elétrica.

A análise da espacialização dos terrenos, utilizados para a construção dos empreendimentos do PMCMV Entidades, permitiu concluir que a “opção” pelos terrenos não foi “aleatória”, ou esteve relacionada, simplesmente, com questões de “valor”, uma vez que seria incorreto concluir que estes eram os únicos terrenos possíveis. A autora observa que a maior parcela dos empreendimentos que compuseram a análise está no centro, ou perto dele, nestes casos, no centro do bairro, da região ou do subdistrito, sendo dotados de infraestrutura e quase todos os serviços (JESUS, 2015).

Muitos desses terrenos foram dispensados pelas construtoras, não apenas considerando o fator localização, uma vez que foi constatada a existência de empreendimentos do PMCMV- FAR (Faixa 1), o que leva a observação de que a dispensa, pelas construtoras, esteve associada a questões como a legalização das áreas e problemas ambientais, além de

tamanho incompatível com a margem de lucro esperada pelas construtoras, público do entorno do terreno diferente daquele almejado por elas, etc. (JESUS, 2015).

Assim, a autora observa a existência de novas centralidades, mas também outras segregações socioespaciais, onde os empreendimentos residenciais imobiliários, na modalidade condominial, passam a serem ofertados em áreas periféricas da metrópole. As demandas acarretadas por essas instalações geram a implantação de outros serviços, como as escolas, as instituições de ensino superior, os hipermercados, os *shopping centers*.

Além disso, as lideranças observam que o ato de residir na área central da cidade, não significaria a possibilidade de acessar os equipamentos culturais, de lazer, serviços e comércio, juntamente com as dificuldades que seriam impostas, ao ato de morar, como pode ser observado nas áreas encortiçadas e imóveis deteriorados na área central (JESUS, 2015).

Seguindo as caracterizações sobre o PMCMV na RMSP, tem-se o estudo de Donoso (2017), que investigou a paisagem gerada por políticas de habitação social latino-americanas, utilizando como estudos de caso a Região Metropolitana de Santiago do Chile (RMS) e a RMSP².

Trabalhando com a produção de unidades, na modalidade Entidades, a autora salienta que existem casos cujos empreendimentos sociais foram instalados em áreas urbanas centrais, no entanto, predomina no PMCMV, a continuidade da localização em áreas periféricas, como pode ser verificado nos municípios da RMSP. O levantamento, realizado pela autora, constatou a existência de 168 empreendimentos aprovados na RMSP, onde 108 pertenciam à modalidade Empresa, 26 utilizavam recursos do FAR, e 34 estavam na modalidade Entidades, totalizando a aprovação de 43.811 UH para a Faixa 1. Além disso, o mapeamento dos empreendimentos apontou o predomínio das concentrações em franjas urbanas, seja em estradas, em limites com áreas rurais, em áreas muitas vezes carentes de equipamentos de saúde, educação e serviços.

Na RMSP, os empreendimentos do PMCMV-E encontraram dificuldades para acesso a terrenos bem localizados para a execução dos projetos, além disso, nessa disputa, as incorporadoras possuíam maior capacidade de aquisição de áreas para os empreendimentos. Dessa forma, são encontrados casos de localização em áreas centrais, associadas, na maior

² Diante das análises apresentadas no trabalho, as quais integram associações com os debates sobre Habitação Social na RMSP e no Chile, e o objetivo que compõem esta seção da Tese, delimitou-se para a elaboração da seção somente as abordagens realizadas pela autora acerca da RMSP com destaque para o PMCMV.

parte dos exemplos, à participação das administrações municipais. No entanto, essa localização constitui exemplos de exceção.

Verifica-se a existência de dificuldades para que as administrações municipais realizem o processo de regulação e controle da expansão urbana, articulando interesses e pressões para beneficiar as famílias e as ações imobiliárias. Logo, na maioria dos exemplos, a aprovação dos empreendimentos tende a atender os interesses do empreendedor. Sem contar que, como a localização está associada ao custo da terra, se os terrenos não forem doados, os empreendimentos serão localizados onde o custo da terra apresenta menor preço.

A pesquisa realizada localizou, somente, três empreendimentos de casas térreas nos municípios de Cajamar, Itaquaquecetuba e Suzano. O mapeamento revelou o predomínio de empreendimentos com a produção de condomínios de prédios; com a maioria seguindo o modelo de edificação com térreo e mais quatro pavimentos. Apenas um condomínio de torre, com o uso de elevador foi encontrado em Cidade Tiradentes (Conjunto Habitacional Florestan Fernandes), na categoria Entidades (DONOSO, 2017).

O menor empreendimento encontrado foi composto por 32 UH, em São Paulo, e o maior, com 1.500 UH, localizado em Guarulhos. São detectados, também, empreendimentos fragmentados em condomínios vizinhos, especialmente, aqueles que advêm da primeira fase do Programa, que limitava a quantidade de UH.

Nos apontamentos sobre a atuação do PMCMV, na RMSP, Donoso (2017) salienta que ele contou com a presença de construtoras que vão, desde a grande capacidade de atuação, como a Cury, até construtoras menores, dependendo, portanto, da observação de cada município para a identificação das construtoras que edificaram empreendimentos do PMCMV. Como exemplo, tem-se o caso de Embu das Artes, onde há o predomínio da ESECON Construtora e Incorporadora, responsável por 10 dos 12 empreendimentos aprovados, até 2014 para a Faixa 1. A maior parcela dos empreendimentos era composta pela coexistência de poucas UH, como é o caso do Jardim Castilho 1, 2 e 3, com 28, 20 e 10 unidades, respectivamente, e do Pombas Botucatu 1, 2 e 3, com 40, 20 e 30 UH. São encontrados, ainda, empreendimentos maiores, como o Parque das Chácaras I, III e IV, com 112 unidades habitacionais cada, e o São Marcos Baviera, com 224 unidades.

Em uma visão geral, acerca das características do PMCMV, a autora aponta a necessidade de melhorias em questões que envolvem a inserção urbana dos empreendimentos, a qualidade urbanística, os espaços livres coletivos, além da importância das inovações na política que encontra a dificuldade de articular o Programa às políticas urbana e fundiária,

juntamente com a indispensabilidade de adequação às particularidades de cada região. A imposição da implantação de um modelo condominial predominou, especialmente, nas regiões metropolitanas, ainda que, na maioria dos casos, não tenha se adaptado ao cotidiano das famílias que recebem uma habitação social.

Para trabalhar com o cotidiano intramuros, de conjuntos de Habitação Social, Donoso (2017) adotou, como estudo de caso, os empreendimentos: Condomínio Residencial Parque Estela e Condomínio Residencial Pimentas I, em Guarulhos. O Parque Estela é resultante da atuação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e possui larga atuação, na RMSP, e a Entidade PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais, Organização Não Governamental (ONG) de assessoria técnica sediada em São Paulo - SP.

Composto por seis edifícios habitacionais, dentro de um mesmo condomínio, o empreendimento totaliza 218 apartamentos de 41,35m², com projeto elaborado pela PEABIRU sem a participação do grupo social, uma vez que as orientações da modalidade não permitem muitas alterações na UH, nem no modelo condominial. Embora as configurações dos edifícios sejam decididas, no momento da participação do grupo social, a definição dos usos surge na ocasião das oficinas participativas, que apresentaram participação limitada de algumas famílias.

Mesmo com as dificuldades para a participação efetiva, o PMCMV-E se diferencia do PMCMV empresarial, pelo reconhecimento do papel dos moradores, em seu grupo social, em conjunto com a criação de laços, durante o processo que integra a busca pela aquisição da casa própria.

Já o Condomínio Residencial Vila Pimentas I e II foi projetado pela Dib Construtora e Incorporadora, e, posteriormente, passado para a responsabilidade da Construtora Camargo Rodrigues Ltda. As famílias são oriundas de algumas favelas de Guarulhos, como a Vila Flora, no bairro Itapegica e as comunidades Brasileira e São Judas. O condomínio agrega a reunião de moradores advindos de três grupos sociais e regiões de Guarulhos, indicando a possibilidade de conflitos estabelecidos pela reunião de grupos sociais com histórias e particularidades distintas.

A mudança, da Comunidade para o condomínio, é apontada como positiva pelo fato de a primeira se tratar de um local insalubre, que possuía falta de saneamento básico, gerando infestações de insetos e roedores, situação agravada quando havia enchentes e incêndios. Porém, também foi possível encontrar muitos moradores que prefeririam ter continuado na Comunidade, fato justificado por situações como a inexistência de contas para pagar e,

principalmente, a ausência de regras, apesar disso, não foram relatadas reclamações em relação ao tamanho da habitação na nova moradia.

Destacando uma característica da produção em modelo condominial, Donoso (2017) observou que as áreas comuns apresentam poucas possibilidades de adaptação ao cotidiano das famílias. Dessa forma, os equipamentos voltados para as atividades de ginástica, churrasqueiras, redários e quiosques correspondem a uma transposição equivocada do modelo habitacional de classe média e alta, para a habitação social. Essa afirmação é fundamentada no fato de que, inicialmente, essas áreas são vistas positivamente pelas famílias, proveniente do imaginário mediado pela divulgação de empreendimentos de classes mais altas. No entanto, posteriormente, sobressaem-se as dificuldades de manutenção, além da falta de identificação com os espaços, que faz com que eles tendam a se deteriorar, culminando em áreas livres abandonadas.

Assim, verificou-se que cada condomínio cria o seu protótipo de cidade que tenta se diferenciar dos outros. A pesquisa revelou que os moradores do Parque Estela ressaltam a diferenciação do seu espaço em relação ao do Pimentas, que se apresenta “desorganizado” e pouco planejado, gerando uma sensação de diferença e de satisfação inconsciente de inveja dos outros.

A autora conclui que predominou a observação de imposições de modelos urbanos e arquitetônicos que impactam, negativamente, no cotidiano da população. Além disso, os longos os anos de produção habitacional, em grande escala, atuou criando territórios homogêneos de pobreza, reunindo problemas sociais, arquitetônicos, urbanísticos e econômicos. Destaca-se a ampliação do individualismo, já estimulado pela conquista individual da casa própria, em cenários em que se privilegia o ambiente interno, em detrimento do ambiente externo.

No estudo realizado por Nobre (2018, p. 92), é apresentada a proposta de trabalho “a compreensão do PMCMV, como um sistema de engenharia institucional, que resulta de uma sucessão de eventos e que é composto por um conjunto de agentes (públicos e privados), de técnicas e de normas”. Para tanto, o autor enfoca as estratégias de gestão e distribuição das ações do Programa no contexto da RMSP.

Dessa forma, a pesquisa partiu do levantamento da trajetória que compõe a construção de características da produção habitacional, no Estado de São Paulo, marcada pela atuação do Sistema Estadual Paulista de Habitação que, embora constituindo avanço, enfrentava o problema das articulações horizontais existentes nas regiões metropolitanas.

Além disso, no período compreendido entre 1987 e 1989, o Governo Paulista implementou os programas habitacionais SH1 e SH2, marcados pela contratação de empreiteiras para a produção de grandes conjuntos habitacionais, buscando substituir a construção por meio de mutirão. Já em 1989, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU) passou a atuar na promoção imobiliária, mas também na reurbanização de favelas, requalificação de cortiços e programas de mutirão.

Na segunda metade da década de 1990, são verificadas novas vertentes para o mercado imobiliário que avança sobre os limites do núcleo metropolitano e, embora existindo o crescimento da população e da produção imobiliária, o déficit habitacional apresentava crescimento ainda mais expressivo.

O autor aborda o PMCMV como um sistema de engenharia institucional que forçava a cooperação intergovernamental, com delegação de parte dos problemas de municípios e Estados para a União, com vistas ao enfrentamento da crise econômica.

Ao trabalhar com as articulações governamentais, durante o primeiro mandato do Governo Lula, Nobre (2018) afirma que para os municípios da RMSP, o processo de cooperação intergovernamental com o Governo Federal e com o Governo Estadual revelaria a maior dependência dos municípios da região metropolitana com o Governo Federal, fato constatado na implementação de programas voltados para a construção de UH, e ainda na implementação de outros programas como aqueles de regularização fundiária, melhoria habitacional e urbanização de assentamentos.

Na RMSP, a Faixa 1 do PMCMV utilizou, predominantemente, recursos do Governo Federal e do Governo Estadual e, na maior parcela dos exemplos, os municípios ofertavam a doação de terrenos ao FAR. Porém, para essa Faixa, no município de São Paulo, foi solicitada à esfera municipal a participação na oferta de recursos orçamentários para complementação dos recursos federais e estaduais, uma vez que a realidade era composta pela presença de preços elevados do m² dos terrenos, tem-se, nesse caso, um exemplo da atuação do mercado imobiliário que condicionava a construção de UH à existência de maior quantitativo de recursos dos Governos Estadual e Municipal.

Ainda segundo o autor, o PMCMV revelou, também, uma ênfase para as articulações intergovernamentais verticais, em detrimento da cooperação horizontal, no âmbito da RMSP, uma vez que foi possível verificar que os municípios da RMSP apresentaram maior articulação com o governo Estadual e Federal, em detrimento aos demais municípios.

Para demonstrar as fragilidades da articulação entre os municípios da RMSP, Nobre (2018) analisa o papel desempenhado pela CEF que atuou como um agente contraditoriamente articulador e fragmentador da metrópole, uma vez que, enquanto articulava os entes federativos, integrando a RMSP em torno do PMCMV, a fragmentação estava presente no fato de que os atos não foram conjuntamente planejados e pactuados com todos os municípios, dado o modelo de regionalização adotado pelo Banco.

Versando sobre os critérios para a seleção dos beneficiários, no PMCMV, na RMSP, Nobre (2018) destaca a existência das racionalidades do Estado e as lutas sociais urbanas. Para tanto, apresenta entrevista efetuada com representante do setor de habitação de Cajamar, destacando a falta de flexibilidade, do próprio município, para decidir os critérios, e as faixas de renda que acabam, muitas vezes, induzindo às construtoras a produzirem, somente, para as Faixas 2 e 3.

Foi apresentada, ainda, a entrevista com a Superintendência Regional da CEF, da Zona Oeste da RMSP, onde foi apontado que os incentivos fiscais, concedidos pelas prefeituras às construtoras para atuação junto à Faixa 1, não apresentariam impacto significativo na redução de custos das empresas, logo, o Regime Especial de Tributação (RET) atuou com maior relevância, em detrimento dos incentivos municipais, como influenciador da escolha da empresa em produzir ou não, Habitação de Interesse Social (HIS).

Sobre a distribuição de recursos e empreendimentos, por faixa de renda, na RMSP, Nobre (2018) destaca que, na oferta dos recursos do Fundo Municipal de Habitação para complemento dos subsídios do FAR, a atuação do município de São Paulo foi representada pela oferta de até R\$ 20 mil por UH; Osasco, com a oferta de R\$ 2,7 milhões como contrapartida para a Faixa 1; Guarulhos não especificou o montante de recursos utilizados; e São Bernardo, com R\$ 1 milhão, oriundos do Fundo Municipal de Habitação; além disso, uma parcela dos municípios da RMSP concedeu áreas para a construção dos empreendimentos habitacionais.

Considerando que os instrumentos do Estatuto da Cidade estavam voltados para a aplicação, pelos municípios, de forma individual, não foi contemplada uma possível política fundiária metropolitana, mesmo quando o problema da terra, em uma região metropolitana, não se restringe a um único município. Observou-se, ainda, o aprofundamento da especulação imobiliária, uma vez que a existência de recursos do Governo Federal, para as Faixas 2 e 3, levou à valorização dos terrenos urbanos, fazendo com que, parte dos recursos que poderiam ser utilizados para provisão de mais habitações, fossem utilizados para a compensação dos

altos valores da terra. Logo, os municípios que ofertaram recursos de seus orçamentos para complementar os recursos do Governo Federal, bem como para compensar o alto preço dos terrenos, contrataram uma quantidade reduzida de unidades na Faixa 1.

Analisando o caso do município de Santa Isabel, Nobre (2018) salienta o fato de que, além da oferta de terrenos seria necessária, também, a instalação de infraestrutura e equipamentos para atender o aumento das demandas ou, ainda, diante da inexistência desses recursos no local de instalação. No entanto, no caso do município supramencionado, não existiam recursos financeiros para a oferta desses equipamentos.

Essa situação foi exemplificada, ainda, pelo caso do município de Jandira, cuja realização de entrevista, com o responsável pelo setor de habitação, indicou a oferta de três terrenos para 420 UH, e efetivação de duas chamadas públicas, visando a contratação de construtoras para produção na Faixa 1. Mas a necessidade de infraestrutura implicou no fato de que as construtoras não conseguiram orçar as UH, dentro do recurso ofertado de R\$ 96 mil. Nobre (2018) observa, ainda, que a baixa produção de UH na Faixa 1, nos municípios da Zona Oeste de São Paulo, que possuíam déficit habitacional mais expressivo e com uma parcela da população com renda de até 3 SM, está atrelada à recusa das empresas diante da baixa margem de lucro.

Contextualizando os dados do Programa, na RMSP, observa-se que 64,7% das UH contratadas e 64,8% dos recursos foram instalados fora do município de São Paulo, dados que indicam a expansão material das metrópoles e a outra face da especulação imobiliária que leva para a dispersão da metrópole. Por outro lado, 28,8% das UH contratadas, no estado de São Paulo, partiram de 34 municípios da RMSP. Deste total, 29,6% corresponderam à Faixa 1, 39,5% à Faixa 2 e, 30,8% à Faixa 3. Dessa forma, a atuação das empresas se voltou para o aproveitamento das circunscrições territoriais municipais e das vantagens concedidas, pelos municípios, e à falta de uma política pública habitacional metropolitana, culminando para a construção dos projetos das empresas, com ênfase para as Faixas 2 e 3.

Sobre a distribuição das UH, por faixa, os municípios de Pirapora do Bom Jesus, São Lourenço da Serra, Juquitiba, Rio Grande da Serra e Salesópolis, com um pequeno contingente populacional, não aderiram ao PMCMV. Em 10 municípios, a contratação de UH Faixa 1 foi maior, por outro lado, 20 municípios contrataram mais UH da Faixa 2, e os municípios de Itapevi e Santana de Parnaíba (situados na sub-região de Osasco) e São Caetano do Sul (situado na sub-região do ABC) contrataram mais UH na Faixa 3, mesmo com o maior déficit, a sub-região do ABC apresentou uma das menores contratações de UH. Por

outro lado, Mogi das Cruzes, Suzano, Cajamar, Vargem Grande Paulista e Cotia contrataram mais UH do que os déficits habitacionais de 2010.

Nos demais municípios da metrópole, a participação das empresas diminuiu, embora com a manutenção de uma expressividade, representada pela produção de 51,8% das habitações com o aumento da participação do Estado. Sobressai-se, ainda, a participação do Subsistema Faixa 1, com aumento de cerca de 9,1%. Além disso, a participação das Faixas 2 e 3, no período de cinco anos, produziu, aproximadamente, a mesma quantidade que a CDHU produziu em 20 anos: 18,0%.

O autor conclui que, na RMSP, foram estabelecidas relações verticais, em detrimento das horizontais, sinalizando situações competitivas, seja com os agentes dos poderes públicos locais, ou, ainda, como as próprias empresas que agiram sem um comando. Dessa forma, as empresas utilizaram o território metropolitano, segundo os seus interesses exclusivos e pouco inclusivos, aproveitando-se da falta de um planejamento integrado e pactuado entre os próprios municípios da metrópole.

4.3 Continuidades e discontinuidades espaciais: olhares para Marabá associados às dinâmicas na RMSP

As análises sobre as metrópoles, apresentadas por intermédio das Teses na seção anterior revelam dinâmicas que se configuram em diferentes escalas, suscitando também a efetivação de reflexões acerca das possíveis particularidades assumidas em uma cidade amazônica. Para tanto, retoma-se o entendimento de que o PMCMV representa continuidades das políticas estatais executadas em outros momentos no Brasil, que atuaram na produção em larga escala de UHs, contando com um roteiro de orientações para os projetos dos conjuntos habitacionais que integram diretrizes obrigatórias, geradas a partir da consideração do território como uma totalidade, sem olhares para as particularidades de cada região.

Quando pensadas as metrópoles, Pádua (2015, p.88) ressalta a especificidade de um momento marcado pela intensa transformação dos lugares, no tamanho das regiões e na velocidade com que as estratégias são realizadas. Logo, “a produção do espaço torna-se acelerada, novas tendências são produzidas e novas regiões são incorporadas rapidamente às estratégias de produção do espaço”.

Essas dinâmicas de rápidas modificações quando trabalhadas sob a ótica dos processos em Marabá, demonstram a expressividade de atividades em dados períodos, fato que aponta

que embora sejam encontrados intervalos de influência marcados por ciclos de atividades econômicas, que promoveram significativas transformações espaciais notadamente marcadas pela migração, na atualidade é vivenciado um recuo, especialmente quando contemplada a influência das atividades industriais que atuou nos cenários de aumentos de preços do mercado imobiliário. No contexto recente, a incorporação de novos recortes, por empreendimentos imobiliários privados apresenta retração uma vez que este esteve associado às demandas que surgiam em decorrência da migração, voltados para atender grupos com elevado poder aquisitivo, mesmo assim ainda prevalecem a manutenção da concentração de terras e os valores elevados para a aquisição de habitação.

O ato de abordar os desdobramentos do PMCMV na metrópole demonstrou que mesmo com descompasso entre tempos de acumulação de técnicas entre metrópole e uma cidade do sudeste paraense, o movimento de acumulação do capital ilumina processos que apesar das diferenciações na formação concorrem para a coexistência de similitudes.

Embora a modalidade Entidades, não tenha constituído uma realidade em Marabá, em particular quando se considera que não são encontrados movimentos organizados em torno da luta pela moradia, e ainda, observando os percalços enfrentados por esta modalidade, foi possível perceber que ela possibilita maior aproximação da comunidade e dos movimentos sociais, além de propiciar caminhos para o maior envolvimento das famílias, fato que poderia sugerir um acompanhamento sistemático que culminaria na contemplação daquelas pessoas que efetivamente compõem os déficits habitacionais.

Tal observação se fundamenta no fato de que alguns estudos³ apontam a comercialização das UHs fora dos critérios estabelecidos pela CEF⁴ para a realização de venda e compra, levando a reflexões acerca do atendimento efetivo daquelas pessoas que compõem o déficit habitacional. Características que quando pensadas em Marabá, foram apontadas em reportagens, mas também informalmente durante as atividades no Residencial Jardim do Éden.

³ Chaves (2019)

⁴ A Lei nº 11.977 de 2009, estabelece em seu § 5º que: Nas operações com recursos previstos no caput: I – a subvenção econômica será concedida nas prestações do financiamento, ao longo de 120 (cento e vinte) meses; a quitação antecipada do financiamento implicará o pagamento do valor da dívida contratual do imóvel, sem a subvenção econômica conferida na forma deste artigo.

Porém, mesmo nessa modalidade, que poderia indicar nuances de um olhar para os agentes que residiriam nos residenciais, em detrimento aos interesses empresariais, na medida em que possibilitaria, por exemplo, a união entre Associações em torno de metas comuns, saindo do âmbito da atuação de uma única empresa, mesmo na RMSP que já apresenta a atuação de movimentos organizados, foram encontrados relatos das dificuldades para a participação efetiva da população.

Foi possível constatar também que mesmo com tempos diferenciados, alguns dos empreendimentos inseridos na RMSP e trabalhados pelos pesquisadores, possuem o entorno marcado pela oferta de equipamentos urbanos e serviços essenciais, embora em muitos exemplos, a chegada do empreendimento indique em sobrecarga nos usos das atividades, uma vez que estes se mostraram insuficientes para os moradores que ali já residiam. Realidade que observadas as especificidades das dimensões, também foi encontrada em Marabá, na medida em que a cidade já vivencia situações de precariedade em serviços essenciais como o transporte público, e essas atividades podem ter verificado uma sobrecarga de demanda já que uma parcela dos entrevistados era oriunda não apenas de outros Núcleos Urbanos, mas também de outros municípios.

Dessa forma, utilizando as observações de Jesus (2015), ao relatar que para alguns dos empreendimentos estudados, a localização estava associada a uma proximidade de outras centralidades, fato apontado pelas lideranças em determinado momento até mesmo como positivo, uma vez que a proximidade do centro do município de São Paulo não significaria necessariamente acesso aos serviços. Entende-se que essa realidade representa nuances das metrópoles onde apesar das demandas, ainda é possível encontrar a oferta de serviços descentralizados em maior volume.

Complementando essas leituras, Rolnik (2015b) defende que as condições de inserção urbana na metrópole podem ser realizadas hoje em áreas que mesmo periféricas, não estão sujeitas ao mesmo nível de isolamento existentes, por exemplo, nas experiências do BNH. Dessa forma, os empreendimentos do PMCMV estão localizados em áreas periféricas, mas contíguas à malha urbana pré-existente, logo, não exerce a mesma pressão na abertura de novos focos de urbanização em áreas rurais. Do exposto, para a RMSP, adquire expressividade a incidência de empreendimentos de pequeno e médio porte em periferias que na maior parte são áreas remanescentes dos projetos de companhias habitacionais de outros momentos.

Evidenciados esses fatos, quando pensados os desdobramentos do Programa em Marabá, constatou-se um movimento contrário composto pela perspectiva para as construtoras de acesso a terrenos extensos para a produção em larga escala, ao invés da busca por terrenos localizados em Núcleos já consolidados fato que poderia ter sido possibilitado pela redução de UHs por empreendimentos, revelando assim os tempos diferenciados da produção do espaço no olhar para a metrópole. Apesar da cidade se apresentar organizada em Núcleos com a oferta de serviços que indicariam centralidades, os residenciais analisados estão localizados nos núcleos São Félix e Morada Nova, que atualmente são definidos como urbanos, mas estavam delimitados como áreas rurais até 2009 pela PMM, e, portanto, ainda estão no movimento de reivindicações pela instalação de serviços e equipamentos elementares.

Nesse momento, utilizam-se as reflexões de Ferreira (2015), que destaca a necessidade de se considerar que o ato de dar moradia não deve estar atrelado apenas à existência de um teto, carecendo, portanto da oferta de uma “cidade” que possua elementos como a mobilidade, o acesso ao comércio, aos empregos, a equipamentos e serviços, além de espaços públicos de qualidade. Contudo, quando pensada a habitação no âmbito da sociedade patrimonialista, a disponibilização dessas estruturas corresponderia a uma ameaça ao equilíbrio de poder vigente, sendo importante “apenas” dar quatro paredes e um teto em recortes distantes, uma vez que esse ato não alteraria a ordem fundiária e urbana e ainda resolveria os objetivos eleitoreiros em curto prazo.

A realidade encontrada em Marabá contrasta com alguns dos empreendimentos apresentados nos estudos sobre a RMSP uma vez que nesta, predominaram os modelos condominiais. Verifica-se para o caso de Marabá a existência de maior disponibilidade de terrenos que possibilitaram a execução de empreendimentos da Faixa 1, com significativa quantidade de UH em detrimento da forma em condomínio.

Assim como observado nos estudos apresentados, que afirmam a existência de uma expansão material das metrópoles implicando na especulação imobiliária marcada pela dispersão, embora sem dados mais precisos, foi possível constatar as associações entre empresas e Estado naquilo que versa sobre a transformação de terras rurais em urbanas seguindo a alteração da Legislação. Embora os terrenos tenham sido adquiridos pela CEF, tomando os debates teóricos que apontam para a participação das empresas no processo de elaboração do PMCMV, entende-se que as delimitações dos recortes que seriam utilizados para a Faixa 1, perpassam a influência e os estudos de mercado com vistas ao lucro,

realizados pelas construtoras que já vinham atuando no PMCMV em outros Estados, mas também em outros municípios do Pará.

Como verificado em municípios da RMSP, em Marabá a participação dos subsídios do Estado representado pela CEF também foi fundamental para a execução do Programa. Diante da ausência da modalidade Entidades, a PMM atuou como responsável pelo cadastro, análises sobre o enquadramento nos critérios e os sorteios de famílias, além de guardar a incumbência pela instalação de equipamentos como escolas, serviços de saúde, outros. Demonstrando, portanto, que em múltiplas escalas, o Estado exerce papel elementar em diferentes etapas do Programa, fato que reitera as observações acerca do predomínio dos interesses das construtoras.

É necessário observar a forte atuação das construtoras, não somente naquilo que versa sobre o canteiro de obras, mas também, nos debates sobre o projeto e na busca pela maior obtenção de lucros na ocasião da construção de um residencial, envolvendo questões como a contrapartida do Estado, e ainda a adoção de materiais possivelmente com qualidade inferior, uma vez que as reclamações diante de problemas como rachaduras nas paredes são comuns, para citar apenas um exemplo, ou ainda, a instalação de aquecedores em uma região com clima com características equatoriais.

Com residenciais elaborados por empresas que foram responsáveis por projetos em diferentes Estados brasileiros, seguindo os critérios da CEF para a composição das residências, que remetem para as observações de Ferreira (2015, p. 2) “O que se vê são conjuntos enormes, monótonos pela repetição infinita de tipos habitacionais, com um padrão construtivo de baixa qualidade arquitetônica”, além das possibilidades de efetivação de vendas das UH, ganha relevo os desejos que esses modelos geram nas famílias para a promoção de alterações na forma, como no caso do Jardim do Éden, auxiliando também na compreensão acerca da coexistência de problemas em infraestrutura como no caso do residencial Tiradentes, que aponta o interesse centrado no lucro e economicidade de materiais.

Esses anseios compõem o debate sobre o habitar que como revelado por Pádua (2015), ele está associado às potencialidades da vida urbana, indo além do morar na cidade. O habitar na atualidade seria instrumentalizado segundo ideologias que envolvem a segurança, o verde, a sustentabilidade, assim como o crescimento econômico ilimitado e a qualidade de vida. Nas metrópoles a urbanização foca na realização do econômico com a destituição do já residual habitar, para a afirmação do habitat.

Assim como na RMSP, em momentos recentes o Estado atuou com outras modalidades de produção habitacional, em Marabá a atuação mais expressiva na produção em larga escala antecedendo o PMCMV, aconteceu com a instalação do Núcleo Nova Marabá⁵. Sobre o PMCMV, se na RMSP os interesses das empresas estavam associados à elaboração de unidades nas Faixas 2 e 3, em Marabá foi encontrado o predomínio quantitativo de unidades na Faixa 1. Ainda assim, iluminando os desdobramentos da construção nas Faixas de renda mais elevadas, Ferreira (2015) defende que as construtoras atuam maquiando os projetos da faixa mais baixa, e praticam preços elevados para produtos de péssima qualidade, ou seja, mesmo para as Faixas 2 e 3, as práticas de construção estão focadas no lucro.

As dinâmicas associadas às leituras sobre o PMCMV em Marabá e na RMSP iluminam as interfaces do desenvolvimento desigual atrelado à trajetória do processo de ocupação do território brasileiro, onde mesmo um Programa em escala nacional, apresenta similitudes como as dificuldades encontradas nos residenciais, mas encontrou outros momentos da produção do espaço em uma cidade amazônica como pode ser visualizado na conversão da terra rural em urbana, proporcionado disponibilidade de extensos terrenos que possibilitaram a manutenção do padrão horizontal em detrimento das construções verticais, estas utilizadas somente na Faixa 3.

⁵ São encontradas ainda iniciativas como a Agrópolis do INCRA construída para os servidores do órgão e que durante o regime militar era um conjunto habitacional fechado, com guarita, quadra de futebol, hotel de trânsito. Com o fim do Regime Militar, alguns terrenos foram cedidos para a PMM (PENNA, 2015).

CONCLUSÃO

Pensar a produção do espaço urbano constitui uma tarefa que apresenta diferentes possibilidades de análise, assim como o reconhecimento das características do lugar adotado para estudo e a confluência das relações que são estabelecidas por intermédio de processos diversos. Nessa perspectiva, diante dos diversos caminhos possíveis para as investigações sobre as dinâmicas do urbano, em Marabá, e visando iluminar as contradições dessa produção, adotou-se a abordagem sobre os processos que envolvem a construção de UH, por intermédio do PMCMV, subsidiado por análises que envolvem o cotidiano, a valorização e as (des) continuidades espaciais, em uma leitura entre escalas espaciais com a RMSP.

O levantamento da trajetória e instalação de Marabá subsidiou o reconhecimento dos contextos que compuseram diferentes momentos, marcados pela presença de fluxos significativos de pessoas, associados aos ciclos econômicos e a existência dos projetos para a ocupação da região. A ocupação foi marcada, entre outros fatores, pela reunião de população advinda de regiões como o Nordeste que, no conjunto das demandas, levavam a observações acerca das dificuldades da produção habitacional, no Núcleo inicial da cidade, que, por sua localização amazônica, na confluência de rios, em associação com a concentração de terras, apresentava desafios para comportar os grandes contingentes populacionais, revelando, desde o momento inicial, faces das questões que permanecem, na atualidade, em Marabá, e que guardam as desigualdades no acesso a demandas básicas.

Essa regressão, associada a uma leitura em contexto amazônico, possibilitou a observância de que as questões que envolvem o acesso à terra e a moradia, em Marabá, na atualidade, remetem à própria trajetória de constituição, marcada pela concentração de terras e a presença de famílias que detinham também poder de atuação, junto às instituições de gestão da cidade.

Com forte presença de intervenções estatais, em diversos momentos da sua história, são observadas diferentes características de ocupação que seguem a lógica da espontaneidade e, ainda, momentos do processo de produção espacial, marcados pelo predomínio de atividades, ou como decorrência de demandas, como a construção de novos bairros para atender à população que convivia com a questão das enchentes intensas e periódicas, como pode ser observada na instalação do Núcleo Nova Marabá. Realidades que resultaram na disposição do urbano em Núcleos detentores de dinâmicas particulares e concentração de

atividades e serviços diversos, em muitos exemplos, capazes de atender uma parcela importante da população no próprio Núcleo.

Mediada pelas observações acerca da expressiva desigualdade entre poder aquisitivo e das possibilidades de construção de reflexões acerca do urbano, em Marabá, surgiu a inquietação que levou à busca pela abordagem dos papéis exercidos pela produção habitacional, a partir da atuação de um Programa elaborado para a escala do território nacional, inserido em uma cidade que congrega loteamentos privados de alto padrão e habitações precárias que carecem de infraestruturas elementares.

Na caracterização da dinâmica de produção do espaço urbano, com ênfase para a questão habitacional e as contradições desse processo por meio dos programas habitacionais, sobressaíram-se, além das discussões teóricas, o levantamento associado à atividade de observação, em campo, dos residenciais do PMCMV, Faixa 1. Mesmo adotando o Residencial Jardim do Éden para as entrevistas, as visitas e o reconhecimento das características dos demais residenciais, suscitaram a construção de inquietações acerca das realidades encontradas no Jardim do Éden.

Iluminando essa assertiva, constatou-se que, mesmo inseridos na égide de um mesmo Programa Habitacional, embora com a reprodução de problemas comuns a todos, naquilo que versa sobre infraestrutura e serviços, existiam diferenciações expressivas, por exemplo, quando se observou que, no Residencial Tiradentes, a localização apresentava expressiva descontinuidade, quando comparado ao Vale do Tocantins e ao Jardim do Éden. Além disso, não foram encontradas alterações significativas em forma e infraestrutura, sendo comum, também, encontrar residências em situação de abandono, indicando que o Programa, em uma cidade, já apresenta diferenciações na apropriação dos Residenciais.

Pensando o Residencial Jardim do Éden, notou-se um espaço concebido e marcado pela adoção de um projeto que seguiu os preceitos das determinações em escala nacional, oriundas das associações entre Estado e Empresas que desconSIDERAM as peculiaridades locais, tais como o sistema de drenagem para uma região que apresenta fluxos pluviométricos expressivos em determinado período do ano. Um espaço que reflete um projeto com unidades idênticas, que desconSIDERA as peculiaridades familiares, naquilo que versa, por exemplo, sobre o número de integrantes, e que ilustra as reflexões sobre a existência de um habitat, marcado, inicialmente, pela ausência de equipamentos básicos, além da pequena ou ausente apropriação dos espaços coletivos.

O Residencial Jardim do Éden leva a observações de um espaço percebido e que reflete a existência de UH que mantêm as especificações oferecidas pelo projeto entregue inicialmente. No entanto, mesmo com a entrega mais recente, quando comparado com os demais residenciais, foi possível constatar nas diversas incursões pelo Residencial, um fluxo contínuo de alterações nas formas das residências, mas também na infraestrutura, como ruas e manutenção dos espaços públicos, indicando a atuação diferenciada do Estado, no pós-entrega dos Residenciais, refletindo, portanto, as contradições que marcam a presença deste na cidade.

A prática da observação, associada às leituras teóricas, foi acompanhada pelo desafio de pensar a habitação, sob o viés do reconhecimento do cotidiano, como ação orientada para a busca por verificar se o PMCMV constituía um Programa Habitacional de produção da moradia como mercadoria, englobando as pessoas que não viviam radicalmente o cotidiano, mas também, aquelas que já estavam inseridas, contribuindo para a manutenção do habitat em detrimento do habitar.

Nessa senda, a aproximação dos moradores com vistas à elaboração de conhecimento sobre o dia a dia, com o objetivo de construção do debate a respeito do cotidiano, no Residencial Jardim do Éden, oportunizou maior proximidade da realidade dos entrevistados que possuíam diferentes sentimentos, em relação aos locais de origem, mas com a preponderância de situações marcadas pelo aluguel ou compartilhamento de residências. Esse processo aponta para uma lógica de localização, marcada pelo deslocamento dos sujeitos dos Núcleos urbanos consolidados, mas também daquele contínuo ao Jardim do Éden, reiterando as características do processo de urbanização, em Marabá, marcado entre outros, pelo afastamento das localizações próximas aos rios, quando considerados os novos empreendimentos, e uma dinâmica associada ao uso de rodovias.

A As dificuldades para a execução de uma prática de campo residem na exigência de uma maior proximidade com os participantes, e todas as questões que envolvem o acesso e a segurança. Sabe-se que as leituras sobre o cotidiano, no Residencial, não corresponderiam à totalidade das famílias contempladas no Programa, mas ofereceu oportunidade para identificação dos traços do viver no Residencial Jardim do Éden. Portanto, também, a percepção de traços de um cotidiano, marcado pela atuação do mundo da mercadoria nas UH visitadas, onde, apesar das dificuldades relatadas, elementos como o acesso à casa própria sobressaíram, em alguns relatos, como um fator capaz de destituir de significados os problemas que envolvem, por exemplo, a infraestrutura, o recebimento de UH com problemas

no telhado, ou a distância para a resolução de demandas como àquelas bancárias, em outros Núcleos.

Tem-se, ainda, a busca pela superação do acesso ao mercado trabalho, seja pelas demandas que compõem Marabá, ou, ainda, pelas dificuldades impostas aos moradores do residencial, em decorrência da distância dos Núcleos com mais atividades, e o transporte precarizado. Logo, foi notada a proliferação de atividades autônomas, desenvolvidas no próprio Residencial, pensadas, também, na busca pelo acesso à parcela da população que possui dificuldades para deslocamentos, e que podem consumir produtos como cosméticos, sem a necessidade de uso do transporte público.

Foi possível observar, igualmente, o avanço de atividades como construção de múltiplas Igrejas, além da realização de usos comerciais nas UH externas às áreas delimitadas no projeto para o comércio. As atividades, aqui descritas, são representadas pela conjugação com o ato de morar, onde a prática comercial se localiza na parte frontal da residência, frequentemente com área ampliada, composto por padarias, pizzarias, cabeleireiros, outras, representando as reinvenções, diante das dificuldades que integram o viver no Residencial.

No contexto de crise econômica mundial, verificada em 2008, o Programa não seria viabilizado sem a mediação do Estado, que atuou em uma questão que surge como fundamental nas cidades: o acesso à moradia. Cabe sinalizar que o Programa reproduziu os modelos pensados para viabilizar a retomada do mercado, pelas construtoras que organizaram a capacidade de instalação, conforme as realidades encontradas, em cada região, naquilo que versa sobre a predominância da atuação, nas Faixas de renda dos empreendimentos, conforme a situação do local que elas realizariam a instalação, reiterando o predomínio dos objetivos destas.

Deste modo, os projetos envolviam o acesso à habitação, mas também à incorporação de terras como fundamento para a valorização. Esse movimento, em Marabá, foi integrado pela alteração na legislação que, além do PMCMV, atraiu a instalação de empreendimentos privados. O conjunto de situações, conforme os dados disponibilizados pela PMM, e seguindo as análises temporais de evolução dos preços, gerou o entendimento acerca do predomínio de preços baixos, na ocasião da instalação dos empreendimentos (se comparados com os demais Núcleos da cidade), e o aumento destes, ao longo das faixas temporais analisadas, revelando que o PMCMV constituiu-se indutor desse processo de transformação das características dos terrenos, localizados no São Félix e Morada Nova, revelando, ainda, o predomínio dos interesses dos proprietários fundiários e construtoras.

Os processos em Marabá revelam a existência de terrenos vazios que podem indicar orientação para a valorização, mas alguns destes estão localizados em áreas de frequentes inundações e o predomínio de extensos terrenos vazios se dá em áreas mais afastadas dos Núcleos consolidados. Considerando essa realidade, observa-se que a associação entre produção de UH e obtenção de lucros encontraria dificuldades para a produção do elevado número de UH, em projetos dispostos, na modalidade horizontal. Por conseguinte, para a inserção nos terrenos vazios nos Núcleos consolidados, seria necessária a produção de menor quantidade de unidades, fato que implicaria em redução de lucro para as empresas, uma vez que estariam associados os fatores como terrenos mais caros e com menos unidades habitacionais que poderia encarecer o empreendimento.

Além disso, surge a observação de um cotidiano que revela um processo de constituição da segregação, no próprio Residencial, marcada pelo acesso desigual aos outros espaços da cidade e aos serviços essenciais, mas também um processo de diferenciação observado entre UH que denotam alterações significativas, e aquelas que ainda mantêm as características do projeto inicial, fato que leva a reflexões acerca de um processo de valorização, em curso, não apenas nos terrenos do entorno, mas também no próprio Residencial, e que poderá implicar na atração de outros agentes e numa “expulsão” gradual daqueles que não se sentem participantes da vida no Residencial, ou, ainda, atraídos pela possibilidade de venda.

No âmbito das Entidades de representação social, a entrevista com a Associação de Moradores revelou que, apesar dos problemas que, ainda, envolvem a regulamentação da Entidade, ou da instalação da sede, a proximidade com a PMM implicou na atração de infraestrutura e projetos para o Residencial, que são, frequentemente, apresentados como conquistas e atendimento aos anseios da população, embora constituam intervenções que deveriam ter sido ofertadas desde a construção do Residencial, apontando que os usos para propagandas, perpassam o momento da entrega das UH.

Nesse momento, no movimento de associação às leituras sobre as dinâmicas das metrópoles, salienta-se que, embora as distâncias apresentadas entre os Núcleos urbanos de Marabá, ao serem pensadas na escala da metrópole, podem não indicar expressividade, quando inseridas, em Marabá, mesmo com a oferta de outros modais, para além do transporte público, existem situações que envolvem o preço das passagens das outras formas de transporte (cobrados conforme a distância), além da menor quantidade de ônibus

disponibilizados para as linhas que atendem os Núcleos São Félix e Morada Nova e, por conseguinte, o Residencial.

No movimento de associação entre as dinâmicas que se processam entre diferentes escalas, mediadas pelo olhar para o PMCMV, e nas associações entre capital, empresas e Estado, foram realizadas leituras dos processos, na RMSP, compreendendo as diferenciações espaço-temporais existentes, buscando iluminar olhares para as práticas encontradas em Marabá. Desta forma, enquanto na RMSP, com ênfase para o município de São Paulo, não haviam terrenos, ou eram muito caros para a Faixa 1, ou para a modalidade Entidades. Em Marabá, o processo reflete a tendência para a localização em terrenos com características de atividades rurais e mais afastados. Embora localizados em Núcleos, compreendidos como rurais, até o ano de 2009, os terrenos utilizados para a construção das UH, ainda, foram inseridos, com relativa proximidade, nos Núcleos São Félix e Morada Nova.

Além disso, diante da disponibilidade de terrenos vazios que poderiam ser adquiridos pela CEF para a viabilização das obras, quando comparada com a RMSP, Marabá acabou atraindo construtoras externas, com atuação em escala nacional, que estavam voltadas para a produção habitacional na Faixa 1 do Programa. Essa realidade reproduz o predomínio dos interesses destas, na associação com o Estado, utilizando práticas de construções de extensos conjuntos horizontais, com vistas à maximização dos lucros e a superação dos impactos da crise vivida pelo setor, no movimento em direção à acumulação.

A caracterização da atuação do PMCMV, na RMSP, mesmo com o predomínio de análises sobre a modalidade Entidades, revelou similitudes e diferenciações quando associadas à leitura sobre Marabá, no contexto de uma cidade amazônica. Ganhou relevo, para a RMSP, a atuação de empresas nas Faixas 2 e 3 e a presença de associações atuantes na modalidade Entidades, realidade inexistente em Marabá, onde a questão da moradia não apresenta uma luta organizada em Associações.

No entanto, são encontradas questões comuns, mesmo com o predomínio de construções verticais, existentes em Marabá apenas na Faixa 3 do Programa, são constatados, por exemplo, em alguns empreendimentos, a questão da sobrecarga dos serviços com a atração de novos moradores. Quando inserido na escala de Marabá, tem-se, ainda, a atração de pessoas advindas de outros municípios. Foi possível examinar, também, que a aproximação de Entidades, na RMSP, atua como fator que possibilita maior acompanhamento, fato que pode auxiliar no atendimento das famílias que, efetivamente, se inserem no déficit da Faixa selecionada, para um dado residencial.

Além disso, nas diferentes escalas, a inserção no cotidiano, mediada pela habitação revelou contentamentos com a vida, nos novos residenciais, mas também descontentamentos que remetem ao saudosismo da moradia anterior. Mesmo que esse fato implique em abandono das UH, foi possível constatar o predomínio da permanência assentada, especialmente, na ideia do acesso à casa própria. Sendo constatados, ainda em Marabá, com ênfase para o Jardim do Éden, as tensões com o Estado, naquilo que versa sobre a regularidade dos inscritos e sorteados para as UH, em conjunto com as dificuldades nos serviços, e aquelas associadas às construtoras, exemplificadas pelas reclamações acerca dos problemas nas UH, na ocasião da entrega.

Conclui-se que os elementos constitutivos da hipótese foram corroborados e que a pesquisa possibilita avanços nas interpretações sobre a produção habitacional, em Marabá, embora reconhecendo a existência de pesquisas que versam sobre o PMCMV, na cidade, as análises desenvolvidas permitem a construção de olhares para o cotidiano e a vida cotidiana, apresentando uma leitura, a partir dos debates sobre o cotidiano, em Marabá, mas também associada às dinâmicas que atravessam as metrópoles e balizada por estudos de caso, na RMSP, indicando que, mesmo em um Programa habitacional que foi moldado por projetos com especificações comuns para todos os lugares, sobressaem-se especificidades dos agentes e as trajetórias destes. Revelando, também, que o debate sobre o acesso à moradia popular, ainda, carece da participação efetiva, nos projetos, daqueles que irão residir.

Além disso, por se tratar de uma inserção no mundo da mercadoria, mesmo em um Programa habitacional, prevalece o poder de compra, permanecendo compondo o déficit, uma parcela da população que não possui recursos para a aquisição da mercadoria. Reforçando a lógica contraditória da produção do espaço mediado pelos interesses de grupos específicos.

As análises possibilitaram identificar a reprodução das contradições, em múltiplas escalas, apontando que o processo de urbanização brasileiro, resguardadas as especificidades das cidades, implica na coexistência de problemas decorrentes das desigualdades sociais. Os programas habitacionais, ao longo da história, contribuem para a redução do déficit habitacional, mas carecem de avaliações voltadas para o atendimento das especificidades das famílias que serão contempladas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Glória Anunciação. Privação, justiça espacial e o direito à cidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória Anunciação; PÁDUA, Rodrigo F. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 167-178

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano. **Revista Cidades**. v. 9, n. 16, 2012.

_____. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, Ana Fani A; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 65-80.

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade?** avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11-28.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**. n. 12, setembro, 2001. Disponível em: < http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/178/172> Acesso em: 05 maio 2019.

BECKER, Bertha K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck Vianna; MACAMBIRA, Júnior. **50 Anos de Formação Econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

BIBAS, Luna; CARDOSO Ana Cláudia. Redesenhos para Marabá PA: aspectos socioambientais e desenho urbano. **Urbanismo Arquitextos**. ano 17, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.199/6357>>. Acesso em: 25 set. 2019.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação de interesse social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação da Liberdade, 2004.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo. **Arq. urb.** n. 1. jan. – dez, 2008. p. 70-104 Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. **Teoria e debate**. 01 de maio 2009. Disponível em: < <https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BORGEA, Hiroshi. **Se novos municípios forem criados, Marabá perderá 60% do seu território**. 2013. Disponível em: <<http://www.hiroshiborgea.com.br/se-novos-municipios-forem-criados-maraba-perdara-60-de-seu-territorio/>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

_____. **Manifestação no Residencial Jardim do Éden**. 20 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.hiroshibogea.com.br/nota-acerca-da-manifestacao-no-residencial-jardim-do-eden/>>. Acesso em: 25 out. 2019

Brasil. Caixa Econômica Federal. **Minha Casa Minha Vida- Habitação Urbana**. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Evolução da população urbana de Marabá**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

_____. Lei nº 11.977 de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 03 nov. 2019.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Contratação total do Programa Minha Casa Minha Vida**, 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Programa Minha Casa Minha Vida- Modalidades**. Disponível em: <<https://www.mdr.gov.br/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv/modalidades>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Ministério Público Federal. 5ª Câmara De Coordenação e Revisão – Combate à Corrupção. **Parecer Técnico nº 15/2016 – Seap**. Apuração de falhas na fiscalização da Caixa Econômica Federal - CEF e Prefeitura Municipal de Marabá na execução da construção do empreendimento do programa minha casa minha vida, Residencial Vale do Tocantins e Residencial Tiradentes, pela empresa HF Engenharia Construtora Ltda, 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/parecer_pericial_mpf_residenciais_pmcmv_tiradentes_vale_do_tocantins_maraba-pa-compactado.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. **Especificações para o PMCMV**. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/Pedido/DetalhePedido.aspx?id=J1oiCdIXOXQ=>>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARABÁ. **Vereadores recebem demandas de moradores dos Residenciais Tiradentes e Jardim do Éden**. Disponível em: <<http://www.maraba.pa.leg.br/institucional/noticias/vereadores-recebem-demandas-de-moradores-dos-residenciais-tiradentes-e-jardim-do-eden>>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. **Polêmicas do Residencial Jardim do Éden chegam à Câmara**. Disponível em: <<http://www.maraba.pa.leg.br/institucional/noticias/polemicas-do-residencial-jardim-do-eden-chegam-a-camara>>. Acesso em: 25 out. 2019

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos Cadernos NAEA**. v. 12, n. 1, p. 161-192, jun. 2009, ISSN 1516-6481. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/285>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas. Introdução- vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas. **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A segregação como fundamento da crise urbana. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (org). **Panorama da Geografia brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, Ana Fani A. **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.a.p 25-36.

_____. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani A; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.b. p.43-64.

_____. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani A; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação B. **A produção do espaço urbano: agentes processos escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. Geografia crítica radical e teoria social. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo, Contexto, 2018. p. 15-34.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORREA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. p.11-40.

CBIC. Empreiteira de MG vira a segunda maior recebedora da União, 18 fev. 2015. Disponível em: <<https://cbic.org.br/empreiteira-de-mg-vira-a-segunda-maior-recebedora-da-uniao/>> Acesso em: 8 jan. 2020.

CHAVES, Carina Aparecida Barbosa Mendes. A venda e o aluguel no programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1 em Parnamirim/RN. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180033>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Regiões metropolitanas no Brasil: visões do presente e do futuro. In: **Anais... XIV Colóquio Internacional de Geocrítica**. Las utopias y La

construcción de la sociedad Del futuro. Barcelona, Espanha, 2016. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/MLivraClementino.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORREA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

CRUZ, Rita de Cássia. A. Ensaio sobre a relação entre desenvolvimento geográfico desigual e regionalização do espaço brasileiro. **Geousp – Espaço e Tempo** (On-line), v. 24, n. 1, p. 27-50, abr. 2020. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/155571/160430>>. Acesso em: 10 maio 2020.

D'AMICO, Fabiano. O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. Curitiba. 2011. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261251530.LivroCAIXA_T_0_033.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

DAVIDOVICH, Fany. A volta da metrópole no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, Luiz C. de Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015, p. 197-230.

DI MÉO, Guy. Introdução ao debate sobre a metropolização. **Confins** [Online], 4, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/5433> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.5433>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

DONOSO, Verônica Garcia. **Paisagem e cotidiano em habitação social nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Santiago do Chile**. 322f. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

EMBLASA. Empresa paulista de Planejamento Metropolitano. **Região Metropolitana de São Paulo**. Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/RMSP>. Acesso em: 03 fev. 2020.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB FUPAM, 2012.

FILHO, Chagas. **Nova Marabá: sobram folhas e faltam nomes**. Marabá, 5 abr. 2018. Disponível em: <<https://correiodecarajas.com.br/nova-maraba-sobram-folhas-e-faltam-nomes>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 263f. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2015**, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte: FJP, 2018.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução: Rogério Bettoni. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HFEngenharia. **Sobre**. 2019. Disponível em: <hfengenharia.com.br/sobre-a-hf/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Marabá 2010**. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150420>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

JESUS, Patrícia Maria de O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades no município de São Paulo. 285 f. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

KOPPER, Moisés. Minha Casa, Minha Vida”: experts, sentidos de classe e a invenção do “mercado” da casa própria no brasil contemporâneo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 45, p. 185-215, jan./jun. 2016. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832016000100185&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 abr. 2018.

LEAO, Renato Freitas de Castro. **O Programa Minha Casa Minha Vida e a expansão urbana em Marabá (PA)**: um estudo dos núcleos São Félix e Morada Nova. 119f. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém (PA), 2014.

LENCIONI, Sandra. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.120, p.133-148, jan./jun. 2011. Disponível em:< <http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/176/672>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. Metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, CRUZ, Rita de Cássia Ariza (org.). **A necessidade da Geografia**. Contexto, 2019. p. 130-139.

_____. Reestruturação imobiliária: uma análise dos processos de concentração e centralização do capital no setor imobiliário. **EURE** v. 40 n 120 maio, 2014 p. 29-47. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v40n120/art02.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática. Série Temas, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. A produção do espaço. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev.2006

_____. **Espaço e política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, José Júlio, CARDOSO, Ana Claudia, RODRIGUES Roberta Menezes, PONTE, Juliano Ximenes, NETO, Raul Ventura da Silva; MELO, Ana Carolina Campos de Estratégias de produção habitacional de interesse social através do PMCMC na Região Metropolitana de Belém e no sudeste do Pará. In: AMORE, Caio Sant, SHIMBO, Lúcia Zanin, CRUZ, Maria Beatriz, **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

LIMA, Michel de Melo. A produção social do espaço e a relação cidade- rio na ribeira de Marabá-PA: modernização, conflitos e resistências. **Geousp** – Espaço e Tempo, v. 20, n. 2, p. 267-280, 2016. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/122375>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

LOPES JÚNIOR. Wilson M.; SANTOS, Regina C. B. dos. Reprodução do espaço urbano e a discussão de novas centralidades. **Revista RA'EGA**: Curitiba, n.19, p.107-123, 2010. Editora UFPR. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/d0b6/7af492a7c2eff4daf5a36955fb10244dc953.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, No 1, 1999, p. 109-138. Disponível em:< <https://www.researchgate.net/publication/322831750>>. Acesso em: 08 jan. 2020
MARABÁ. **Lei nº 17.846, de 29 de março de 2018**. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Marabá, instituído pela Lei Municipal nº 17.213 de 09 de outubro de 2006, e dá outras providências.

MARABÁ. Prefeitura de Marabá. Prefeitura revigora principal ponto turístico de Marabá. 2 de fevereiro de 2018. Disponível em:< <https://maraba.pa.gov.br/orla-prefeitura-revigora-principal-ponto-turistico-de-maraba/>> Acesso em: 02 de jun 2019.

_____. Fotografia histórica enchente em Marabá. Casa da Cultura de Marabá, 1997.

_____. Secretaria de Gestão Fazendária de Marabá. **Planta Genérica de Valores (2010-2020)**. Disponível em: <<http://www.gdic.com.br/modulo/esic>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MARABÁ NOTÍCIAS. **Residencial Tiradentes**: população interdita rodovia em Marabá. 25 ago. 2014. Disponível em:<<http://www.carajastudodebom.com.br/noticia/maraba/000939348/residencial-tiradentes-populacao-interdita-rodovia-em-maraba>>. Acesso em: 25 out. 2019

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. O Minha Casa é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. **Carta Maior**. 2009. Disponível em: < <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>>. Acesso em: 08 dez. 2019

MARTINS, Bruno Xavier. Modelo crítico de expansão do setor imobiliário brasileiro ao Programa Minha Casa Minha Vida. **Geographia**. Ano 18, n. 26, 2016. Disponível em:< <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13744>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

NAHOUM, Benjamín. El problema de la habitacion en los paises capitalistas perifericos: sobre sus reales causas y posibles soluciones. **REVISTA EURE**. v. 13, n. 39-40, 1987. Disponível em: <<http://eure.cl/index.php/eure/issue/view/56>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

NOBRE, Carlos Eduardo. **Usos do território no Brasil**: articulações federativas para implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de São Paulo. 286f. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Adriana. Residencial Tiradentes: moradores denunciam a situação precária das ruas. 8 jan. 2019. Correio de Carajás. Disponível em:< <https://correiodecarajas.com.br/residencial-tiradentes-moradores-denunciam-a-situacao-precaria-das-ruas/>. Acesso em: 25 out. 2019.

ONU-HABITAT. **Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, Estado de las Ciudades de América Latina y El Caribe**, 2010. Disponível em: <https://flacso.edu.ec/cite/media/2016/02/ONU_Habitat_2010_Estado_de_las_ciudades_de_America_Latina_y_el_Caribe1.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. O estado e a exceção ou o Estado de exceção? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 5, n. 1, maio, 2003.

PÁDUA, Rafael Faleiros de. Espaços de desindustrialização na urbanização contemporânea da metrópole. In: CARLOS, Ana Fani A. **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015 p.

_____. O habitar como horizonte utópico. **Geosp – Espaço e Tempo**. v. 23, n. 3, p. 478-493, dez. 2019. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/162950>:. Acesso em: 13 maio 2020.

PARAGUATINSJÁ. **Veja a nossa localização**. 2011. Disponível em:<<http://paraguatinsja.blogspot.com/search?updated-max=2011-08-01T07:53:00-07:00&max-results=7>> Acesso em: 6 ago. 2019.

PENNA, Camila. **Conexões e controvérsias no INCRA de Marabá**: o Estado como um ator hegemônico. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

PEQUENO, Renato. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. In: Coloquio Internacional de Geocrítica. 10. 2008, Barcelona. **Anais eletrônicos...** Universidad de Barcelona. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/275.htm>> Acesso em: 05 nov. 2017.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Alvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Arantes Nasser. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Alvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Arantes Nasser. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PREFEITURA de Marabá quer engajamento social de moradores de casas populares. **ZEDUDU**, Marabá, 17 out. 2019. Disponível em: < <https://www.zedudu.com.br/prefeitura-de-maraba-quer-engajamento-social-de-moradores-de-casas-populares/>> Acesso em: 20 nov. 2019.

RAIOL, José de Andrade (coord.). **Perspectivas para o meio ambiente urbano**: GEOMarabá. Pará, Belém: [s.n.], 2010.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: CARLOS, Ana Fani A. **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. P 171-186.

RISEK, Cibele Saliba. Do combate à pobreza ao estado de exceção. In: SERPA Ângelo, CARLOS Ana Fani Alessandri. **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. EDUFBA, 2018. p. 55-76.

RIZEK, Cibele Saliba, AMORE, Caio Santo, CAMARGO, Camila Moreno de. Política habitacional e políticas sociais: urgências, direitos e negócios In: CARLOS, Ana Fani A; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.b. p.165-186

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Marabá: centralidade urbana de uma cidade média paraense**. 188 f. 2010. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A política urbana no Governo Lula. **Idéias**. Campinas (SP). n. 3. Nova sSérie. 2º semestre, 2011. Disponível em:< <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649316>>. Acesso em: 26 out. 2017.

_____. Propriedade fundiária urbana e controle socioespacial urbano. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales Universidad de Barcelona. v. XVIII, n. 493 (23), 1 nov. 2014. Disponível em:< <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15012>>. Acesso em: 26 out. 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015a.

_____. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015b. Disponível em:<
file:///C:/Users/Silvana%20Silva/Downloads/18863-60174-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

SANFELICI, Daniel. As escalas de acumulação na produção das cidades. In: CARLOS, Ana Fani A; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p.121-144.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SEABRA, Odete. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 1, n 1, 181-206- jun- dez, 2004. Disponível em:<
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/476>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado**: a confluência. 360f. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1984.

SOJA, Edward W. **Geografias pós modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 (Reimpressão).

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. A produção do espaço urbano a partir do Programa Minha Casa Minha Vida: inserção urbana e/ou desigualdades socioespaciais em Marabá – PA. **Revista Cerrados**, v.14, n.2, p. 30-51, jul/dez-2016. Disponível em:<
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5761486>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. **O projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá (PA)**: a cidade-mercadoria e as desigualdades socioespaciais. 297f. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2015.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Planejamento urbano em área de fronteira econômica**: o caso de Marabá. 482f. 1991. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1991.

TOURINHO, Andréa de O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; CARLOS, Ana F. A. **Geografia das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 227-299.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbano diversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, nº 321, dezembro, 2013. Disponível em: < <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/215>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VOLOCHKO, Danilo. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**. 262 f. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani A; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015a. p. 97-120.

_____. Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani A. **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015b.p. 105-128.entrevistas

ENTREVISTAS

Entrevistas realizadas com moradores do Residencial Jardim do Éden: outubro, novembro e dezembro (2020)

APÊNDICES

APÊNDICE A: Formulário para prática de campo

FORMULÁRIO PARA PRÁTICA DE CAMPO**DATA:** _____**HORÁRIO:** _____**RESIDENCIAL:** _____**TEMA DA PESQUISA: PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E PRODUÇÃO
DO ESPAÇO URBANO EM MARABÁ (PA)****QUESTÕES NORTEADORAS**

1. Atividade em que trabalha.
2. Tempo de residência no Programa Minha Casa Minha Vida.
3. Qualidade do ambiente construído e condições de moradia (Quais os aspectos positivos e os negativos?).
4. Bairro/Cidade de residência anterior (antes de chegar no MCMV).
5. Satisfação com a casa em relação a habitação anterior (Preferia morar na residência anterior, ou no MCMV)?.
6. Relação com vizinhos.
7. Espaços de convivência.
8. Laços de parentesco na moradia anterior e no residencial do MCMV (Mora (va) com parentes ou possui parentes próximos?).
9. Comércio (Utiliza o comércio do bairro)?
10. Serviços básicos (utiliza/realiza trabalho, saúde, escola, presentes no Residencial? Ou busca em outros bairros?)
11. Frequenta os Núcleos Nova Marabá, Velha Marabá ou Cidade Nova, Morada Nova ou São Félix?

APÊNDICE B: Formulário para observações de campo

ROTEIRO PARA OBSERVAÇÕES DE CAMPO**DATA:** _____**HORÁRIO:** _____**RESIDENCIAL:** _____

- Morfologia das construções
- Rede pública de abastecimento de água
- Iluminação pública
- Drenagem pluvial
- Coleta de lixo
- Aspetos das ruas
- Calçadas pavimentadas
- Atendimento por transporte público.
- Proximidade de equipamentos públicos

APÊNDICE C: Termo de Livre Consentimento e Esclarecimento

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre: **Programa Minha Casa Minha Vida, produção do espaço urbano e cotidiano em Marabá (PA)** e está sendo desenvolvida por *Silvana de Sousa Silva*, sob orientação da professora Dra. Ana Fani Alessandri Carlos, do curso de Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

O objetivo do estudo é analisar como a instalação do Programa Minha Casa Minha Vida revela as contradições da produção do espaço urbano em Marabá (PA), com ênfase na habitação como mercadoria, a partir das características impostas ao cotidiano de seus habitantes.

A finalidade deste trabalho é contribuir para o entendimento das características do cotidiano das pessoas que vivem no Residencial Jardim do Éden do PMCMV, visando identificar aspectos positivos e eventuais problemas existentes à luz de teorias abordadas pelos estudos de Geografia Humana.

Do exposto, solicito a sua colaboração para entrevista com o Presidente da Associação de Moradores. Os riscos envolvidos serão mínimos pois não haverá identificação do(a) entrevistado(a).

Solicito ainda a autorização para apresentar os resultados deste estudo nas análises do trabalho de Tese a ser defendida nas dependências da Universidade de São Paulo (USP)- São Paulo (SP), em eventos da área de Geografia e áreas afins, além de publicações em Revistas científicas nacionais e/ou internacionais, ou ainda em capítulos de livros. Ressalta-se que na publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo (a) Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Para participar deste estudo o (a) Sr (a) não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira. O (a) Sr (a) terá o esclarecimento sobre o estudo no aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma que o senhor é atendido pela pesquisadora. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações apenas para os fins acadêmicos e científicos.

APÊNDICE D: Termo de Consentimento e Esclarecimento

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIDO

Eu _____, portador (a) do documento de Identidade _____, afirmo que aceitei participar da entrevista por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar como a instalação do Programa Minha Casa Minha Vida revela as contradições da produção do espaço urbano em Marabá (PA), com ênfase na habitação como mercadoria, a partir das características impostas ao cotidiano de seus habitantes.

Compreendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica visando, por parte da referida aluna a realização de um trabalho de Tese desenvolvido no curso de Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, e que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, assegurando, assim, minha privacidade. Sei que posso retirar meu consentimento quando eu quiser, e que não receberei nenhum pagamento por essa participação.

Autorizo a apresentação dos resultados deste estudo nas análises do trabalho de Tese a ser defendida nas dependências da Universidade de São Paulo (USP)- São Paulo (SP), em eventos da área de Geografia e áreas afins, além de publicações em Revistas científicas nacionais e/ou internacionais, ou ainda em capítulos de livros.

Este Termo de Consentimento será emitido em duas vias, sendo que uma via ficará em poder do pesquisador e a outra em poder do participante.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Em caso de dúvidas:

Silvana de Sousa Silva

Endereço: Instituto Federal do Pará (IFPA)-Rua Folha 22, Quadra Especial, Lote Especial s/n 2, R. Nova, Marabá – PA

Telefone: (86) 9 94134262 (WhatsApp)

E-mail: syllsousa@hotmail.com

Marabá (PA), _____ de _____ de 2019

ANEXOS

Ministério das
Cidades

Programa Minha Casa Minha Vida / FAR
Especificações Mínimas

Apartamento* / Casa sobreposta* / Village* / Sobrado** (Para contratação com valor máximo de aquisição da unidade de acordo com o item 7.1 do Anexo I da Portaria Nº 325, de 07 de julho de 2011)

Projeto	Unidade habitacional com sala / 1 dormitório para casal e 1 dormitório para duas pessoas / cozinha / área de serviço / banheiro.
DIMENSÕES DOS CÔMODOS (Estas especificações não estabelecem área mínima de cômodos, deixando aos projetistas a competência de formular os ambientes da habitação segundo o mobiliário previsto, evitando conflitos com legislações estaduais ou municipais que versam sobre dimensões mínimas dos ambientes)	
Dormitório casal	Quantidade mínima de móveis: 1 cama (1,40 m x 1,90 m); 1 criado-mudo (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,60 m x 0,50 m). Circulação mínima entre mobiliário e/ou paredes de 0,50 m.
Dormitório duas pessoas	Quantidade mínima de móveis: 2 camas (0,80 m x 1,90 m); 1 criado-mudo (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,50 m x 0,50 m). Circulação mínima entre as camas de 0,80 m. Demais circulações mínimas de 0,50 m.
Cozinha	Comprimento mínimo da cozinha: 1,80 m. Quantidade mínima: pia (1,20 m x 0,50 m); fogão (0,55 m x 0,60 m); e geladeira (0,70 m x 0,70 m). Previsão para armário sob a pia e gabinete.
Sala de estar e refeições	Comprimento mínimo sala de estar e refeições: 2,40 m. Quantidade mínima de móveis: sofá com número de assentos igual ao número de lugares, mesa para 4 pessoas; e Estante/Armário TV.
Banheiro	Comprimento mínimo do banheiro: 1,50 m. Quantidade mínima: 1 lavatório sem coluna; 1 vaso sanitário com caixa de descarga acoplada; 1 box com porta para chuveiro – (0,90 m x 0,95 m) com previsão para instalação de barras de apoio e de banco articulada, desnível máx. 15 mm; Assegurar a área para transferência ao vaso sanitário e ao box.
Área de Serviço	Quantidade mínima: 1 tanque (0,52 m x 0,53 m) e 1 máquina (0,60 m x 0,65 m).
Em Todos os Cômodos	Espaço livre de obstáculos em frente as portas de no mínimo 1,20 m. Deve ser possível inscrever, em todos os cômodos, o módulo de manobra sem deslocamento para rotação de 180° definida pelo NBR 9050 (1,20 m x 1,50 m). Livre de obstáculos.
CARACTERÍSTICAS GERAIS	
Área útil (área interna sem contar áreas de paredes)	38,00 m²
Pé direito mínimo	2,20 m nos banheiros e 2,50 m nos demais cômodos.
Cobertura	Sobre laje, em telha cerâmica ou de fibrocimento (espessura mínima de 5 mm), com estrutura de madeira ou metálica. Admite-se laje inclinada desde que coberta com telhas.
Revestimento interno	Massa única, gesso (exceto banheiros, cozinhas ou áreas de serviço) ou concreto regularizado para pintura.
Revestimento Externo	Massa única ou concreto regularizado para pintura.
Revestimento Áreas Molhadas	Azulejo com altura mínima de 1,50 m em todas as paredes do banheiro, cozinha e área de serviço.
Revestimento áreas comuns	Massa única, gesso ou concreto regularizado para pintura.
Portas e Ferragens	Portas internas em madeira. Admite-se porta metálica no acesso à unidade. Batente em aço ou madeira desde que possibilite a inversão do sentido de abertura das portas. Vão livre de 0,80 m x 2,10 m em todas as portas. Previsão de área de aproximação para abertura das portas (0,60 m interno e 0,30 m externo), maçanetas de alavanca a 1,00 m do piso.
Janelas	Completa, de alumínio para regimes fixos ou meios articulados e de aço para demais regimes. Vão de 1,50 m² nos quartos e 2,00 m² na sala, sendo admissível uma variação de até 5%.
Pisos	Cerâmica em toda a unidade, com rodapé, e desnível máximo de 15mm. Cerâmica no hall e nas áreas de circulação internas. Cimentado alçado nas escadas.
PINTURAS	
Paredes internas	Tinta PVA.
Paredes áreas molhadas	Tinta acrílica.
Paredes externas	Tinta acrílica ou textura impermeável.
Tetos	Tinta PVA.
Esquadrias	Em esquadrias de aço, esmalte sobre fundo preparador. Em esquadrias de madeira, esmalte ou verniz.
LOUÇAS E METAIS	
Lavatório	Louça sem coluna e bacia metálica cromada com acionamento por alavanca ou cruzeta. Acabamento de registro de alavanca ou cruzeta.
Vaso Sanitário	Louça com caixa de descarga acoplada.
Tanque	Capacidade mínima de 20 litros, de concreto pré-moldado, PVC, granito ou mármore sintético com bacia metálica cromada com acionamento por alavanca ou cruzeta. Acabamento de registro de alavanca ou cruzeta.
Pia cozinha	Bancada de 1,20 m x 0,50 m com cuba de granito ou mármore sintético, bacia metálica cromada. Torçã e acabamento de registro de alavanca ou cruzeta.
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS / TELEFÔNICAS	
Número de pontos de tomadas elétricas	2 na sala, 4 na cozinha, 2 na área de serviço, 2 em cada dormitório, 1 tomada no banheiro e mais 1 tomada para chuveiro elétrico.
Número de pontos diversos	1 ponto de telefone, 1 de campainha, 1 ponto de antena e 1 ponto de interfone.
Número de circuitos	Prever circuitos independentes para chuveiro, dimensionado para a potência usual do mercado local, tomadas e iluminação.
Interfone	Instalar sistema de porta eletrônico.
Geral	Terminados baixos a 0,40 m do piso acabado, interruptores, intertrancos, campainha e outros a 1,00 m do piso acabado.

 Ministério das
Cidades

Programa Minha Casa Minha Vida / FAR
Especificações Mínimas

Casa* (Para contratação com valor máximo de aquisição da unidade de acordo com o item 7.1 do Anexo I da Portaria Nº 465, de 08 de outubro de 2011)	
DIVERSOS	
Reservatório	Calha d'água de 500 litros ou de maior capacidade quando exigido pela concessionária local. Para reservatório elevado de água potável, em condomínio, prever instalação de no mínimo 2 bombas de recalque com manobra simultâneas.
Vagas	Vagas de garagem conforme definido na legislação municipal.
Cercamento do condomínio	Alamedado com baldrame e altura mínima de 1,80 m no entorno do condomínio.
Proteção da alvenaria externa	Em concreto com largura de 0,50 m ao redor da edificação.
Calçadas para circulação interna no condomínio	Largura mínima de 0,90 m.
Máquina de Lavar	Prever solução para máquina de lavar roupas (ponto elétrico, hidráulica e de esgoto).
Equipamento de lazer / uso comunitário	Obrigatório para empreendimentos em condomínio, com 60 UH ou mais, devendo prever recursos de, no mínimo, 1% da soma dos custos de infraestrutura e edificações. Considerado o valor destinado para este item, serão produzidos os equipamentos a seguir especificados, obrigatoriamente nesta ordem: centro comunitário; espaço descoberto para recreação infantil; e quadra de esportes. Em condomínio, obrigatória a execução de depósito de lixo e local para armazenamento de correspondência.
TECNOLOGIAS INOVADORAS	
	Acceptável as tecnologias inovadoras testadas e aprovadas conforme a Norma de Desempenho - NBR-15.575 e homologadas pelo SINAT ou que comprovarem desempenho satisfatório junto à CAIXA.
SUSTENTABILIDADE	
	Aquecimento solar nas unidades (item obrigatório em todas as regiões). Sistema aprovado pelo INMETRO.
	Medição individualizada de água e gás (ou sistema de botijão individualizado).
INFRAESTRUTURA	
	Pavimentação definitiva, calçadas, guias, sarjetas e sistema de drenagem.
	Sistema de abastecimento de água.
	Solução de esgotamento sanitário.
	Energia elétrica e iluminação pública.
ACESSIBILIDADE E ADAPTAÇÃO	
Áreas de uso comum	Deverá ser garantida a rota acessível em todas as áreas públicas e de uso comum no empreendimento. Orientações disponíveis na Cartilha de Acessibilidade a Edificações e Espaços e Equipamentos Urbanos, elaborada pela CAIXA.
Unidades adaptadas	Disponibilizar unidades adaptadas ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e idosos, de acordo com a demanda, com kits específicos devidamente definidos. Na ausência de legislação municipal ou estadual que estabeleça regra específica, disponibilizar no mínimo 3% das UH.
OBSERVAÇÕES	
	* Edificação residencial unifamiliar de um pavimento.